ACOLHER

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

Monografia apresentada pela aluna Loany Gonzaga Pereira - 11411ARQ012 ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista orientada pelas Professoras Patrícia P. A. Ribeiro e Giovanna A. Merli.

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design – FAUeD.

Uberlândia, julho de 2019

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que morreram apenas por serem mulheres, a todas as mulheres que vivem ou já viveram em situação de violência, a todas as mulheres que lutam e batalham para dar apoio ás vítimas de violência, a todas as mulheres da minha família, a minha mãe, mulher batalhadora e de coração gigante, a todas as mulheres que eu tenho como amigas, a mulher que tem todo o meu amor e a todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a pessoa que disse para eu tentar mais uma vez, que me convenceu que daria certo mesmo depois de duas tentativas frustradas, o meu eterno amigo, meu eterno baby Matheus Moura, sem o seu apoio eu não teria tentado de novo e não estaria aqui finalizando esse ciclo, eu queria que você estivesse aqui para me dar um abraço de suspiro e comemorarmos esta entrega.

Agradeço a minha mãe por toda a sua paciência e generosidade, ao meu pai por todo apoio e paciência ao longo de toda essa dura jornada, sem vocês eu não teria feito nem metade do que consegui fazer ao longo do curso, eu amo vocês!

Agradeço também aos meus irmãos, Lucas, Elbinho, Elias e Samuel, cada um da sua forma contribui também durante todo esse processo!

Agradeço imensamente ao meu amorzinho Raissa, por toda a paciência, amor e contribuição neste trabalho, sua ajuda foi muito importante e especial!

Agradeço imensamente àqueles que eu encontrei ao longo da faculdade, que se tornaram meus grandes amigos para a vida, em especial ao famigerado "Bonde Furacão", Andressinha, Marcia, Gominho, Talita, Sthefanny, Tainá, Lucas Eduardo por toda a contribuição, amizade e carinho, cada um dá sua forma contribuiu para todo o meu crescimento profissional e pessoal durante esses anos.

Um agradecimento em especial a minha parceira nesses meses de monografia, a Milagros por toda a troca de conhecimento, todo apoio e amizade ao longo desses anos e desses meses obrigada de verdade amiga, sua parceria é incrível!

Agradeço também a todas as pessoas que durante esses meses de pesquisas reservaram um tempinho para me passar informações e conhecimentos acerca do tema e do funcionamento da Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher em Uberlândia.

E por último mas não menos importante, as minhas orientadoras Giovanna na primeira etapa e Patrícia nessa segunda e última parte, pela paciência comigo ao longo desses meses, e por toda a troca de conhecimentos.

...
"Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra dizer

Que se usa decote, é puta!
E se a saia tá curta, é puta!
E se dá no primeiro encontro, é puta!
Se raspa o cabelo, é sapa!
E se deixa crescer os pelos, é zoada!
Se tem pau entre as pernas, é trava!
Mas se bota salto alto, é santa!
E se usa 44, é gorda!
Mas se usa 38, é muito magra!
Se sai depois das onze, vai voltar arrombada!
Porque ela pediu, né? Tava na cara!
Olha a roupa que ela saiu de casa!
E todo discurso machista continua:
"Menina, você devia usar uma roupa menos curta!"

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
Quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora
Vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra te maldizer
Que o homem criou pra te maldizer!"

Todxs Putxs, Ekena

RESUMO

Mulheres em todo o Brasil e no mundo sofrem diariamente com a vulnerabilidade de seus corpos perante a sociedade machista e patriarcal. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres apenas por serem mulheres em todo o mundo, dado alarmante que evidencia a extrema necessidade de se pensar estruturas que deem acolhimento e cuidado à essas vítimas.

A partir do estudo acerca dos dados de violência, de pesquisas in loco e de materiais relacionados ao tema, tem-se o levantamento de toda a problemática sobre a vulnerabilidade das mulheres e sobre os espaços que prestam o atendimento à essas vítimas, como estes se configuram e como também estão totalmente dispersos pela cidade, contribuindo com a constante revitimização das vítimas quando estas vão realizar alguma denúncia ou procurar apoio.

O presente trabalho neste sentido, busca a partir do olhar da arquitetura propor a criação de um Centro de Referência da Mulher para a cidade de estudo, Uberlândia – Minas Gerais. A proposta é um espaço que abarque todo o programa que hoje se encontra disperso pelo município em um único complexo, garantindo assim atendimento integrado e evitando o deslocamento das vítimas quando estas vão em busca de atendimento. Com o uso da arquitetura em benefício do tratamento da dor, o projeto aqui apresentado busca a partir de escolhas de materiais assertivas, do entendimento das setorizações e dos fluxos criar um ambiente que não hostiliza as mulheres em seu momento de maior fragilidade, pelo contrário, procura fornecer as usuárias deste espaço maior acolhimento e proteção nesta etapa de tamanha dor e fragilidade.

Palavras-chave: Mulheres, Acolhimento, Vulnerabilidade, Integração, Violência.

ABSTRACT

Women throughout Brazil and around the world suffer daily from the vulnerability of their bodies to chauvinistic and patriarchal society. According to the United Nations (UN), Brazil is the fifth country that kills most women just because they are women around the world, alarming data that shows the extreme need to think of structures that give care and care to these victims.

Based on the study of data on violence, on-site research and materials related to the theme, the entire issue of women's vulnerability and the spaces that provide care to these victims are surveyed. and as they are also completely dispersed throughout the city, contributing to the constant revictimization of victims when they will make a complaint or seek support.

The present work, in this sense, seeks from the architectural perspective to propose the creation of a Women's Reference Center for the city of study, Uberlândia - Minas Gerais. The proposal is a space that encompasses the entire program that is now scattered throughout the city in a single complex, thus ensuring integrated care and avoiding the displacement of victims when they seek care. With the use of architecture for the benefit of pain treatment, the project presented here seeks from assertive material choices, the understanding of sectors and flows to create an environment that does not hostile women in their most fragile moment, on the contrary, It seeks to provide users of this space with greater welcome and protection at this stage of such pain and fragility.

Keywords: Women, Reception, Vulnerability, Integration, Violence.

LISTA DE SIGLAS

CATU – Casa Abrigo Travessia de Uberlândia
CMB – Casa da Mulher Brasileira
CIM – Centro Integrado da Mulher
DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
ESAJUP – Escritório de Assessoria Jurídica Popular, vinculado ao Curso de Direito, da Universidade Federal de Uberlândia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICASU – Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia
MS – Ministério da Saúde
NUAVIDAS – Núcleo de Atendimento a Vítimas de Agressão Sexual
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
SPM – Secretaria Especial de Política para Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 08
2. CONCEITOS RELACIONADOS A VIOLÊNCIA DE GÊNERO 09
3. AS ESTATÍSTICAS A RESPEITO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO A NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL E NA CIDADE DE UBERLÂNDIA 17

3.1. DADOS DA ÁREA DA SAÚDE 17
3.2. DADOS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA 19
3.3. DADOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA 19
4. AS REDES DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE UBERLÂNDIA 29

4.1. A ONG SOS MULHER E FAMÍLIA 33
4.2. CASA ABRIGO TRAVESSIA DE UBERLÂNDIA (CATU) 36
4.3. DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM) 41
4.4. CENTRO INTEGRADO DA MULHER (CIM) 42
4.5. TODAS POR ELA 46
4.6. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL (NUAVIDAS) 48
4.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO EM UBERLÂNDIA 53
5. NORMAS TÉCNICAS 54
5.1. CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER 55
6. ESTUDOS DE CASOS 56
6.1. A CASA DA MULHER BRASILEIRA – BRASÍLIA/DF 56
6.2. CASA ADA E TAMAR DE SHALIT - TEL AVIV, ISRAEL .....
6.3. COALIZÃO DO ESTADO DE WASHINGTON CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (WSCADV) - CONSTRUINDO DIGNIDADE - WWW.BUILDINGDIGNITY.WSCADV.ORG 69
7. CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER ROSALINA BUCCIRONI 80
7.1 ROSALINABUCCIRONI 80

7.2. ESTUDO PRELIMINAR 81
8. O PROJETO 129
9. REFERÊNCIAS 169

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, isso significa que milhares e milhares de mulheres são mortas apenas por serem mulheres. Há ainda altas taxas acerca da violência contra a mulher, seja ela física, sexual, moral ou patrimonial, seja qual for o tipo de violência milhares de mulheres continuam a viver diariamente em situação de vulnerabilidade.

O presente trabalho busca a partir de pesquisas, visitas e entrevistas fazer valer o papel da arquitetura de forma política e social em apoio a corpos femininos fragilizados que diariamente buscam atendimento para realizar denúncias, exames médicos de corpo delito, acompanhamentos psicológicos e jurídicos, corpos esses que chegam a percorrer longos percursos, se revitimizando, em busca de poder viver uma vida sem violência, corpos que deixam o seu próprio lar em busca de refúgio, de acolhimento, de abrigo, em busca de manter-se viva.

Com o intuito de proporcionar às mulheres vítimas de violência estruturas arquitetônicas voltadas ao apoio e acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade na cidade de Uberlândia, é proposto o Centro de Referência da Mulher, que traz o nome de Rosalina Buccironi, vítima de feminicídio desconhecida na cidade de Uberlândia, cidade até 2018 levava o nome do responsável pelo crime em um de seus mais importantes equipamentos públicos, a Praça Tubal Vilela, (hoje nomeada Ismene Mendes). Com o intuito de resgatar e fazer viva a memória apagada de Rosalina, o seu nome é atribuído a este equipamento.

Os Centros de Referência fazem parte de um dos eixos do Programa "Mulher, Viver sem Violência" implementado em março do ano de 2013, programa que propõe a criação das chamadas Casas da Mulher Brasileira, que são equipamentos institucionais que abarcam a praticamente toda a rede de enfrentamento a violência contra a mulher. Este tipo de equipamento possui grande importância na luta contra a violência de gênero. São muitas as mulheres que desistem de seguir com a denúncia de algum tipo de violência devido aos longos percursos até a rede de enfrentamento que se instala de modo disperso pela cidade de Uberlândia. Neste sentido a criação de um Centro de Referência que realmente comporte a toda a rede e que seja de fácil acesso às vítimas é de suma importância na luta contra a violência e a revitimização das vítimas.

A escolha acerca do tema se faz necessária devido a atualidade e urgência de se pensar de forma mais humanizada os edifícios de apoio ás mulheres em situação de vulnerabilidade. Ainda são poucos os exemplos de experiências arquitetônicas voltadas a esta temática, neste sentido o presente trabalho busca a partir de toda a pesquisa levantada conceber os dois edifícios citados, tendo como principal objetivo criar estruturas que empoderem e proporcionem autonomia a todas as mulheres que forem atendidas pelos equipamentos.

2. CONCEITOS RELACIONADOS A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O presente trabalho apresenta algumas das conceituações acerca da violência de gênero, sob a ótica legislativa e mesmo a teórica. A Lei Maria da Penha[1] de número 11.340/2006 apresenta cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo elas:

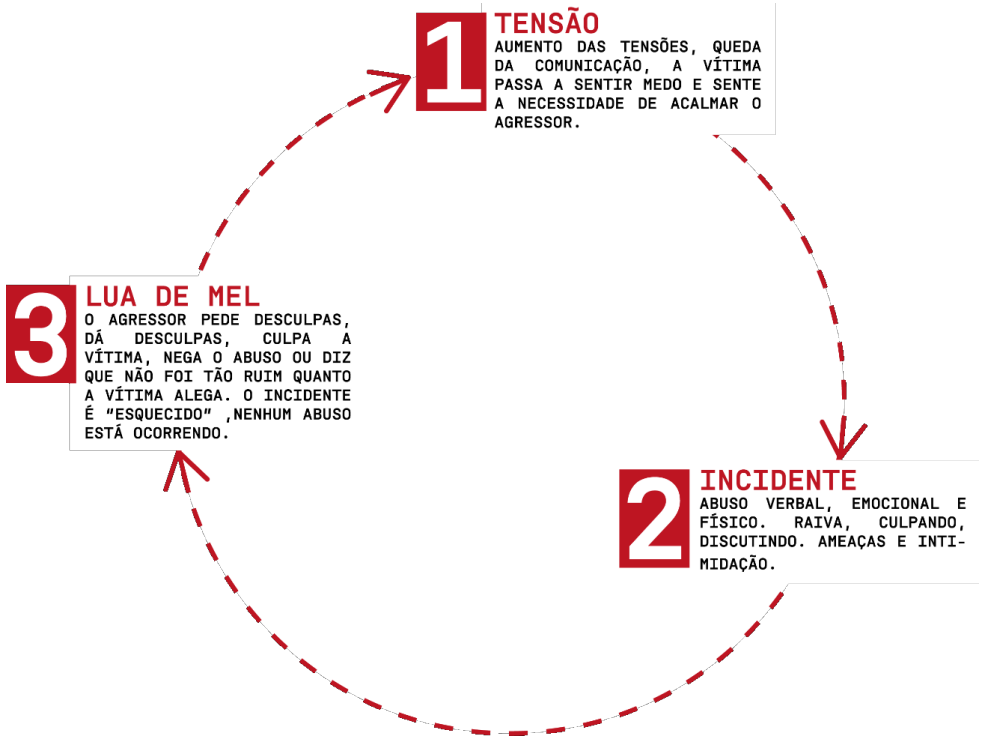
I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A respeito da violência de gênero, é importante compreender que aquela que ocorre no ambiente doméstico se desenvolve de forma cíclica e constante. Em um estudo realizado pela psicóloga Lenore Walker[2], 1500 vítimas da violência doméstica foram ouvidas e apresentaram um padrão observado e descrito por Walker. A repetição encontrada no estudo deste tipo de violência foi denominado pela psicóloga de "Ciclo de Violência". Uma importante teoria que afirma que há três fases distintas associadas a um ciclo de espancamento recorrente: (1) Construção de tensão, (2) o incidente de agressão aguda e (3) amor-contrição, (WALKER, 1999) ou a chamada fase "Lua-de-Mel". Este modelo é altamente difundido e aceito por pesquisadores acerca desta temática, e apresenta a violência entre homens e mulheres em suas relações afetivas e íntimas em fases expostas na releitura abaixo:

[1] Essa lei recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, uma sobrevivente de duas tentativas de homicídio cometidas pelo seu marido Marco Antônio Herredia, que não conseguiu matá-la mas deixou-a paraplégica, após disparar-lhe um tiro pelas costas. Esta história tornou-se emblema da impunidade dos crimes contra a mulher no Brasil, ao tempo que também virou símbolo de luta contra a violência, pois Maria da Penha, nunca desistiu de ver o seu agressor punido, o que só veio a acontecer após 19 anos, quando em 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Brasil por negligência em relação à violência contra as mulheres (FALCÃO, 2008).

[2] A psicóloga americana Lenore Walker apresentou um modelo de "Ciclo de Violência" que procura explicar como ocorre a violência entre homens e mulheres em suas relações afetivas e íntimas, explicando que tais atos de violência se apresentam em fases, sendo a primeira delas a construção da tensão no relacionamento; a segunda "o episódio da violência" e a terceira, a lua-de-mel. (OLIVEIRA, Eliza Rezende, 2012)

Figura 1: Ciclo da Violência, criado pela Dra. Lenore Walker.



Fonte: Relógios da Violência, editado pela Autora,2018.

As fases apresentadas no Ciclo da Violência com o passar do tempo se tornam recorrentes, e com o aumento da repetição do ciclo, a fase em que ocorre a explosão passa a ser mais violenta, podendo resultar no assassinato da vítima pelo agressor quando não interrompida. O desfecho trágico dessa situação de agressão pode ocorrer de outras formas, como a própria vítima vir a cometer suicídio, ou assassinar o seu agressor (DATASENADO,2018).

A definição apresentada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) a respeito da violência contra a mulher, amarra de certa forma todas as conceituações do termo já apresentados acima, no trecho abaixo a ONU elucida:

> A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres define o termo "violência contra as mulheres" como: "Qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte em, ou seja provável que resulte em dano físico ou sexual ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada." (ONU WOMEN, ONU HABITAT. Building safe and inclusive cities for womem - a pratical guide. Delhi, 2011.)

No combate à violência de gênero, outra protagonista nesta luta são as redes de enfrentamento, que são apresentadas pela Secretaria Especial De Políticas Para as Mulheres como a atuação interinstitucional articulada de serviços públicos, sociedade civil organizada e da comunidade em geral, que têm como objetivo o desenvolvimento de estratégias para a prevenção e responsabilização dos agressores, além da promoção dos direitos humanos das mulheres, assegurando-lhes empoderamento[3] e construção da autonomia destas com o intuito de superar a situação de violência.

A violência de gênero pode chegar a fins trágicos, como a morte dessas vítimas. O termo utilizado para as mortes violentas de

[3] Empoderamento é tradução literal do inglês *empowerment*. Significa atribuir poder às mulheres, elevando, por exemplo, sua autoestima. Também se empoderam mulheres por meio de ações afirmativas esta tais. (SAFFIOTI, 2011)

mulheres, é o "femicídio" ou "feminicídio[4]". Segundo a publicação de 2016, "Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres" (ONU Mulheres, SPM, Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça), feminicídio é uma expressão utilizada para denominar mortes violentas de mulheres em razão do gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua "condição" de mulher.

O documento, acima mencionado, apresenta em sua publicação um quadro (QUADRO 1) em que são expostas algumas das classificações da literatura para tratar das modalidades que são compreendidas como feminicídios. Algumas dessas categorias apresentam as formas mais conhecidas da violência de gênero, como a violência nas relações íntimas de afeto, nas relações familiares e a violência sexual. Outras, entretanto, nem sempre apresentam de forma clara as especificidades de gênero, como por exemplo o tráfico e o contrabando de pessoas. São categorias de análise, que quando aplicadas a realidade social, contribuem para a compreensão dos vários contextos em que essas mortes acontecem e se entrecruzam com a violação de outros direitos humanos que contribuem para potencializar as situações de vulnerabilidade e risco a que as mulheres se encontram expostas. (Diretrizes Nacionais Feminicídio, 2016).

Quadro 1: Femicídios/feminicídios: categorias de análise para compreensão da realidade social

Íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele (sentimental ou sexual).
Não íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação. Por exemplo, uma agressão sexual que culmina no assassinato de uma mulher por um estranho. Considera-se, também, o caso do vizinho que mata sua vizinha sem que existisse, entre ambos, algum tipo de relação ou vínculo.
Infantil	Morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina.
Familiar	Morte de uma mulher no âmbito de uma relação de parentesco entre vítima e agressor. O parentesco pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção.
Por conexão	Morte de uma mulher que está "na linha de fogo", no mesmo local onde um homem mata ou tenta matar outra mulher. Pode se tratar de uma amiga, uma parente da vítima – mãe, filha – ou de uma mulher estranha que se encontrava no mesmo local onde o agressor atacou a vítima.

[4] A formulação do conceito de "femicídio" (*femicide*, em inglês) é atribuída a Diana Russel, socióloga e feminista anglo-saxã, que o empregou pela primeira vez para definir o "assassinato de mulheres nas mãos de homens por serem mulheres ". (apud PONCE, 2011, p. 108)

Sexual sistêmico	Morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas. Pode ter duas modalidades: • Sexual sistêmico desorganizado –Quando a morte das mulheres está acompanhada de sequestro, tortura e/ou estupro. Presume-se que os sujeitos ativos matam a vítima num período de tempo determinado; • Sexual sistêmico organizado–Presume-se que, nestes casos, os sujeitos ativos atuam como uma rede organizada de feminicidas sexuais, com um método consciente e planejado por um longo e indeterminado período de tempo.
Por prostituição ou ocupações estigmatizadas	Morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação (como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), cometida por um ou vários homens. Inclui os casos nos quais o(s) agressor(es) assassina(m) a mulher motivado(s) pelo ódio e misoginia que a condição de prostituta da vítima desperta nele(s). Esta modalidade evidencia o peso de estigmatização social e justificação da ação criminosa por parte dos sujeitos: "ela merecia"; "ela fez por onde"; "era uma mulher má"; "a vida dela não valia nada".
Por tráfico de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de tráfico de pessoas. Por "tráfico", entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou ao uso da força ou outras formas de coação, quer seja rapto, fraude, engano, abuso de poder, ou concessão ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento da(s) pessoa(s), com fins de exploração. Esta exploração inclui, no mínimo, a prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, a escravidão ou práticas análogas à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos.
Por contrabando de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por "contrabando", entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual a mesma não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material.
Transfóbico	Morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s)agressor(es) amata(m) por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição.
Lesbofóbico	Morte de uma mulher lésbica, na qual o(s)agressor(es)a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição.
Racista	Morte de uma mulher por ódio ou rejeição a sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.
Por mutilação genital feminina	Morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Fonte: Modelo de Protocolo Latino-americano, Escritório Regional da ONU Mulheres e o Escritório Regional do Alto Comissionado de Direitos Humanos, 2014.

Com relação a legislação, as Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres apresenta (2016):

> Em 9 de março de 2015, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 13.104/15, que altera o Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como uma das circunstâncias qualificadoras do homicídio, conforme disposto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro (1940), além de incluir o feminicídio como crime hediondo, previsto no artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

A lei nº 13.104/15, que compreende o feminicídio como crime hediondo, e demais publicações sobre o tema, não trazem nenhuma informação clara a respeito de como as mulheres transexuais são atendidas por essas resoluções. Em entrevista informal à advogada Ana Carolina de Alcântara, esta relatou que:

> Ainda não existe um entendimento pacificado sobre isso e os casos são poucos, por isso as informações são bem subjetivas. Mas já vi casos em que o judiciário admitiu denúncia de feminicídio contra mulher trans. Eu acho super aplicável e acredito que a tendência é que o entendimento pacificado se torne esse. Então, se eu fosse a promotora do caso, ofereceria a denúncia como feminicídio sim, mas muitas vezes (infelizmente) é necessário demonstrar pro juiz que a mulher se apresentava como tal. (DE ALCÂNTARA, Ana Carolina, 09/2018, entrevista realizada pela autora via rede social).

Com relação a Lei Maria da Penha, a qual destaca em seu Art.5º, parágrafo único que: "As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.", ou seja, independente da orientação sexual dos agressores e da vítima, esta deve ser amparada pela legislação 11.340. A lei não apresenta nenhuma informação acerca da identidade de gênero[5] entretanto alguns grupos de operadores do Direito compreendem que a lei deve sim prestar atendimento as mulheres transexuais.

Em entrevista ao site Compromisso e Atitude – Lei Maria da Penha, a advogada Maria Berenice Dias destaca:

> "A Lei Maria da Penha não deixa lacunas, ela é muito expressa neste sentido, mas há todo um preconceito muito severo associado a uma omissão legislativa muito grande. Não temos nenhuma lei assegurando algum tipo de direito à população LGBTI ('e eu digo I porque insiro os intersexuais'). Nesse contexto, as pessoas acham que não têm direito e sempre há uma enorme resistência de buscar os serviços, porque existe muito medo da exposição. Existe uma dificuldade de buscar, de denunciar, de levar esse fato até uma delegacia ou ao próprio advogado para tomar alguma medida; então há uma demanda muito baixa com relação ao grupo das lésbicas, e das travestis e transexuais mais ainda." (Maria,

[5] É como uma pessoa se vê e como ela se mostra para o mundo: seu modo de pensar, se vestir, sonhar ou agir.

> advogada, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e desembargadora aposentada.
> http://www.compromissoeatitude.org.br/aplicacao-da-lei-maria-da-penha-para-garantir-direitos-de-mulheres-lesbicas-e-trans-ainda-e-pouco-conhecida/).

A partir do entendimento de que todas as mulheres, independentemente de sua raça ou etnia, de sua orientação sexual ou se esta é cisgênero[6] ou transgênero[7], o presente trabalho compreende e conhece o público alvo de seus projetos. A exibição e discussão de conceitos tão importantes acerca da temática da violência de gênero se faz extremamente necessária para a construção deste trabalho.

[6] Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

[7] Transgênero é uma pessoa que nasceu com determinado sexo biológico, e não se identifica com o seu corpo.

3. AS ESTATÍSTICAS A RESPEITO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO A NÍVEL NACIONAL, ESTADUAL E NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Conforme já apresentado, a violência contra a mulher ultrapassa a agressão física, podendo se apresentar de diversas formas, o trecho abaixo retirado da publicação do ano de 2018 do Panorama da violência contra as mulheres no Brasil realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, suscita o que pode ser considerado violência contra a mulher, citando uma definição da importante Convenção de Belém do Pará, que será explicada melhor mais à frente:

> A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, defina violência contra mulheres como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada". A Convenção dispõe que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual ou psicológica:
> a) perpetrada no âmbito do ambiente doméstico e familiar; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (DATASENADO,2018).

A partir dos conceitos já apresentados, é importante que se faça uma análise com relação aos dados censitários da violência contra a mulher no Brasil, em Minas Gerais e na cidade de Uberlândia, em que se propõe a instalação do projeto de um Centro de Referência da Mulher. Neste sentido, será realizada a exposição e análise de dados a respeito da violência de gênero, com o intuito de explicitar em

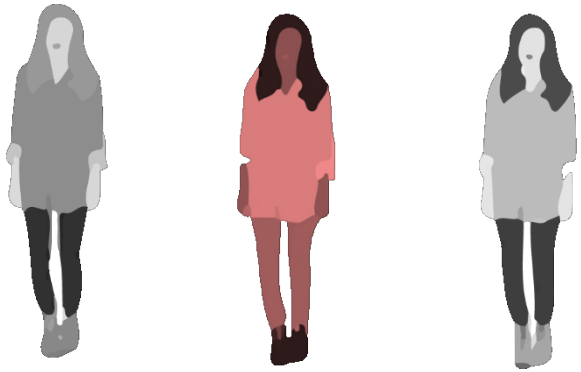
números, a necessidade e a urgência de tais equipamentos institucionais no município.

Os dados sobre a violência de gênero no Brasil são fragmentados, e os números que chegam às ONGS, ao setor da saúde, ao setor jurídico e ao setor de segurança pública se divergem, e acabam por gerar incerteza acerca do real número de vítimas da violência. Como ilustra em entrevista a Dra. Mariana Hasse, Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS) no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), os dados que chegam a polícia representam em média apenas 10% do número de vítimas atendidas pelos hospitais. Em geral, essa diferença de dados diz respeito também a natureza do local onde a vítima é atendida. Nos serviços de saúde, por exemplo, os casos de agressão física são mais frequentes, devido a necessidade do tratamento médico das lesões causadas pela violência (GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J., 2016).

De acordo com uma publicação das Organizações das Nações Unidas do Brasil (ONUBR) no ano de 2016, a taxa de feminicídio no Brasil era de 4,8 para cada 100 mil mulheres, ocupando o quinto lugar em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No ano de 2015, o Mapa da Violência a respeito dos homicídios de mulheres, apontou que os anos de 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram apenas por serem mulheres.

A violência contra a mulher, é um problema de saúde pública e de direitos humanos, e influência ainda mais a desigualdade de gênero. A questão atinge mulheres em todo o mundo, e nas américas o dado é alarmante, conforme ilustra a figura abaixo. As mulheres que mais correm risco de serem violentadas são as que pertencem a grupos indígenas ou a algum grupo etnicamente marginalizados. (Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS, 2015).

Figura 1: violência contra as mulheres na Região das Américas.



AO LONGO DA VIDA 1 EM 3 MULHERES SOFRE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELO PARCEIRO OU VIOLÊNCIA SEXUAL POR OUTRA PESSOA QUE NÃO SEJA O PARCEIRO.

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS, 2015.

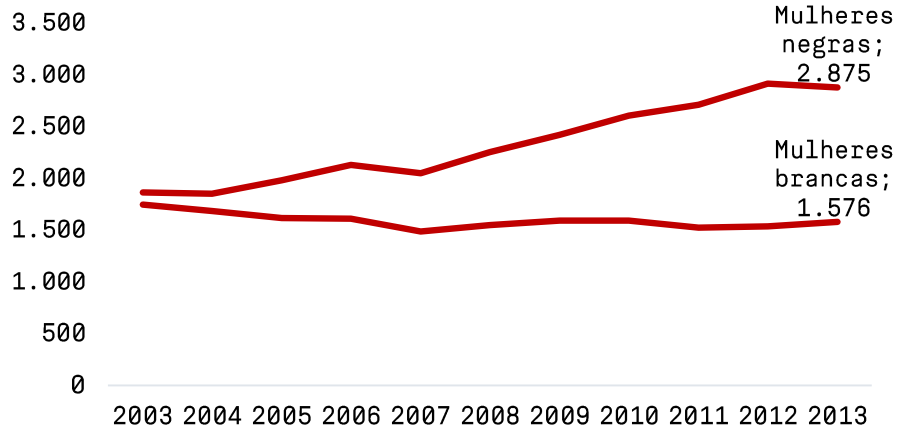
Ao se discutir a violência contra as mulheres é importante que se faça o recorte racial dos números de vítimas. O racismo está em nossa sociedade de forma estrutural, e é um dos principais motivadores da desigualdade social no Brasil, a população negra possui menos acesso aos seus direitos que o restante da população (IPEA, 2011).Esta limitação ao acesso de direitos, faz com que mulheres negras enfrentem obstáculos ainda maiores para denunciar as violências sofridas e terem acesso à justiça, resultado do racismo institucional, (GELEDÉS/CFEMEA, s/d), que reflete ainda no descrédito da população negra pela a ação das instituições de segurança e justiça (IPEA,2011).

O Mapa da Violência de 2015, divulgou que num período de dez anos (2003 a 2013), a quantidade mulheres negras assassinadas aumentou 54%, de 1.864 para 2.875. Tal dado revela que ainda são as

mulheres negras e pardas as que mais são violentadas. Tal dado destaca que a associação entre gênero e raça, pode sim criar um cenário de maior discriminação e vulnerabilidade do corpo da mulher negra.

Segundo o Mapa da Violência(2015), entre 2003 e 2013 registrou-se um crescimento de 190,9% da vitimização de mulheres negras, tal índice é resultado da relação entre as taxas de mortalidade de brancas e negras. Nestes mesmos dez anos, o número anual de homicídios de mulheres brancas obteve uma queda de 9.8%, saindo de 1.747 no ano de 2003, para 1.576 em 2013.

Gráfico 1: Aumento dos homicídios de mulheres negras e brancas – 2003-2013



Fonte: Gráfico feito pela autora com base nos dados do Mapa da Violência, 2015.

3.1. DADOS DA ÁREA DA SAÚDE

Segundo apresenta a publicação "Panorama da violência contra as mulheres no Brasil" (Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2018), o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), levantou que o número de homicídios de mulheres no ano de 2015 no Brasil foi de 4,4 para cada 100 mil mulheres de todas as raças, número menor que os índices registrados no ano anterior, que apresentou uma taxa de 4,6 para cada 100 mil mulheres.

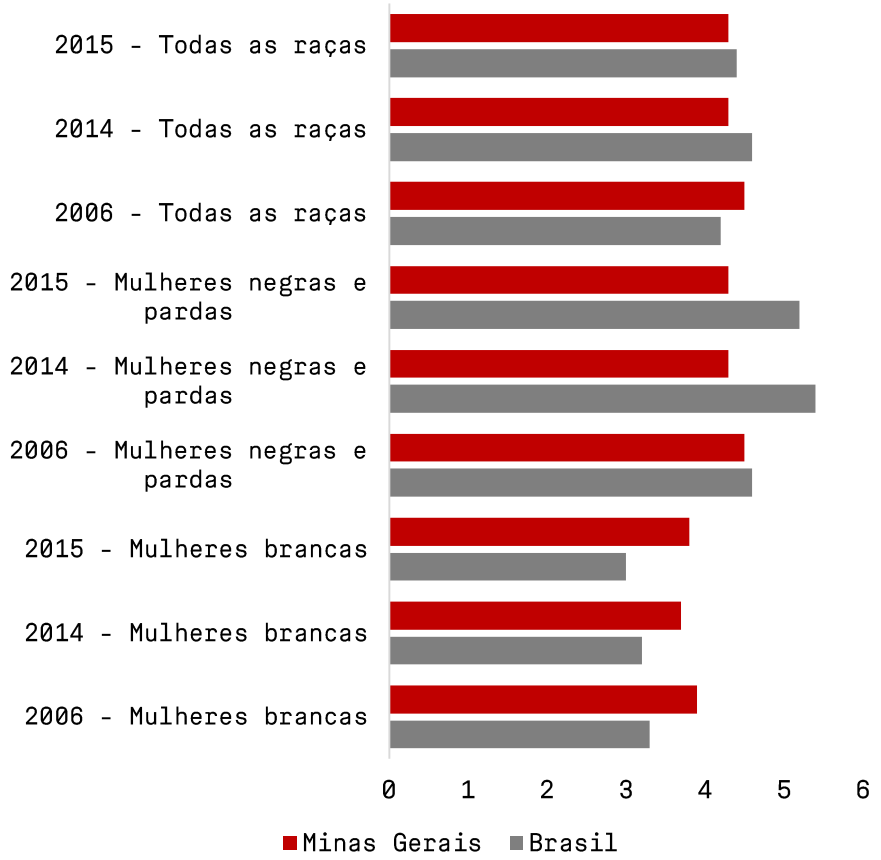
Os dados do SIM/MS registrou que em 2015 o estado que apresentou maior taxa de homicídio contra mulheres de todas as raças foi Roraima, 11,4 vítimas a cada 100 mil casos, 7 pontos acima da taxa nacional. E o que apresentou a menor taxa foi São Paulo, com 2,4. O estado de Minas Gerais apresentou nesse mesmo ano, o número de 3,8 vítimas para cada 100 mil mulheres, 0,6 pontos abaixo da taxa nacional.

Ao se fazer o recorte racial dos dados apresentados pelo SIM/MS, destaca-se novamente a discrepância entre o número de vítimas mortas em 2015 de acordo com sua raça. Enquanto as mulheres brancas apresentam uma taxa de 3,0, o número de vítimas pretas e pardas[1] é de 5,2 a cada 100 mil vítimas.

A nível estadual, Minas Gerais também apresenta diferenças no número de vítimas de acordo com sua raça. Ao longo dos anos analisados pelo SIM/MS (2006, 2014 e 2015) a taxa de vítimas brancas manteve-se de 3,0 para cada 100 mil mulheres enquanto os casos de negras e pardas que era de 4,5 em 2006, caiu para 4,2 em 2015, ainda assim 1,2 acima do número de vítimas brancas.

[1] Os índices não apresentam dados de negras e pardas separadamente.

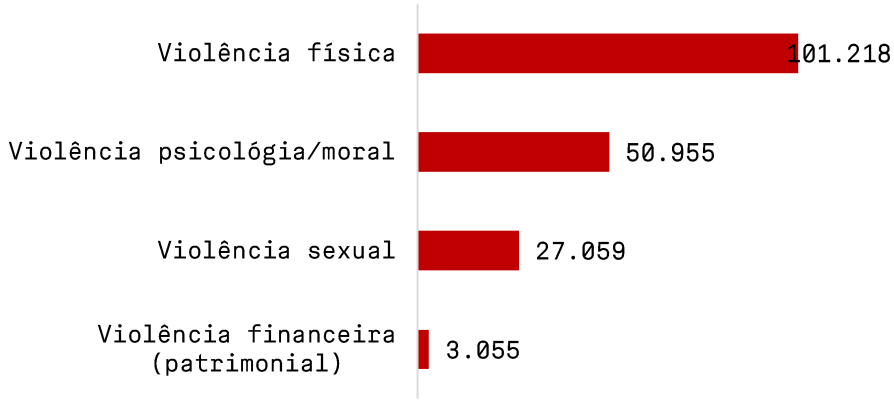
Gráfico 2: Taxas de Homicídios de Mulheres no Brasil e em Minas Gerais – Recorte Racial



Fonte: Gráfico realizado com base na publicação Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018.

Outro importante levantamento apresentado pelo documento acima mencionado, é dos tipos de violência que chegam ao sistema de saúde no Brasil, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), gerenciado pelo Ministério da Saúde (MS), no ano de 2016, foram registradas as seguintes ocorrências:

Gráfico 3: Tipos de violências registradas pelo sistema de saúde no Brasil em 2016 – Fonte SINAN/MS



Fonte: Gráfico realizado com base na publicação Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018.

Segundo o SINAN/MS, o número de registros de agravos relacionados a violência interpessoal contra mulheres[2] no ano de 2016, por grupo de 100 mil mulheres no Brasil foi de 138,8, enquanto

[2] O Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, gerenciado pelo Ministério da Saúde, consolida todos os registros realizados obrigatoriamente pelos centros de saúde do país dos casos de doenças e agravos constantes da lista nacional de doenças de notificação compulsória. Os casos de violência contra mulheres constam dessa lista de registros obrigatórios, a partir da publicação da Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011(Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018).

em Minas Gerais, chegou a 215,8, número bastante acima da taxa nacional.

Em entrevista informal a Dra. Mariana Hasse, na cidade de Uberlândia são atendidos em média um caso de abuso sexual por dia no pronto socorro do Hospital das Clínicas (HC), já no ambulatório onde funciona o NUAVIDAS, uma média de seis novos casos diários de mulheres e de crianças vítimas de abuso sexual são atendidas pelo núcleo, segundo Hasse, o atendimento é feito tanto sem o agendamento quanto com o agendamento, nesse sentido esses números podem variar.

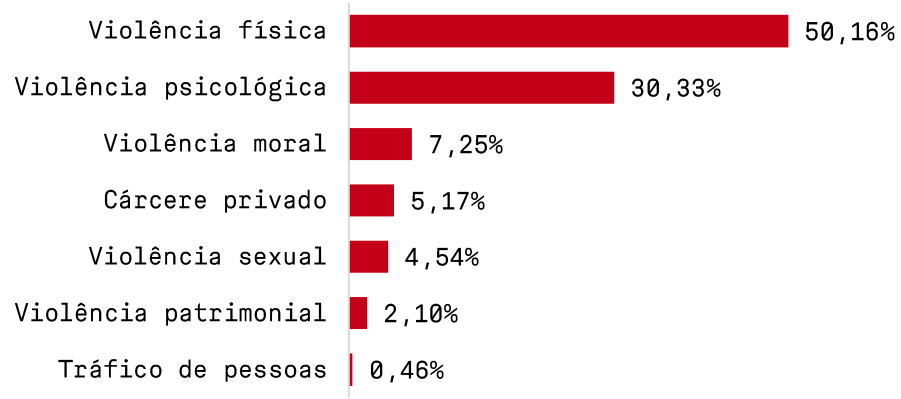
3.2.DADOS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

No que diz respeito ao setor de segurança pública, o documento "Panorama da violência contra as mulheres no Brasil" (Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2018) apresenta os dados de ocorrências policiais de atos violentos contra mulheres do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) de acordo com o Ministério da Justiça (MJ). Segundo esse levantamento, no ano de 2016 o estado de Minas Gerais apresentou 1257,6 ocorrências para cada 100 mil mulheres, o estado com a maior taxa foi o Amapá, com taxa de 3090,3[3].

O documento acima mencionado apresenta também os dados advindos do Ligue 180, serviço que atente relatos de denúncias de vítimas de violência de gênero. No ano de 2015, essa central de atendimento recebeu um total de 76.651 relatos de vítimas de violência contra as mulheres. Dentro desse número foram levantados os seguintes tipos de agressão sofrida pelas vítimas:

[3] Os dados de alguns estados não foram obtidos, foram eles: Paraná, São Paulo, Sergipe e Pernambuco, devido a este fato, o estudo não possui a média nacional. (Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018)

Gráfico 4: Relatos de Violências Contra as Mulheres – Ligue 180/SPM



Fonte: Gráfico realizado com base na publicação Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018.

Minas Gerais possui uma taxa de 49,2 relatos de mulheres a cada 100 mil vítimas, segundo dados do Ligue 180/SPM. Enquanto a taxa nacional é de 56,3, o estado possui diferença de 7,1 em relação a taxa nacional.

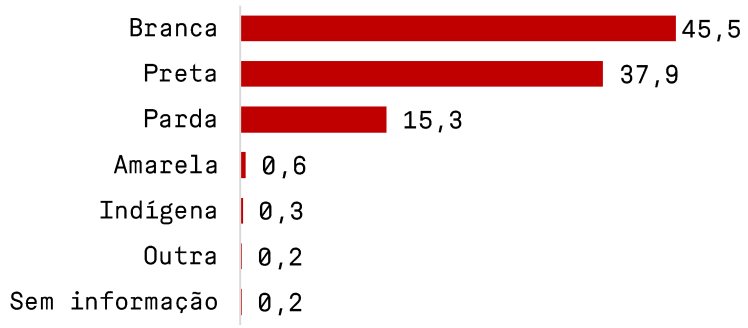
3.4.DADOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Na cidade de Uberlândia, o Centro Integrado da Mulher (CIM) através da publicação "Indicadores de violência doméstica: dados do registro de ocorrências do Centro Integrado da Mulher - CIM e outras fontes" (GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J., 2016), apresentaram dados da violência contra a mulher com base nas ocorrências que chegam ao CIM. Os dados são referentes aos atendimentos de junho

de 2014 a setembro de 2015, neste período foram atendidas 1.277 pessoas, dentre elas 1.271 eram mulheres.

A média da idade de mulheres que buscam atendimento no CIM é de 35,5 anos, e no que se refere a raça/cor, o percentual de vítimas pardas é de 37,9% e 15,3% das atendidas são pretas (GRÁFICO 8). Número expressivamente maior quando se analisa que a população feminina uberlandense se declara majoritariamente branca, 56,9%, enquanto 33,7% se declaram pardas e apenas 8% negras.

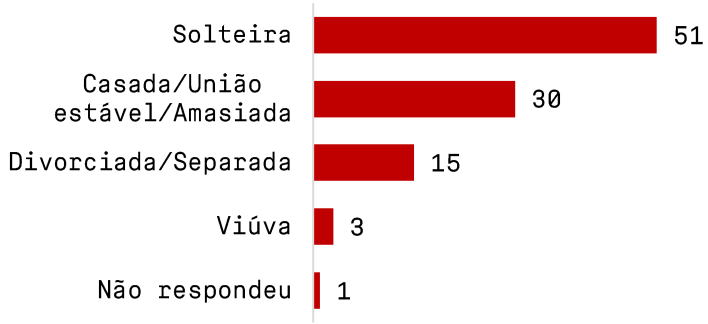
Gráfico 5: Mulheres em situação de violência por raça/cor declarada, Uberlândia, 2014-2015*(%)



Fonte: Banco de dados do CIM. (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

Com relação a escolaridade das vítimas destaca-se que as mulheres que foram atendidas pelo CIM de junho de 2014 a setembro de 2015 que a maioria das vítimas possuem o ensino médio incompleto/completo, 42,9%, e 19,5% o ensino superior completo/incompleto. Com relação ao estado civil das vítimas, tem-se no gráfico abaixo que:

Gráfico 6: Mulheres em situação de violência por estado civil, Uberlândia, 2014-2015* (%)

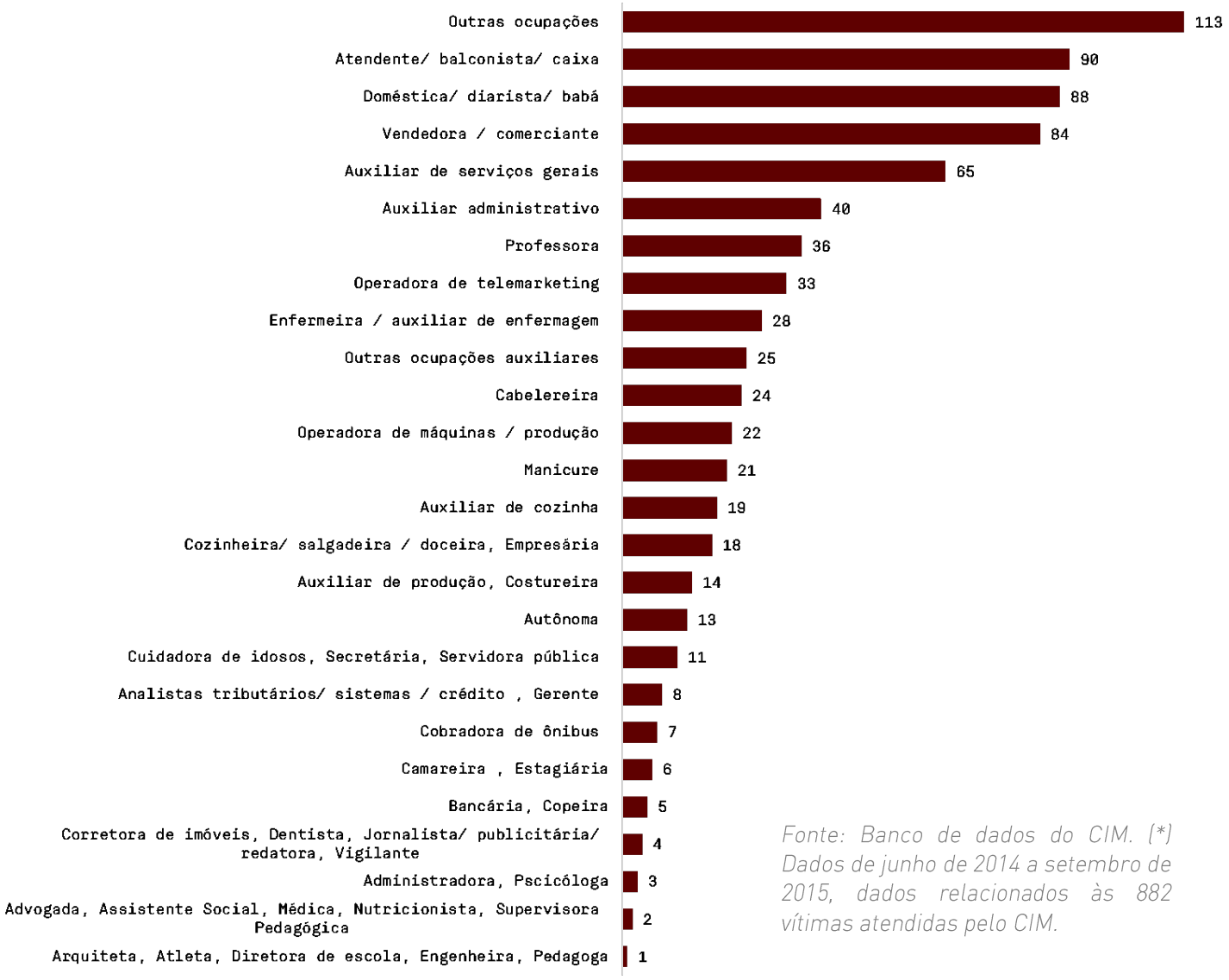


Fonte: Banco de dados do CIM. (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

Quanto a ocupação profissional das vítimas, do total de pessoas atendidas no CIM quase dois terços, ou 69,1% trabalham,

29,8% são estudantes, donas de casa ou são aposentadas, 1,1% não declaram a atividade exercida. As principais atividades exercidas são atendentes/balconistas/caixa (10,2%), doméstica/diarista/babá (10%) e vendedora/comerciante (9,5%), entretanto, nota-se a pluralidade de mulheres em situação de violência ao se analisar o gráfico abaixo, que traz a quantidade de vítimas de acordo com sua profissão. Com relação a assistência social, 25,8% das atendidas recebem benefícios sociais ou previdenciários, sendo Bolsa Família 39,4%, aposentadoria 17,6%, auxílio-doença 10,3% e pensão 2,7%.

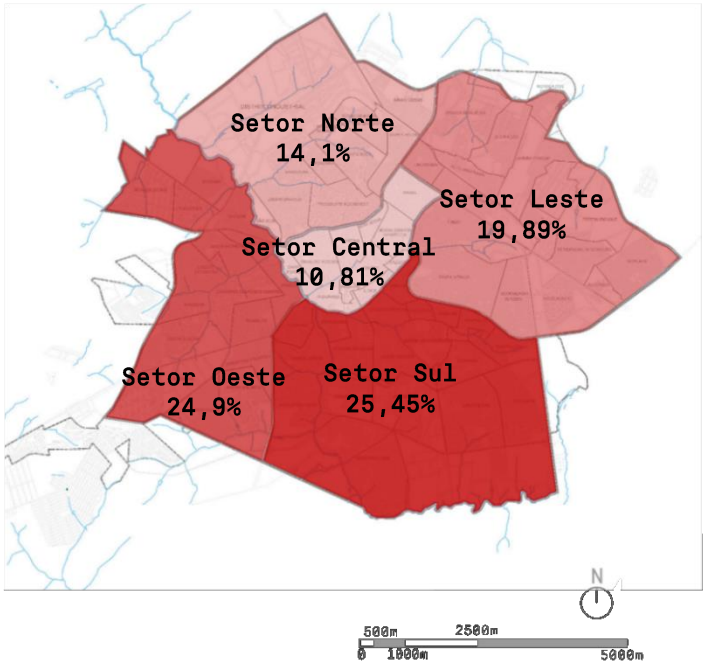
Gráfico 7: Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por ocupação informada, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM. (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015, dados relacionados às 882 vítimas atendidas pelo CIM.

As mulheres atendidas pelo Centro Integrado da Mulher (CIM) residem majoritariamente na zona Sul da cidade (25,45%), seguido pelas residentes da zona Oeste (24,9%), zona Leste (19,89%), zona Norte (14,1%) e setor Central (10,81%). O CIM também prestou atendimento a vítimas dos distritos (0,47%), da zona rural (0,86%) e que não residem em Uberlândia (0,55%). A figura abaixo apresenta a porcentagem de casos de acordo com os setores da cidade:

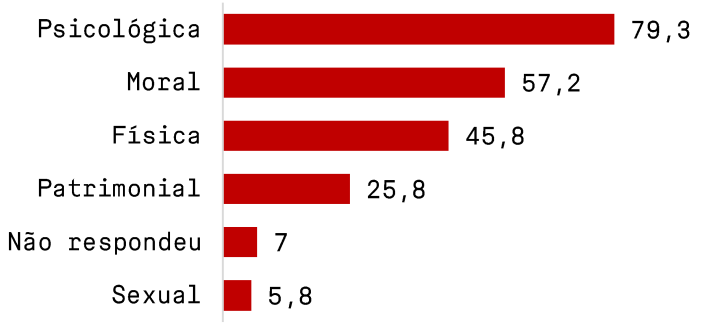
Figura 2: Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por setores, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM. (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015,

Com relação aos tipos de violência que as vítimas que são atendidas pelo CIM sofre, o gráfico abaixo traz as porcentagens de cada uma destas, destaca-se que a principal violência sofrida pelas atendidas é a psicológica, seguida da moral, física, patrimonial e sexual. De acordo com a publicação do CIM, os relatos de violência em geral são numerosos e envolvem casos que vão de ameaças e agressões até mesmo tentativas de homicídio.

Gráfico 8: Tipos/formas de violência registrados no CIM, Uberlândia, 2014-2015 (%)



Fonte: Banco de dados do CIM. (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

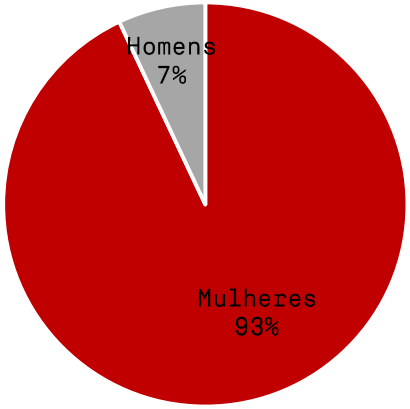
A alta incidência de atendimento de vítimas de violência psicológica e moral se deve justamente a natureza do Centro Integrado da Mulher (CIM), que é responsável por serviços de apoio social, psicológico e jurídico. A violência sexual aparece em baixa incidência, em função da grande subnotificação e sub-registro desses casos, pois, na maior parte das vezes, a violência sexual conjugal não chega a ser denunciada e suas vítimas não buscam atendimento médico (OSHIKATA et. al. apud GARCIA et. al., 2008).

Outra importante fonte de dados acerca da violência de gênero na cidade de Uberlândia é a Organização Não Governamental (ONG) SOS Mulher e Família, em entrevista realizada no dia 29/08/2018,

Suyane Rodrigues, uma das responsáveis pela área administrativa da SOS, informa que a ONG atende vítimas de violência contra a mulher, e principalmente a violência conjugal. Os principais serviços prestados conforme informa Suyane é o atendimento social, psicológico e jurídico, todos os atendimentos são continuados, logo a vítima pode recorrer ao SOS quantas vezes for preciso.

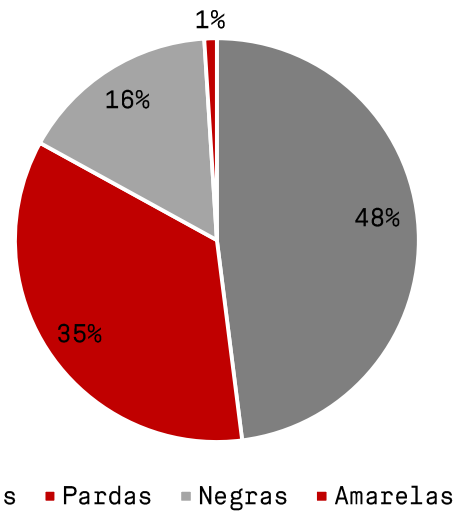
Nos gráficos abaixo nota-se que as mulheres são majoritariamente atendidas pela ONG. Com relação a cor/raça das atendidas, as mulheres pardas constituem e negras somadas constituem o maior contingente de vítimas, repetindo assim as características dos dados que aqui já foram expostos. As mulheres que recorrem a ONG, assim como nos dados do CIM, são em sua maioria solteiras (48%).

Gráfico 9: Atendimentos de acordo com o gênero de 2013 a 2016



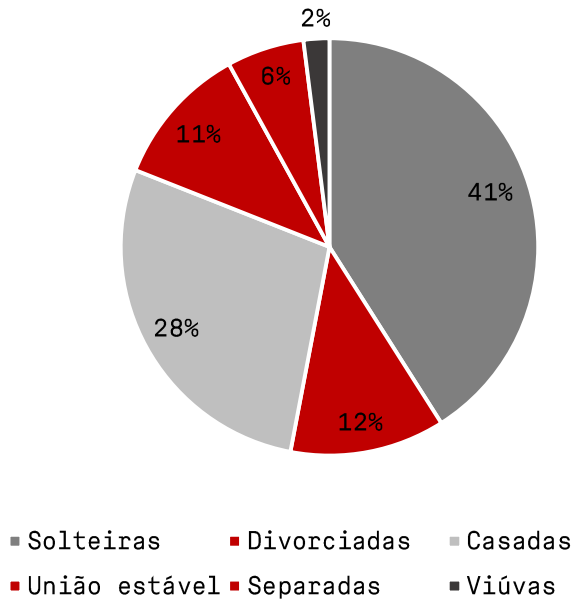
Fonte: Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 10: Atendimento 2013 a 2016 - Etnia



Fonte: Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

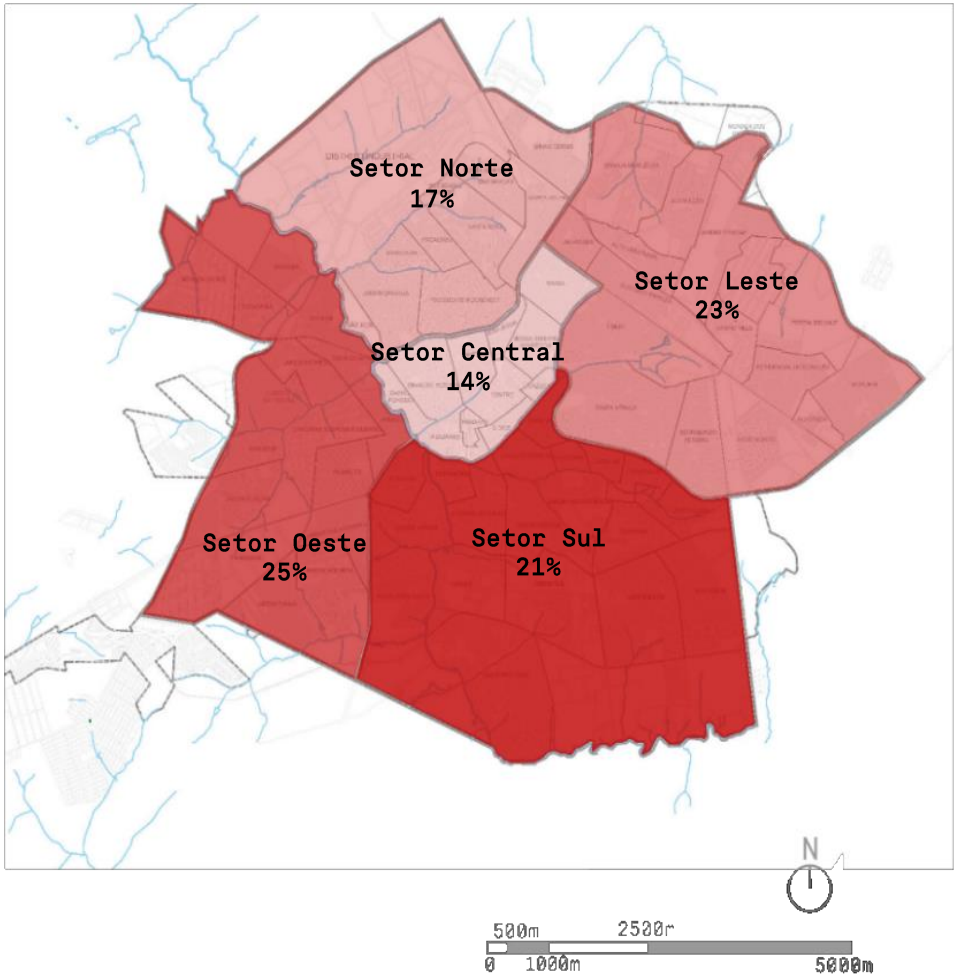
Gráfico 11: Atendimento 2013 a 2016 - Estado Civil



Fonte: Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

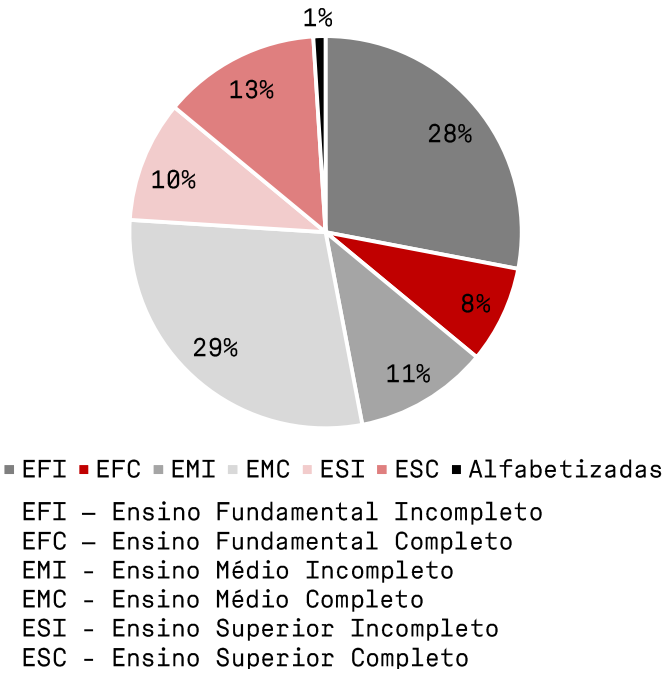
Com relação ao grau de instrução, destaca-se que as vítimas que buscaram atendimento na ONG SOS possuem em sua maioria o ensino médio completo (29%), seguido pelo ensino fundamental incompleto (28%). (GRÁFICO 12). As mulheres atendidas pela SOS majoritariamente no setor Oeste de Uberlândia (24%), seguido pelo setor Leste (23%).

Figura 3: Atendimento 2013 a 2016 - Setor da Ocorrência



Fonte: Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

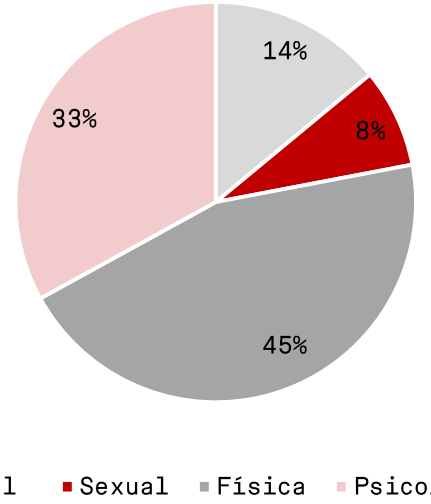
Gráfico 12: Atendimento 2013 a 2016 – Escolaridade



Fonte: MERLI, G.A., 2018.Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016,

As mulheres que buscam atendimento na SOS Mulher e Família são vítimas em sua maioria de violência física (45%), psicológica (33%), moral (14%) e sexual (8%). Durante a entrevista, Suyane informa que casos como violência sexual chegam até elas em menores quantidades.

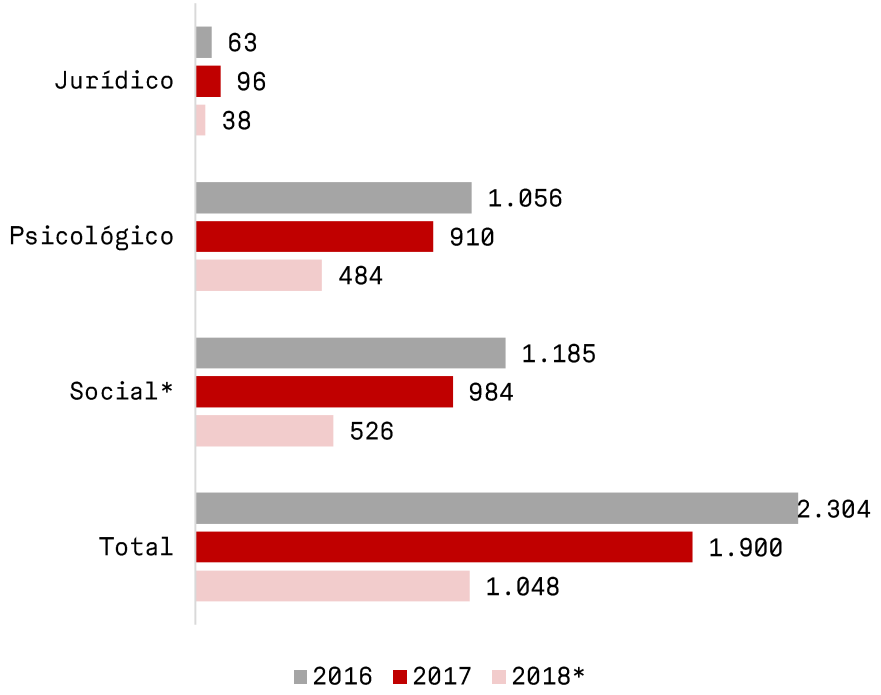
Gráfico 13: Atendimento 2013 a 2016 - Tipo de Violência



Fonte: Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Segundo os atendimentos da SOS Mulher e Família, disponibilizados após visita in loco, temos os seguintes dados a respeito dos principais atendimentos prestados pela ONG nos anos de 2016, 2017 e metade de 2018:

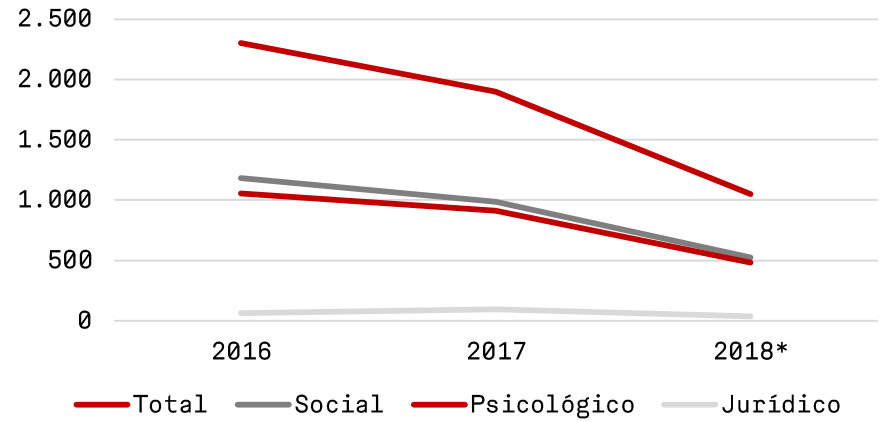
Gráfico 14: Atendimentos realizados pela ONG SOS Mulher e Família, incluindo os retornos - 2016 - 2017 e 2018*



*Fonte: Atendimentos de 2016 referentes de 02 à 12/2016, de 2017 de 02 à 12/2017 de *2018 de 02 à 06/2018. Dados de Atendimentos 2013 a 2018 SOS Mulher e Família. (*) Inclui além do retorno, o pós-atendimento.*

Ao analisar o gráfico acima, verifica-se que a quantidade de atendimentos no ano de 2016 foi de 2.304, em 2017 foi de 1.900, enquanto em 2018, até o mês de junho, 1048 atendimentos já foram realizados. Os principais atendimentos nesses dois períodos foi o social, devido à natureza da instituição, que presta inicialmente o atendimento com a assistente social, para depois encaminhar as atendidas a outros setores. Nota-se uma queda nos atendimentos ao longo dos anos conforme destaca o gráfico abaixo:

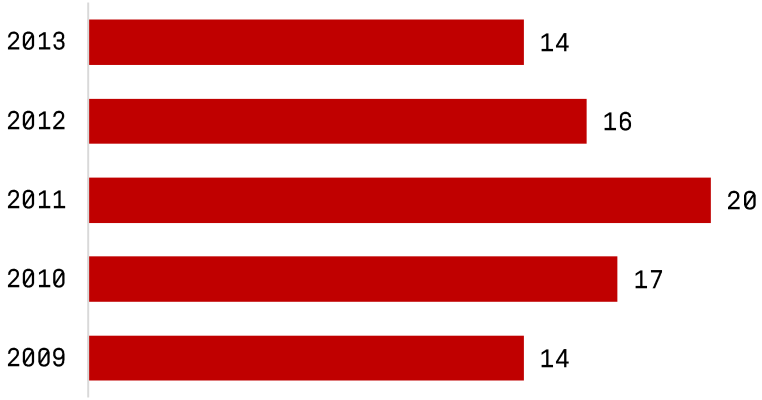
Gráfico 15: Atendimentos da ONG SOS Mulher e Família nos anos 2016 - 2017 – 2018



Fonte: Dados de Atendimentos 2013 a 2018 SOS Mulher e Família. (*) Inclui dados até junho de 2018.

Acerca dos índices de homicídios de mulheres na cidade de Uberlândia a publicação "Indicadores de violência doméstica: dados do registro de ocorrências do Centro Integrado da Mulher - CIM e outras fontes" (GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J., 2016), apresenta dados relacionados aos anos de 2009 a 2013 como pode ser verificado no gráfico abaixo:

Gráfico 16: Homicídios de mulheres em Uberlândia de 2009 a 2013 (por 100 mil vítimas)



Fonte: Indicadores de violência doméstica: dados do registro de ocorrências do Centro Integrado da Mulher - CIM e outras fontes", 2016. Dados extraídos de Mapa da Violência, 2015.

Nota-se que no período da coleta de dados, o número de mulheres mortas em Uberlândia teve o seu maior número no ano de 2011, atingindo a taxa de 20 vítimas para cada 100 mil mulheres. Ao analisar de forma mais ampliada, comparando a taxa do município a outras cidades com população entre 500 mil e 700 mil habitantes, é possível constatar que os índices de Uberlândia está entre os mais elevados, conforme tabela abaixo:

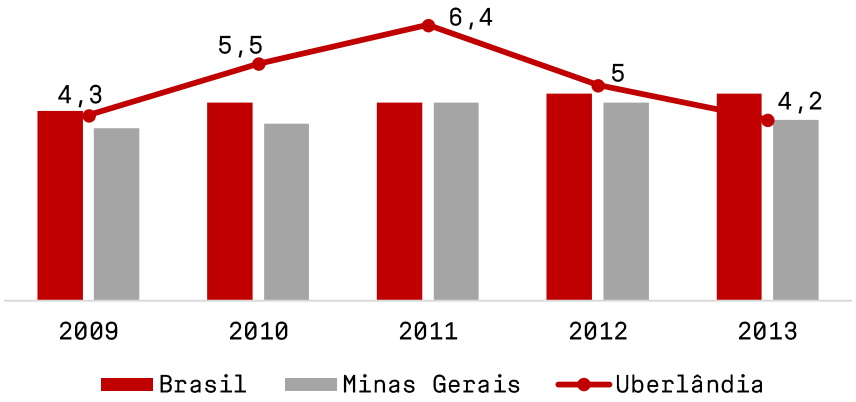
Tabela 1: Número de homicídios de mulheres, municípios selecionados, e número médio de homicídios nos municípios com população entre 500 mil e 600 mil habitantes, 2009-2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Contagem	16	16	21	19	22
Jaboatão dos Guararapes	31	13	25	16	21
Juiz de Fora	8	11	9	5	10
Osasco	16	15	9	8	8
Ribeirão Preto	5	9	7	6	7
Santo André	8	9	3	5	6
São José dos Campos	9	6	3	7	6
Uberlândia	14	17	20	16	14
Taxa média de homicídios	13,4	12,0	12,1	10,3	11,8

Fonte: Indicadores de Violência Doméstica 2014-2015.

Ao relacionar os dados de homicídios de mulheres a nível nacional, estadual com Minas Gerais e municipal com Uberlândia, nota-se que a cidade possui estatísticas mais elevadas em alguns dos anos em questão. (GRAFICO 17). No ano de 2009, o município apresentou taxa de homicídio da população feminina superior a taxa estadual, 4,3% contra 4% de Minas Gerais

Gráfico 17: Taxa de homicídios de mulheres, Uberlândia, Minas Gerais e Brasil, 2009 - 2013 (%)



Fonte: Indicadores de Violência Doméstica 2014-2015.

A cidade de Uberlândia não conta com um sistema de informação que possibilite a construção de indicadores de violência de gênero. Os mecanismos que realizam os registros contemporaneamente, ainda são bastante precários, e se caracterizam pela desorganização e dispersão. (GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J., 2016). O município possui um alto índice de subnotificação, e ainda cabe aos equipamentos públicos de atendimento, as ONG'S e demais serviços prestados as vítimas de agressão o levantamento desses dados, entretanto a compilação desses dados ainda é bastante dificultada entre as instituições. A organização dessas informações seria bastante importante para se chegar a um quadro de dados aproximado da situação da violência contra as mulheres no município (GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J., 2016).

Para o entendimento da importância da criação de um equipamento de Centro de Referência da Mulher na cidade de Uberlândia, o levantamento de estatísticas acerca da situação de mulheres vítimas de violência se faz necessário para se compreender a demanda, o perfil dessas mulheres e a importância destes equipamentos para contribuição na luta do combate à violência de gênero no município.

4. AS REDES DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

As Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) foram até o ano de 2003 as principais estruturas que governos Federais, estaduais e municipais utilizaram no combate a violência contra as mulheres. A partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República (SPM), que houve a ampliação das políticas voltadas a violência de gênero, estas passaram a incluir ações de prevenção e de garantia de direitos (Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011).

Com a criação da SPM, iniciou-se uma importante inovação com o incentivo à formação de redes que fossem compostas por todos os serviços para o atendimento de mulheres em situação de violência, de forma que esse atendimento pudesse ser realizado de forma integral. A necessidade de se criar uma rede articulada de atendimento à mulher é consolidada em 2007 com o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que segundo a publicação "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", de 2011 contempla as seguintes ações:

> "(...)a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública."

Outro marco para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência foi a já citada Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), e a criação no ano de 2005 da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. A lei prevê a criação de importantes equipamentos voltados a assistência de mulheres em situação de violência em seu art. 35, são eles:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

A Lei também prevê a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em seu art. 29. O Ligue 180, criado pela SPM tem como objetivo prestar orientação as mulheres vítimas de violência a respeito de seus direitos e sobre os serviços existentes para atender suas demandas, sendo assim, um importante avanço para à divulgação dos serviços da rede de atendimento. Essa Central funciona como uma porta-de-entrada para outros serviços da Rede, pois a partir do atendimento telefônico as vítimas são direcionadas aos serviços (Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011).

A mudança da conceituação de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres se deu em 2010, evidenciando assim o sentido mais amplo da Rede. Essa mudança de nome busca também incluir todos os atores sociais pertencentes a rede, sendo estes agentes governamentais, como órgãos federais, estaduais, municipais e universidades, e também os não governamentais, como é o caso das ONGs e de movimentos de mulheres. Além de todos os serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Segundo a publicação de 2011, "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", o conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é:

> "(...) à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência."

Cabe a Rede de enfrentamento o cumprimento dos quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, são eles: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, atendendo dessa forma a complexa questão da violência de gênero. Já com relação a Rede de Atendimento, esta pode ser entendida como um conjunto de ações e serviços, especialmente voltados a assistência social, jurídica, de segurança pública e de saúde.

Desta forma a Rede de atendimento, está inclusa dentro dos atores pertencentes a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o quadro abaixo apresenta as principais características dessas duas redes:
Com relação aos serviços de atendimento, estes são divididos da seguinte forma:

Quadro 1: Descrição dos Serviços Não/Especializados de Atendimento à Mulher

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendmento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência/Atendimento.
Incluí órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011

Quadro 2: Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Serviços não-especializados de atendimento à mulher	Serviços especializados de atendimento à mulher
Hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, defensorias públicas.	Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juízados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Fonte: Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

Entende-se dessa forma que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres se caracteriza por sua multiplicidade de serviços e de instituições. Entretanto um dos principais desafios para a eficiência deste enfrentamento da violência é que estes serviços tenham uma atuação articulada e integrada. Essa intersetorialidade é de suma importância para o combate a revitimização da vítima.

.Um importante equipamento para a Rede de Enfrentamento, lançado no Programa "Mulher: Viver sem Violência", em março de 2013, é a Casa da Mulher Brasileira (CMB), que é um espaço que realiza o acolhimento e atendimento de forma humanizada as vítimas de violência de gênero. O projeto tem como objetivo realizar a assistência integral as mulheres, facilitando o acesso das mesmas aos serviços especializados, proporcionando condições para o enfrentamento, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias. (PROGRAMA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA - CASA DA MULHER BRASILEIRA, sem data).

O projeto da CMB, buscou juntar em um único equipamento serviços especializados no atendimento às vítimas de violência de gênero, incluindo até mesmo um abrigo de passagem. O equipamento síntese da rede de enfrentamento possibilita que as mulheres sejam atendidas de forma rápida e evita que a vítima tenha que fazer toda uma "peregrinação" de equipamento em equipamento, sendo revitimizadas em busca de atendimento. O projeto será estudado e melhor explicado no item que aborda estudos de casos.

Nos próximos itens serão apresentados os principais atores da rede de enfrentamento da violência contra a mulher na cidade de Uberlândia. Equipamentos estes que serão considerados no projeto do Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi.

Figura 1: Programa da Casa da Mulher Brasileira.

Fonte: Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, 2011

4.1. A ONG SOS MULHER E FAMÍLIA

Uma importante protagonista no atendimento a mulheres em situação de violência, a ONG SOS Mulher e Família é uma organização da sociedade civil (OSC) do município de Uberlândia que iniciou suas atividades no ano de 1997. Criada por pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia, a ONG atua em pesquisa, educação e prevenção das situações de violência conjugal, com a realização de atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos sem custo à mulheres e famílias em situação de violência e risco, seja físico, psicológico, moral, sexual ou patrimonial (MERLI,2018). Em entrevista a ONG SOS, Suyane Rodrigues, que trabalha na área administrativa, informa como funciona o atendimento da ONG:

> "(...) A partir do atendimento com a assistente social são feitos alguns encaminhamentos, tanto internos quanto *pra* rede de enfrentamento, e o SOS tem o atendimento psicológico continuado, em formato individual. A gente também, a área de psicologia, os profissionais também atendem grupos, grupos de homens e mulheres e aí a assistente social é que vai levantar essa demanda né, e aí sendo possível essa atendida é encaminhada internamente. Então se ela tem alguma dúvida jurídica ela é atendida pela advogada no sentido de orientação né, pra ser orientada, ela pode ser encaminhada pra algum órgão parceiro que faça essa atendimento jurídico na perspectiva de assumir o processo e o diferencial é que é continuando. Quantas vezes a pessoa precisar retornar ali dentro do que for possível o SOS atender, ela retorna." (RODRIGUES, S. Entrevista realizada pela autora a ONG SOS Mulher e Família, 2018)

A localização da ONG SOS, é na Rua Felíciano Morais no número 62 do bairro Nossa Sra. Aparecida, o endereço é de fácil acesso pela proximidade com o corredor de ônibus da Avenida João Naves de Ávila. Entretanto, por ser uma via de menor destaque garante a vítima o sigilo e privacidade.

O espaço físico da ONG consiste em uma residência, que de forma improvisada, com o uso dos mobiliários, busca abrigar os ambientes que se fazem necessários para o atendimento às vítimas de violência doméstica. A ONG conta com três salas de atendimento individual e uma para atendimento coletivo, que dependendo da demanda também é utilizada para atendimentos individuais. Destaca-se que nenhuma dessas salas é adequada para o atendimento infantil, neste sentido são colocados alguns brinquedos nas salas para as crianças atendidas ou que estão junto das vítimas. Há também a parte administrativa, que funciona em uma sala de passagem e em um dos cantos junto da sala de recepção. A ONG possui apenas dois banheiros, sendo um público e acessível, e um para os funcionários que fica dentro de uma das salas de atendimento. O espaço conta também com uma cozinha de uso apenas dos funcionários.

Na imagem abaixo é possível verificar como são os ambientes da ONG. Durante a visita, apenas uma sala de atendimento estava desocupada para fotografia. As salas possuem mobiliário simples, e alguns brinquedos para mães que vão acompanhadas de seus filhos. Por se tratar de uma casa, as salas onde são realizados os atendimentos não possuem isolamento acústico necessário para o sigilo e conforto da vítima, como tentativa de abafar o som das salas, os funcionários colocam música ambiente enquanto as vítimas estão em atendimento.

Figura 2: Sala de atendimento.

Fonte: Autora, 2018.

Figura 3: Espaço administrativo e de procedimentos de arquivamento de informações.

Fonte: Autora,2018.

Figura 4: Recepção e administração, que está localizada atrás do armário de arquivos.

Fonte: Autora,2018.

Com relação ao fluxo diário da ONG SOS Mulher e Família, são feitos em média oito atendimentos, sendo quatro na parte da manhã, e quatro na parte da tarde. Os atendimentos são feitos com hora marcada, pois depende do número de voluntários que estarão trabalhando.

Por se tratar de uma edificação que não foi projetada para receber as atividades da ONG SOS Mulher e Família, a atual configuração dos espaços não são adequados para o atendimento que é realizado pela ONG, desta forma o projeto possui algumas necessidades como o número de salas de atendimento, segundo entrevista com Suyane Rodrigues, o ideal seria que a ONG dispusesse de pelo menos 6 salas, para poder abarcar mais voluntários e flexibilizar os horários para atendimento das vítimas. Outra questão levantada pela entrevistada é a importância dos ambientes serem aconchegantes e acolhedores para as vítimas, possuírem isolamento acústico e espaços apropriados para atender crianças.

Figura 5 e 6: Recepção e área de espera para atendimento, na primeira imagem destacam-se alguns livros infantis para os filhos das vítimas.

Fonte: Autora,2018.

Ao longo da visita e da entrevista, foi possível compreender o modo como a ONG SOS Mulher e Família desenvolve suas atividades no espaço físico que é utilizado hoje, além disso, foi importante entender como esses ambientes podem ser melhorados para que as atividades possam ser desenvolvidas de modo mais confortável tanto para a vítima quanto para o profissional da rede.

4.2. CASA ABRIGO TRAVESSIA DE UBERLÂNDIA (CATU)

Segundo a publicação de 2011, "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", as Casas-Abrigo são conceitualizadas da seguinte forma:

> As Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

A cidade de Uberlândia conta com uma estrutura de abrigamento, a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia (CATU), acerca do seu histórico, a iniciativa do projeto e a elaboração do mesmo partiram da ONG SOS Mulher e Família da cidade de Uberlândia, no ano de 1999, tendo o apoio do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e Núcleo de Estudos de Gênero/UFU. O lançamento da CATU se dá no ano de 2002, com o objetivo de realizar o acolhimento de mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência doméstica/familiar e em risco de morte, em que a vítima mesmo em seu domicilio ou no de amigos e parentes estivesse em risco (GUERRA, 2018).

A CATU oferece abrigo temporário e sigiloso, e assegura a vítima apoio psicossocial, jurídico, de saúde e pedagógico, possibilitando que os acolhidos reiniciem suas vidas em melhores condições longe da violência. As pessoas abrigadas utilizam o serviço num período já determinado de até quatro meses (120 dias). Após o fim desse período, a vítima deverá ter reunido condições necessárias para retomar o curso de sua vida, entretanto, mediante a uma avaliação, há possibilidades destas vítimas permanecerem por mais tempo abrigadas. Em alguns casos, as vítimas podem sair para o trabalho em outros não, cada caso é avaliado por uma equipe especializada (GUERRA, 2018).

A localização da Casa-Abrigo é sigilosa, com o intuito de preservar a segurança das abrigadas e de seus(suas) filhos(as), O acesso ao serviço se dava inicialmente por meio da Divisão dos

Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/SMDS/PMU e também pelo Centro de Referência. A SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, se responsabilizava pelo levantamento do histórico familiar, pelo diagnóstico da incidência da violência, pela verificação da adequação do caso aos critérios de abrigamento, e pelo atendimento às demandas mais emergenciais. Cabe a esses órgãos em parceria com a DEAM, o encaminhamento das vítimas à Casa-Abrigo (GUERRA, 2018).

Até o ano de 2004, os critérios de abrigamento da CATU eram basicamente a existência de vagas no abrigo; a vontade da vítima em ser abrigada; ter realizado a ocorrência, ou ainda com a posse de um mandato judicial em função de violência conjugal e intrafamiliar, em casos que a vítima está em risco e sem outro lugar para se abrigar, ter passado pelo CIM, ONG SOS Mulher Família e/ou pelo Núcleo de Apoio à Mulher/SMDSHT/PMU ou pela DEAM, e dependendo da gravidade da situação a vítima poderia ser encaminhada para outra Casa-Abrigo da região.

O projeto da CATU, se referenciou nas primeiras experiências de Casa-Abrigo no Brasil, que abarcaram as medidas de caráter preventivo que o Plano Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher[1] estabelecia. A Prefeitura Municipal de Uberlândia realizou a execução do projeto, e disponibilizou uma área física de 1.500m² para a construção do abrigo, além disso garantiu o sigilo do endereço. A CATU está localizada em um bairro residencial, próximo a escolas e posto de saúde, segundo a professora da Faculdade de Direito da UFU e orientadora do projeto Todas por Ela, Neiva Flávia, o bairro é tranquilo e o ambiente da casa é bastante amplo e confortável.

Em documento disponibilizado após visita a ONG SOS Mulher e Família, é possível compreender como se dava o funcionamento da CATU no período de 2002 a 2004, segundo a tabela de horários abaixo:

Quadro 3: Horários de atividades das mulheres e crianças abrigadas na CATU,

<table>
<tr><th colspan="2">CRIANÇAS</th><th colspan="2">MULHERES</th></tr>
<tr><th>Horas</th><th>Atividades</th><th>Horas</th><th>Atividades</th></tr>
<tr><td>07:00 às 08:00</td><td>Café
Creche</td><td colspan="2">Café
Trabalho fora</td></tr>
<tr><td>08:30 às 11:30</td><td>Atividades escolares, horário de estudo, recreação, filmes etc.</td><td>08:30 às 11:30</td><td>Tarefas na casa, atendimentos sócio-histórico, filosófico, pedagógico e/ou psicológico, saídas, olhar as crianças, médicos, dentistas, esporte, yoga etc.</td></tr>
<tr><td>11:30 às 12:30</td><td>Almoço</td><td>11:30 às 12:30</td><td>Almoço (juntamente com os/as Técnicos/as)</td></tr>
<tr><td>12:30 às 13:00</td><td>Preparação para a Escola</td><td rowspan="3">14:00 às 15:30</td><td rowspan="3">Atividades em grupo, Atendimentos sócio-histórico, filosófico, pedagógico e/ou psicológicos, cursos de profissionalização, de alfabetização, saídas, olhar as crianças etc.</td></tr>
<tr><td>13:00 às 14:00</td><td>Descanso</td></tr>
<tr><td>14:00 às 15:00</td><td>Atividades</td></tr>
<tr><td>15:00 às 15:30</td><td colspan="3">Lanche</td></tr>
<tr><td>16:00 às 17:00</td><td colspan="3">Atividades Gerais em Grupo</td></tr>
<tr><td>17:00 às 17:30 e 17:30 às 18:00</td><td colspan="3">Banho</td></tr>
<tr><td>18:00 às 19:00</td><td colspan="3">Jantar</td></tr>
<tr><td>20:30 às 21:00</td><td colspan="3">Lanche noturno e confecção de mamadeiras</td></tr>
<tr><td>22:00</td><td colspan="3">Dormir</td></tr>
</table>

Fonte: Normas para Funcionamento da casa Abrigo Travessia de Uberlândia, 2002. Adaptação Autora, 2018.

[1] Criado pelo Ministério da Justiça, em 1998, que estabeleceu política nacional para este tipo de Programa, prevendo recursos para a criação de novas Casas, manutenção e equipamentos para as existentes. (GUERRA, 2018)

Nas normas de funcionamento da CATU, é possível compreender também como as atividades e a manutenção da casa são pensadas de forma coletiva, com divisão das atividades domésticas entre abrigadas e funcionários. Outro importante destaque é que as crianças devem ser levadas a escola e à creche no caso da mãe trabalhar fora. Com relação aos profissionais do abrigo, o documento destaca a necessidade dos seguintes profissionais: auxiliar de serviços gerais; oficial administrativo/a: vigia; monitor/a social; advogada/o; psicóloga/o; assistente social; pedagoga/o e/ou psicopedagoga/o; auxiliar de enfermagem ou enfermeira/o; médica/o; coordenação; estagiários(as) e voluntários(as), sendo que alguns destes iriam para realizar atividades especificas e outros ficariam em plantão.

Segundo Guerra, desde o lançamento da Casa-Abrigo de Uberlândia (CATU), no final de 2002 até o ano de 2004, foram atendidas diretamente um total de aproximadamente 38 mulheres e 70 crianças da cidade de Uberlândia e Região. Após esse período, mesmo com a solicitação da ONG SOS Mulher e Família, e de algumas diretorias do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM), não foram divulgados de forma transparente os relatórios de atendimentos por parte do poder público.

A CATU enfrentou dificuldades que segundo Guerra, não são exclusivas a ela, é comum a diversos programas de abrigamento ao longo do Brasil, alguns desses obstáculos é a lentidão da Justiça, a escassez de vagas em escolas e creches, a falta de espaço físico e veículo exclusivo para o abrigo, falta de segurança e insuficiência de habitação para as ex-abrigadas além de poucas políticas para promoção de emprego para as mesmas.

Até o ano de 2004, a CATU estava em funcionamento, com articulação com a rede de enfrentamento a violência e outros equipamentos auxiliares locais, regionais e nacionais. Entretanto após esse ano, de 2005 a 2012, a questão dos atendimentos, funcionamento, encaminhamento e articulação com a rede foi rompida. O abrigo passou a funcionar de forma precária até que deixou de funcionar, houve um completo descaso, com a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia (CATU), especificamente de 2005 a 2012, durante a gestão Odelmo (PP) (GUERRA, 2018)

A partir de 2012, dando início a nova gestão municipal, Gilmar(PT), houve-se expectativa por parte dos movimentos sociais, em especial da SOS Mulher e Família, pois o prefeito em questão havia firmado compromisso de reativação do abrigo durante o período eleitoral. Neste sentido, após pressões por parte da sociedade, da mídia e em eventos realizados pelos atores do combate à violência contra a mulher, no ano de 2013 a Casa-Abrigo foi então reformada, e reinaugurada.

Segundo matéria do G1 de 26/09/2013, a CATU passou dois anos desativada, e a sua reativação foi realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (Sedest) em parceria com a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher e a Rede de Enfrentamento Contra a Violência Doméstica e Familiar. A matéria ainda destaca dados da Policia Militar acerca do aumento da violência contra a mulher, que nos anos de 2010 e 2011 aumentaram 103%, o que evidencia a demanda de vítimas a serem abrigadas que passavam pelo descaso de não contarem com o serviço. A matéria destaca também a atual configuração de ambientes da casa, que possui três quartos com suítes, sala de convivência, refeitório, cozinha, lavanderia, área externa ampla, depósito para estocagem de equipamentos e material de limpeza e higiene.

Na matéria, o secretário municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, Murilo Ferreira fala sobre a importância do abrigo:

> "Desde o fechamento da casa, as mulheres não tinham um espaço onde elas pudessem ser abrigadas e tratadas no sentido de recuperar a dignidade, a autoestima e a convivência familiar. Os casos mais graves podem chegar até seis

meses de abrigamento. Nesse período, elas têm a oportunidade de fazer cursos profissionalizantes para o reencaminhamento ao mercado de trabalho", afirmou.

Segundo Guerra (2018), o fato é que do período de lançamento no ano de 2002 até o ano de 2017, a CATU passou mais tempo desativada ou funcionando de forma inadequada, do que cumprindo a sua própria função que é salvar vidas da violência contra a mulher. Segundo Guerra(2018):

> "No relatório demonstrado em maio de 2017 sobre casos abrigados nos últimos quatro anos, consta nome de 7 abrigadas, sendo 4 no ano de 2013 (setembro a dezembro) e as outras três abrigadas em 2014 (janeiro a abril). Desse período até o momento, ou seja, maio de 2017 mais nenhum abrigamento."

Figura 7 e 8: Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia reformada e reinaugurada, 2013

Fonte: Jogos de Metamorfose, GUERRA, C.C.,2018.

Figura 9: Imagem da CATU durante o período de desativação.

Fonte: Jogos de Metamorfose, GUERRA, C.C.,2018.

O acesso ao equipamento é bastante dificultoso, e muitas vítimas ainda não conseguem o abrigamento de emergência devido à falta de informações acerca do abrigo, e até mesmo por desmotivação por parte dos próprios funcionários, como é possível compreender a partir de registro feito por membro da Diretoria da ONG SOS Mulher e Família em rede social em dezembro de 2017:

> "De todas as dificuldades que o serviço impõe para as mulheres em situação de violência, além das Delegacias de PM e PC, na Delegacia da mulher também que, em tese, deveria ser um local especializado do acolhimento e prestação de serviços a essas mulheres. O que acontece é exatamente o contrário, eles não têm informações sobre o abrigo adequado, as desencorajam desde o começo falando coisas grotescas e as deixando inseguras. Tanto que, hoje, a mulher que temos acompanhado pensou em desistir de tudo depois de todas as violências sofridas. Na PM, PC, DM, IML.... Por todos os locais que passamos, exceto o SOS mulher e o Abrigo que acolheu a família. (...) Sobre a Casa-Abrigo Travessia, a DM trata como se fosse uma prisão, as coisas que falaram em relação a ela pra mulher, só a desmotivou." (GUERRA, 2018 apud membro da Diretoria da SOS Mulher e Família)

Com relação ao atual funcionamento, segundo Guerra (2018), no ano de 2017 ocorreu uma terceirização do serviço público, e a Casa-Abrigo hoje está sobre a responsabilidade da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (ICASU).

A Casa-Abrigo, dentro da Rede Enfrentamento a Violência contra a Mulher, é um equipamento fundamental na preservação da vida das vítimas de violência de gênero, segundo, Alves (2015) a capacidade da então Casa-Abrigo seria bastante reduzida para a demanda municipal, "(...) ela não teria capacidade para abrigar 2,20% em um montante de 454 mulheres que pleitearam medidas protetivas de urgência na comarca de Uberlândia, com base na Lei Maria da Penha (...)".

Em entrevista a coordenadora do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (NUAVIDAS), Dra. Mariana Hasse, a mesma informa que dependendo do risco que a vítima está correndo,

o abrigamento desta pode ser realizado em outros abrigos de cidades da região, desta mesma forma a Casa-Abrigo de Uberlândia pode abrigar também mulheres de regiões vizinhas.

4.3. DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)

No município de Uberlândia a unidade de DEAM, segundo informa o site da Prefeitura de Uberlândia, possui caráter preventivo e repressivo, e é responsável pela realização de ações para a prevenção, apuração e investigação de crimes. Dentro de suas atribuições estão inclusas: informar à vítima sobre seus direitos, instauração de Inquérito Policial, encaminhamento da solicitação de Medidas Protetivas ao órgão judiciário, expedição da guia que possibilita a realização do exame de corpo delito no Instituto Médico Legal IML e também o encaminhamento das vítimas em casos de risco de morte e extrema urgência para a Casa-Abrigo. Segundo o encaminhamento para a Casa-Abrigo, em entrevista à Suyane Rodrigues da ONG SOS Mulher e Família, esta informa que:

> "(...) o procedimento é que essa mulher seja atendida pela delegacia da mulher e a delegada é quem faz a solicitação pra que ela seja abrigada, então esse procedimento de abrigamento ele se dá na delegacia da mulher através de um requerimento né, uma recomendação da delegada." (RODRIGUES, S. Entrevista realizada pela autora a ONG SOS Mulher e Família, 2018)

Segundo matéria em março de 2018 ao site de notícias G1 Triangulo Mineiro, a Delegada Alessandra Rodrigues da Cunha afirma que "Mais de 80% das medidas protetivas dadas para mulheres em Uberlândia são cumpridas.", e encoraja as vítimas, "Não tenha medo de denunciar". Com relação ao atendimento na delegacia, em entrevista à Suyane Rodrigues da ONG SOS Mulher e Família, a mesma informa que o papel da Delegacia da Mulher é bastante restritivo no sentido de realizar boletins de ocorrência, denúncias e encaminhamentos para a Casa-Abrigo. Desta forma, caso a vítima precise de outras orientações, ela deve procurar o CIM, ou outros equipamentos da rede voltados a assistência jurídica e psicossocial.

Um ponto importante da fala acima é com relação ao atendimento que nem sempre ocorre todos os dias, uma problemática para a vítima que busca o local para fazer a denúncia e nem sempre conseguirá realizar o boletim de ocorrência (BO). Outra questão diz respeito a localização da DEAM da cidade de Uberlândia, hoje a delegacia funciona no mesmo edifício que a Casa da Mulher, o endereço dos equipamentos é na Av. Nicomedes Alves dos Santos no número 727 do bairro Lídice. A localização é um tanto quanto problemática, de difícil acesso para quem chega ao local principalmente de transporte público.

Com relação ao horário de funcionamento, este é outro fator que dificulta o acesso à delegacia, que atende as vítimas das 08:00 às 17:00, horário esse que restringe principalmente mulheres que trabalham, por coincidir com o horário comercial. Destaca-se também a desatualização do endereço da delegacia na internet, em uma pesquisa rápida é possível verificar que o endereço disponível não é o mesmo onde o órgão funciona.

O acesso a DEAM e ao Centro Integrado da Mulher se dá por um corredor. Estreito e escuro, na imagem abaixo nota-se que o espaço fica ao lado de um viaduto, e tem seu acesso voltado para a

estrutura de concreto do viaduto. O caminho até os equipamentos é pouco convidativo e hostil, um problema para vítimas que já chegam ao local fragilizadas.

4.4. A CASA DA MULHER (CENTRO INTEGRADO DA MULHER)

Criado no ano de 2012, o Centro Integrado da Mulher (CIM), atende mulheres em situação de violência doméstica, e oferece apoio psicossocial e auxílio jurídico (possui um núcleo da Defensoria Pública), além de possuir junto de suas dependências uma DEAM. O CIM conta também com a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD, que se trata de uma viatura da polícia militar responsável por ocorrências que envolvem especificamente violência doméstica e o Núcleo de Diversidade Sexual, responsável pelo atendimento inicial das mulheres trans. Segundo conceituação da publicação de 2011, "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", os Centro de Referência de Atendimento à Mulher são:

> O Centro de Referência de Atendimento à Mulher presta acolhida, acompanhamento psicológico e social, e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, visando à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar.
>
> As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual e moral, etc).

Segundo informa o site da prefeitura de Uberlândia, o CIM está em atividade desde o dia 18 de maio de 2012, e se vincula a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação. O equipamento tem como missão prestar atendimento à mulher vítima de violência doméstica, amparado pela Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha. O atendimento de cunho socioassistencial prestado pela Diretoria de Proteção Social à Mulher, no CIM, conta os seguintes serviços para as vítimas:

Núcleo de Apoio à Mulher – NAM: Atende a mulher e a família através de orientações e encaminhamentos à rede socioassistencial, quando necessário. Tem por finalidade promover a implementação de políticas públicas afirmativas que estimulem social, cultural, econômica e politicamente as mulheres do Município, com ações articuladas e a consolidação de atividades educativas, informativas e preventivas sobre as questões da mulher e as relações de gênero.
Defensoria Pública – DP: Presta orientação e acompanhamento jurídico em questões envolvendo a violência doméstica. Oferece atendimento especializado para mulheres que não possuem condições financeiras para contratar um advogado. Ingressa-se em juízo, apenas processos relacionados ao Direito de família, tais como: divórcio, busca e apreensão de menores, guarda, pensão alimentícia, partilha de bens, reconhecimento e dissolução de união estável.

Além dos serviços acima mencionados, o CIM da cidade de Uberlândia possui também em suas dependências a DEAM, já descrita no item anterior deste capítulo e o atendimento a mulheres trans. Com relação ao atendimento à mulher transexuais segundo

informa a coordenadora do Núcleo de Diversidade Sexual Sayonara Nogueira durante Entrevista informal, as vítimas são atendidas da seguinte forma, inicialmente elas passam pelo Núcleo, para depois serem atendidas pelo CIM. Entretanto o atendimento pela delegacia da mulher é realizado apenas as vítimas que possuem os documentos retificados, as que não os possuem não conseguem receber o atendimento conforme a lei Maria da Penha. Estas mulheres são encaminhadas a Delegacia do Juizado Especial, e a violência é categorizada como lesão corporal. A entrevistada também destaca que hoje o CIM não realiza o exame de corpo delito em mulheres transexuais, e elucida a importância do atendimento médico especializado para as mulheres transexuais dentro do CIM.

Com relação a localização, em março de 2019 ocorreu uma mudança de endereço CIM (o mesmo da DEAM), que passou a se instalar em frente ao antigo endereço, na Av. Nicomedes Alves dos Santos no número 727 do bairro Lídice. Apesar da mudança para um espaço mais amplo, o acesso continua sendo ao lado de um viaduto, possuindo um acesso escuro e estreito não apresentando para a vítima um acesso acolhedor e agradável.

Figura 10: Figura do acesso Casa da Mulher CIM) e a DEAM.

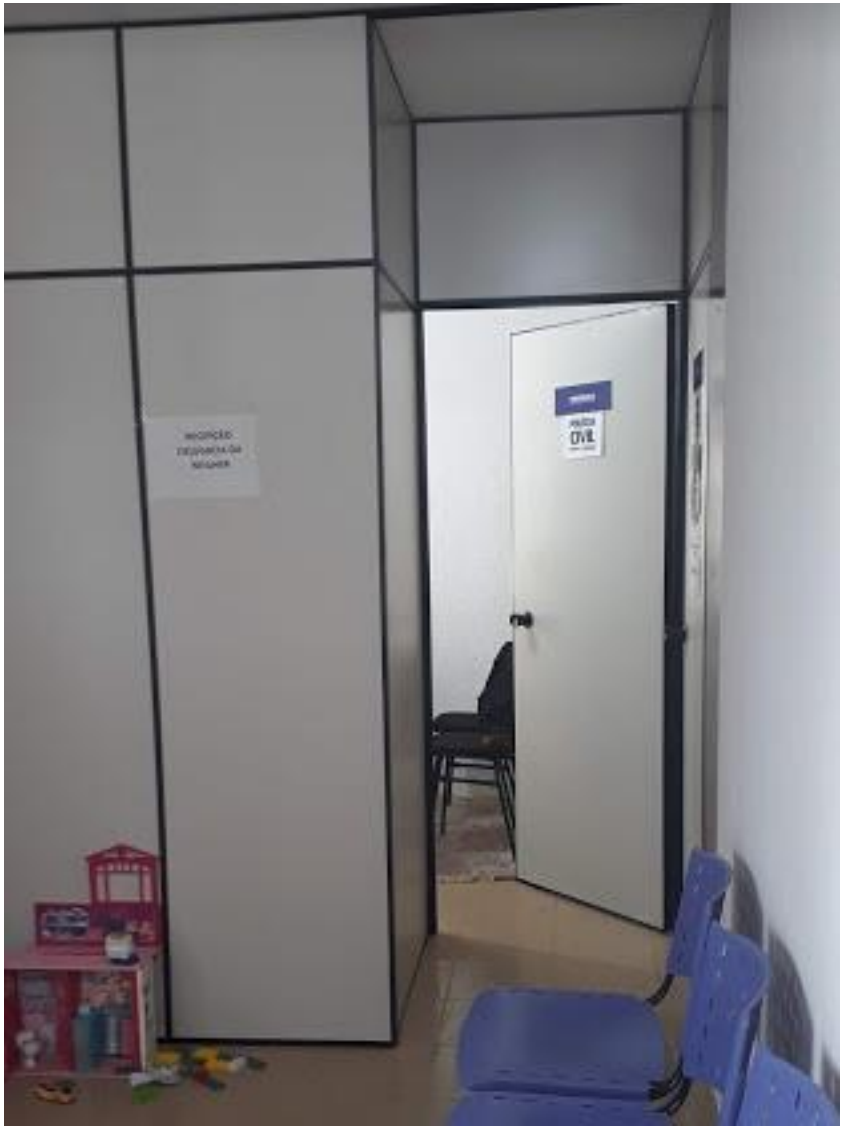
Fonte: Autora, 2019.

Figura 12 e 13: CIM visto de cima do viaduto, o acesso a edificação é problemático e confuso, principalmente para quem vai de transporte público até o equipamento.

Fonte: Autora, 2019.

Assim como na antiga instalação, o equipamento público ocupa uma estrutura residencial com algumas adaptações, principalmente voltadas a acessibilidade, para que possa funcionar. O programa segue a antiga distribuição, e comporta o Centro Integrado da mulher, a Delegacia especializada em atendimento à mulher, a defensoria da mulher e o núcleo de diversidade, voltado especialmente ao atendimento das mulheres trans.

Figura 11: Vista para a sala de registro de ocorrências da Delegacia da Mulher.



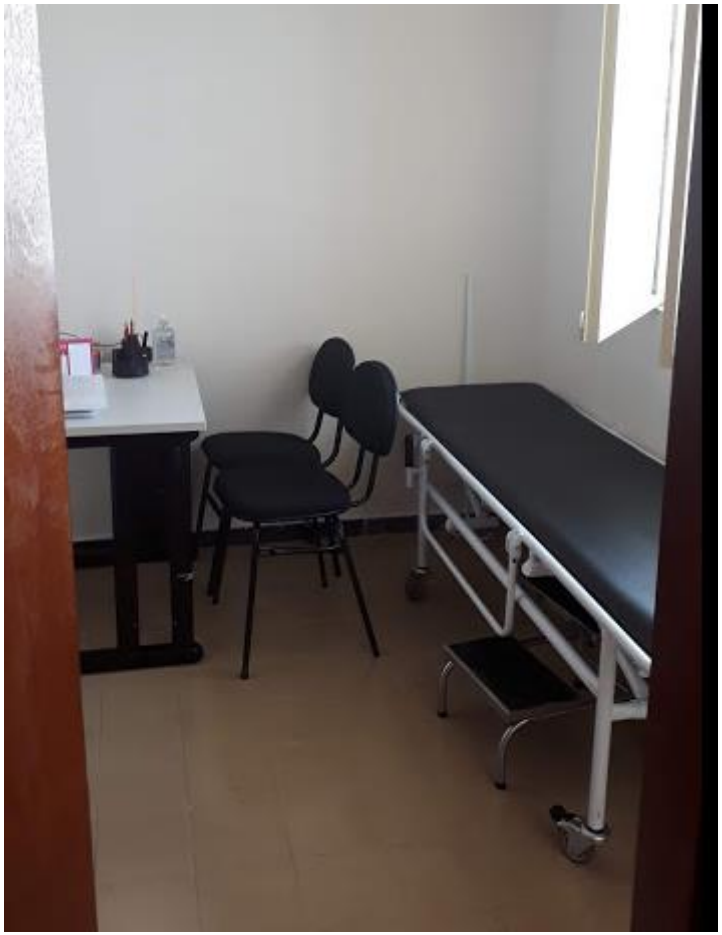
Fonte: Autora, 2019.

No que diz respeito às atuais dependências do CIM, durante visita in loco, pode-se aferir a estrutura física de alguns dos seus ambientes, a atual sede do CIM é composta por recepção, cinco salas de atendimento psicossocial, sala de coordenação, sala de diretoria, sala de atendimento da médica legista, cozinha para funcionários, duas salas para as delegadas da DEAM, quatro cartórios sendo um especializado em crianças e adolescentes, dois banheiros, sala de inspetores, sala da Defensoria Pública de Mulheres, sala voltada para o Núcleo de Diversidade Sexual.

Por se tratar de uma edificação pré-existente, o espaço do CIM, assim como o da ONG SOS Mulher e Família, utiliza de uma estrutura residencial adaptada, desta forma muitos dos ambientes são divididos apenas por divisórias de octanorm, as vezes com janelas fixas entre a laje e a divisória para a iluminação.

Um dos ambiente chama a atenção durante a visita in loco, a sala de exame de corpo delito, esta possui um espaço bastante improvisado, onde a locação dos mobiliários fica apertada e desconfortável para as vítimas, sendo esse um dos ambientes onde a vítima fica ainda mais vulnerável.

Figura 13: Vista para a sala de registro de ocorrências da Delegacia da Mulher.



Fonte: Autora, 2019.

Apesar das problemáticas encontradas no CIM, vale destacar que o espaço hoje busca a integração dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, o que contribui para diminuir a revitimização da vítima quando esta realiza uma denúncia. Tal integração foi destacada pela secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho, Iracema Barbosa Marques, em sua fala durante a inauguração do serviço em 2012:

> "Esta unificação representa um avanço no atendimento prestado na cidade. Tudo para proporcionar ainda mais conforto, dignidade e segurança às mulheres que aqui vivem e passam por situações de violência. O novo equipamento representa a atuação constante da administração municipal, em conjunto com órgãos de segurança pública, poderes legislativo e judiciário para cuidar das nossas cidadãs" (http://uipi.com.br/destaques/destaque-1/2012/05/18/inauguracao-do-cim-representa-maior-enfrentamento-a-violencia/).

Além da mudança de endereço do CIM, em 2019 a prefeitura lançou também o aplicativo Salve Maria, que funciona como um botão do pânico que quando acionado contata a vítima diretamente com a Policia Militar, facilitando a realização de denúncias.

A experiência do CIM contribui para compreender como se dá a integração de alguns serviços para o atendimento a vítimas de violência de gênero em um só espaço. Principalmente no que diz respeito a estrutura física, o bom funcionamento do equipamento está ligado diretamente ao seu projeto arquitetônico.

4.5. TODAS POR ELA

O projeto Todas por Ela foi criado em agosto de 2016, após algumas alunas recém-graduadas do curso de direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) elaborarem um projeto com o intuito de promover a retribuição social dentro da área do Direito Penal. Orientado pela Professora Neiva Flávia de Oliveira, o projeto oferece assessoria jurídica voluntariamente à mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e de gênero. Além disso o Todas por Ela, elabora materiais de prevenção à violência contra a mulher e de empoderamento feminino para a comunidade externa e acadêmica.

O Todas por Ela trabalha em parceria com a ONG SOS Mulher e Família, e recebe encaminhamentos também da Defensoria Pública e o Centro Integrado da Mulher (CIM), o projeto também encaminha para a ONG SOS casos que demandem de atendimento psicológico e social.

Em entrevista informal ao projeto, as estudantes informaram que o grupo atende na primeira semana do mês oito casos de violência de gênero para assistência jurídica. Além disso as estudantes participantes do projeto se encontram todas as terças e quintas-feiras no bloco do Escritório de Assessoria Jurídica Popular (ESAJUP), das 13:00 às 17:00, nestes encontros as estudantes trabalham nos casos, e além disso, esporadicamente atendem casos que chegam durante o horário do encontro.

Figura 14: Fachada ESAJUP

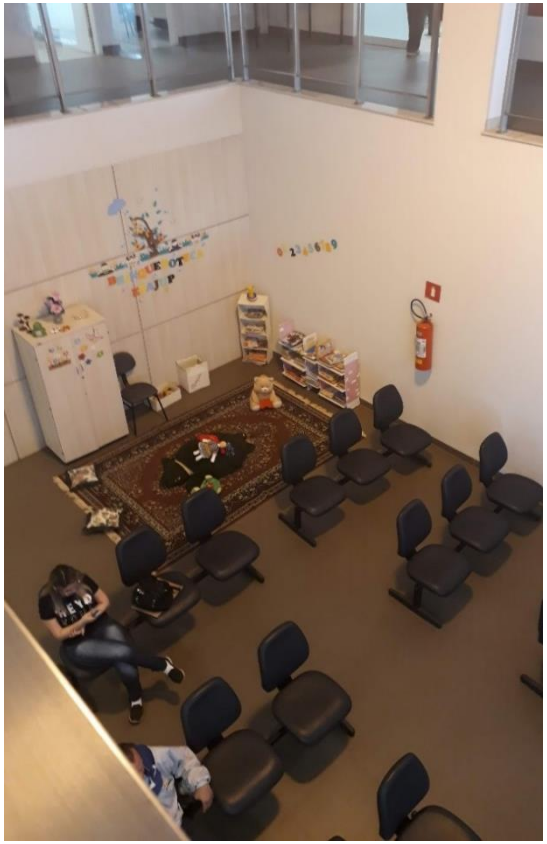
Fonte: http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/posts/page/19/.

O projeto se localiza no Escritório de Assessoria Jurídica Popular (ESAJUP), dentro do campus Santa Mônica da UFU, bloco 5V, bloco este voltado diretamente para a Avenida Segismundo Pereira, com acesso facilitado devido a existência do corredor de ônibus na mesma avenida. Com relação ao espaço físico, durante a entrevista informal, as estudantes descreveram como poderia ser a composição do espaço para elas realizarem de forma eficaz o atendimento as assistidas, e para o trabalho coletivo do grupo:

- 3 salas de atendimento individual, também denominadas sala de conciliação (mobiliário: mesa redonda, cadeiras, computador);
- 1 sala para atendimento coletivo/auditório;
- 1 sala para a assistente social;
- secretaria/recepção;
- brinquedoteca;
- sala de espera;
- 1 sala de estudo coletivo;
- sanitários.

Nas imagens abaixo, registradas in loco, é possível compreender como são alguns dos espaços utilizados pelo projeto no prédio da ESAJUP:

Figura 15 e 16: Sala de espera na recepção da ESAJUP, com espaço para crianças improvisado e Sala de estudos onde o Todas por Ela se encontra às terças e quintas feiras.



Fonte: Autora, 2018.

A atuação acadêmica no enfrentamento a violência contra a mulher é de suma importância para o desenvolvimento de profissionais articulados com as questões sociais como é o caso da violência de gênero. A visita ao local e a conversa com as participantes do projeto contribuíram para se compreender como se configuram esses espaços físicos, e como estes usuários utilizam os ambientes e mobiliários.

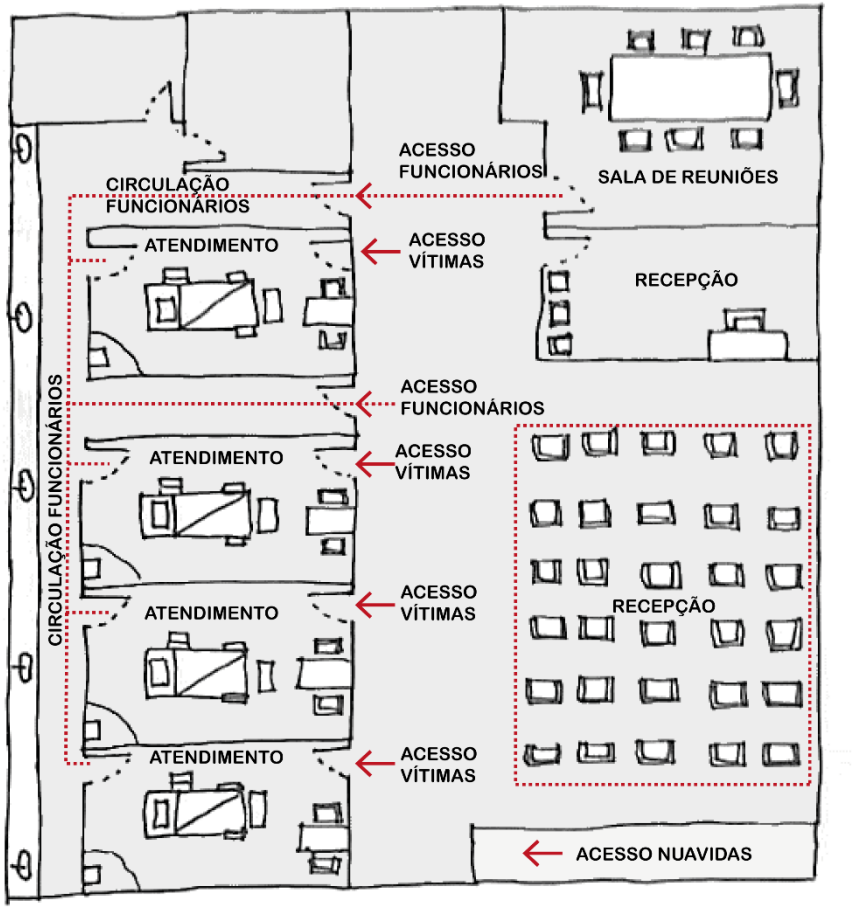
4.6. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL (NUAVIDAS)

O NUAVIDAS é coordenado pela Dra. Mariana Hasse, e iniciou suas atividades em março de 2017. Está localizado na área de ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU). O núcleo atende mulheres e crianças vítimas de violência sexual, e segundo Hasse, em entrevista informal, são em média seis novos casos, tanto de mulheres quanto de crianças, e no pronto socorro 1 caso por dia.

Durante entrevista, a coordenadora do NUAVIDAS explicou por meio de um croqui, como se configura o espaço físico e a setorização dos espaços de atendimento do ambulatório. A configuração do ambulatório onde funciona o NUAVIDAS, e do HCH como um todo, segue o modelo dos hospitais escolas, ou seja, todo o espaço é projetado pensando no médico professor. Desta forma, as salas de atendimento às vítimas possuem portas que se voltam para um corredor posterior às salas, que são feitas em material translúcido opaco (FIGURA 18), ou com divisórias de tecido, para facilitar o acesso dos professores às salas de atendimento, ou dos alunos ao corredor em que esses se encontram.

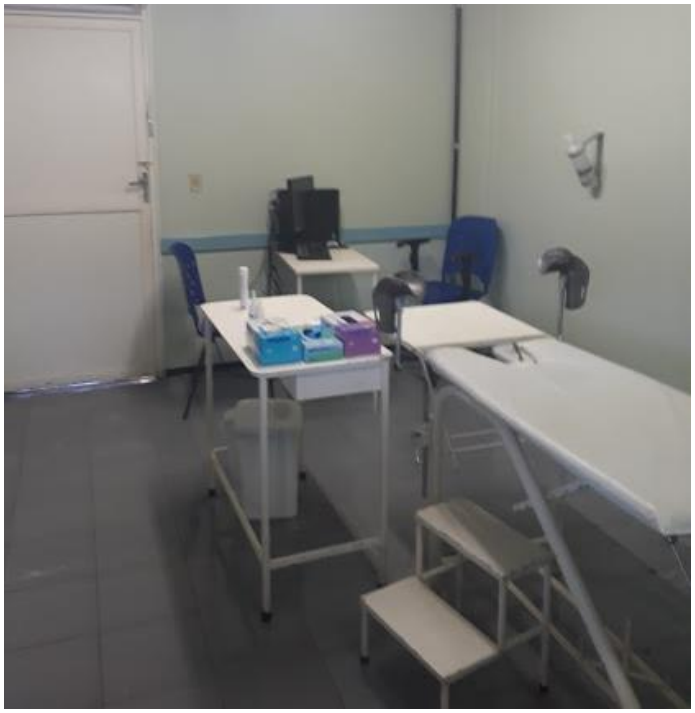
Entretanto tal configuração, segundo Hasse, é problemática por não oferecer privacidade as vítimas, a coordenadora informa que durante alguns atendimentos, ela muda a configuração do layout da sala para evitar que a vítima perceba os vultos no corredor. Outra problemática são as paredes que dividem a sala de atendimento com o corredor, estas não vão até o teto para possibilitar a ventilação natural da sala, que não possui abertura voltada para o meio externo. Tal configuração impossibilita o isolamento acústico da sala, trazendo desconforto e constrangimento para as vítimas durante o atendimento.

Figura 17: Croqui setorização do ambulatório onde funciona o NUAVIDAS.



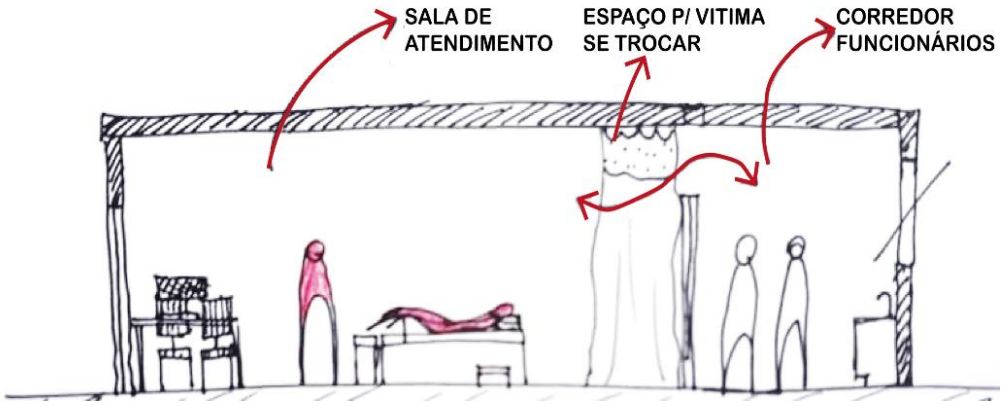
Fonte: Adaptado de croqui feito pela Dra. Mariana Hasse durante a entrevista. Autora, 2018.

Figura 18: Sala de atendimento ás vítimas.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 19: Croqui esquemático sala de atendimento e corredor para funcionários



Fonte: Autora, 2018.

Figura 20: Sala de atendimento ás vítimas.

Fonte: Autora, 2018.

O NUAVIDAS atende também crianças vítimas de agressão sexual, entretanto os ambientes não são pensados para o atendimento dessas crianças, a falta de divisória entre a maca e a mesa de atendimento gera desconforto para crianças, e mesmo para as mulheres violentadas. É observado também a falta de acessibilidade dentro das salas de atendimento, o espaço reduzido comparado a quantidade de mobiliários impede que uma pessoa em cadeira de rodas, ou uma mãe com carrinho de bebê se movimente no interior da sala.

O ambulatório não possui uma brinquedoteca ou espaço para crianças no seu andar, apenas no piso inferior a este, onde se encontra a pediatria do HCU, entretanto durante a visita o espaço se encontrava em reforma, e nenhum outro espaço estava sendo utilizado para esta função.

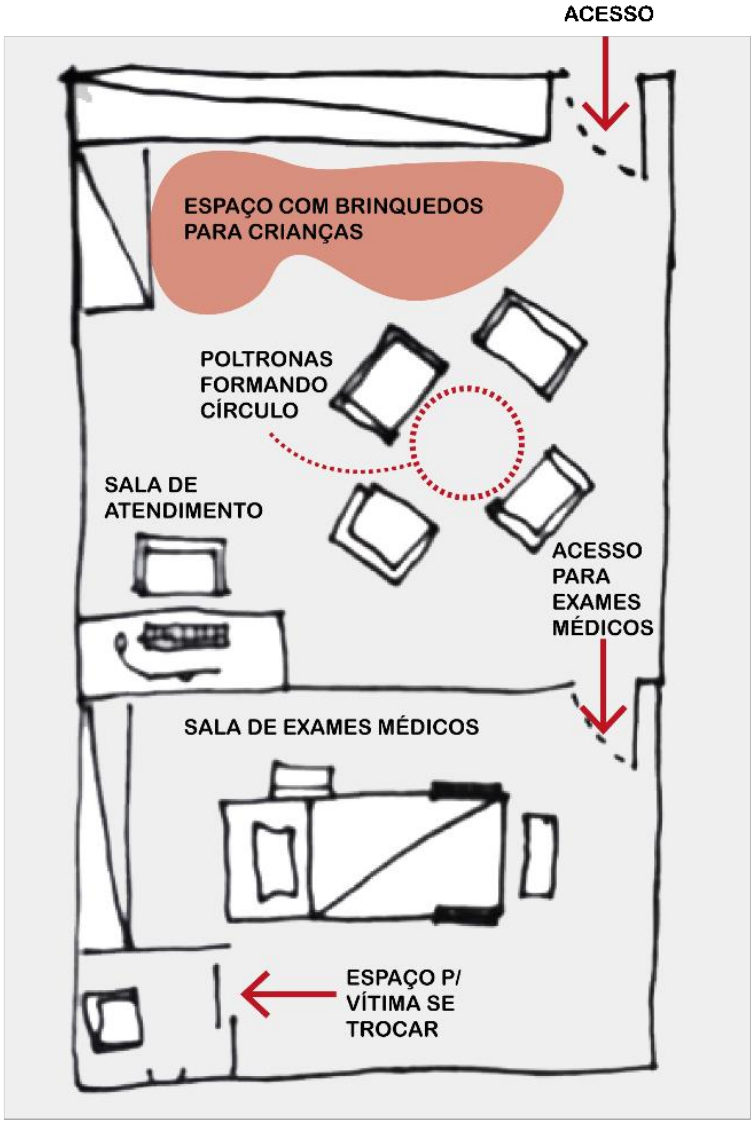
Com relação ao acesso das vítimas, a entrevistada destaca o fato da recepção ser a mesma tanto para vítimas que estão fazendo acompanhamento, quanto para vítimas recém violentadas, Hasse informa que muitas vítimas recém agredidas e/ou que chegam ao local junto de policiais se sentem constrangidas ao se depararem com as demais vítimas que aguardam atendimento.

O NUAVIDAS conta também com uma sala de reunião, onde segundo a entrevistadora ficam os profissionais que am no atendimento às vítimas, como por exemplo assessoria jurídica, a ideia é de que a vítima permaneça sempre no mesmo lugar, e os profissionais é que vão até elas. Hasse também informa que durante os atendimentos, os alunos que geralmente ficavam no corredor aos fundos das salas de atendimento, também ficam nessa sala de reunião, para promover silencio e sigilo durante o atendimento da vítima.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de um único edifício abarcar todos os equipamentos da Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, a Dra. Mariana concorda que o ideal seria que todos os serviços, órgãos e instituições da rede se concentrassem no mesmo local, a fim de evitar a revitimização da vítima. Ela informa que apenas a interrupção de gestação de vítimas de estupro não poderia acontecer no mesmo espaço, entretanto atendimento médico as vítimas e o exame de corpo delito poderia ser realizado no mesmo local. Com relação a este último exame, a coordenadora informa que o NUAVIDAS já deu início a solicitação para poder realizar este exame no próprio ambulatório e não no Instituto Médico Legal (IML), como ocorre hoje, com intuito de reduzir ao máximo os percursos da vítima. Segundo Hasse o IML possui um Kit padrão para o exame de corpo delito e a única exigência é que este seja realizado por um médico legista, entretanto ela informa que os médicos do ambulatório poderiam ser treinados para realizar o exame.

Na imagem abaixo, segue uma releitura de um croqui feito pela Dra. Mariana, em que ela apresenta a nova configuração para as salas de atendimento, segundo ela informa, o NUAVIDAS conseguiu que duas salas fossem construídas seguindo essa nova configuração, que separa o atendimento médico da sala de atendimento inicial, possibilitando mais sigilo e segurança para estas, além de menor constrangimento.

Figura 21: Nova configuração para salas de atendimento



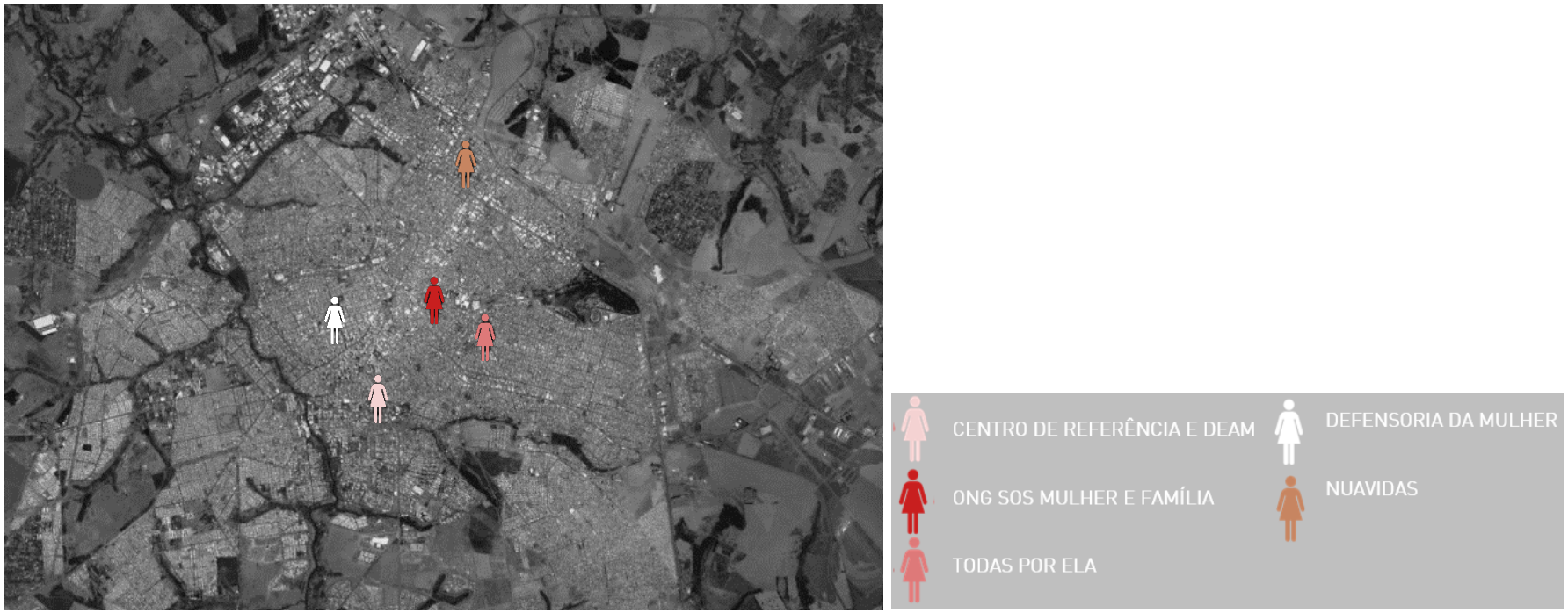
Fonte: Adaptado de croqui feito pela Dra. Mariana Hasse durante a entrevista. Autora, 2018.

O NUAVIDAS, possuí uma grande importância dentro da Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres na cidade de Uberlândia, a visita ao núcleo e a entrevista com a Dra. Mariana Hasse contribuíram para o entendimento de como esse espaço deve ser projetado e pensado para melhor atender as vítimas de agressão sexual.

4.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REDE DE ENFRENTAMENTO EM UBERLÂNDIA

A rede de enfrentamento da violência contra a mulher em Uberlândia se localiza de forma dispersa pela cidade, resultando na chamada rota crítica, fazendo com que a vítima se revitimize percorrendo uma verdadeira via *crucis*, ao longo da tentativa de denunciar a violência sofrida. Neste sentido o projeto do Centro de Referência da Mulher busca concentrar toda a rede em único edifício.

Figura 22: Mapa síntese da localização da rede de enfrentamento da violência contra a mulher em Uberlândia



Fonte: Google Maps, intervenções Autora, 2018

5. NORMAS TÉCNICAS

5.1. CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

Segundo a publicação de 2005, Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, estes equipamentos são:

> Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são equipamentos da política de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher que: funcionam como porta de entrada especializada para atender a mulher em situação de risco na rede de atendimento.
>
> Estes serviços elaboram diagnósticos preliminares da situação concreta de violência, encaminham à Rede de Serviços, acompanham o atendimento e oferecem orientações gerais, bem como atendimento psicológico, social e jurídico à mulher vítima de violência sexual, física e psicológica, esporádica ou de repetição, ocorrida no contexto de nenhuma relação (cometida por desconhecidos), de relações de afeto e confiança e/ou de trabalho.

Em relação a soluções projetuais, a implantação dos Centros de Referência (CR) deve buscar ter espaços com boa iluminação e sinalização clara, utilizando-se de placas de identidade visual própria, para facilitar o acesso ao equipamento para a população. É importante também que o CR esteja localizado próximo a Rede de Atendimento, além de claro, atender a legislação de acessibilidade aos portadores de deficiências e necessidades especiais. (Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 2005)

O espaço físico dos Centros de Referências, devem ser compostos minimamente pelos seguintes ambientes:

Quadro 1: Espaço físico recomendado para Centros de Referências

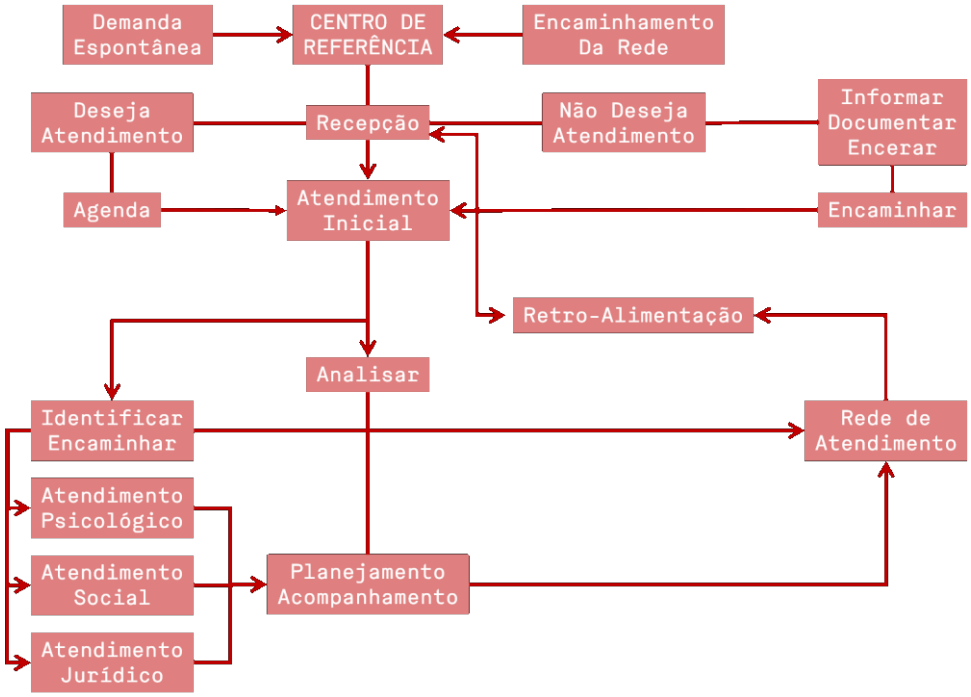
Recepção	A recepção deve ser composta por 3 salas: uma com assentos confortáveis e murais com materiais relativos à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher; outra para o atendimento geral, com espaço para mesas e material de apoio para 2 profissionais técnico-administrativos e ligada a esta; a terceira sala dirigida a estudos sobre a violência contra a mulher, aberta, por meio de hora marcada a estudantes, profissionais e membros de movimentos sociais, com mesa, cadeiras, estantes para materiais de estudo, computador ligado à Internet e impressora.
Atendimento	O espaço de atendimento deve estar dividido em uma sala de espera, uma sala para atendimento jurídico, outra para o atendimento psicológico, uma mais para o atendimento social e uma última sala que deve ser ampla o suficiente para promover o atendimento de grupos.

Coordenação	A coordenação deve ser composta por três salas: uma para a coordenação, outra para o arquivo e uma última para reuniões.
Apoio	O apoio deve prever uma sala para almoxarifado, uma sala de estar para a equipe e uma copa-cozinha.
Áreas comuns	As áreas comuns devem ser compostas por dois banheiros femininos e um masculino, uma brinquedoteca, uma sala para atividades e uma área verde.

Fonte: Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 2005.

Para compreender como se dá o atendimento do Centro de Referência, a já mencionada publicação, apresenta o fluxograma abaixo, que explica de forma gráfica o processo de atendimento:

Figura 26: Fluxograma de Atendimento Centro de Referência



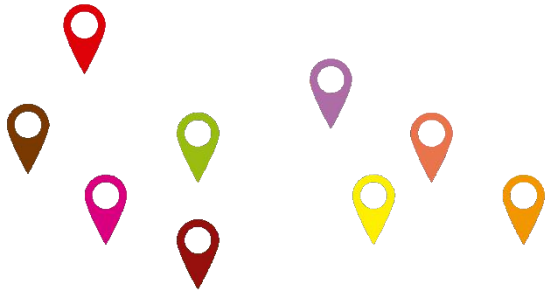
Fonte: Adaptado de Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 2005.

6. ESTUDOS DE CASOS

6.1. A CASA DA MULHER BRASILEIRA – BRASÍLIA/DF

Um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência. O projeto integra em um único edifício serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres. No esquema abaixo tem-se a setorização e os serviços prestados pela casa.

Figura27: Setorização Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

ATENDIMENTO HUMANIZADO:

ACOLHIMENTO: Porta de entrada da Casa, cria confiança e encaminha a vítima para outros atendimentos e serviços.

ACOLHIMENTO PSCICOSSOCIAL: Equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado para superação do sofrimento.

PROMOÇÃO DE AUTONOMIA ECONÔMICA: Promove o acesso a programas de assistência social, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

JUSTIÇA:

JUIZADO E VARA ESPECIALIZADA: Órgãos da justiça processam, julgam e executam causas de violência doméstica e familiar, de acordo com a Lei Maria da Penha.

MINISTÉRIO PÚBLICO: Executa ação penal para crimes de violência contra mulheres e fiscaliza serviços da rede de atendimentos.

DEFENSORIA PÚBLICA: Orienta as mulheres sobre direitos, presta assistência jurídica e acompanha as etapas do processo judicial.

SEGURANÇA:

DELEGACIA ESPECIALIZADA: Unidade da Polícia Civil trabalha na prevenção, proteção e investigação dos crimes como violência sexual e doméstica.

OUTROS SERVIÇOS:

BRINQUEDOTECA: Acolhe crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanham mulheres durante o atendimento.

ALOJAMENTO DE PASSAGEM: Área abriga por até 48 horas vítimas em situação de violência, acompanhadas ou não dos filhos.

CENTRAL DE TRANSPORTES: Deslocamento de mulheres para demais serviços da rede de atendimento: saúde, medicina legal, abrigos e outros.

ALOJAMENTO DE PLANTONISTAS: Área com dormitórios, vestiários e refeitório para profissionais em plantão.

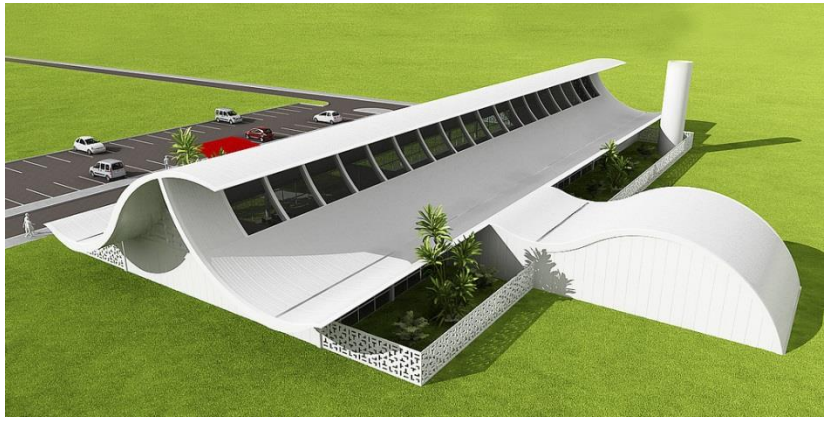
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA: Pátio interno com mobiliários e jardins.

COORDENAÇÃO DA CASA

A intenção do programa é que as mulheres vítimas de agressão (ou que estejam sujeitas a ela) recebam nas CMB, conforme ilustrado no esquema acima, desde os atendimentos nas áreas de saúde, justiça, segurança pública, assistência social, até oportunidades de conseguir autonomia financeira em relação aos seus companheiros que na maioria das vezes, são também os agressores.

Logo que a ideia de se construir as casas foi lançada, a então presidenta da república Dilma Rousseff convidou o arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) para desenvolver um pré-projeto para o programa Casa da Mulher Brasileira. Entretanto, o projeto não foi viabilizado pelo Tribunal de Contas da União.

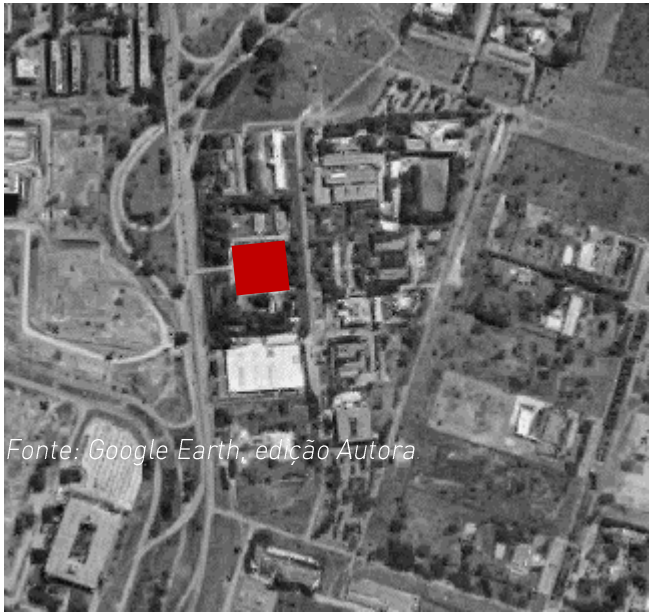
Figura 28 e 29: Proposta do arquiteto Lelé para a Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Flickr Adriano Leite, 2015.

Neste estudo de caso será realizada a análise da unidade localizada em Brasília que foi uma das duas primeiras a serem construídas e foi inaugurada em junho de 2015. Na capital do país a unidade da CMB possui área construída de 3334,80 m² e se localiza no Setor de Grandes Áreas Norte, conforme indica mapa abaixo:

Figura30: Mapa de localização da Casa da Mulher Brasileira, Brasília.



O projeto padrão é de autoria dos arquitetos Marcelo Pontes, diretor de obras da SPM, Raul Holfiger, do Banco do Brasil, e Valéria Laval, também da SPM. O projeto básico dos edifícios apresenta como uma de suas características mais marcantes a cobertura levemente ondulada e as cores verde, amarela, associadas a bandeira do Brasil, e roxa (FIGURA 26), que segundo a SPM está associada à ideia de proteção e acolhimento das mulheres.

Figura 31: Fachada Casa da Mulher Brasileira em Brasília, destaque para as coberturas onduladas.

Fonte: ArcoWeb, 2015.

O projeto arquitetônico é o mesmo para todas as unidades, entretanto o mesmo é ajustado às condições de cada terreno. As cores e a forma, segundo o arquiteto Pontes, devem ajudar as vítimas a identificar que, nesses locais, elas contarão com a assistência e proteção contra a qualquer natureza de violência.

O sistema construtivo empregado no projeto é o de alvenaria estrutural, a solução adotada é um reflexo de uma característica de obras públicas, que considera a redução de custos da obra e a velocidade na construção. A edificação se conforma em módulos retangulares de aproximadamente 16,60m x 18,00m (medidas da unidade de Brasília), outro fator facilitador para a construção mas que no entanto, é uma solução que limita a possibilidade de modificações futuras.

Figura 32: Perspectiva da maquete virtual destaca a cobertura da fachada.

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 2014.

As divisórias dos ambientes internos dos módulos são em drywall, solução que permite maior flexibilidade internamente. Entretanto, devido as aberturas estarem apenas nas paredes externas dos módulos, essa solução resulta em várias salas sem ventilação direta, como pode ser observado na planta abaixo.

Figura 33: Planta baixa CMB, projeto padrão.

Fonte:
Licitações Casa da Mulher – Obras Brasília, 2016, intervenções, Autora, 2018.

O programa arquitetônico e a circulação principal se distribui em torno de um pátio interno, que funciona como um espaço de convivência e de encontro, entretanto observa-se que a dimensão deste espaço externo faz com que ele se pareça apenas uma área residual com uma pequena área verde e poucos mobiliários.

Figura 34: Pátio interno CMB, unidade Brasília.

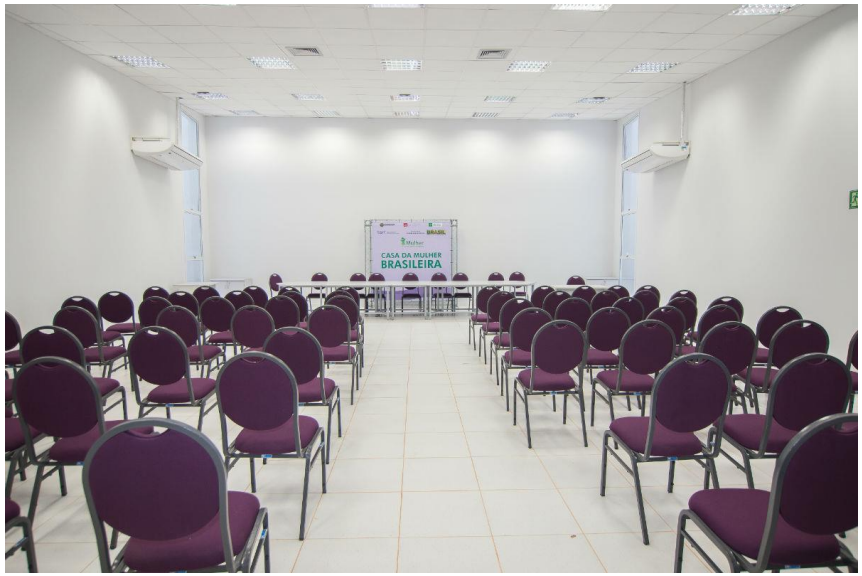
Fonte: Arcoweb, 2015.

Figura 35: Vista do pátio central.

Fonte: ArcoWeb, 2015.

A sala multiuso é um dos ambientes de maior destaque na edificação, ela aparece de forma protuberante na volumetria total do edifício, e contempla diversas atividades como reuniões, oficinas, cursos de capacitação, ensaios e apresentações teatrais, entre outros.

Figura 36: Sala multiuso.



Fonte: ArcoWeb, 2015.

Outro ponto negativo do projeto são os mobiliários empregados no alojamento de passagem, e a forma como este se configura. O ambiente não possui divisórias entre as beliches, e se apresenta como um grande quarto coletivo sem privacidade para as vítimas e seus filhos.

Figura 37: Alojamento de passagem.

Fonte: ArcoWeb, 2015.

Mesmo com o emprego de cores nos mobiliários, o excessivo uso da cor branca nas paredes, pisos e forro dos ambientes da CMB torna o edifício pouco aconchegante e convidativo em seu interior. A característica dos materiais empregados e da iluminação das salas contribuem também para dar ao edifício um ar mais institucional, que muitas das vezes faz com que as vítimas não se sintam à vontade para expor sua situação.

Figura 38: Refeitório.

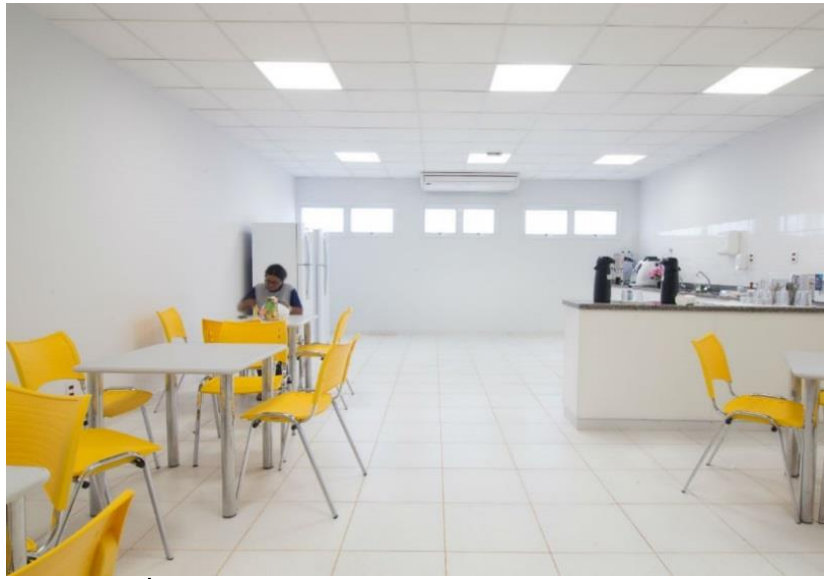
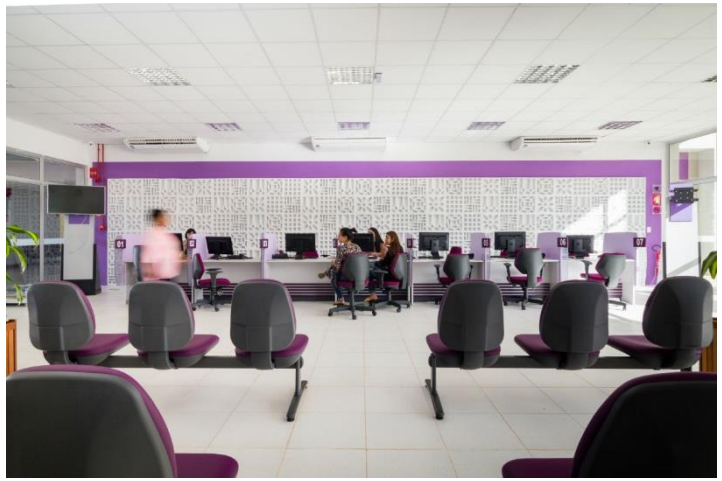


Figura 39: Área de acolhimento (recepção).



Fonte: ArcoWeb,2015

Figura 40: Área de espera nos corredores entre os módulos.

Fonte: ArcoWeb, 2015.

Na tabela abaixo estão resumidos os principais pontos positivos e negativos do projeto da CMB de Brasília, a partir da análise da autora:

Pontos positivos	Destaques
Integração dos serviços	Serviços de apoio as mulheres juntos em único lugar, diminuindo a revitimização da vítima.
Sala multiuso	Área ampla que possibilita diversos usos
Pontos negativos	**Destaques**
Pátio interno reduzido	Área reduzida, com poucos mobiliários, áreas verdes e atrativos.
Alojamento compartilhado	Famílias dividem o mesmo quarto, sem nenhuma divisória o que pode gerar desconforto e falta de privacidade.

Tonalidade da materialidade	Cores frias e pouco convidativas,
Modulação	A modulação restringe a flexibilidade dos ambientes internos e prejudica a iluminação e ventilação natural de todas as salas.
Brinquedoteca	Ambiente localizado em um único módulo, não atende o edifício como um todo.
Falta de enfermaria/ambulatório	O projeto não possui atendimento médico para as vítimas, sendo necessário o deslocamento das mesmas.

6.2. CASA ADA E TAMAR DE SHALIT - TEL AVIV, ISRAEL

Projetado pelos arquitetos dos grupos Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects, o abrigo ocupa uma área de 800m² em Tel Aviv-Yafo, Israel. O projeto foi concebido para a substituição do antigo refúgio da cidade, e é um dos únicos abrigos no mundo que foi projetado e construído com a consultoria da equipe que iria ocupa-lo e construi-lo. Tendo como liderança a ativista, Ruth Rasnic, do grupo internacional "No To Violence", organização fundada em 1977 para aumentar a conscientização sobre os abusos domésticos em Israel, bem como para fornecer apoio aos sobreviventes. O refúgio projetado, abriga mulheres e crianças em situação de violência vindas de todas as localidades e origens em Israel.

Figura 41: Implantação do projeto, em área residencial tranquila de Tel Aviv-Yafo.

Fonte: Archdaily, 2018, intervenções, Autora.

Com relação ao conceito, o arquiteto Goldreich, o descreve no trecho abaixo:

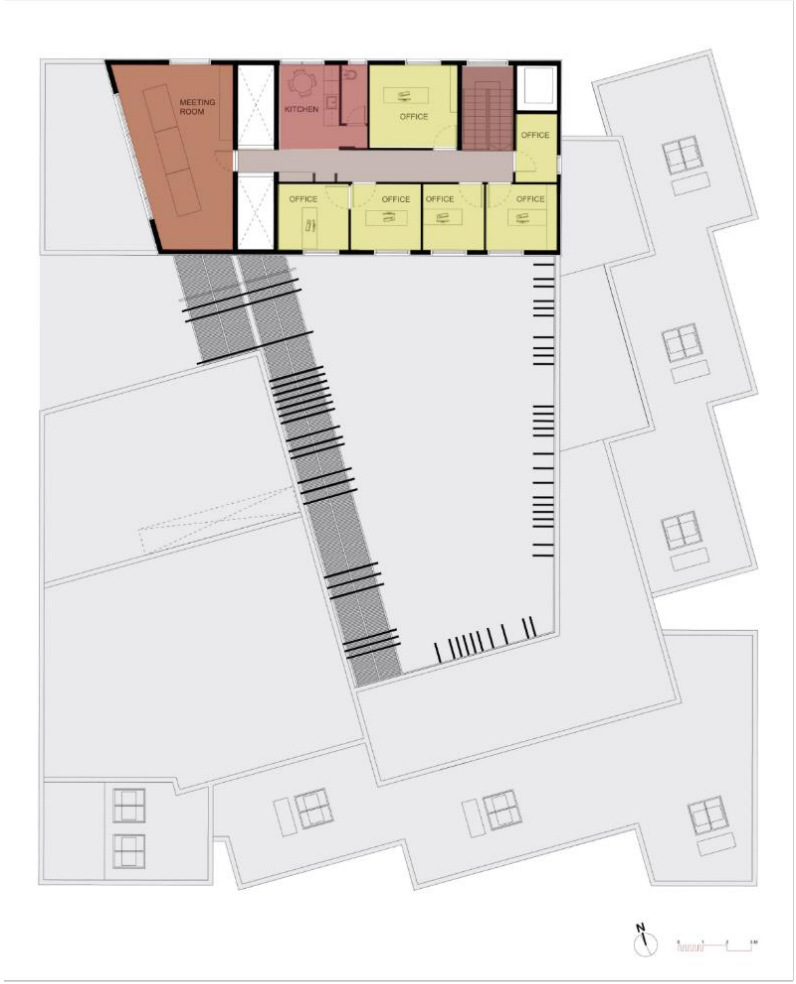
> "Eu admiro muito o trabalho do artista Eduardo Chillida e enquanto desenhava esse edifício, eu recorri a um projeto muito popular seu, 'Okamoto' que projetou ao escavar uma montanha. Isso evocou a ideia de uma pedra escavada por dentro, deixando-a com duas superfícies: uma externa rústica, enquanto a interna seria lisa e delicada.

Esta analogia tornou-se o conceito principal do nosso edifício, que tem duas fachadas - a externa segura e protetora e a fachada interna, voltada para o jardim central, o "coração" terapêutico do abrigo".

Figura 42 e 43: Setorização do térreo e pavimento superior do projeto da Casa Ada e Tamar De Shalit

"CASAS" COM BANHEIRO COMPARTILHADO
ÁREA COMUM (REFEITÓRIO E ESTAR)
COZINHA COMPARTILHADA
ÁREAS ADMINISTRATIVAS
ESPAÇO EDUCACIONAL
PLAYGROUND
CRECHE

QUARTO FUNCIONÁRIOS
DEPÓSITO
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
CIRCULAÇÃO VERTICAL
JARDIM
PÁTIO CENTRAL
PÁTIO CENTRAL



Fonte: Archdaily, 2018, intervenções, Autora.

O programa arquitetônico do projeto é bastante completo e contempla os seguintes ambientes: pátio central , jardim de infância, playground, sala de informática, lavanderia, cozinha e refeitório, 12 dependências independentes para cada família, acomodação de funcionários incluindo quarto, áreas de escritório para o gerente do edifício e funcionários (incluindo assistentes sociais, um psicólogo infantil, chefes de casa, um trabalhador de cuidados infantis e um advogado em tempo parcial), esta setorização pode ser melhor compreendida na imagem 44.

Figura 44: A chamada "rua" circundando na parte externa do edificio.

Fonte: Archdaily, 2018.

O programa é distribuído ao redor de um pátio interno denominado pelos arquitetos como "santuário verde", segundo um dos responsáveis pelo projeto, Jacobs Yaniv, o abrigo foi projetado para promover as pessoas a sensação de estar ao ar livre, mesmo estando dentro de um refúgio. O jardim central além de oferecer proteção, e possibilita que as famílias possam encontrar com as demais famílias abrigadas e sentir que saíram de suas "casas" para tomar um ar fresco (SEOW, 2015). O pátio interno é também um espaço que possibilita às famílias abrigadas e aos funcionários do abrigo, a conexão visual, reforçando a segurança interna do edifício. Além disso, as mães e filhos possuem também esse contato visual fundamental para o controle e cuidado das crianças.

Para possibilitar a conexão aos espaços internos e externos, o projeto possui uma espécie de "rua" que se conforma como um corredor que circunda o pátio interno, permitindo o fluxo livre onde crianças e mulheres possam interagir (FIGURA 53) e ao mesmo tempo possibilita a conexão visual entre a equipe e os abrigados. As unidades individuais das famílias se voltam diretamente para este corredor, facilitando o acesso dos abrigados ao pátio.

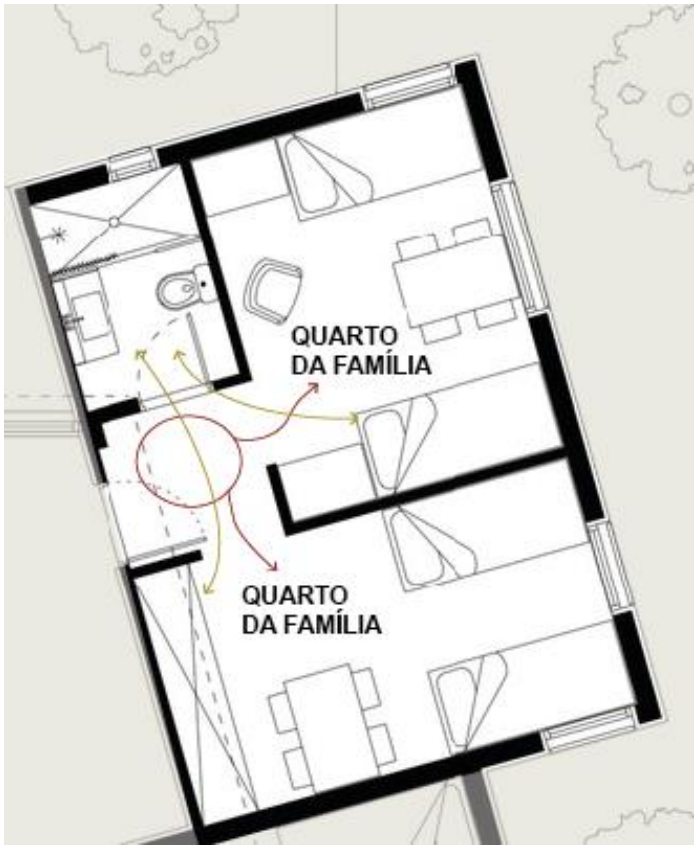
Figura 45 e 46: Na imagem do projeto ainda em construção, tem-se a fachada posterior das "casas" voltadas para um jardim e fachada externa

Fonte: Archdaily, 2018.

Uma das características mais interessantes do projeto é o modo como ele se divide para o abrigamento das vítimas, em pequenas "casas". Esses ambientes são construídos como espaços

individuais que proporciona às famílias privacidade e na medida do possível uma rotina normal mesmo dentro do refúgio. As "casas" são separadas por funções comuns e se conectam por meio de corredores internos, sendo que 5 desses ambientes são configurados com duas unidades individuais e um banheiro para ambas, como pode ser aferido na imagem abaixo:

Figura 471: Esquema de circulação - em vermelho o corredor comum entre as "casas", em amarelo as conexões entre elas e o banheiro



Fonte: Archdaily, 2018, intervenções, Autora.

O arquiteto Amos Goldreich, descreve o abrigo como uma espécie de aldeia, sendo cada "casa" individual como uma entidade separada do restante. O projeto contempla também um berçário que se instala separadamente do edifício maior, o que possibilita que este ambiente seja utilizado como uma creche comum, desta forma, todas as manhãs as mães saem de suas "casas" com seus filhos e os buscam ao fim do dia (SEOW, 2015).

Figura 48: Maquete virtual com imagem da área de recreação da creche e jardim de infância

Fonte: Jacobs.Yaniv Architects, 2017

Segundo o arquiteto Goldreich, como requisito de segurança, a fachada externa do abrigo é cercada por uma cerca alta e branca, entretanto o projeto busca criar fachadas internas mais agradáveis e aconchegantes para diminuir a imagem institucional do ambiente, e trazer mais uma característica de "casa".
Fonte: Archdaily, 2018.

Quanto a materialidade empregada, o arquiteto Jacobs diz que o abrigo como um todo precisa ser resistente, segundo ele: "Há muito vandalismo [nesses abrigos], porque as crianças chegam de lares desfeitos. Eles foram expostos à violência, então arruínam as coisas". Com o intuito de se preservar o espaço, o refúgio é revestido em tijolo composto, para preservar o abrigo durante mais tempo.

No quadro abaixo destacam-se os principais pontos positivos e negativos acerca do abrigo Casa Ada e Tamar De Shalit:

Quadro 2: Pontos positivos e negativos projeto Casa Ada e Tamar De Shalit

Pontos positivos	Destaques
Pátio interno	Convívio entre famílias, espaço de lazer e contato ao ar livre, conexão visual, segurança, conexão entre ambientes.
Unidades individuais de cada família – "casas"	Privacidade, rotina familiar, individualidade
Jardim de Infância/Creche e Playground	Rotina de atividades para as crianças, recreação e lazer.
Corredor – "rua"	Conexão facilitada entre as "casas" e as áreas comuns, conexão visual entre os ambientes.
Localização	Abrigo localizado em área residencial, e não afastado da cidade.
Programa	Programa arquitetônico bastante completo.
Pontos negativos	Destaques
Localização do Playground	Espaço de recreação se localiza afastado do pátio interno.
Um banheiro para duas famílias	Famílias dividem o banheiro, o que pode gerar desconforto e falta de privacidade.
Tonalidade da materialidade	Cores frias e pouco convidativas,
Fachada	A fachada é bastante fechada e a cerca evidencia que o espaço é diferente de uma casa, denunciando assim o caráter sigiloso do ambiente.

Fonte: Autora, 2018.

Figura 49 e 50: Materialidade proposta pelos arquitetos, com a utilização da madeira proporcionava um ambiente mais aconchegante para as famílias quando comparado com o metal pintado de preto que foi empregado.

Fonte: Jacobs.Yaniv Architects, 2017

O projeto como um todo apresenta soluções bastante positivas para a função do edifício, características essas que contribuíram para a realização do projeto de uma Casa-Abrigo para a cidade de Uberlândia.

6.3. COALIZÃO DO ESTADO DE WASHINGTON CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (WSCADV) - CONSTRUINDO DIGNIDADE - WWW.BUILDINGDIGNITY.WSCADV.ORG

O grupo Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica (WSCADV) realiza um trabalho colaborativo com programas contra a violência doméstica em todo estado de Washington com o intuito de pensar de forma criativa o modo de gerenciar os muitos aspectos do trabalho. Em parceria com a empresa de arquitetura Mahlum, a WSCADV projetou o Construindo Dignidade (Building Dignity), que é uma ferramenta on-line flexível e acessível para arquitetos, designers e construtores.

O projeto Construindo Dignidade alinha estratégias de design com o pensamento emergente sobre a segurança, cura e capacitação das sobreviventes de violência doméstica e seus filhos. O site propõe um pensamento crítico a respeito dos abrigos, e um envolvimento comunitário em vez de sigilo, - levando-se em conta que a tecnologia atual torna a manutenção de um local secreto irrealista - promovendo uma conversa nacional sobre a criação de abrigos contra violência doméstica mais seguros e comunitários. Além de pensar em como o design pode ajudar os sobreviventes a reconstruir um sentimento de dignidade.

O site se divide nas seguintes categorias: design do local, espaços comuns, cozinha e refeitório, espaços privados e espaços para funcionários. E cada uma dessas categorias possuem subcategorias que são: capacitar, segurança, [re] conectar, pais (adaptado para este trabalho apenas como mães) e harmonizar.

Figura 51 :Site do projeto Building Dignity, onde é possível acessar as propostas do projeto.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org/.

Nos tópicos abaixo, são expostas resumidamente as principais orientações que o site apresenta para a concepção de abrigos para vítimas de violência doméstica, consolidando as estratégias comuns as subcategorias acima descritas.

6.3.1. ESTRATÉGIAS PARA CAPACITAÇÃO

Contribuem para capacitar as famílias abrigadas a tomar as próprias decisões; recuperar a autonomia e a dignidade corroídas pelo abuso.

Projete ambientes acolhedores, a cura é facilitada quando as vítimas se sentem reconhecidas e bem-vindas no ambiente. Além disso o uso de cores, imagens e referências que sejam culturalmente relevantes para as pessoas que serão abrigadas também colaboram. Nas unidades individuais recomenda-se que as cores da parede e do teto sejam claras, pois estas refletem a luz e deixam a sala mais clara.

As áreas ao ar livre oferecem oportunidades de reflexão, conexão com as crianças, privacidade e atividade saudável, permitir o acesso à natureza promove o bem-estar às famílias abrigadas. Além disso é importante também prever jardins, que podem facilitar sessões de arte terapia, sessões externas de trabalho em grupo e a opção de jardinagem. O uso dos jardins podem criar ainda um espaço de lazer ao ar livre protegido para as crianças. Estes espaços também oferecem um ponto de conexão com a comunidade local.

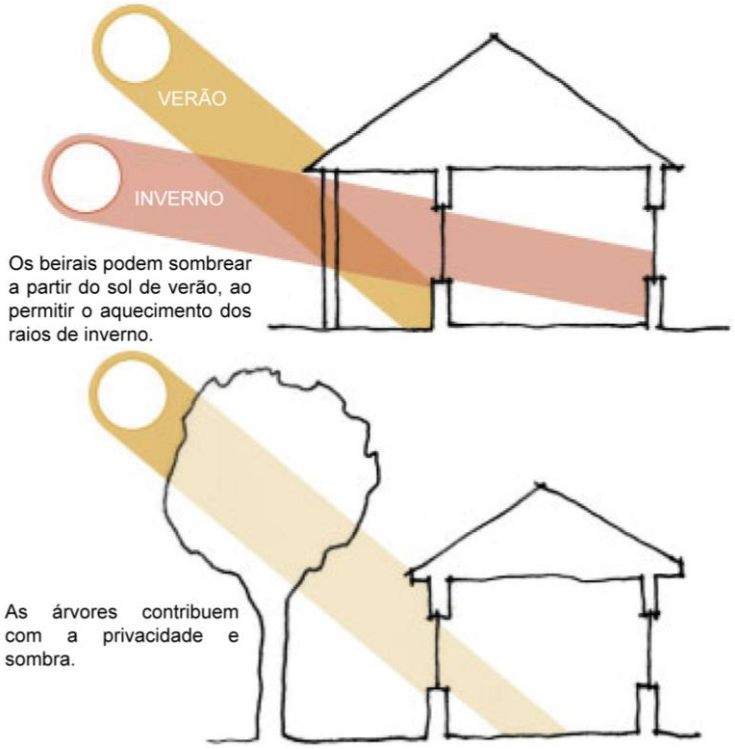
Figura 52: Jardim "Canto da Serenidade" da Womencare, construído junto da comunidade local.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org/.

Muitas das vítimas de violência doméstica não cogitam deixar seus lares sem levarem consigo o seu animal de estimação, neste sentido é importante considerar o espaço interior e exterior para animais de estimação no abrigo. Projetando-se por exemplo canis externos e unidades individuais com espaço para os animais de estimação os de serviço, estes cômodos devem ter pisos de madeira ou linóleo, tapetes laváveis e móveis de microfibra ou couro para facilitar a limpeza.

Ao se projetar o abrigo é importante também que se considere o clima local para a localização de janelas, vegetação para sombreamento e vedações em vidro, para se promover conforto térmico e funcionalidade da edificação além de se prever soluções que favoreçam o uso da luz natural. Prever também áreas de lazer externas para utilizar a iluminação natural.

Figura 532 e 54: Esquema de sombreamento.



Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV

O acesso visual em todo o edifício aumenta a autonomia das famílias abrigadas, poder escolher quando interagir e com quem é um componente essencial da autodeterminação. Neste sentido, criar janelas interiores ou recortes e linhas de visão abertas podem possibilitar que as famílias residentes possam ver quem está em um espaço comum antes de entrar nele. O acesso visual claro ajuda as pessoas que podem ser surdas, deficientes auditivas ou usar a linguagem de sinais para se comunicar.

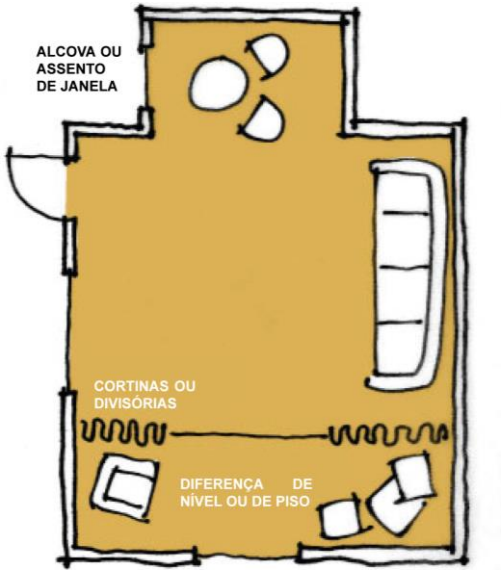
Figura 55: Exemplo de fechamentos que permitem o acesso visual nos ambientes.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org/.

Nas áreas comuns é importante que se deixe claro os percursos internos entre os ambientes. As crianças também apreciam cores vivas e imagens ao nível dos olhos que podem ajudá-las a se manterem orientadas e servirem como pontos de referência. Além disso, pode-se diferenciar áreas do edifício com cores e imagens. Pensar a acessibilidade das sinalizações, que devem ser de fácil leitura, ou mesmo só visual, e considerar o campo de visão para os diferentes tipos de mobilidade das abrigadas. Com relação ao uso de escadas, estas devem ser confortáveis, seguras e facilitarem as mudanças de nível. É importante considerar o uso de degraus rasos e mais profundos, e incluir um patamar a cada 11 degraus. Os corrimãos devem estar na altura do adulto e também das crianças, e estarem disponíveis em ambos os lados da escada.

A privacidade mesmo nas áreas comuns é importante pois aumentam as opções de espaços privados para além das unidades individuais. Como por exemplo, pensar uma segunda sala de estar, mais silenciosa, sem TV, sem aparelho de som, apenas telefone e mobília confortável. Outra solução são as alcovas, que permitem que os residentes se retirem de situações de grupo maiores, criando um pequeno ambiente individual, que no entanto, ainda está ligado a espaços maiores e comuns.

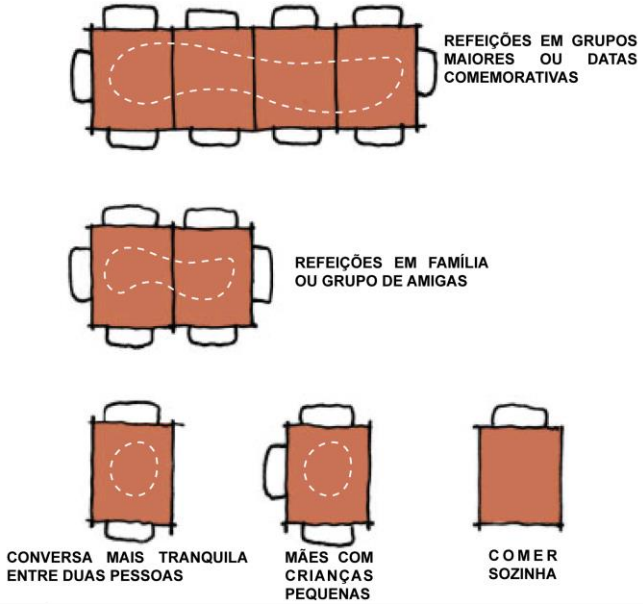
Figura 56: Esquema de espaços privados em áreas comuns.



Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV

Outra importante orientação que o Construindo Dignidade apresenta é a utilização de armários móveis e mobiliários leves, para a flexibilidade da configuração dos layouts das áreas comuns. A composição de ambientes por meio de mobiliários, cores diferentes, tapetes ou mesmo iluminação permite a criação de vários espaços num mesmo cômodo. Em vez de ter todos os lugares orientados para um ponto focal central, pequenos grupos podem fazer mais sentido. A mobília de jantar flexível por exemplo, permite também que os moradores comam juntos ou separadamente como é ilustrado pelos esquemas abaixo:

Figura 57: Esquemas de mobiliários flexíveis para grupos e privacidades diferentes.



Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV

Segundo o Construindo Dignidade, o ideal seria que cada família tenha a sua própria cozinha e área de jantar, pois permitiria que as abrigadas determinem o que elas (e seus filhos) comem e quando, escolhas essas que podem ter sido interrompidas pelo agressor. Entretanto, se o uso de cozinhas

comunitárias for inevitável, é importante que se planeje o uso de várias pessoas simultaneamente. Neste sentido, para se facilitar o preparo de refeições multi-familiares, devem-se considerar as seguintes recomendações:

- Espaço amplo
- Bancadas generosas
- Amplas folgas entre os balcões
- Vários cooktops, com pelo menos duas chamas por família
- Espaço generoso no freezer
- Fornos e cooktops separados
- Pias múltiplas
- Máquinas de lavar louça
- Rótulos pictográficos e sinalização para facilitar a organização da cozinha.
- Espaço para armazenamento amplo e para itens maiores como cadeiras elevadas.

Figura 59: Exemplo do abrigo Catherine Booth House, onde todos os apartamentos são equipados com cozinha ou cozinha compacta.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org/.

A área de serviço deve ser pensada para atender a todas as famílias, como os moradores de abrigos têm maior probabilidade de ter filhos pequenos e famílias maiores, é necessário prever que o dimensionamento da lavanderia seja acima da média. Quanto a localização deste espaço, é importante que se considere a proximidade com as unidades individuais, afim de facilitar a supervisão as crianças enquanto as mães lavam as roupas.

Nas unidades privadas, é importante se pensar espaços individuais para mulheres solteiras e famílias ao invés de unidades compartilhadas, essa solução facilita a cura do trauma, pois permite que as vítimas possam ficar sozinhas, ou junto somente de seus filhos em um ambiente privado. Estes cômodos devem receber também mobília flexível como painéis, cortinas, sofás, cama escamoteável, entre outras soluções que permitam a criação de espaços abertos para outras atividades e a privacidade entre os membros da família. É importante também a iluminação abundante nos quartos, para maior sensação de conforto e controle da abrigada.

Nos espaços destinados aos funcionários do abrigo, é recomendável se pensar ambientes acústicos e visualmente separados dentro de áreas onde a equipe realiza as conversas privadas. Pequenas salas de conferência podem ser usadas para conversas confidenciais com os moradores. E para quando for necessário o bloqueio visual, podem- se utilizar estores robustos e seguros para crianças nas janelas, essa solução bloqueia a visão mas permite a entrada de luz. Os ambientes administrativos e de atendimento profissional deve também possuir mobiliário flexível, e acesso facilitado das famílias residentes.

Por fim recomenda-se neste tópico, que todos estes ambientes sejam saudáveis e não tóxicos quanto as materialidades escolhidas, a fim de beneficiar tanto os moradores quanto a equipe profissional do abrigo.

6.3.2. [Re] conectar

Apoio da comunidade e [re] conexão com outros para quebrar o isolamento do abuso.

Para a conexão com a população local, é importante possibilitar níveis variados / múltiplos de acesso para áreas públicas do abrigo, para isso pode-se prever uma sala de reunião que seja aberta para a comunidade e que possa ser usada pelos residentes para reunir-se com a família e amigos. Da mesma forma, a criação de um espaço de reunião ao ar livre que possa ser usado para eventos públicos, sem comprometer a segurança dos residentes, pode convidar os membros da comunidade a se envolverem no cumprimento da missão do abrigo.

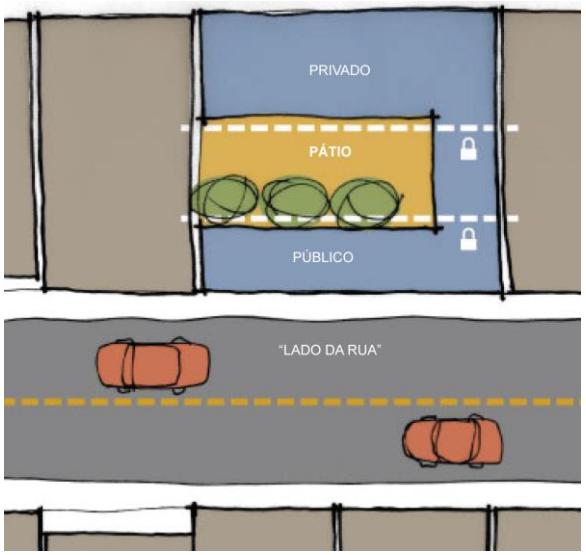


Figura 60: Esquema de escala de privacidade da Casa Abrigo. (Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)

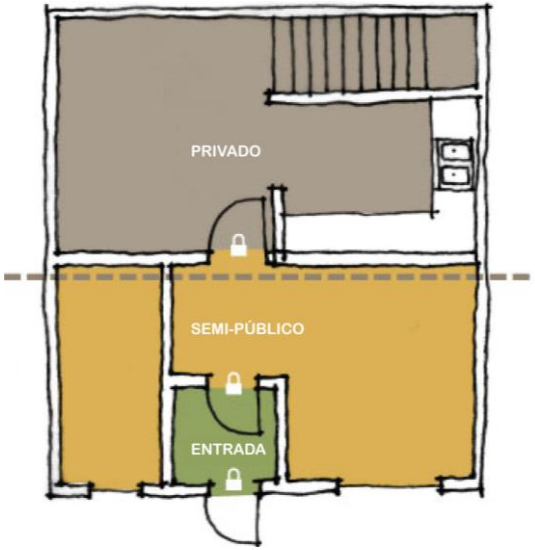


Figura 61: Esquema de escala de privacidade no interior da edificação. (Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)

O Construindo Dignidades orienta também a criação de espaços de encontro entre os residentes, segundo o projeto, abrigos verticais por exemplo, podem incluir áreas comuns em cada andar, pois dessa forma os moradores podem se socializar com as outras famílias abrigadas e encontrar apoio uns dos outros sem perder a sua privacidade.

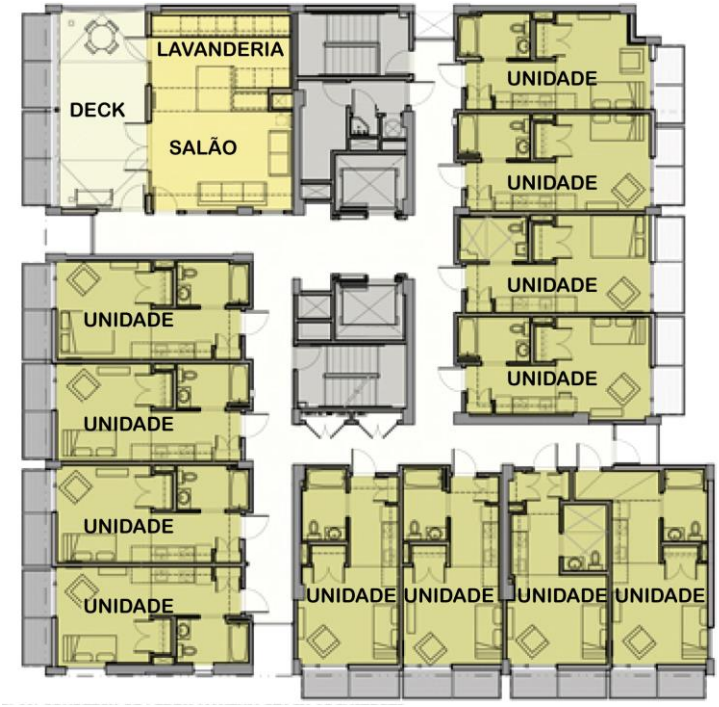
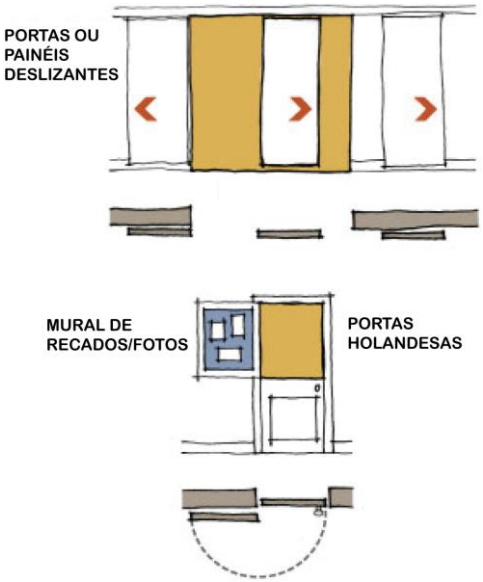


Figura 62: Projeto Plaza Apartments, um empreendimento de quartos acessíveis em São Francisco (EUA), cada morador tem seu próprio apartamento e se beneficia de salas de espera compartilhadas, lavanderia e deck. Pavimento Tipo, sem escala. (Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)

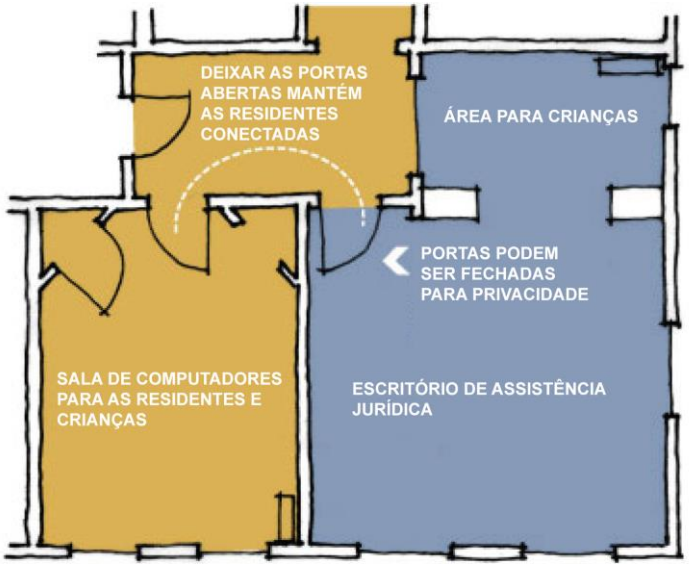
Para a socialização entre moradores, é recomendado também que se pense as unidades individuais com portas holandesas ou painéis deslizantes por exemplo, pois estas soluções permitem que a moradora controle o seu nível de abertura social.

Figura 63: Esquema de portas para unidades individuais. (Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)



Para a promoção da [re] conexão das famílias abrigadas podem ser pensadas salas de informática onde a moradora pode se conectar com familiares e amigos via redes sociais, pesquisar vagas de emprego, ou mesmo realizar algum curso de informática. A localização dessas salas próximo de algum escritório de serviços prestados as vítimas contribui para aproximar as moradoras dos profissionais do abrigo.

Figura 64: Planta esquemática da solução empregada no YWCA Pierce County (EUA), onde a sala de informática está localizada junto do escritório, que pode ser vedado acusticamente quando necessário. (Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)



6.3.3. Harmonizar

Minimização de conflitos e regras

Crie diversificadas áreas para contemplar atividades de grupos de idades diferentes, para que não ocorra conflitos. Além disso, a criação de uma área de fumantes se faz necessária a fim de

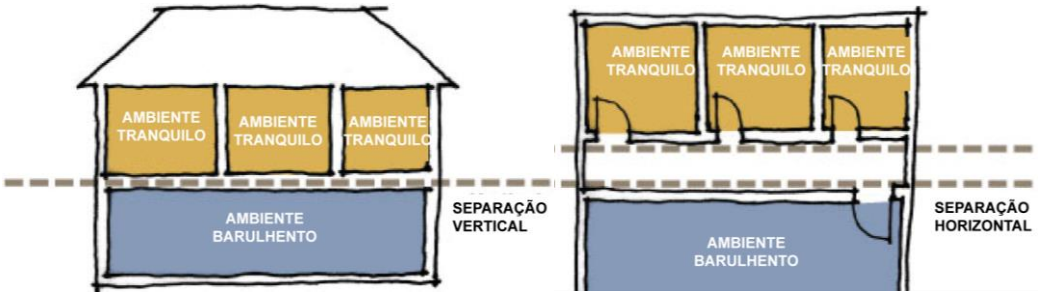
minimizar o impacto do cigarro em outros moradores, principalmente crianças. É importante também prever a proteção das intempéries de espaços externos para maior conforto dos usuários.

Figura 65: Exemplo de cobertura para área externa.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org

Nos espaços de uso comum é importante que se separe as áreas ruidosas daquelas que requerem mais silêncio, conforme exemplifica os esquemas abaixo:

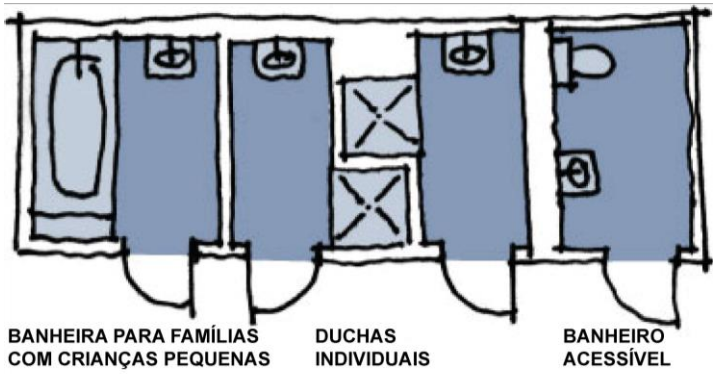
Figura 66: Esquema de separação de áreas barulhentas de áreas tranquilas.(



Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.)

Os banheiros são ambientes que merecem cuidado e atenção quando são projetados para um abrigo, é importante que eles sejam amplos, acessíveis e em quantidade generosa quando se é compartilhado, é recomendável que nestes casos as funções do banheiro sejam separadas, como por exemplo pia separa do box de banho e da bacia sanitária. O ideal é que cada família tenha o seu próprio banheiro.

Figura 67: Esquema de salas de banho para os moradores

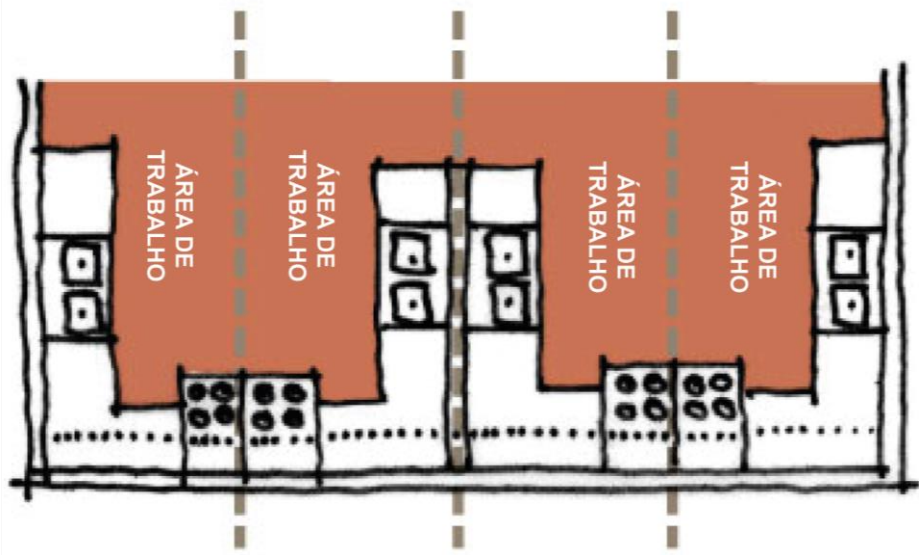


Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

É importante que os acabamentos utilizados em áreas comuns sejam fáceis de limpar, convidativos e aconchegantes, para que as vítimas não se sintam em ambientes institucionais. Além disso devem ser previstos espaços de estocagem e armazenamentos para os pertences pessoais e medicamentos das famílias abrigadas, estas soluções evitam desorganização e trazem mais segurança para as vítimas. Nas cozinhas podem ser previstos armários individuais com chaves para casos de moradoras com alimentação diferenciada, e mesmo para evitar conflitos.

As cozinhas devem ser amplas para garantir conforto as famílias residentes conforme exemplifica esquema abaixo:

Figura 68: Esquema de separação das áreas de trabalho na cozinha coletiva.



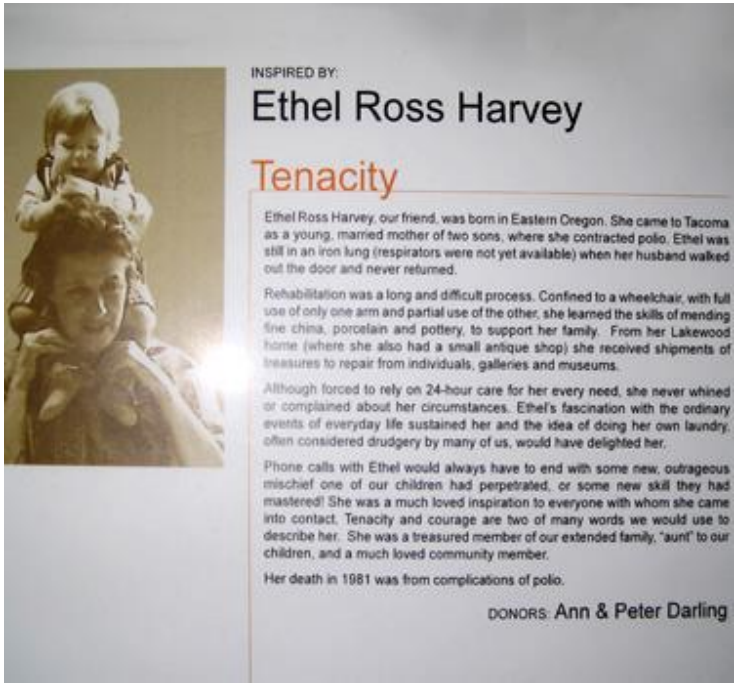
Fonte: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

Deve-se considerar a escala de residentes que dividem os mesmos espaços, segundo o Construindo Dignidade, é mais fácil que duas ou três famílias compartilhem uma cozinha do que quatro a dez famílias, mesmo que esta seja ampla como exemplifica o esquema acima. Nas unidades individuais deve-se pensar soluções que permitam que as famílias abrigadas personalizem o espaço, como por exemplo o uso de quadros negros nas portas, murais, entre outros.

Figura 69: Quadro negro no Centro de Recursos da Família do Condado de Lincoln.

Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org.

Figura 703: No YWCA Pierce County, os quartos têm o nome de qualidades positivas (por exemplo, tenacidade) com uma história sobre uma pessoa que incorpora essa qualidade postada perto de cada porta.



Fonte: http://buildingdignity.wscadv.org.

O Construindo Dignidades também recomenda apresentar as vítimas inspirações de sobreviventes da violência, nomeando por exemplo, os ambientes do abrigo com nomes de mulheres poderosas.

O projeto Construindo Dignidades apresenta soluções interessantes e simples que contribuem positivamente na realização de um projeto de Casa-Abrigo para vítimas de violência doméstica. As referências acima listadas vão ser consideradas na concepção de espaços mais acolhedores em um Centro de Referência da Mulher.

7. CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER ROSALINA BUCCIRONI

Para a realização do projeto do Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi foram feitas pesquisas, entrevistas e visitas in loco que foram exibidas ao longo desta monografia para se compreender a vulnerabilidade do corpo feminino perante aos mais diversos tipos de violência sofridas por este, além de entender também como são as estruturas existentes que prestam atendimento a estas vítimas.

Com o intuito de propor a cidade de Uberlândia um edifício que contemple todos os agentes pertencentes a rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município, o presente trabalho realiza o projeto do Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi (CRMRB), um complexo que traz todos os equipamentos da Casa da Mulher Brasileira além de um centro de apoio médico a vítimas de agressão sexual e agressão física e um centro profissionalizante para o empoderamento econômico das vítimas.

7.1. ROSALINA BUCCIRONI

O CRMRB traz em seu nome Rosalina Buccironi, vítima de feminicídio pouco conhecida em Uberlândia, cidade que entretanto, trazia o nome de seu assassino em equipamentos públicos de destaque até o ano de 2018. Em entrevista a professora e coordenado do Todas por Ela, Neiva Flávia de Oliveira, a mesma informa que em 21 de maio de 1926, Rosalina com apenas 19 anos, grávida de seu terceiro filho, foi assassinada pelas costas enquanto fazia crochê sentada em sua cama, foram disparados três tiros contra o seu corpo que lhe tiraram a vida sem que ela pudesse se quer ver o rosto de seu assassino, o conhecido Tubal Vilela da Silva. O motivo do assassinato foi a desconfiança de traição por parte de Tubal, entretanto, há indícios de que o homicídio fora premeditado pelo mesmo. Dar o nome de Rosalina Buccironi ao Centro de Referência da Mulher na cidade de Uberlândia é uma tentativa de fazer viva a memória dessa mulher que foi assassinada e teve toda a sua existência apagada, é fazer com que todas as pessoas que por ali passarem possam conhecer essa mulher simples e trabalhadora, que teve sua vida brutalmente interrompida por ser mulher.

Figura 67: Retrato de Rosalina Buccironi conseguido pela professora Neiva Flávia após contato com a família. Não há imagens de Rosalina na internet, nos arquivos nem mesmo em seu túmulo.

7.2. ESTUDO PRELIMINAR

Na primeira etapa da concepção do projeto do Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi (CRMRB), foi realizado um pré-dimensionamento para que fosse possível compreender as medidas de cada ambiente do complexo.

Devido a dispersão do número de vítimas da violência contra a mulher na cidade de Uberlândia, não se tem um valor exato a respeito da demanda de público previsto ao CRMRB, desta forma para se fazer este pré-dimensionamento foi considerada a demanda de usuárias atendidas com base nas estatísticas referentes ao município já apresentadas, segue abaixo a média dos atendimentos:

- Centro Integrado da Mulher (CIM) - no período de junho de 2014 a setembro de 2015, 1271 mulheres buscaram atendimento, ou seja, em 16 meses foram realizados em média 79, 43 atendimentos por mês;
- ONG SOS Mulher e Família – no período de fevereiro a dezembro de 2016, 2.304 mulheres foram atendidas, no mesmo período em 2017 contabilizaram-se 1.900 atendimentos, e de fevereiro a junho de 2018 1.048, considerando esses 27 meses foram atendidas uma média de 197,25 pessoas ao mês;
- O Núcleo de Atendimento a Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS) – possui média de 12 atendimentos por dia, sendo 6 infantis e 6 de mulheres adultas, considerando atendimento diário, o atendimento total aproximado é de 360 casos mensais, incluindo acompanhamentos e casos novos;
- Todas por Ela – média de 8 atendimentos por mês;

A partir dos dados acima foi feita uma média de atendimentos e chegou-se ao número de uma média de 644,68 atendimentos mensais, totalizando aproximadamente 21,5 atendimentos diários.

Tendo como base o completo programa da Casa da Mulher Brasileira e os programas dos equipamentos pertencentes a rede de enfrentamento a violência contra a mulher na cidade de Uberlândia, o programa arquitetônico do CRMRB do estudo preliminar é bastante complexo e completo e abarca também espaços para o empoderamento e autonomia econômica para as mulheres atendidas. Para melhor compreensão, o programa segue descrito com o nome do espaço e a área mínima de cada ambiente:

BLOCO ACOLHER

ACOLHIMENTO:

Recepção e Triagem: 70,27m²
Acolhimento e Espera: 70,27m²
Brinquedoteca: 52m²
Solário: -
Lactário: 0,20m² por criança

APOIO MÉDICO:

Recepção: -
Sala de Reunião: 10m²
Administração: -
2 Salas de triagem médica e/ou de enfermagem: 8m²
Consultório para atendimentos médicos: 14,40m²
Consultório para atendimentos médicos legista: 14,40m²
4 Salas para Atendimentos e Exames Médicos: 14,40m²
Sala de Atendimento para Mulheres Trans: 14,40m²
2 Sanitários: 13,45m²
Dml: -

APOIO MÉDICO:

Sala Assistente Social: 38,85m²
Sala Psicólogas: 38,85m²
6 Salas de atendimento individual: 18,65m²
2 Salas de atendimento em grupo: 25,25m²
Terapia Ocupacional e Orientação Profissional: -
2 Sanitários: 13,45m²
Dml: -

GESTÃO:

Coordenação e Coordenação Geral: 15,75m²
Apoio Administrativo e Almoxarifado: 36,85m²
3 Salas de Reunião: 20m²

APOIO DEAM:

Recepção e Espera: 71,56m²
Administração: 52,35m²
2 Salas de Atendimento Individual: 10m²
Plantão Delegada (com dormitório e banheiro): 32,72m²
Sala Delegada Chefa: 30m²
2 Salas Delegada Cartorária: 23,30m²
Sala de Investigação de Crimes Sexuais: 30m²
Sala de Investigação Violência: 30m²
Sala de Estagiários:30m²
Reconhecimento (vítima – lado escuro): 12m²
Reconhecimento (agressor – lado iluminado):10m²
Detenção: 10m²
2 Sanitários: 13,45m²
Central de Transportes: 37m²

APOIO JURÍDICO:

Cartório: 47,34m²
2 Salas de Reunião: 10m²
Sala de Audiência: 60m²
Gabinete do Juiz (com banheiro e dormitório): 38m²
Arquivo: 10m²
2 Defensoria: 13m²
Secretaria Defensoria: 34m²
3 Dormitórios Plantonista: 3,60m²
2 Sanitários: 13,45m²
Dml: -

BLOCO EMPODERAR

Recepção e Lounge: -
Espaço Externo de Convívio: 75m²
Sala para Oficina: -
Canteiro para Oficinas ao Ar livre: -
Sala de Informática e Estudo: 2m² por computador
2 Sanitários: 13,45m²
Dml: -
Refeitório/Lanchonete: 60m²

ALOJAMENTO

Sala de Estar: 30m²
Cozinha, Refeitório e Sala de TV: 16m²
Lavanderia: 7m²
DML: 4m²
8 Dormitórios Vítimas: 9m²
Vestiário Familiar: -
Vestiário: 12m²
3 Alojamentos Plantonistas: 3,60m²
2 Vestiário Funcionários: 12m²
Estar/Cozinha: 16m²

A partir deste pré-dimensionamento, o estudo preliminar resultou-se na implantação inicial representada ao lado:

(1) bloco acolher
(2) o bloco de apoio jurídico e delegacia da mulher
(3) bloco empoderamento e alojamento de passagem e plantonistas

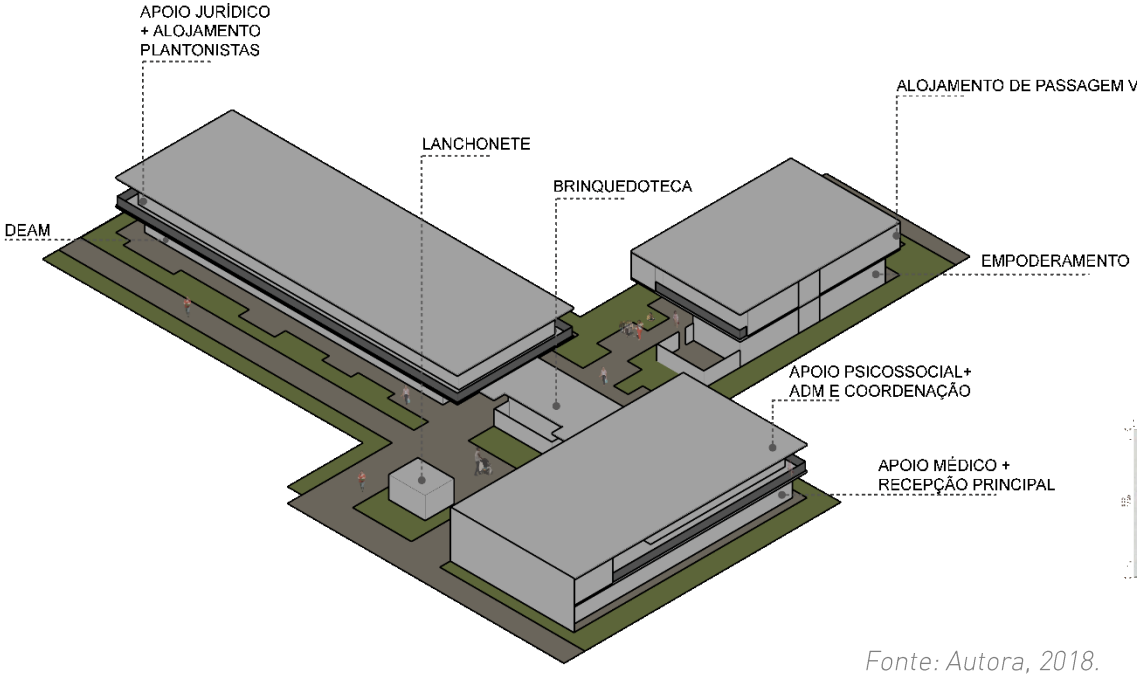
Figura 68: Implantação primeira entrega.

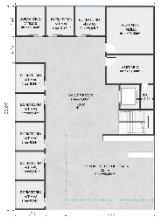
Fonte: Autora, 2018.

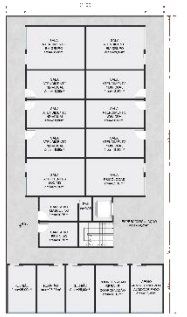
Algumas características dessa primeira proposta são:

- O meio da quadra era tido como um espaço de convívio e os caminhos que atravessavam o lote tinham a intenção de tornar permeável todo esse espaço central;
- O blocos se conectavam entre si por caminhos térreos e também por uma passarela central;
- A circulação interna dos blocos que se eram majoritariamente por meio de corredores nas extremidades dos edifícios, fazendo com que todos os ambiente tivessem suas aberturas voltadas para a circulação;
- A fachada voltada para a Av. João Naves de Ávila possuía acesso apenas para veículos da Delegacia da Mulher e Ambulâncias;
- A disposição dos ambiente ainda bastante preliminar se dava por meio de uma corredor central.

Figura 69, 70 e 71: Esquema 3d e plantas estudo preliminar.







Fonte: Autora, 2018.

PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR
ESC. 1-200

8. O PROJETO

Acolher (verbo)

Transitivo direto e pronominal

1. *Oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; abrigar(-se), amparar(-se).*
2. *Dar ou receber hospitalidade; hospedar(-se), alojar(-se).*

O conceito principal da proposta para o Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi (CRMRB) é o tratamento da dor e vulnerabilidade das mulheres de acordo com cada etapa. Desde o primeiro momento em que a vítima se encontra mais fragilizada, ao último, em que ela se encontra empoderada e livre da situação inicial. A figura abaixo resume essa ideia principal do conceito que este projeto carrega.

Figura 72: Conceito.

Fonte: Autora, 2019.

O projeto em seu papel de uma estrutura arquitetônica de acolhimento busca desenvolver sua função de tratar da dor a partir de

Figura 73: Colagem bloco acolher área interna.

Fonte: Autora, 2019.

soluções que possibilitam privacidade, cuidado, aconchego nos momentos de maior fragilidade da usuária, espaços de convívio, conexão visual e cuidado pessoal nos momentos em que a vítima se sentir bem o suficiente para ter contato interpessoal com outras pessoas, além de um programa que dá suporte e empoderamento para que estas mulheres possam retomar suas vidas de modo independente.

Nesse sentido, o conceito embasa todas as soluções arquitetônicas tomadas na concepção desse projeto, desde a escolha da materialidade, setorização dos espaços, escolha dos acessos, permeabilidade entre os ambientes, entre outros. Ao longo dos próximos subcapítulos todas essas soluções serão descritas para melhor compreensão do projeto.

ANÁLISES DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

A escolha do terreno para abrigar o Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi teve como premissa a facilidade de acesso considerando principalmente a proximidade com pontos de ônibus. Outro ponto considerável para a escolha do terreno foi a proximidade deste com os setores que possuem maior número de vítimas segundo dados do Centro Integrado da Mulher (CIM) que apresenta que a maioria de suas vítimas se encontram no setor Sul, Oeste e Leste da cidade, e os dados da ONG SOS Mulher e Família, que apresenta o maior número de vítimas dos setores Oeste, Leste e Sul.[1] Com estas premissas, o terreno escolhido se localiza no bairro Santa Mônica, Setor Leste do município de Uberlândia, ocupa o meio de uma quadra e se ramifica em três fachadas diferentes, sendo umas destas voltada para o corredor de ônibus da Av. João Naves de Ávila, a imagem abaixo apresenta a localização do terreno:

Figura 74: Mapa de locação do terreno.

Fonte: Google Maps, editado pela Autora, 2018.

O acesso ao terreno por meio do transporte público é bastante facilitado devido à proximidade com o corredor de ônibus da Avenida João Naves de Ávila, onde transita a linha T131, que conecta aos

[1]Os números completos se encontram no capítulo 3, no subitem 3.4. deste documento.

terminais Central e Santa Luzia, o lote fica próximo também da linha de ônibus A116 que liga ao Terminal Central.

Figura 75: Mapa de localização das linhas de ônibus.

Fonte: Google Maps, editado pela Autora, 2018.

Nas imagens abaixo é possível compreender como é hoje o terreno onde o projeto é proposto. Observa-se que o terreno possui apenas vegetação rasteira, e possui um depósito de materiais de construção e estacionamento pertencentes ao edifício vizinho, localizado na fachada da Av. João Naves de Ávila:

Figura 76: Fachada voltada para a Rua Saturnino Pedro dos Santos.

Figura 77: Fachada voltada para a Avenida João Naves de Ávila.

Fonte: Google Maps, editado pela Autora, 2018.

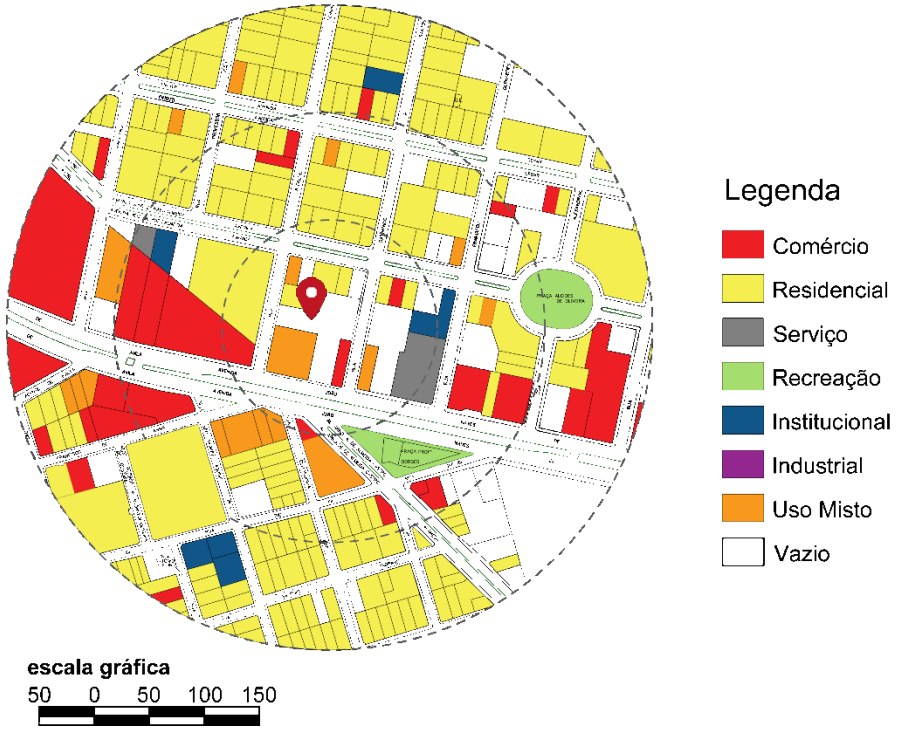
Figura 78: Fachada voltada para a Rua Saturnino Pedro dos Santos.

Figura 79: Fachada voltada para a Rua Alfredo Tormim.

Fonte: Google Maps, editado pela Autora, 2018.

A análise de uso e ocupação do entorno imediato do terreno indica que as edificações vizinhas possuem usos diversos, sendo composto majoritariamente por comércios e residências, sendo os estabelecimentos comerciais com funcionamentos tanto diurnos quanto noturnos, o que contribui para que o movimento de pessoas nas imediações do lote seja constante, tornando a localização mais segura. O levantamento de uso e ocupação foi realizado num raio de 300 metros em torno do terreno como apresenta o mapa abaixo:

Figura 80: Mapa de Uso e Ocupação do Entorno de 300 metros.



Fonte: Autora, 2018.

A partir da legislação municipal que trata do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, temos a tabela abaixo, que apresenta as restrições urbanísticas para o terreno do Centro de Referência da Mulher Rosalina Buccironi (CRMRB), que se localiza na Zona Mista (ZM):

Quadro 6: Restrições Zona Mista

Zona Mista – (ZM)	
Taxa de Ocupação Máxima (%)	60
Coeficiente de Aproveitamento Máximo (m)	3,0
Afastamento Frontal Mínimo (m)	3,0
Afastamento Lateral e Fundo Mínimo (m)	1,5
Testada Mínima (m)	10
Área mínima do lote	250

Fonte: Lei complementar nº 525, de 14 de abril de 2011.

Os usos permitidos de acordo com a lei são os seguintes:

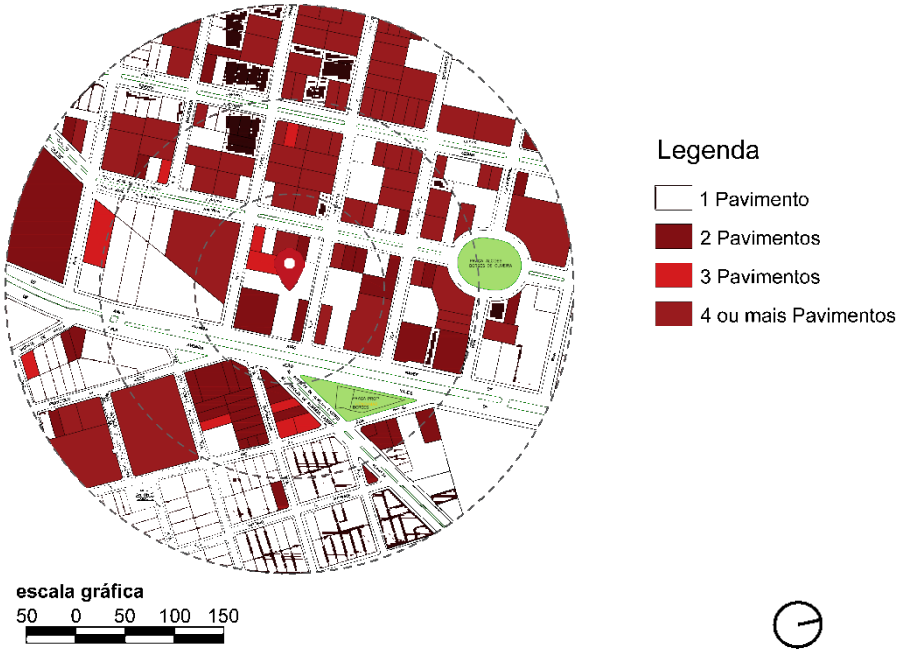
- H1 - Habitação Unifamiliar
- H2H – Habitação Multifamiliar Horizontal
- H2V – Habitação Multifamiliar Vertical
- H3 – Habitação de Interesse Social
- C1 – Comércio Varejista Local
- C2 – Comércio Varejista Diversificado 11
- C3 – Comércio Especial e/ou Atacadista de Pequeno Porte
- S1 – Serviço Local
- S2 – Serviço Diversificado*
- E1 – Equipamento Social e Comunitário – Local
- I1 – Indústria de Pequeno Porte
- M – Misto (Permitido para os usos adequados para as respectivas zonas.)

*Exceto depósito de gás e posto de combustível.
**Exceto serviços de oficina e salão de festas

De acordo com os usos acima descritos, o CRMRB se encaixa como um Equipamento Social e Comunitário - Local (E1).

Com relação ao gabarito, a quadra onde o terreno se implanta possui em sua maioria edificações dois a quatro pavimentos ou mais. No entorno de um raio de 300 metros são encontradas edificações de forma equilibrada tanto térreas quanto de mais de dois pavimentos. Nos mapas e cortes abaixo é possível verificar como é esse entorno:

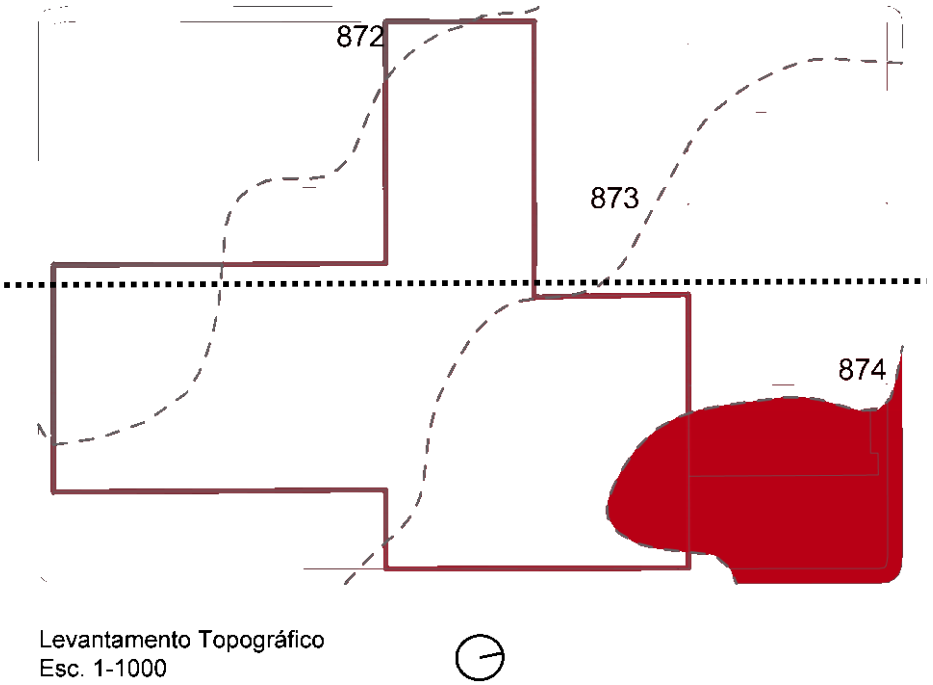
Figura 81: Mapa de Gabarito do Entorno de 300 metros.



Fonte: Autora, 2018.

O levantamento topográfico do terreno constatou que o lote possui topografia pouco acidentada, devido ao espaçamento entre as curvas de nível, o desnível é de aproximadamente dois metros, como apresenta as imagens abaixo:

Figura 82: Topografia do terreno



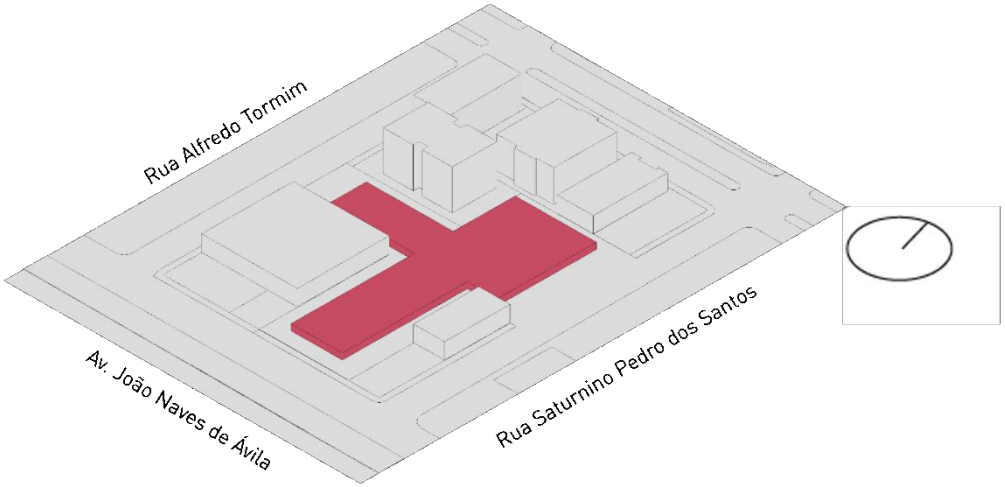
Fonte: Autora, 2018.

Figura 83: Corte da topografia natural do terreno

Fonte: Autora, 2018.

Na perspectiva isométrica abaixo é possível compreender como se dá a implantação do lote em sua quadra, e a relação de gabaritos vizinhos ao lote.

Figura 84: Perspectiva Isométrica lote em relação a quadra.



Fonte: Autora, 2019.

A partir de um levantamento acerca das condicionantes climáticas do terreno tem-se as seguintes informações:

Quadro 7: Horário de Insolação de Acordo com as Fachadas

Fachada	Solstício de Verão	Equinócios de Outono e Primavera	Solstício de Inverno
Norte	7:30 às 13:00	6:30 às 17:30	6:30 às 17:30
Sul	5:30 às 7:30 – 12:30 às 18:00	16:00 às 18:00	–
Leste	5:30 às 12:00	6:30 às 12:00	6:30 às 11:30
Oeste	12:00 às 18:00	12:00 às 17:30	11:30 às 17:00

Fonte: Autora, 2018.

Considerando que a direção predominante dos ventos em Uberlândia seja a Nordeste, as análises são sintetizadas na imagem abaixo:

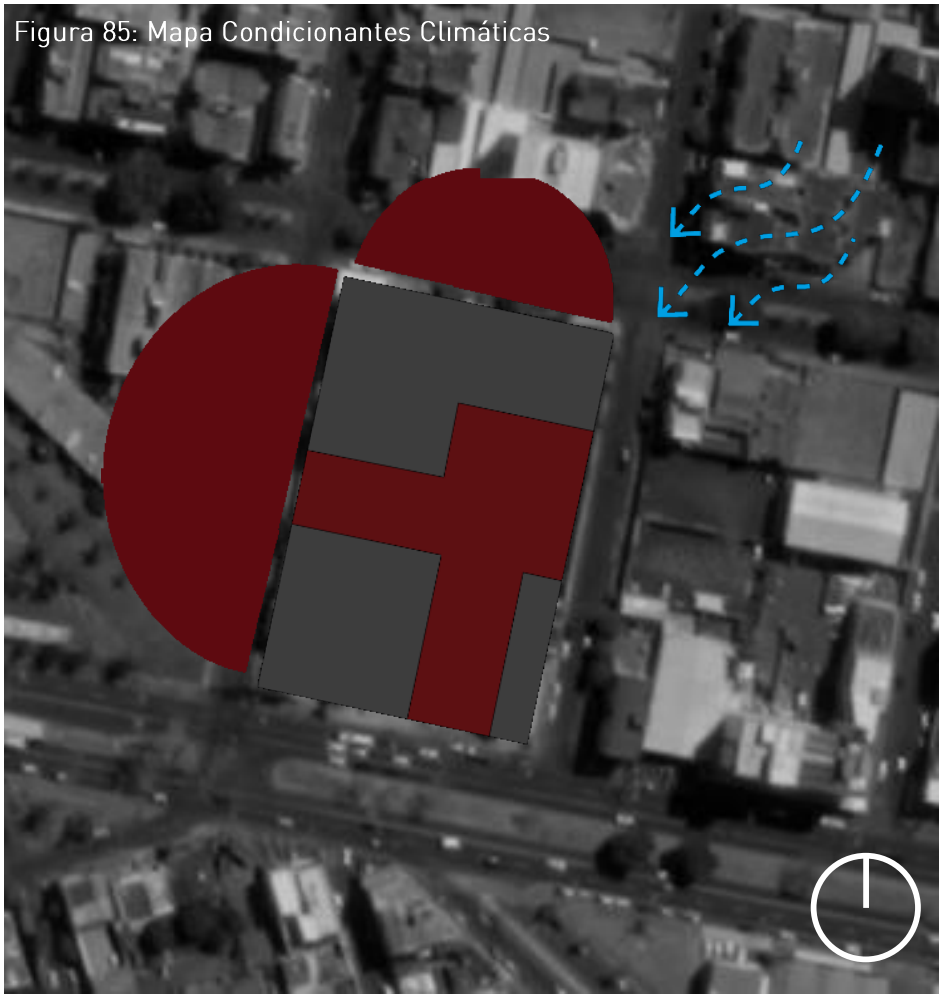
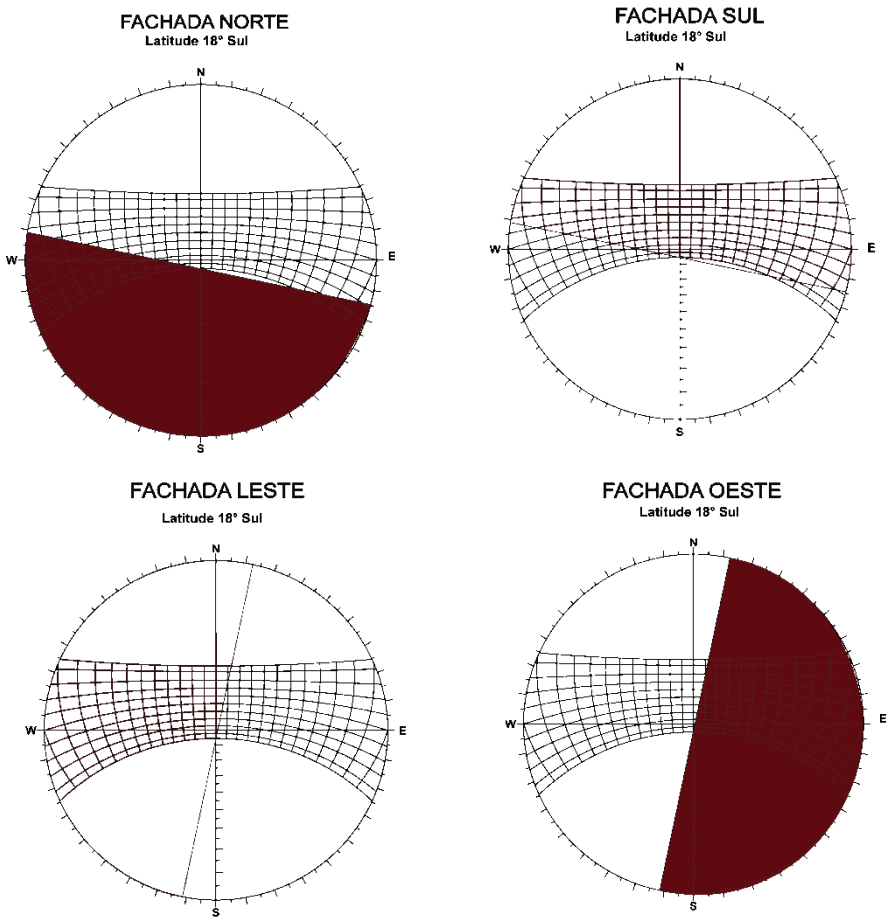


Figura 85: Mapa Condicionantes Climáticas

Fonte: Autora, 2018.

Figura 86: Cartas Solares



Fonte: Autora, 2018.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

A disposição do programa arquitetônico do edifício foi pensada a partir das entrevistas e visitas a alguns dos espaços onde os diversos atores da rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de Uberlândia prestam o seu atendimento. Com o conhecimento a respeito dos fluxos de atendimento e de como é o percurso da vítima durante a denúncia ou busca de apoio psicossocial, jurídico ou médico, foi possível compreender o modo como a implantação do programa poderia contribuir de forma positiva para evitar ao máximo constrangimentos e revitimização das vítimas ao buscar ajuda.

A partir destes conhecimentos, e da primeira entrega preliminar, chegou-se ao programa de necessidades que se divide em três grandes blocos, são eles:

Bloco Acolher + Bloco Empoderar + Bloco Proteger

Cada bloco um desses blocos possuem também um programa se divide nos seguintes espaços:

Bloco Acolher:

Recepção atendimento continuado
Lounge externo e interno
Sala de espera atendimento continuado
Recepção primeiro atendimento
Sala de espera primeiro atendimento
Sala de triagem
Sala de triagem da Mulher trans
Brinquedoteca
Sanitários acessíveis
Fraldário
DML
4 Salas de atendimento médico (sendo 1 adaptada para crianças)
4 Salas de atendimento psicossocial (sendo 1 adaptada para crianças)
Sala de atendimento em grupo
Alojamento de passagem com 4 dormitórios, vestiários e áreas comuns
Área de funcionários com 2 dormitórios, vestiários e áreas comuns
Sala administração, diretoria, coordenação e secretaria
3 Salas de reunião

Bloco Empoderar:

Recepção/ Lounge
Auditório
Lanchonete
Oficina de construção civil + canteiro de obras
Oficina de salão escola
Brinquedoteca
Arquibancada externa
Sanitários
Fraldário
DML
2 Salas de oficinas
Varanda
Espaço multiuso
Sala de informática
Sala de terapia ocupacional
Sala administração, diretoria, coordenação e secretaria

Bloco Proteger:

Recepção
Espera
Sala de interrogação agressor

Cela provisória com um lavabo
Sala de registro de ocorrência
Sala delegada
2 Cartórios
Copa funcionários
Sanitários acessíveis
DML
Sala de investigação criminal
Sala de audiência + Gabinete do Juiz com banheiro
2 Salas de defensoria da mulher
2 Salas de apoio jurídico
1 Almoxarifado + depósito.

IMPLANTAÇÃO

A implantação do projeto no terreno ocorre de forma centralizada, com o intuito de ter o programa voltado para as três fachadas.

A implantação se deu em função do programa, buscando abarcar toda a complexa e variada gama de espaços que conformam um Centro de Referência da Mulher. O grande número de salas e espaços segmentados proporcionaram a princípio uma implantação pavilhonar, que ia contra toda a intenção deste projeto de ser um ambiente que acolhe em todos os sentidos as usuárias. Desta forma optou-se pela criação de jardins internos e externos para garantir espaços de respiro e contemplação entre os corredores e principalmente nos espaços de tratamento médico e psicossocial.

Figura 87: Implantação e planta de cobertura.

Fonte: Autora, 2019.

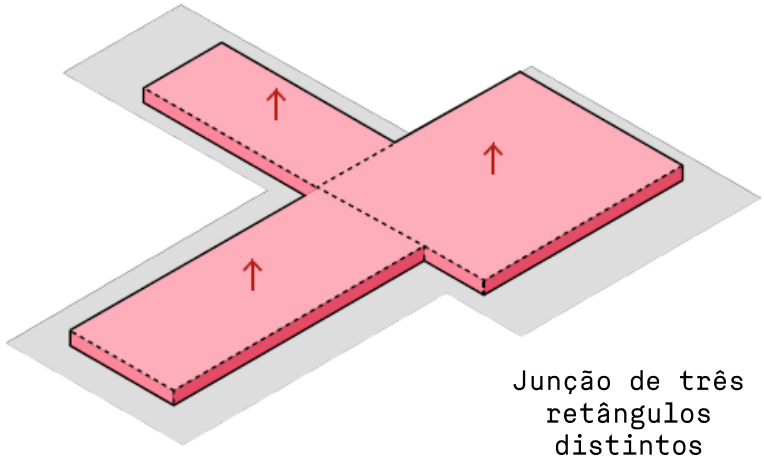
A FORMA

Nos esquemas abaixo tem-se um resumo dessa volumetria como surge essa forma, que a partir de 3 retângulos e algumas subtrações

A subtração da forma para a criação dos jardins resultam em soluções arquitetônicas que contribuem com o bem estar das usuárias, os pátios além de contribuirem para a conexão visual, evitam o enclausuramento da vítima e a criação de longos e hostis corredores. Neste sentido a natureza e a iluminação zenital funcionam como uma contribuição do espaço para o tratamento das vítimas.

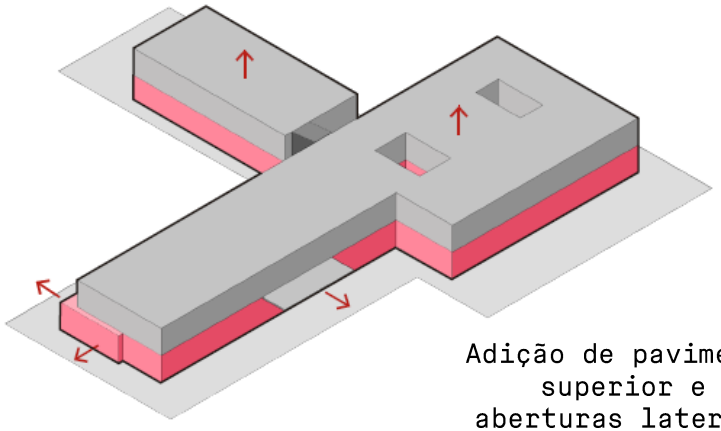
Figuras 88, 89, 90 e 91: Esquemas de volumetria

Forma pura



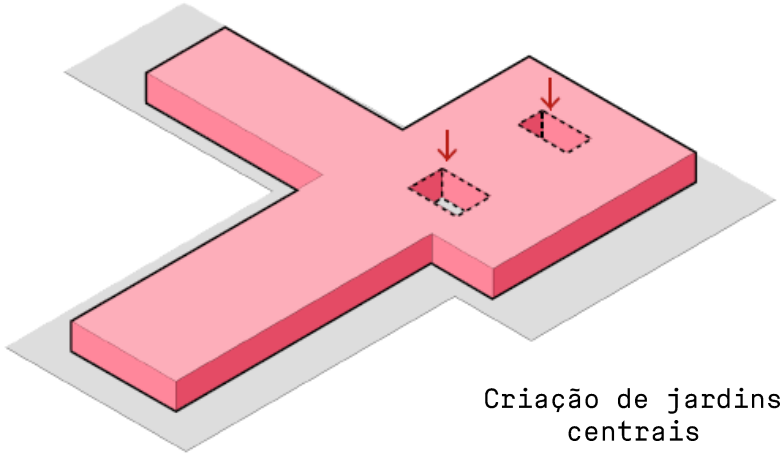
Junção de três retângulos distintos

Volumetria



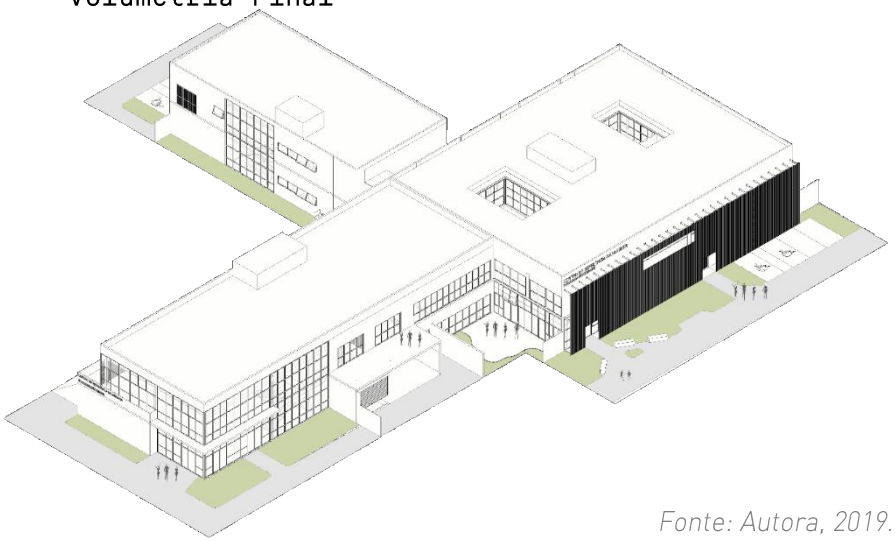
Adição de pavimento superior e aberturas laterais

Subtração da Forma



Criação de jardins centrais

Volumetria Final



Fonte: Autora, 2019.

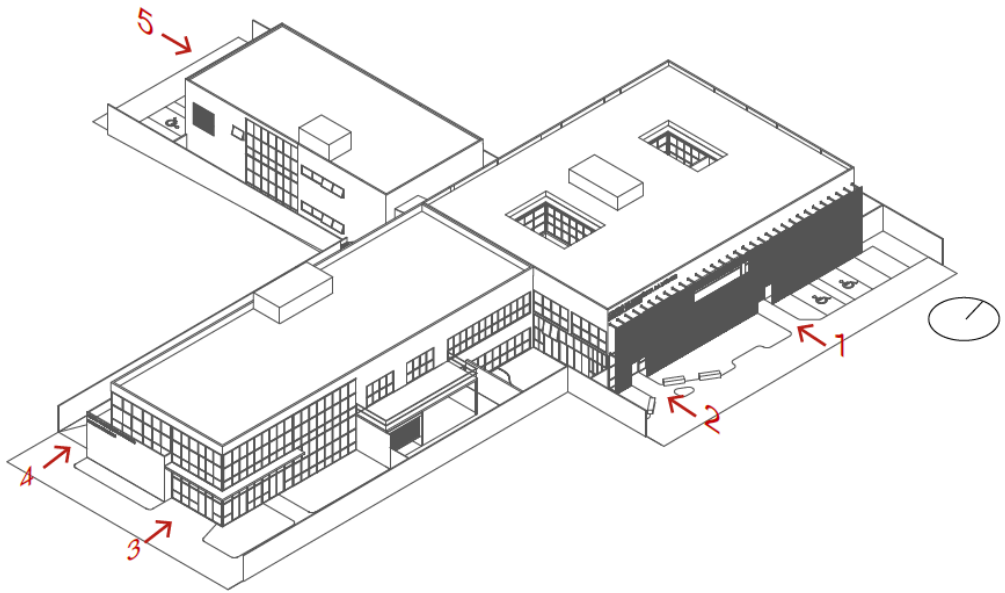
FLUXOS E ACESSOS

A escolha dos acessos para cada programa se deu devido a escala de privacidade e movimento de cada uma dos blocos do edifício, entendendo que o bloco **Empoderar** será o que terá maior conexão público privado, interior exterior, este tem seu acesso voltado para a Av. João Naves de Ávila, via estrutural de alto fluxo de veículos, além de ser nessa via que circula o corredor de ônibus que conecta o edifício ao restante da cidade.

Já os acessos ao bloco **Acolher**, por se tratar de um espaço onde as vítimas necessitam de maior privacidade e cuidado, é feito pela Rua Saturnino Pedro dos Santos, por se tratar de uma via secundária e de menor fluxo.

E por último o bloco Proteger tem sua fachada voltada para a Rua Alfredo Tormim, que possui um fluxo considerável de veículos diariamente.

Figuras 92: Acessos:



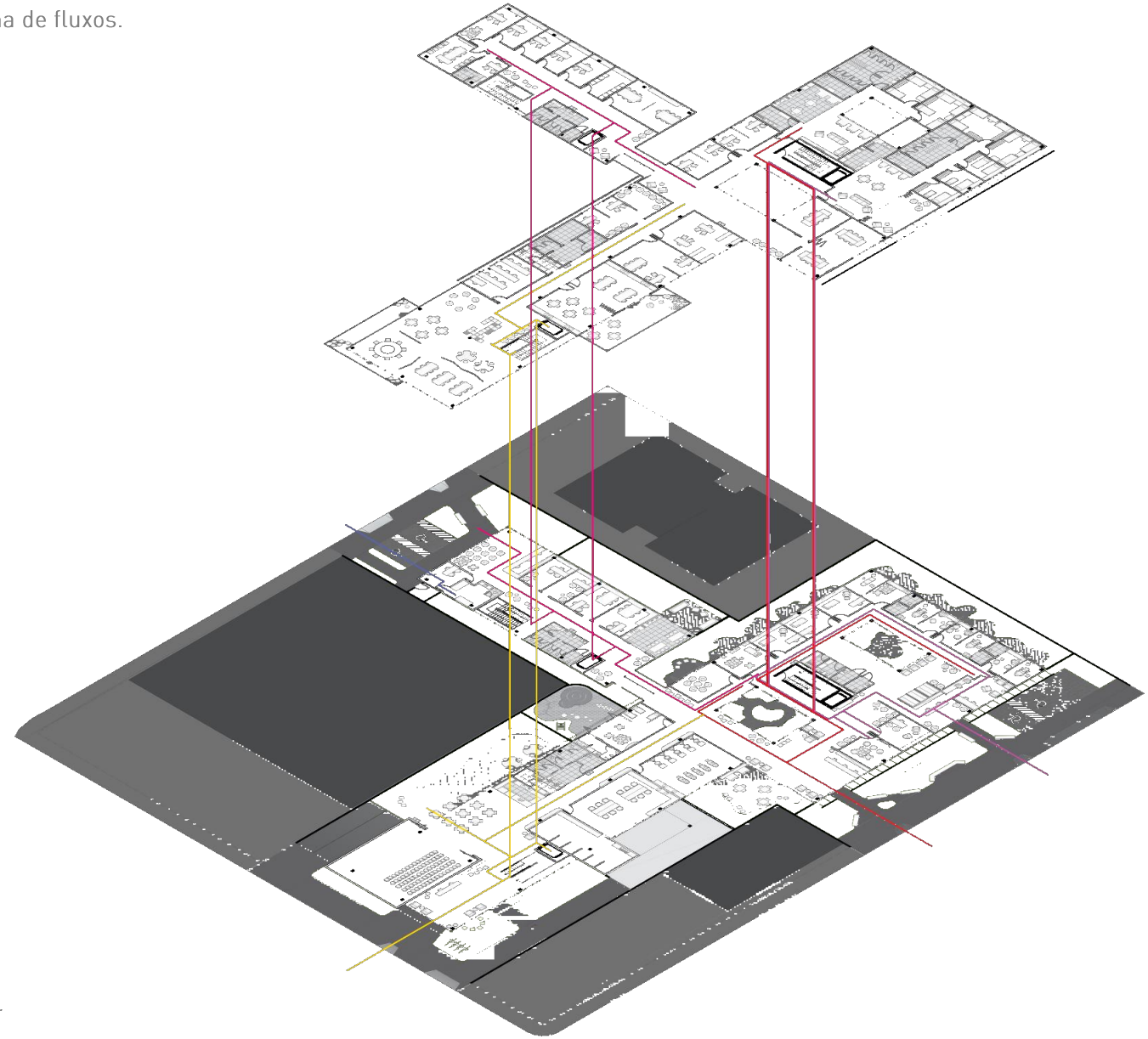
Nas plantas abaixo destacam-se os principais fluxos ao ambiente de maior controle de acesso, o Bloco Acolher.

- Nesse sentido temos em roxo o fluxo das vítimas que chegam pelo acesso emergencial de primeiro atendimento, que tem seus percursos majoritariamente dentro do bloco acolher, possuindo acesso ao alojamento de passagem sem precisar deslocar-se para outro bloco;
- Em rosa tem-se os fluxos dos profissionais e vítimas entre o bloco proteger e acolher, nota-se que os profissionais possuem acesso ao bloco acolher sem que seja preciso o contato direto com a área de espera das vítimas;
- Em vermelho temos o acesso direto das vítimas para o atendimento continuado;
- Em azul tem-se o fluxo do agressor, o mesmo possui um acesso totalmente separado das vítimas;
- Em amarelo tem-se os fluxos dentro do bloco empoderar.

Legenda:
1. Acesso Acolher
2. Acesso Atendimento Continuado
3. Acesso Empoderamento
4. Acesso de veículos ao estacionamento
5. Acesso Proteger

Fonte: Autora, 2019.

Figuras 93: Esquema de fluxos.



Fonte: Autora, 2019.

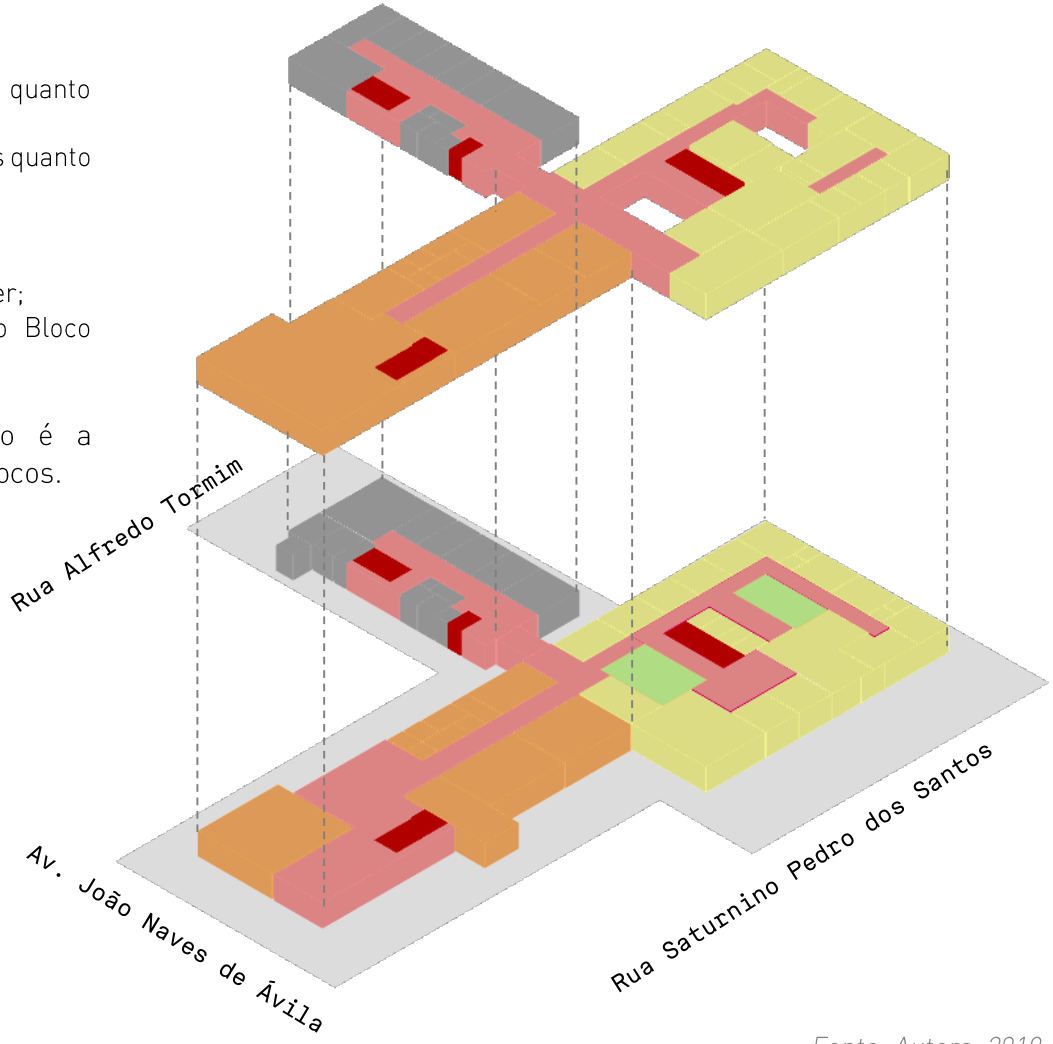
SETORIZAÇÃO GERAL

Na imagem ao lado, tem-se a setorização dos espaços de forma bastante geral, entretanto o esquema é importante para se compreender como os ambientes estão dispostos e como acontece a circulação interna:

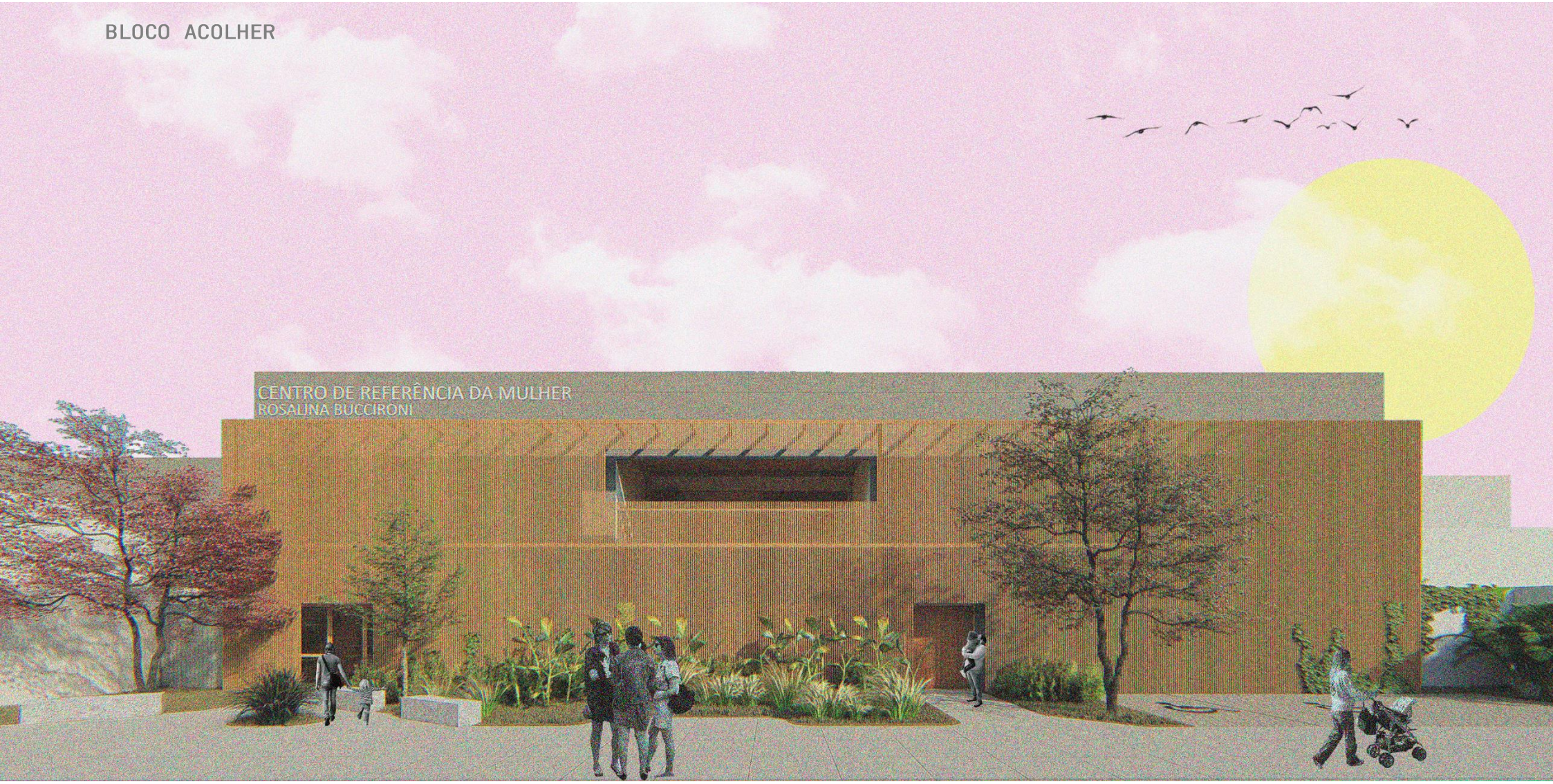
- Em rosa estão todos os espaços de circulação horizontal quanto estas acontecem principalmente por corredores centrais;
- Em vermelho estão as circulações verticais, tanto as escadas quanto os elevadores
- Em verde temos os jardins centrais;
- Em laranja está todo o programa do Bloco Empoderar;
- Em cinza estão os ambientes pertencentes ao Bloco Proteger;
- Em amarelo estão todos os ambientes pertencentes ao Bloco Acolher.

Um elemento de conexão de destaque do complexo é a rampa/passarela que conecta o Bloco Proteger aos demais blocos.

Figuras 94: Esquema de setorização.



Fonte: Autora, 2019.



Figuras 95: A Fachada bloco Acolher possui todo o cuidado de dar privacidade aos ambientes internos que atende às vítimas que estão na etapa mais frágil do tratamento da dor, e aquelas que estão dando continuidade ao atendimento inicial. O elemento vazado de madeira freijó é responsável por gerar essa proteção a fachada, além de torna-la mais delicada e acolhedora. *Fonte: Autora, 2019.*

O bloco acolher é o bloco que possui o programa que necessita de maior privacidade e maior sentimento de acolhimento, como o próprio nome incita. No térreo o programa se divide entre salas atendimento médico e psicossocial, além de jardins privativos e áreas de convivência.

O bloco é um retângulo que possui uma largura maior o que prejudica principalmente a ventilação dos ambientes que estão no centro do volume, nesse sentido foram criados jardins internos que contribuem para a iluminação natural, ventilação, e para a criação de pequenos refúgios ajardinados no interior do bloco.

Outro ambiente de destaque dessa parte do bloco acolher é a sala de triagem (em laranja na planta), que funciona como um espaço para que a vítima possa ter um atendimento completo sem que seja necessário o seu deslocamento, a intenção é que apenas os funcionários se movimentem até a sala, esse ambiente foi pensado principalmente para atender vítimas como dificuldades locomoção, machucadas, ou mesmo muito fragilizadas.

Com relação a existência de duas recepções e salas de espera, tal solução proporciona as vítimas que chegam a emergência após sofrerem violência uma recepção mais intimista e que possui maior privacidade.

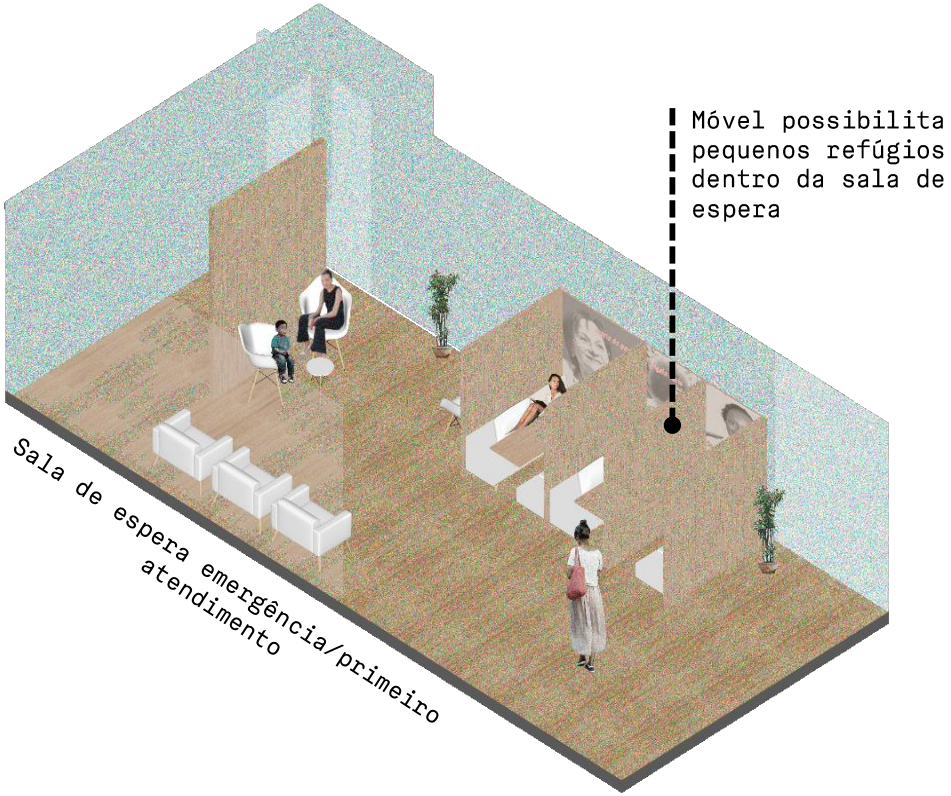
Figuras 96: Setorização térreo Acolher.

Fonte: Autora, 2019.

O projeto como um todo foi pensado de modo a promover as usuárias o maior conforto e acolhimento, mesmo num momento de dor e vulnerabilidade. Neste sentido, destacam-se abaixo alguns ambientes e suas soluções.

A começar pela sala de espera do primeiro atendimento, espaço onde as vítimas podem vir a chegar machucadas, busca-se a criação de ambientes que dão privacidade as usuárias mesmo em um local coletivo.

Figuras 97: Sala de espera atendimento emergencial bloco Acolher.



Fonte: Autora, 2019.

O móvel criado para dar as vítimas maior privacidade durante o período de espera, neste momento de maior fragilidade nem todas as vítimas ficam confortáveis com o contato visual, principalmente se estiverem machucadas fisicamente, esses pequenos refúgios são pensados também como painéis de histórias de superação e de luta de mulheres inspiradoras, servindo como um começo de incentivo e empoderamento para as vítimas mais fragilizadas.

Figuras 98: Espaços de espera como pequenos refúgios para as vítimas.

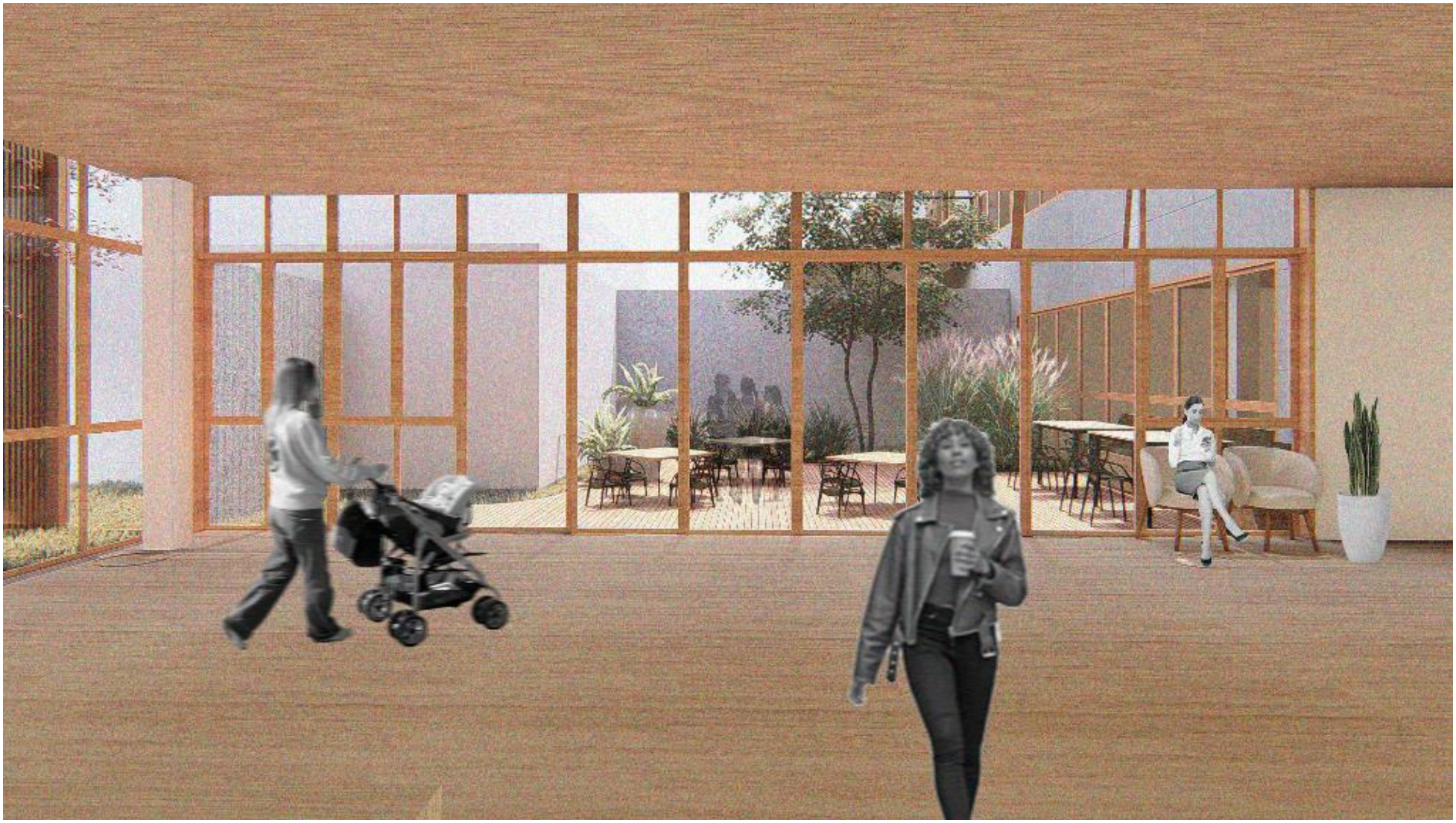
Fonte: Autora, 2019.

Figuras 99: Área de recepção do atendimento continuado do Bloco Acolher tem o uso da madeira e de revestimentos que imitam o material, com o intuito de tornar o ambiente mais aconchegante e confortável para as usuárias, destaque para o contato com a vegetação devido ao afastamento de 1 metro entre o elemento vazado e a edificação. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 100: Do lado interno, o elemento vazado não interfere na conexão visual com o exterior e proporciona a passagem de luz natural e ventilação. Na imagem é possível compreender o acesso do bloco acolher para o atendimento continuado, além dessa conexão que ele possui a um espaço de lounge externo localizado ao lado direito do corredor. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 101: Na imagem é possível compreender como o interior dessa caixa é iluminado devido aos seus respiros criados pelos jardins internos que contribuem tanto com a iluminação natural quanto com a ventilação do ambiente. Destaca-se o uso dos largos corredores como espaço de convívio e espera. O uso da madeira freijó nas esquadrias dão mais leveza aos panos de vidro e conversam bem com o piso vinilico que imita madeira e o forro em madeira freijó. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 102: O espaço de lounge localizado ao lado da recepção do bloco Acolher, atendimento continuado, é um espaço de convívio e também de descanso. Com o piso em deck, o espaço ao ar livre funciona como opção agradável de área externa para reuniões. *Fonte: Autora, 2019.*



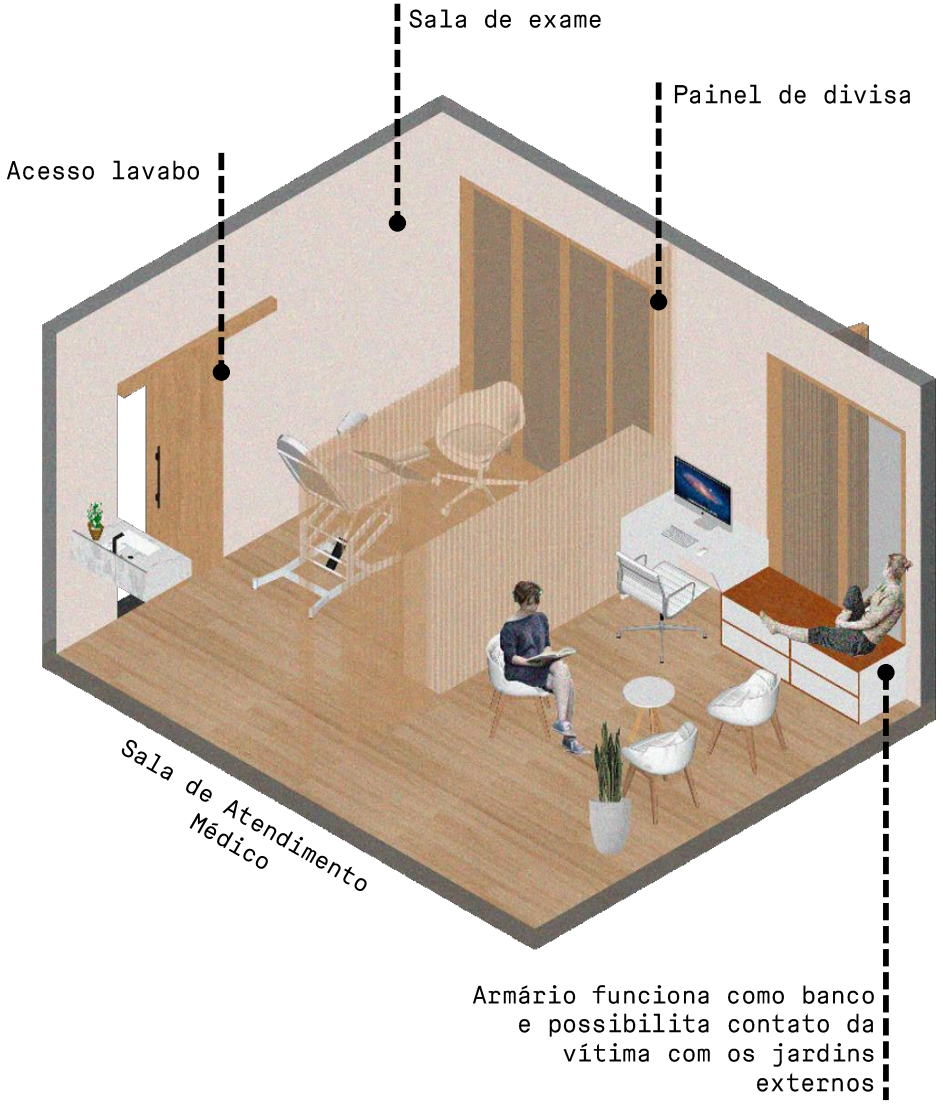
Figuras 102: Mais uma imagem mostrando o espaço de lounge localizado ao lado da recepção do bloco Acolher, atendimento continuado. Deste ângulo é possível enxergar ao fundo a parede que divide o longe com a oficina de construção civil, o uso de vegetação antes dessa divisa funciona como uma barreira acústica, para contribuir para o isolamento dos ruídos advindos dessa oficina. *Fonte: Autora, 2019.*

No térreo do bloco acolher destacam-se também os espaços de atendimento médico e psicossocial, estes foram pensados com bastante cuidado, e principalmente com acessibilidade. Em visita ao Núcleo de Atenção a Vítima de Agressão Sexual (NUAVIDAS) pode-se verificar muitas deficiências nas salas que atendem as vítimas de abuso sexual, nesse sentido foram pensadas salas com painéis centrais que separam a sala onde a vítima vai relatar o abuso da sala onde esta será examinada pela médica, solução orientada pela Dra. Mariana Hasse, coordenadora do NUAVIDAS, essa solução evita que a vítima tenha uma visão direta da sala de exames. Todas as salas de atendimento médico possuem também um lavabo interno, que pode ser usado como um espaço para a vítima se trocar para o exame. As salas possuem conexão com jardins externos que podem ser usados também como espaço de conversa, esses jardins são divididos com o uso da própria vegetação em diversas alturas.

Figuras 103: Jardins externos conectados as salas de atendimento médico e psicossocial do Bloco Acolher.

Fonte: Autora, 2019.

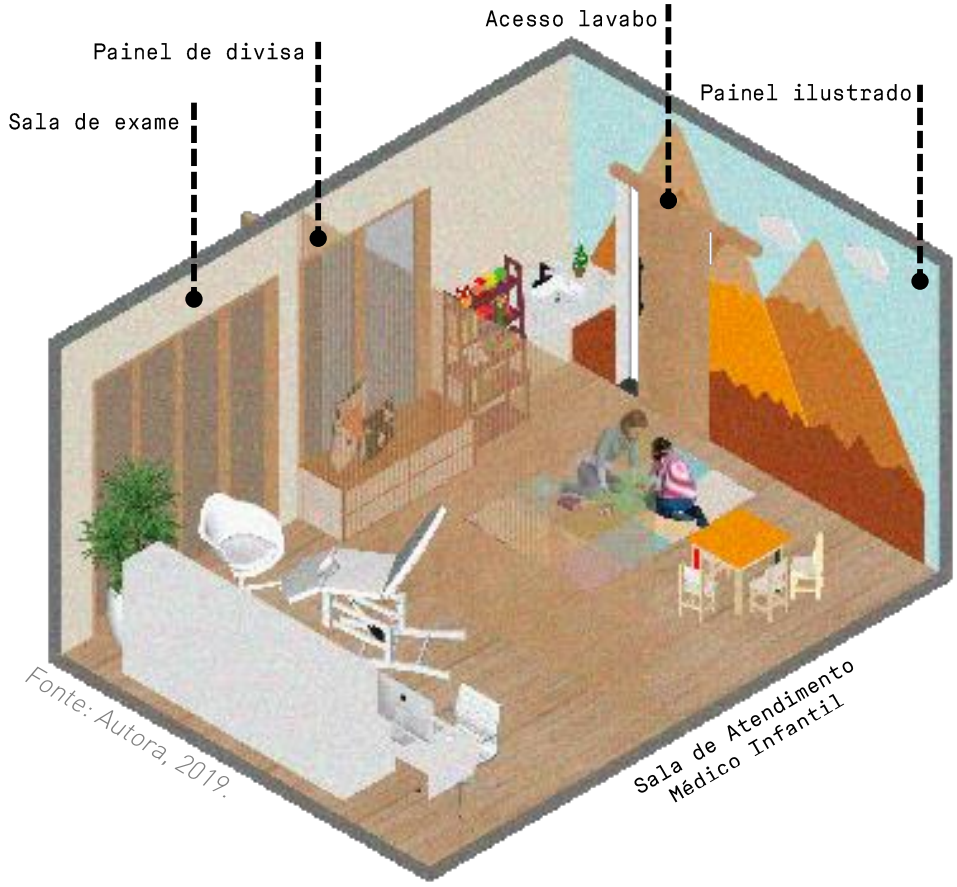
Figuras 104: Sala de atendimento médico Bloco Acolher.



Fonte: Autora, 2019.

Destaca-se também nas salas de atendimento o cuidado com a criação de salas adaptadas ao atendimento infantil, tanto para o atendimento médico quanto para o atendimento psicossocial. Os espaços contam com decoração e brinquedos para que as crianças se sintam mais acolhidas, e assim como as demais salas médicas, também contam com o painel central. É proposto também mobiliários mais baixos que aproximam o profissional da criança.

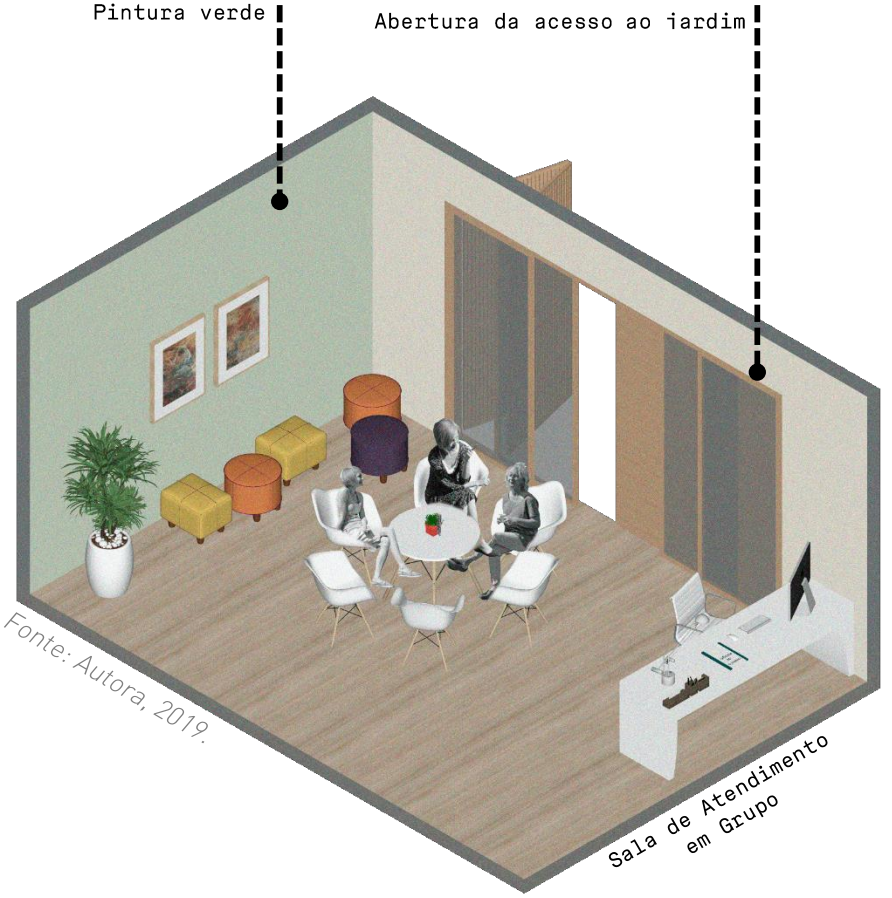
Figuras 105: Sala de atendimento médico infantil Bloco Acolher.



Fonte: Autora, 2019.

Um outro ambiente é a sala de atendimento psicossocial em grupo, que pode ser usada para outras atividades coletivas e também possui conexão direta para um jardim externo que pode ser utilizado para as atividades em grupo. A sala possui cores leves mas que dão ao ambiente mais vida.

Figuras 106: Sala de atendimento em Grupo no Bloco Acolher.



Fonte: Autora, 2019.

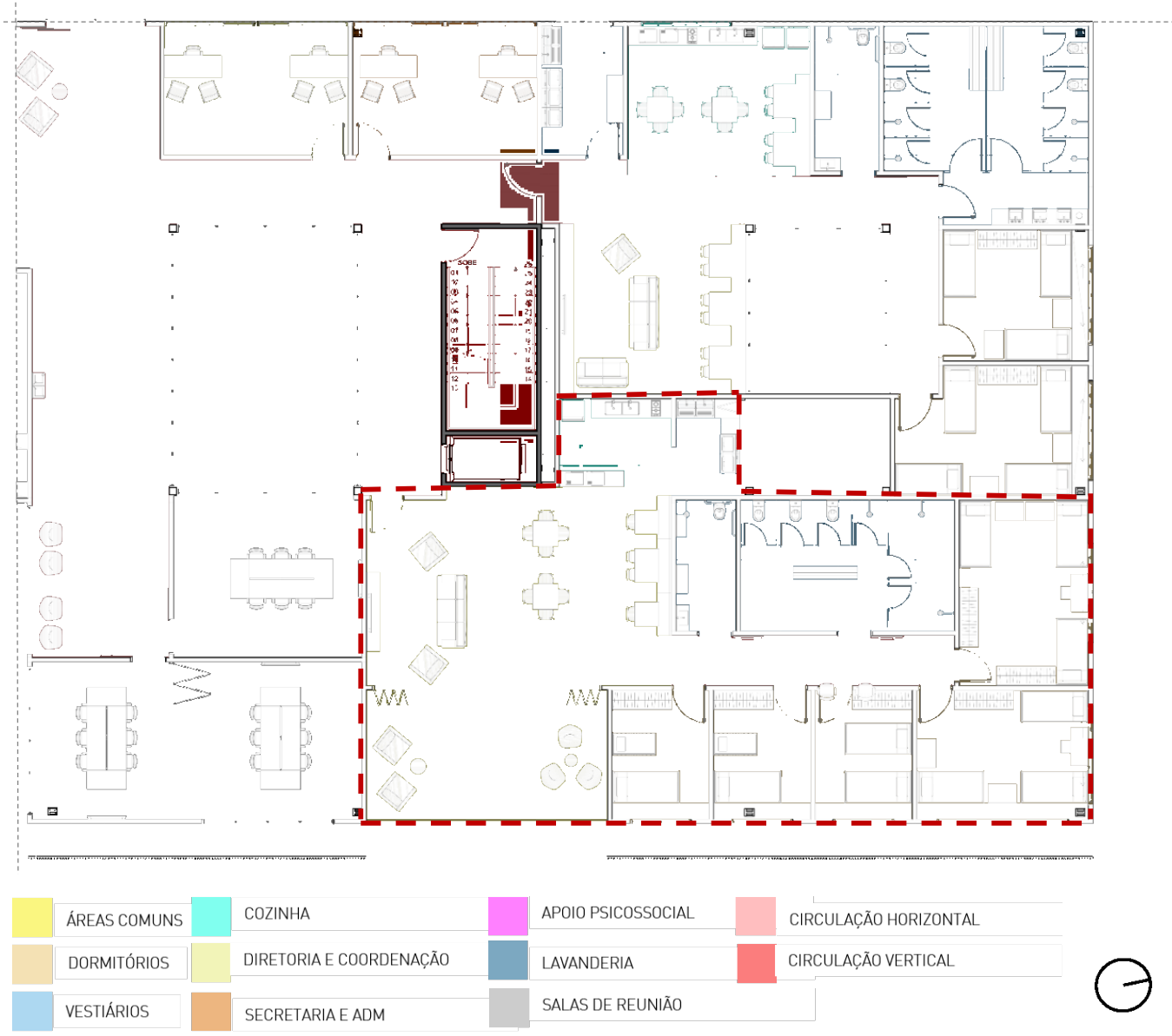
No segundo pavimento do Bloco Acolher estão concentrados principalmente os espaços de alojamento, tanto para as vítimas quanto para os funcionários do complexo. Neste pavimento então as salas voltadas para a administração e diretoria do bloco acolher, e as salas de reunião que são compartilhadas entre todos os setores.

Na planta ao lado destaca-se em tracejado o alojamento de passagem voltado para as vítimas, elas podem passar 48 horas alojadas, o espaço é voltado justamente para mulheres que vão fazer alguma denúncia e precisam de proteção até conseguir um lugar seguro para ficar, e podem ser abrigadas as mulheres e seus filhos.

Outro destaque é o espaço de convívio do alojamento de passagem, nesse ambiente são pensados para dar a usuária espaços de privacidade mesmo quando estão num espaço de convivência, um exemplo é a varanda que se integra com a sala de estar e de jantar.

Os pátios centrais que no pavimento térreo funcionam como jardins e contribuem para a ventilação e iluminação e no pavimento superior também permitem iluminação e ventilação natural aos ambientes internos. Destaca-se a circulação em largos corredores que podem ser usados como espaços de convívio.

Figuras 107: Setorização térreo Acolher.



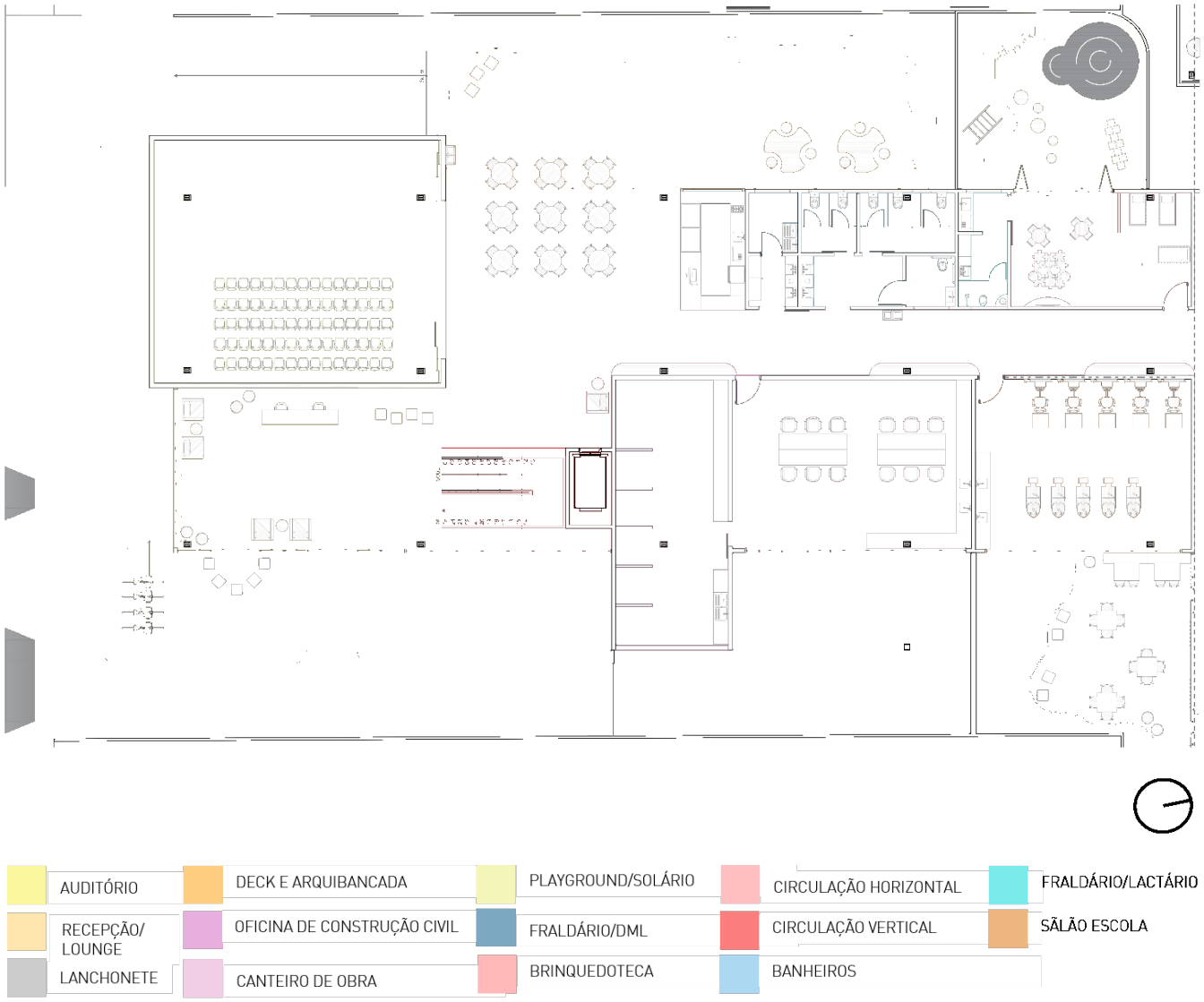
Fonte: Autora, 2019.

Figuras 108: Varanda e sala de estar que podem se integrar gerando espaço privado mesmo em ambientes de convívio. Nesse espaço também é utilizada madeira e materiais que remetem madeira dando ao alojamento um caráter de casa e acolhimento. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 109: Na imagem do alojamento e área convívio dos funcionários, é possível compreender a importância dos pátios na iluminação e ventilação natural do pavimento superior. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 110: O Bloco Empoderar possui uma maior transparência devido ao seu programa que é voltado a todas as mulheres que procuram alguma formação profissionalizante. A fachada voltada para a Av. João Naves de Ávila se abre para o público e possui maior contato visual a área externa. *Fonte: Autora, 2019.*

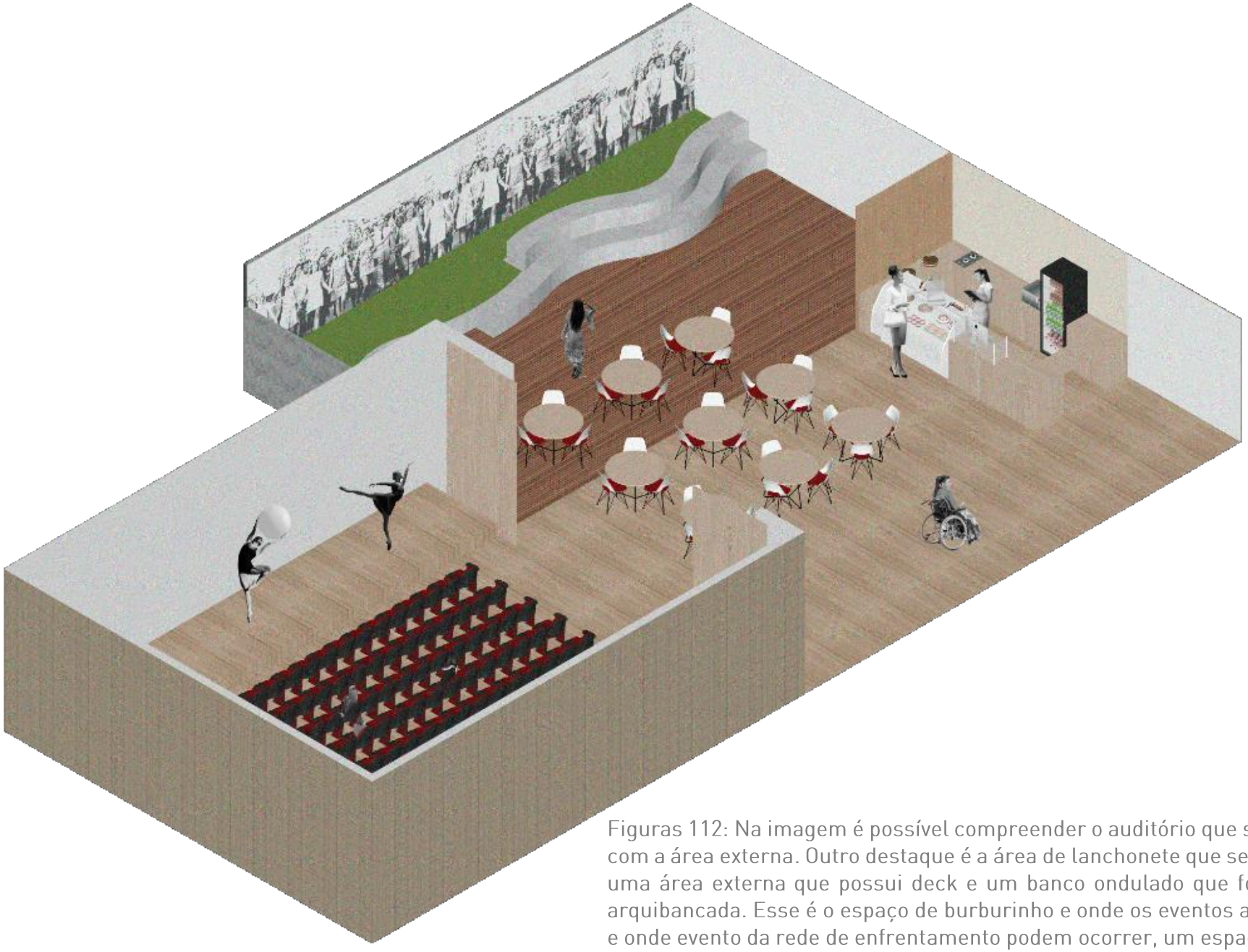
Figuras 111: Setorização térreo Empoderar.



O bloco Empoderar possui um papel importante que é o de possibilitar que a vida profissional de mulheres sejam recomeçadas para que essas possam recomeçar suas vidas de modo independente financeiramente.

O acesso é bastante facilitado devido ao bloco estar voltado para Avenida João Naves de Ávila, via que possui um corredor de ônibus que se conecta de modo fácil a dois terminais de ônibus na cidade.

Com relação ao programa, logo no acesso o bloco possui um auditório que pode ser utilizado para diversas atividades por não possuir as cadeiras fixas e se abrir para a área externa (FIGURA 112). No térreo estão as oficinas que possuem mais ruídos, a oficina de construção civil e o salão escola. É no térreo também que estão a pequena lanchonete que possui conexão com uma área de deck e arquibancada. Outro programa importante é a brinquedoteca e o playground, que é utilizado para que as mães possam deixar seus filhos em um lugar seguro enquanto essas estão se profissionalizando, para que as crianças não sejam um empecilho que possa dificultar essa atividade para essas mulheres.



Figuras 112: Na imagem é possível compreender o auditório que se conecta com a área externa. Outro destaque é a área de lanchonete que se abre para uma área externa que possui deck e um banco ondulado que forma uma arquibancada. Esse é o espaço de burburinho e onde os eventos acontecem e onde evento da rede de enfrentamento podem ocorrer, um espaço mesmo voltado para a comunidade. *Fonte: Autora, 2019.*

Figuras 113: Espaço de lanchonete conectado ao espaço de deck e arquibancada*: Autora, 2019.*

Figuras 114: Os bancos sinuosos de concreto criam espaços de convívio e de arquibancada para a realização de eventos, no espaço tem-se também a criação de um grande painel que replica a imagem de mulheres lutando pelo direito do voto. *Autora, 2019*.

Figuras 115: Ao fundo é possível visualizar a passarela que conecta o bloco acolher ao bloco proteger, e os elementos de proteção solar do bloco empoderar a direita. *Autora, 2019.*

Figuras 116:Solário e playground da brinquedoteca existente no bloco empoderar, espaço onde as crianças ficam enquanto as mães estão em atendimento médico ou psicossocial, ou em cursos profissionalizantes. *Autora, 2019.*

Figuras 117: Setorização pavimento superior Empoderar.

O segundo pavimento do bloco empoderar possui um programa diverso, como a área de diretoria e de coordenação do bloco, um amplo espaço multiuso que pode abrigar diversas atividades e oficinas que podem ser separadas por painéis móveis ou com o próprio mobiliário.

É neste pavimento que ficam também algumas oficinas que possuem menos ruídos, como a sala de informática. Foi pensado também um espaço de oficina que possui infraestrutura de pias podendo ser utilizada para cursos de culinária.

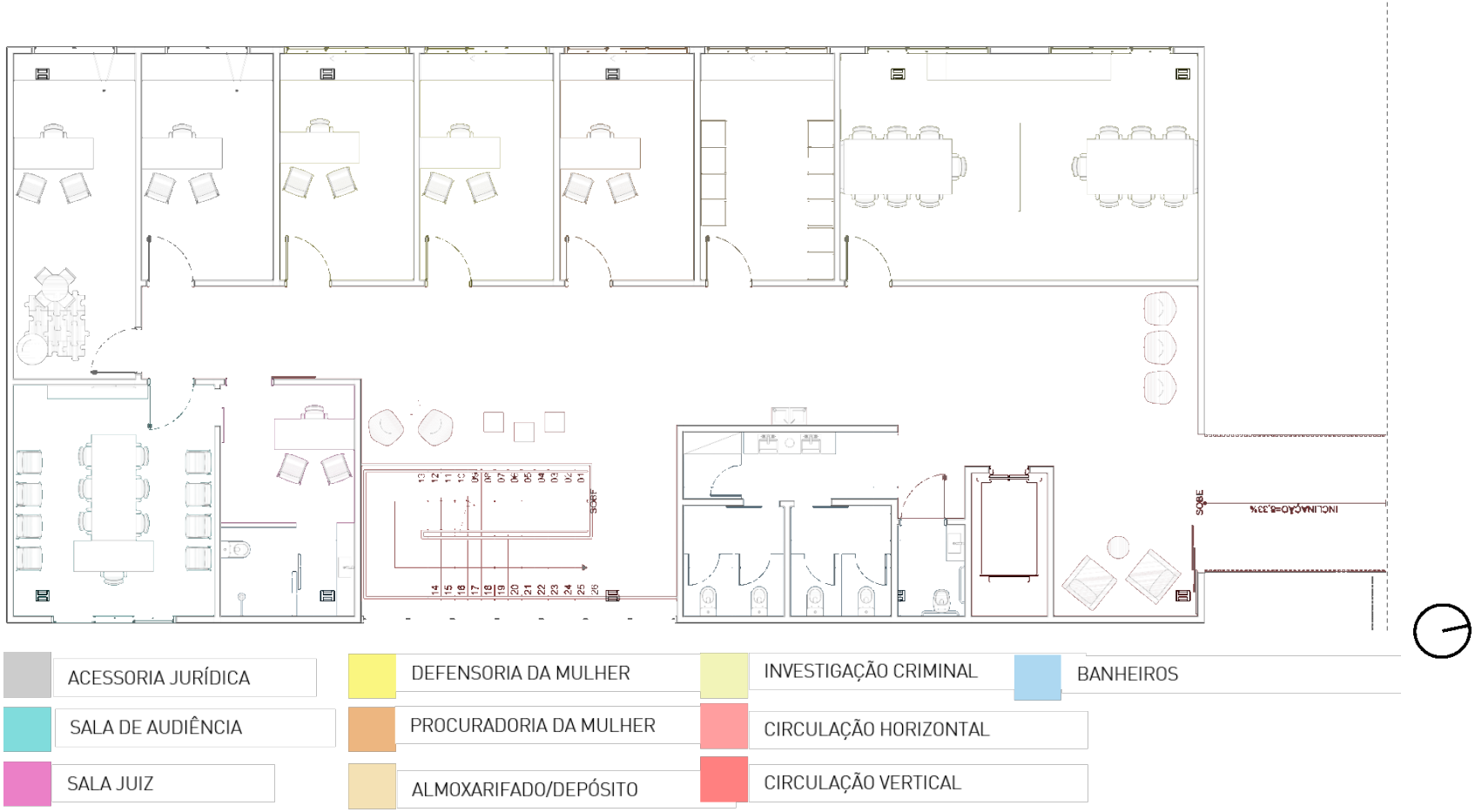
Um ambiente de destaque deste pavimento é a terapia ocupacional, onde as mulheres podem se candidatar a vagas de emprego e a compreender qual profissão mais se adequa a cada uma.

Figuras 118:Oficinas livres que podem se integrar ou se dividir em duas por meio de painéis camarão. As oficinas compartilham também de uma grande varanda que permite a realização de oficinas ao ar livre. *Autora, 2019.*

Figuras 119: O bloco proteger está voltado para a fachada oeste, neste sentido é proposto um revestimento de madeira ripado que tem o intuito de proporcionar ao edifício onde está a delegacia da mulher e o apoio jurídico, um caráter mais acolhedor. *Autora, 2019.*

O bloco proteger possui um programa voltado a proteção legal das vítimas, no seu térreo está a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). O seu acesso logo na parte térrea é intencional, pois por se tratar de uma delegacia, os atendimentos precisam ser mais urgentes e em alguns casos o agressor pode acessar o edifício para prestar depoimento ou mesmo se for preso em flagrante, nesse sentido o agressor possui um acesso e uma sala específica, e conta com uma cela provisória necessária para casos em que o agressor precisa esperar para ser transferido ou que o mesmo esteja fora de controle e gere algum risco.

O pavimento da DEAM possui salas de atendimento da delegada, para registros de ocorrência e cartórios. A conexão do bloco proteger para a outra parte do complexo é realizado por meio de uma rampa e uma passarela entre os pavimentos superiores.



No pavimento superior do bloco proteger estão as salas de atendimento jurídico, com defensoria, procuradoria e assessoria jurídica. Outro espaço importante deste pavimento é a sala de audiência em conjunto com a sala do juiz. Neste pavimento está também um programa que faz parte do da DEAM, que é a sala de investigação criminal.

ESTRTURA E MATERIALIDADES

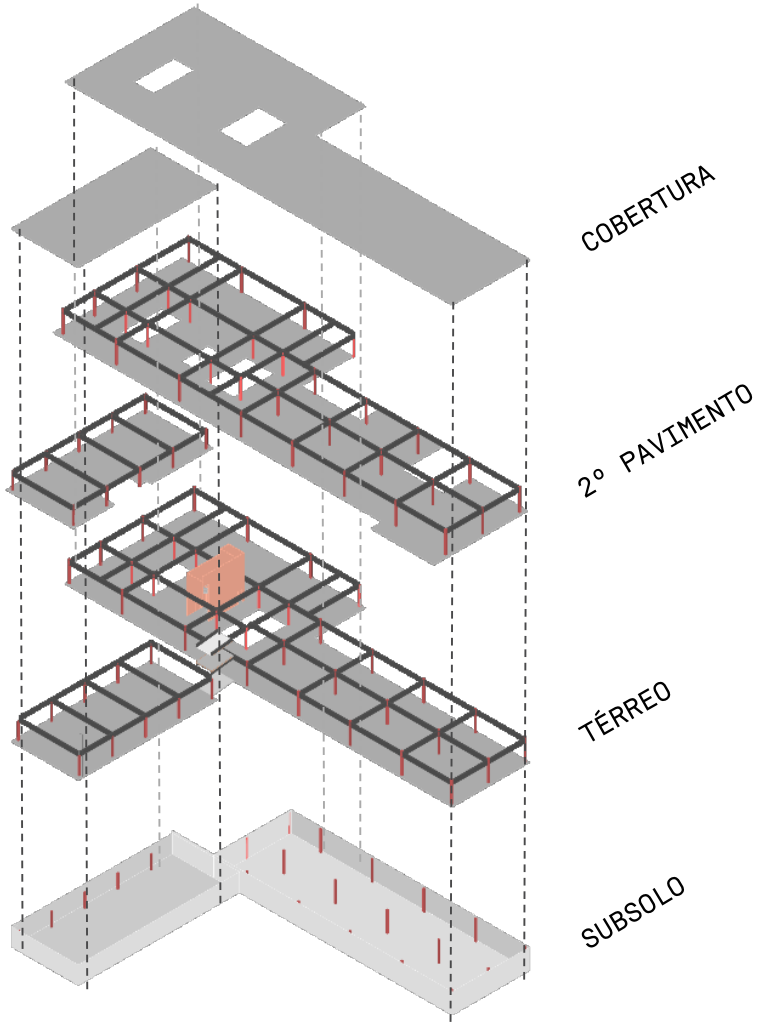
Foi empregado no projeto o sistema de estrutura metálica para vigas e pilares, para a laje foi utilizada a steel deck, além de um núcleo rígido quase ao centro do bloco acolher.
As vigas de perfil I do subsolo e do primeiro pavimento possuem a mesma altura de 80 cm, esta altura se deve aos vãos que chegam a quase 12 metros. As vigas também em perfil I que sustentam a cobertura possuem uma altura um pouco menor, de 40 cm.

Com relação aos pilares estes possuem seções variadas, os que se localizam em torno dos pátios possuem seção quadrada, e os demais seção em I.

Ainda com relação a materialidade da casca do edifício, este possui sua vedação externa feita em drywall e panos de vidro.

O espaços internos também são divididos em drywall, com espessura de 16 cm, com exceção do auditório e da oficina de construção civil, onde as pareder possuem espessura de 20 cm para maior vedação acústica.

Os ambientes internos são majoritariamente cobertos por forro de madeira ripada freijó, com exceção dos espaços de banheiro onde o forro é de gesso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se deslocar para fazer uma denúncia, ou buscar alguma ajuda, o corpo feminino, seja ele qual for, adentra diversas estruturas voltadas ao atendimento especializado á mulheres, esses percursos desmotivam e tornam ainda mais doloroso para a vítima a tentativa de buscar apoio e suporte diante de alguma violência sofrida. Nesse sentido o Centro de Referência da Mulher busca dar toda a infraestrutura necessária para que suas usuárias possam tratar da dor e se empoderar para conquistar a sua independência.

O projeto aqui apresentado busca a partir de todas as pesquisas, visitas e vivências contribuir para o estudo de melhoraria na criação de espaços voltados ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Com o auxílio dos estudos de caso e diretrizes buscou-se conceber uma estrutura que além de dar acolhimento, presta também serviços profissionalizantes com o intuito de trazer melhorias a vidas das usuárias.

9. REFERÊNCIAS

MIRANDA, Bruna Woirnovski. **A Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência.** Publicado em 2017.

PEREIRA, Ana C. Bonfim; Souza, Jocenildo T.; Sousa, Joice C. **Abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá/AP.** Publicado em 2014.

BORGES, Isabella Esteves. **Absorção de Demandas de Combate e Prevenção à violência doméstica: Um estudo sobre a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher de Uberlândia.** Publicado em 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Publicado em 2012.

ONU MULHER. **Building Safe and Inclusive Cities for Women: A Practical Guide.** Publicado em 2011.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez; OLIVEIRA, Juliana Magalhães; REBELO, Rita Polli; MADEIRA, Raquel. **Cartilha Maria da Penha.** Publicado em 2015.

GOMES, Darcilene Claudio; CUNHA, Sarah T. Corrêa; FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Indicadores de Violência Doméstica: Dados do Registro de Ocorrências do Centro Integrado da Mulher – CIM e outras fontes.** Publicado em 2015.

SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA - PELA PAZ CONJUGAL, FAMILIAR E DE GÊNERO. **Dados de Atendimentos SOS Mulher e Família de Uberlândia.** Publicada em 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência.** Publicado em 2011.

PROGRAMA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA - CASA DA MULHER BRASILEIRA. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento.** Publicado em 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Publicado em 2011.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de Mulher é na Cidade: Desenho Urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia.** Publicado em 2018.

GUERRA, Cláudia Costa. **Jogos de poder e "metamorfoses": representações de violências de gênero e poder, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017.** Publicado em 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Trabalho, Autonomia e Igualdade: Autonomia Econômica Transformando a Vida das Mulheres.** Publicado em 2015.

ONU MULHER. **Diretrizes Nacionais: Feminicídio.** Publicado em 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** Publicado em 2015.

SILVA, Ethel Bastos; PADOIN, Stela M. de Mello; VIANNA, Lucila A. Carneiro. **Mulher em situação de violência: limites da assistência.** Publicado em 2013.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais.** Publicado em 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Publicado em 2005.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento: à Violência contra as Mulheres.** Publicado em 2011.

ALVES, Paula F. P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a Mulher em Uberlândia.** Publicado em 2015.

Silveira, Lenira Politano. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência.** Publicado em 2006.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência: Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.**

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria T. Ávila Dantas. **A Violência Contra a Mulher: Antecedentes Históricos.**

FALCÃO, Virgínia. **Política de Abrigamento: A Casa Abrigo na Bahia – Histórico e Análise de um difícil processo.** Publicado em 2008.

OAS, Mais Direitos para Mais Pessoas, OAS, Mais Direitos para **Nota Tecnica: Violencia Contra las Mujeres en America Latina.** Acesso em Agosto de 2018, disponível em http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/TechnicalNote-VAWinLAC-SP.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL, **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais,** 2016. Acesso em Agosto de 2018, disponível em http://www.seguranca.mg.gov.br/images/Diagnostico_Mulheres/Diagnostico_mulher_completo.pdf.

ONUBR, **Violência contra a mulher é grave problema de saúde pública, alerta OPAS,** 2017. Acesso em Setembro de 2018 disponível em https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Perfil **dos Munícipios Brasileiros, 2013.** Acesso em Novembro de 2018 disponível em **ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf**

Chiswick Women's Aid Documentary, 1970. Acesso em Agosto de 2018, disponivel em https://www.youtube.com/watch?v=FBtb1oamB4k.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade.** Publicado em 1997.

RIBEIRO, Laís Cristina. **Violência contra a Mulher nas relações domésticas: Uma análise acerca da proteção conferida pela Lei Maria da Penha em face do Direito Comparado**. Publicado em 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN
UBERLÂNDIA, 2019

ACOLHER

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

'Violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo'
(ONU, 2015)

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

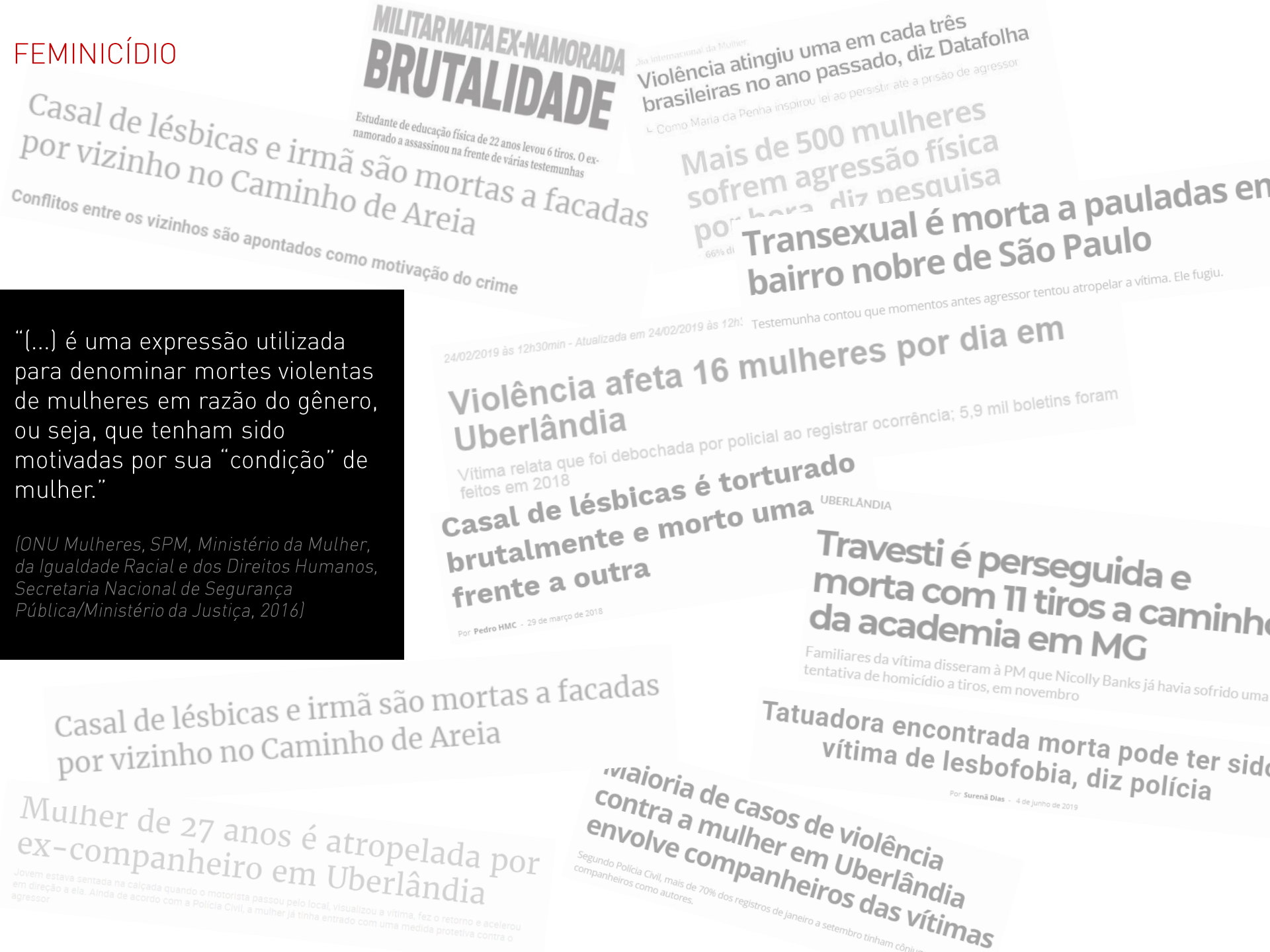
1. VIOLÊNCIA FÍSICA
2. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
3. VIOLÊNCIA SEXUAL
4. VIOLÊNCIA MORAL
5. VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Lei Maria da Penha 11.340/2006

FEMINICÍDIO

"(...) é uma expressão utilizada para denominar mortes violentas de mulheres em razão do gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua "condição" de mulher."

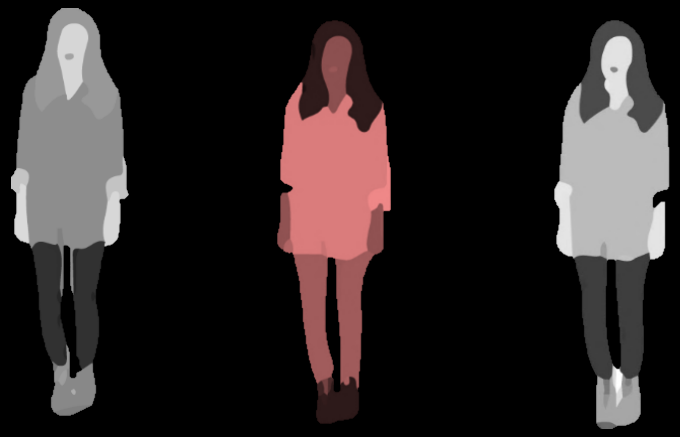
(ONU Mulheres, SPM, Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, 2016)



ESTATÍSTICAS GERAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

5º

EM MORTES VIOLENTAS
DE MULHERES NO MUNDO

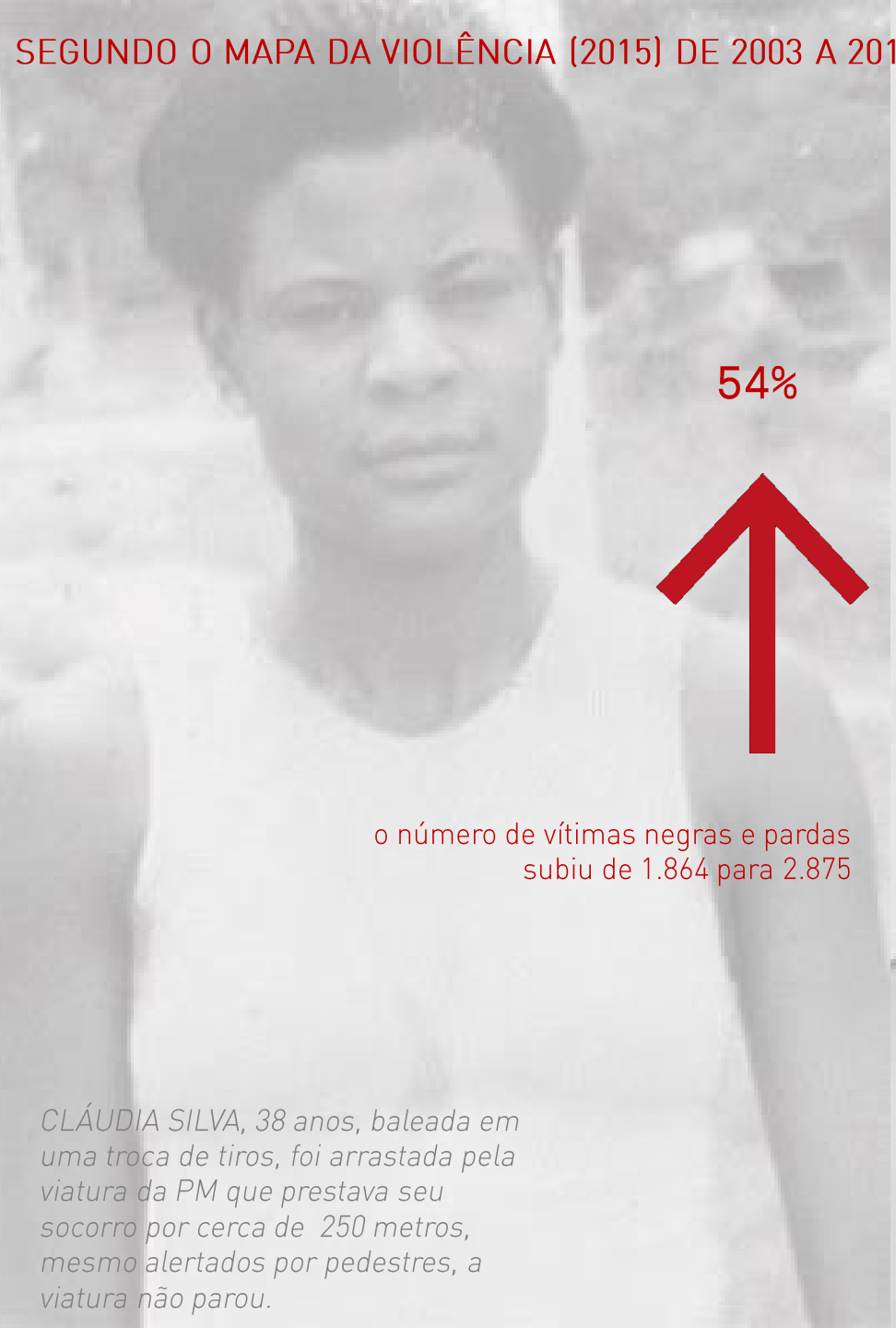


AO LONGO DA VIDA 1 EM 3 MULHERES SOFRE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELO PARCEIRO OU VIOLÊNCIA SEXUAL POR OUTRA PESSOA QUE NÃO SEJA O PARCEIRO.

(Organizações das Nações Unidas do Brasil (ONUBR) , 2016)

Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS, 2015.

SEGUNDO O MAPA DA VIOLÊNCIA (2015) DE 2003 A 2013:



54%

o número de vítimas negras e pardas
subiu de 1.864 para 2.875

CLÁUDIA SILVA, 38 anos, baleada em uma troca de tiros, foi arrastada pela viatura da PM que prestava seu socorro por cerca de 250 metros, mesmo alertados por pedestres, a viatura não parou.

9,8%

o número de vítimas brancas
caiu de 1.747 para 1.576

ELIZA SAMUDIO, 25 anos sequestrada, assassinada e esquartejada a mandato do seu ex namorado em 2010, o corpo nunca foi encontrado.

Tipos de violências registradas pelo sistema de saúde no Brasil em 2016 – Fonte SINAN/MS

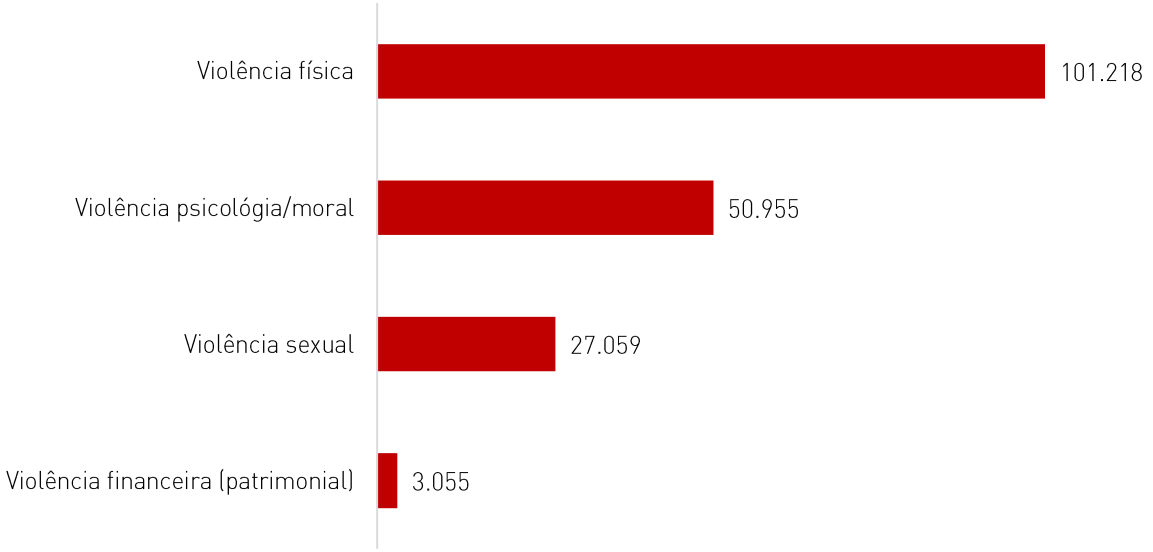


Gráfico realizado com base na publicação Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018.

Relatos de Violências Contra as Mulheres – Ligue 180/SPM

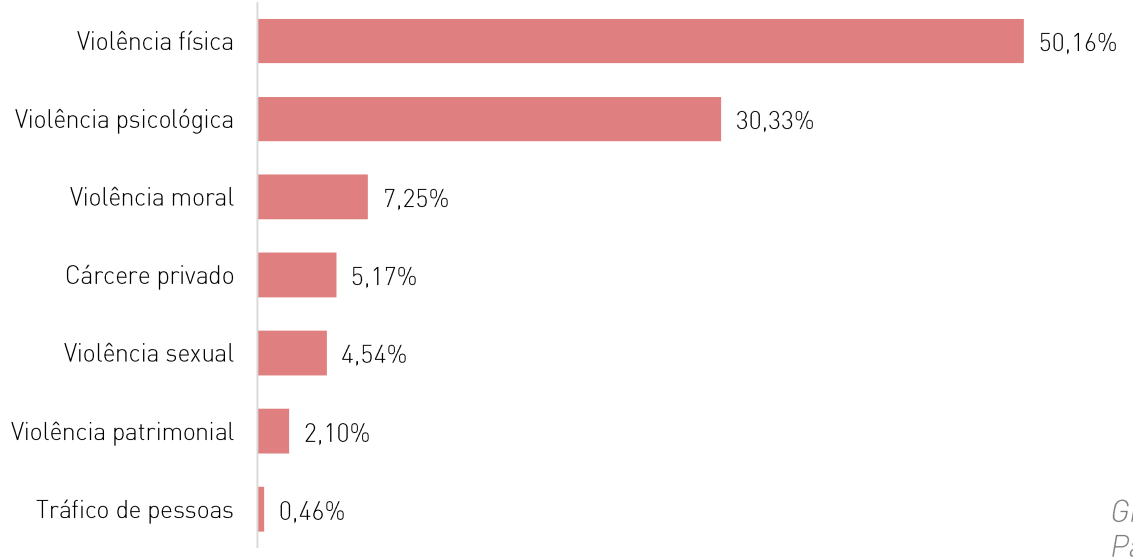
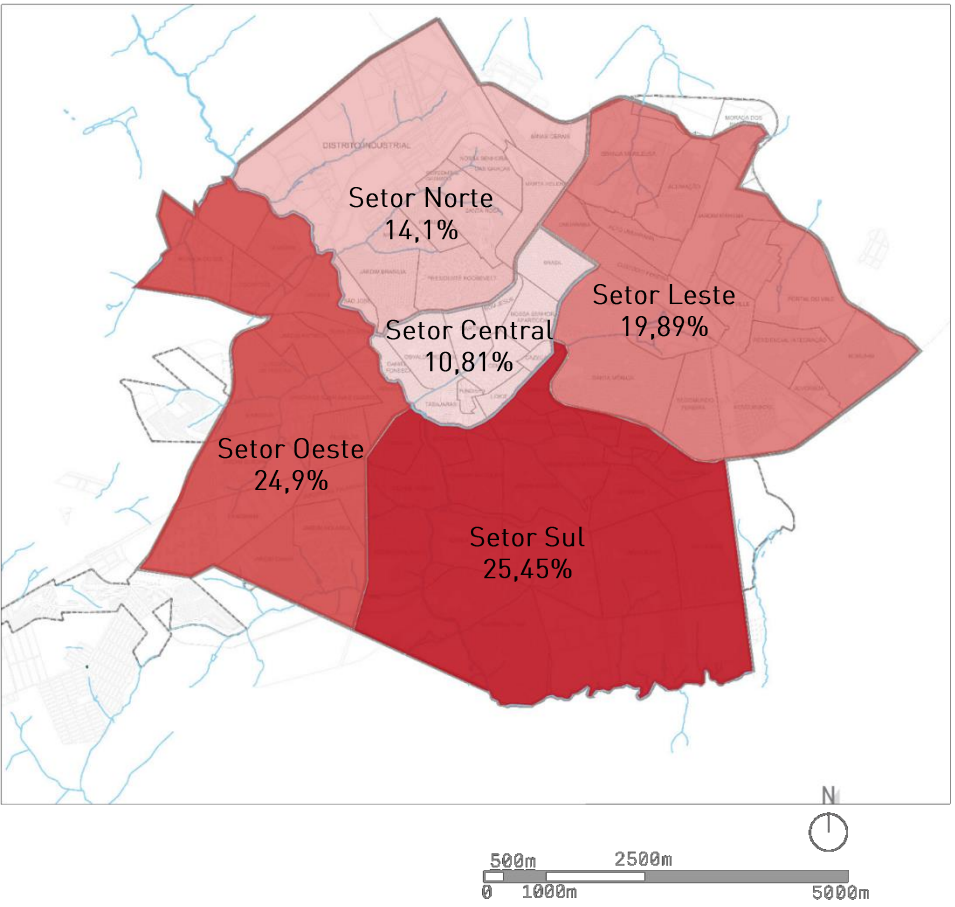


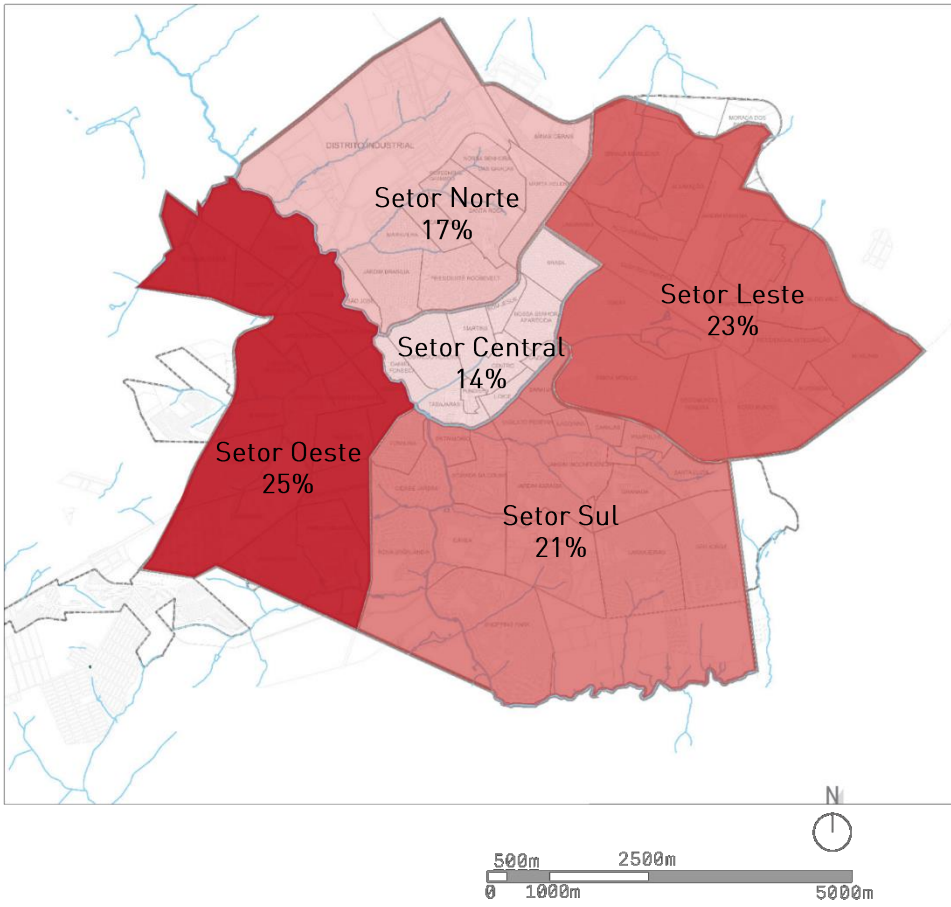
Gráfico realizado com base na publicação Panorama da violência contra as mulheres no Brasil, 2018.

DADOS DA VIOLÊNCIA UBERLÂNDIA

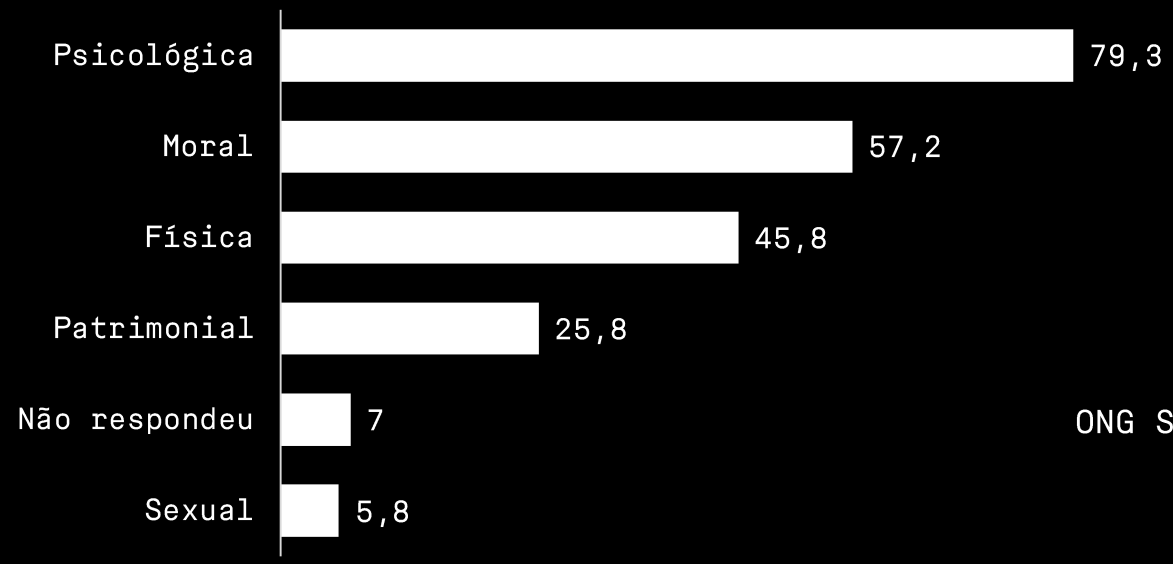
CENTRO INTEGRADO DA MULHER - 2015



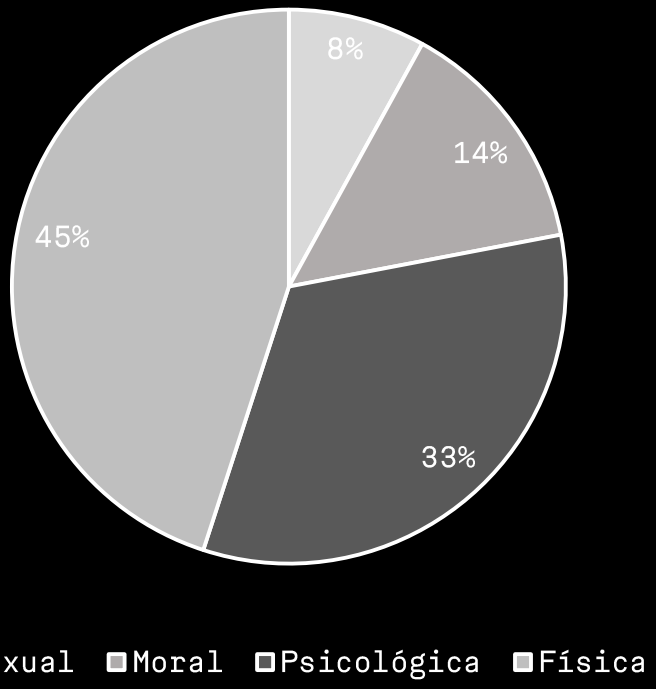
ONG SOS MULHER E FAMÍLIA- 2013 A 2016



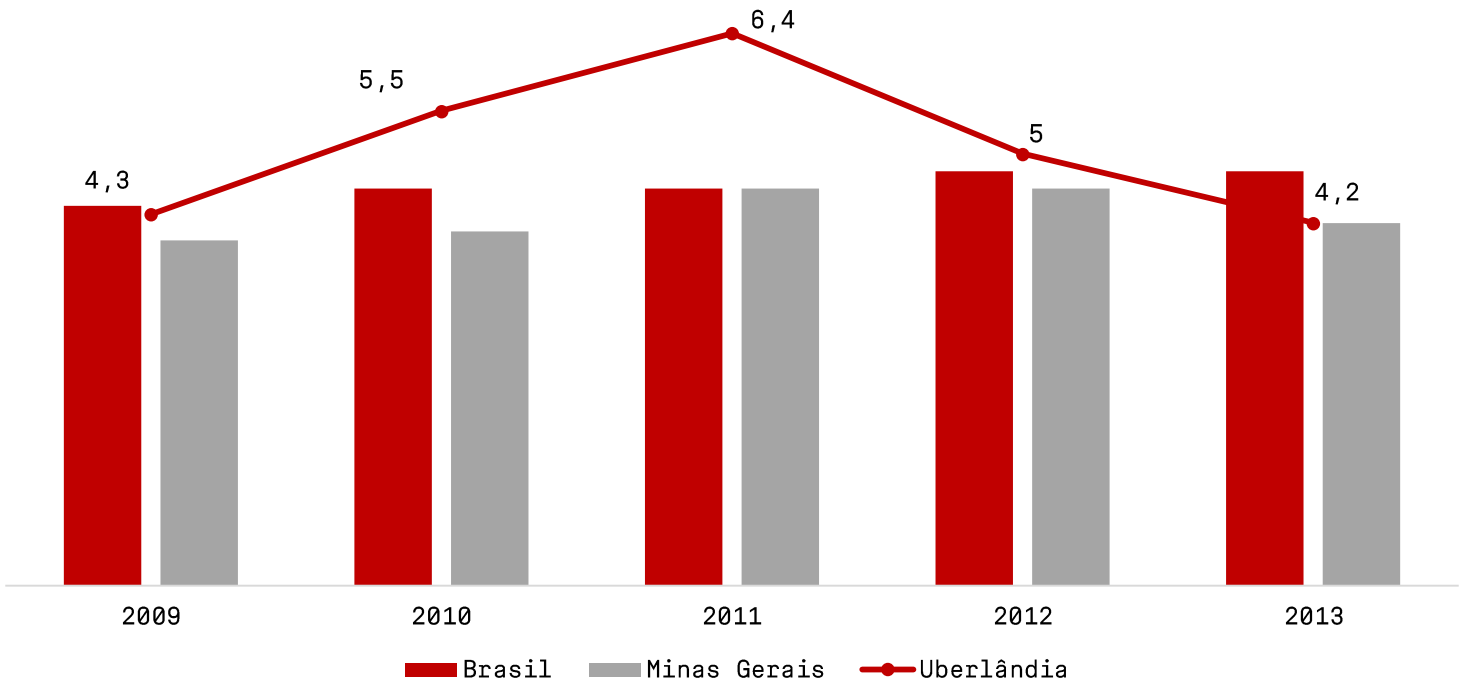
CENTRO INTEGRADO DA MULHER - 2015



ONG SOS MULHER E FAMÍLIA- 2013 A 2016



Taxa de homicídios de mulheres, Uberlândia, Minas Gerais e Brasil, 2009 - 2013 (%)



Indicadores de Violência Doméstica 2014-2015.

AS REDES DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Até 2003 as estruturas que governos Federais, estaduais e municipais utilizaram no combate a violência contra as mulheres eram as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e as Casas-Abrigo;
- Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República (SPM) em 2003, ampliação das políticas voltadas a violência de gênero;
- Ligue 180, em 2005;
- Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006);
- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2007;
- Mudança da conceituação de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres , 2010;
- Programa "Mulher: Viver sem Violência" lança em 2013 a Casa da Mulher Brasileira;
- Feminicídio entra no rol de crimes hediondos. (Lei 13.104/2015).

AS REDES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UBERLÂNDIA

ONG SOS MULHER E FAMÍLIA - 1997

CASA ABRIGO TRAVESSIA DE UBERLÂNDIA (CATU) - 2002

Jogos de Metamorfose, GUERRA, C.C.,2018.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)

Autora,2018.

CENTRO INTEGRADO DA MULHER (CIM) - 2012

Autora,2018.

TODAS POR ELA - 2016

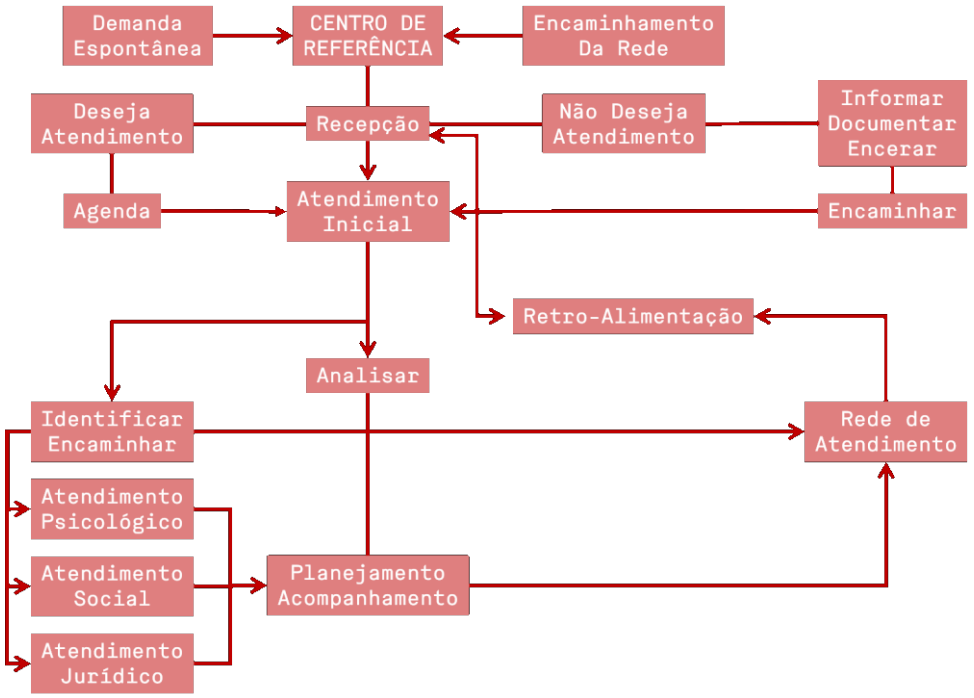
Autora,2018.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL (NUAVIDAS) - 2017

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

- Porta de entrada especializada para atender a mulher em situação de risco na rede de atendimento;
- Elaborar diagnósticos preliminares da situação concreta de violência;
- Acompanham o atendimento e oferecem orientações gerais, bem como atendimento psicológico, social e jurídico à mulher vítima de violência sexual, física e psicológica, esporádica ou de repetição.

Fluxograma de Atendimento Centro de Referência



Adaptado de Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 2005.

ESTUDOS DE CASOS

A CASA DA MULHER BRASILEIRA – BRASÍLIA/DF

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 2014.

Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento, 2011.

FACHADA

ArcoWeb, 2015.

RECEPÇÃO

ArcoWeb, 2015.

REFEITÓRIO

ArcoWeb, 2015.

AUDITÓRIO

ArcoWeb, 2015.

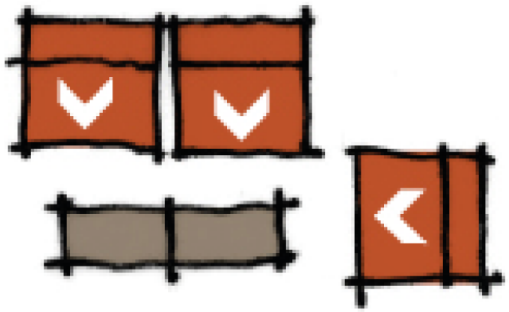
CASA ADA E TAMAR DE SHALIT - TEL AVIV, ISRAEL

Archdaily, 2018.

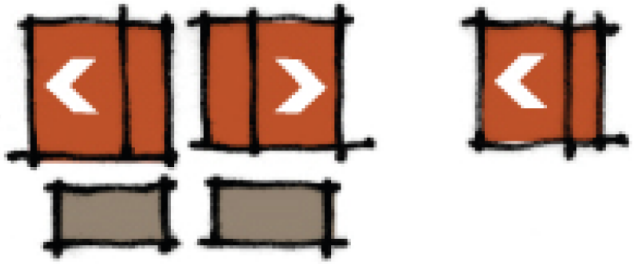
CONSTRUINDO DIGNIDADE - COALIZÃO DO ESTADO DE WASHINGTON CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (WSCADV) E MAHLUM-WWW.BUILDINGDIGNITY.WSCADV.ORG

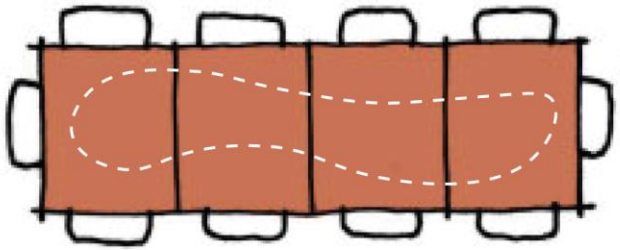
http://buildingdignity.wscadv.org/.

ÁREA DE ESTAR PARA GRUPO MAIOR DE PESSOAS

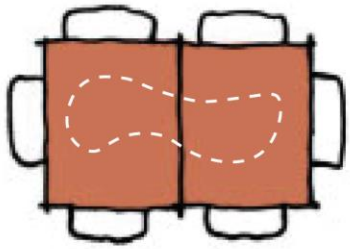


ÁREA DE ESTAR PARA GRUPO MENOR DE PESSOAS

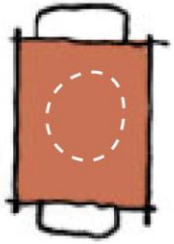




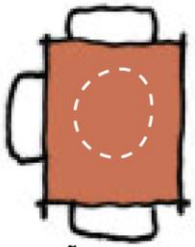
REFEIÇÕES EM GRUPOS MAIORES OU DATAS COMEMORATIVAS



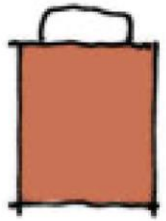
REFEIÇÕES EM FAMÍLIA OU GRUPO DE AMIGAS



CONVERSA MAIS TRANQUILA ENTRE DUAS PESSOAS

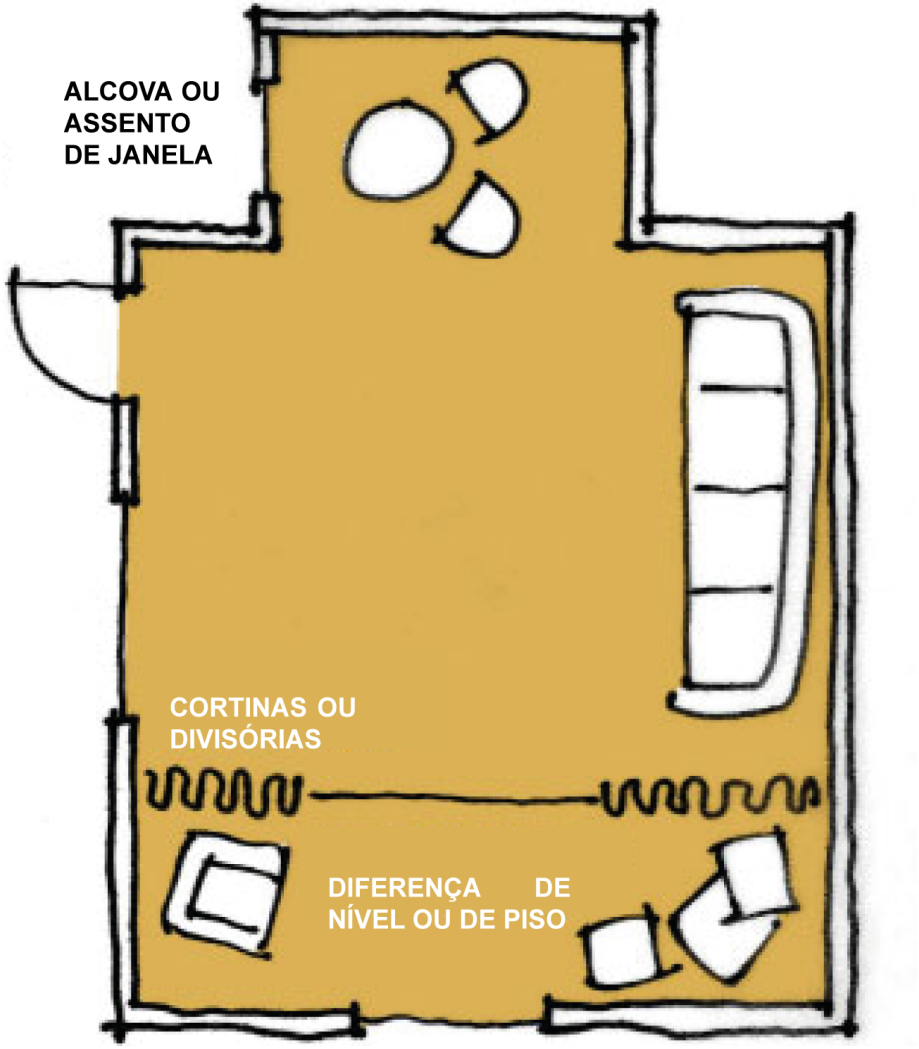


MÃES COM CRIANÇAS PEQUENAS

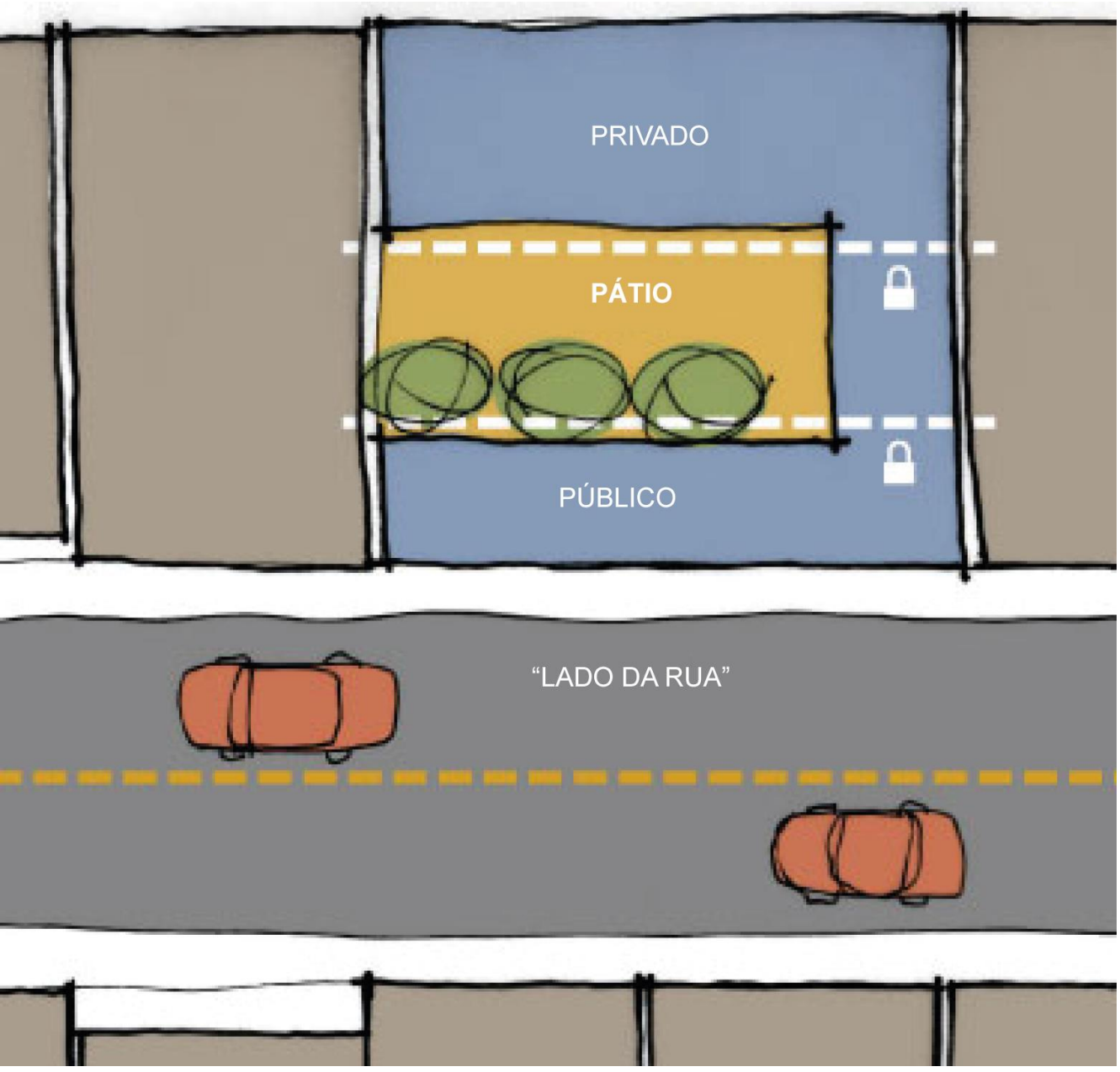


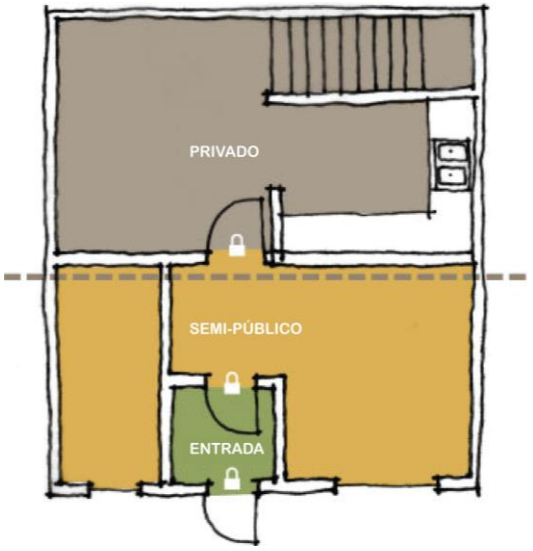
COMER SOZINHA

Adaptado de Building Dignity, WSCADV

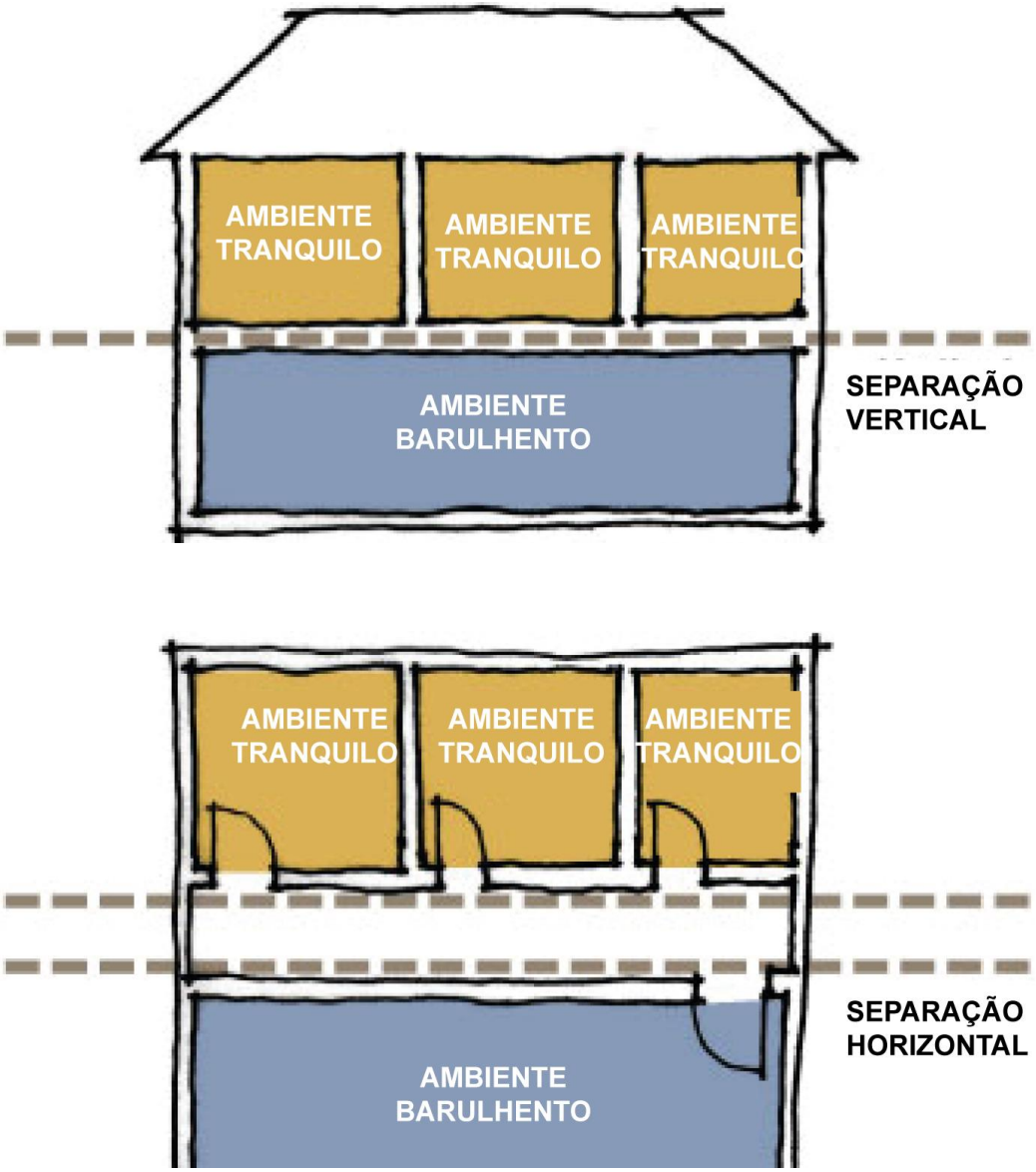


Adaptado de Building Dignity, WSCADV





Adaptado de Building Dignity, WSCADV



Adaptado de Building Dignity, WSCADV

O PROJETO

SALAS DE ATENDIMENTO
ALOJAMENTO FUNCI
SALAS DE EQUI
EMPODERAR
concreto/BLOCO cimentício
ESQUADRIA METÁLICA

CONCEITO

FRAGILIDADE

SOCIABILIDADE

EMPODERAMENTO

Perfil pessoal em rede social da professora Neiva Flávia Rodrigues, 2018.

LOCALIZAÇÃO

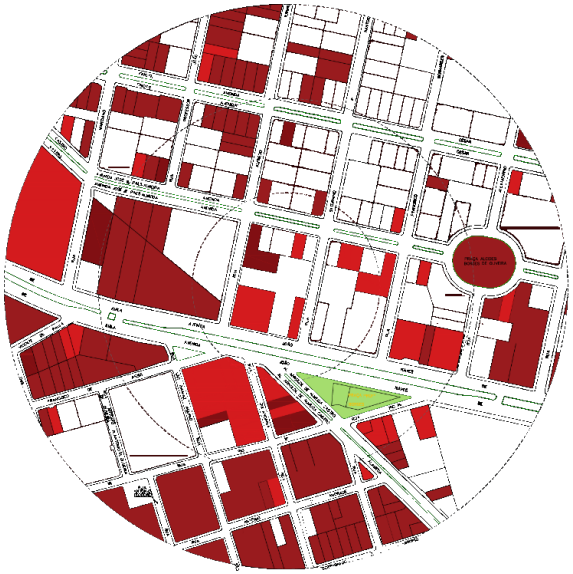
MOBILIDADE

tado pela Autora, 2018.

Legenda

- Comércio
- Residencial
- Serviço
- Recreação
- Institucional
- Industrial
- Uso Misto
- Vazio

Uso e Ocupação
Esc. 1-5500



Legenda

- 1 Pavimento
- 2 Pavimentos
- 3 Pavimentos
- 4 ou mais Pavimentos

Gabarito
Esc. 1-5500

VISTA AVENIDA JOÃO NAVES

VISTA RUA SATURNINO PEDRO DOS SANTOS

VISTA RUA SATURNINO PEDRO DOS SANTOS

VISTA RUA ALFREDO TORMIM

RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS

Zona Mista – (ZM)	
Taxa de Ocupação Máxima (%)	60
Coeficiente de Aproveitamento Máximo (m)	3,0
Afastamento Frontal Mínimo (m)	3,0
Afastamento Lateral e Fundo Mínimo (m)	1,5
Testada Mínima (m)	10
Área mínima do lote	250

DIMENSIONAMENTO DE ÁREAS

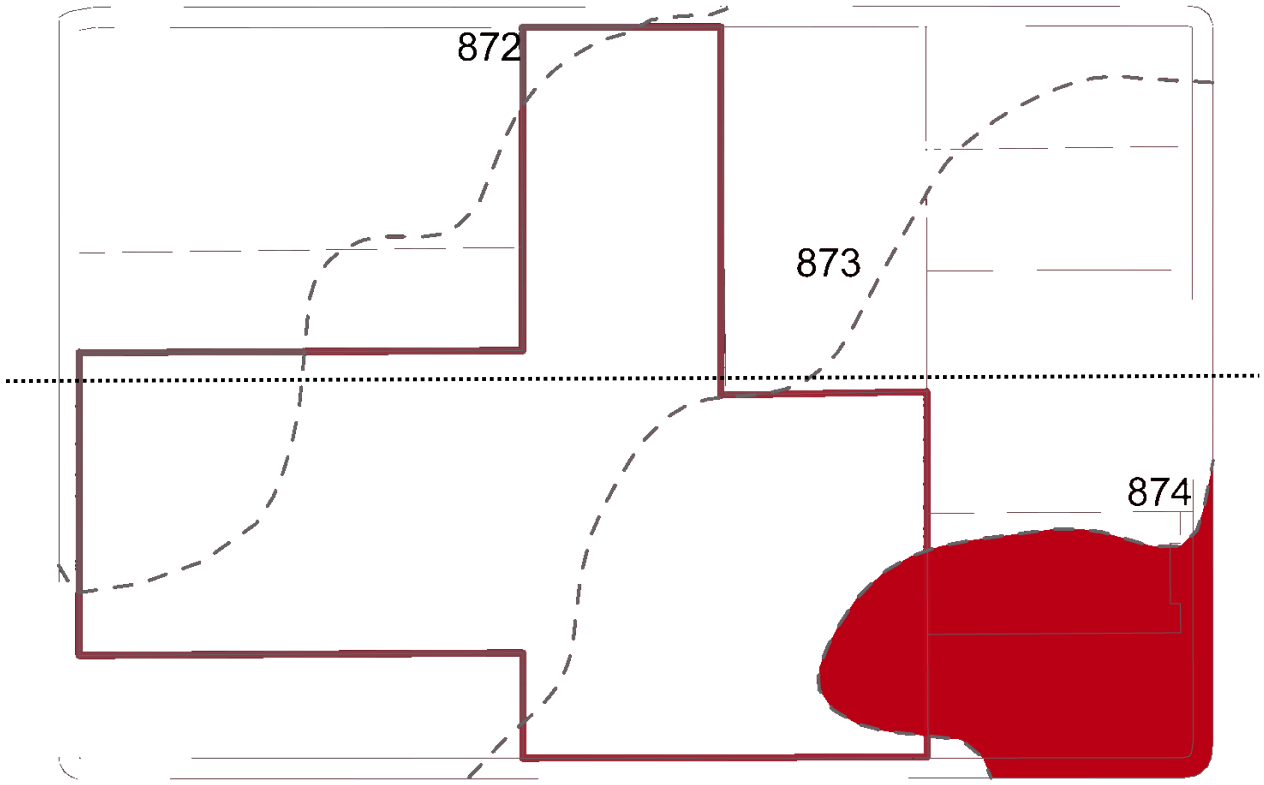
QUADRO DE ÁREAS

TERRENO..... 3126,10m²
SUBSOLO.....1200,75m²
TÉRREO.....1806,13m²
SUPERIOR.....1919,70m²

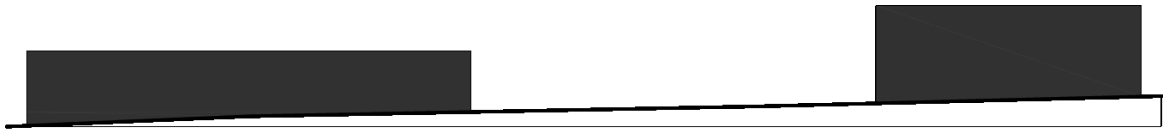
ÁREA TOTAL.....4926,58m²

COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - 3 (9378,50m²)..1,58 (4926,58m²)
TAXA DE OCUPAÇÃO 60% (1875,66m²).....1806,13m²
ÁREA PERMEÁVEL 20%(625,22m²).....690,36m²

TOPOGRAFIA

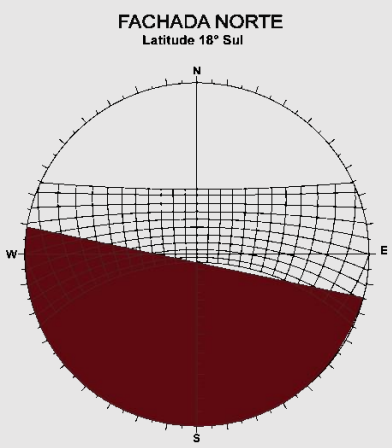


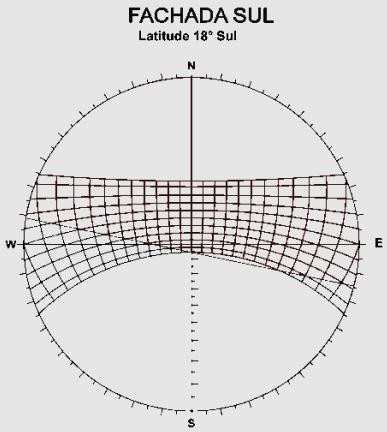
Levantamento Topográfico
Esc. 1-1000

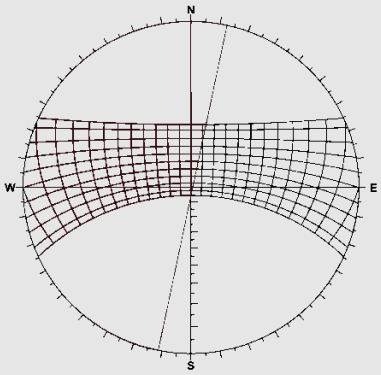


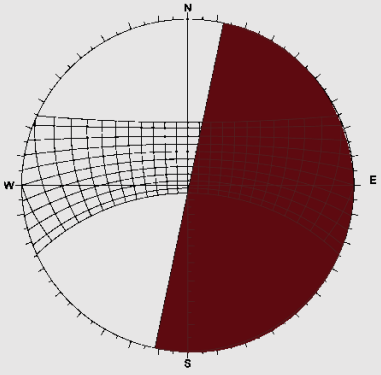
Corte Topografia e Entorno
Esc. 1-1000

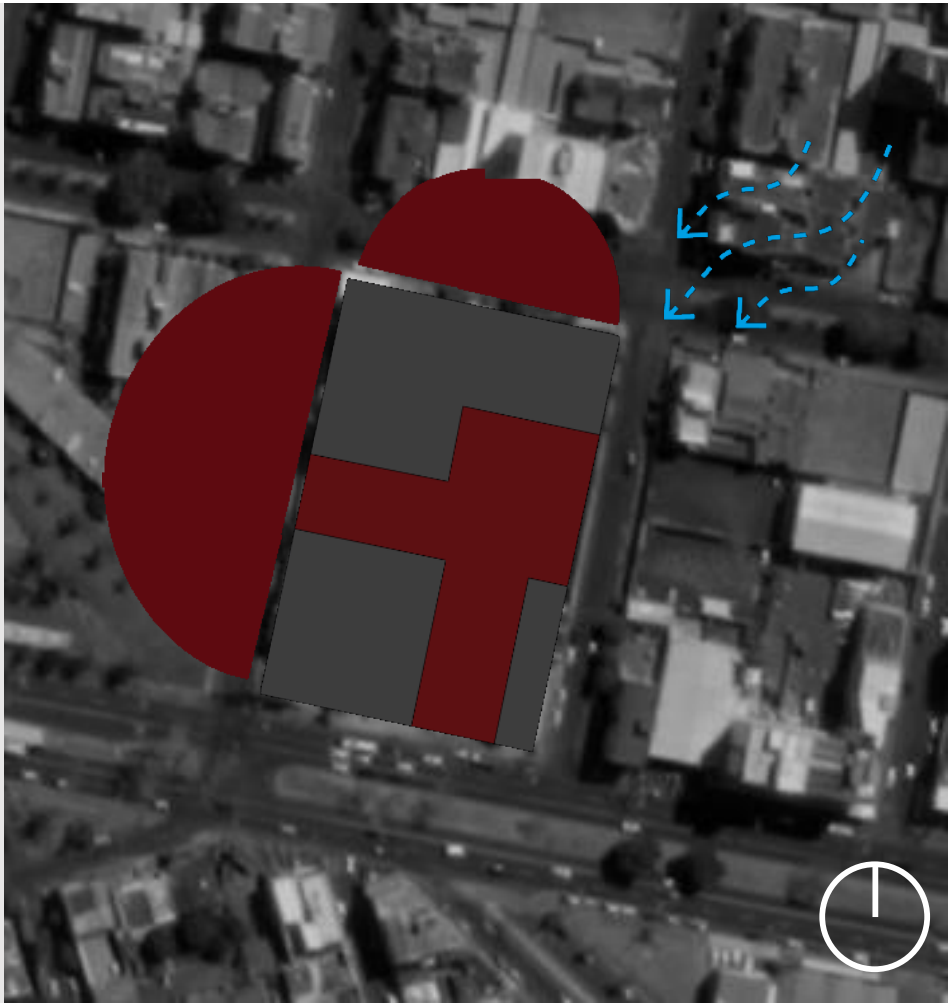
ANÁLISE DE INSOLAÇÃO DAS FACHADAS



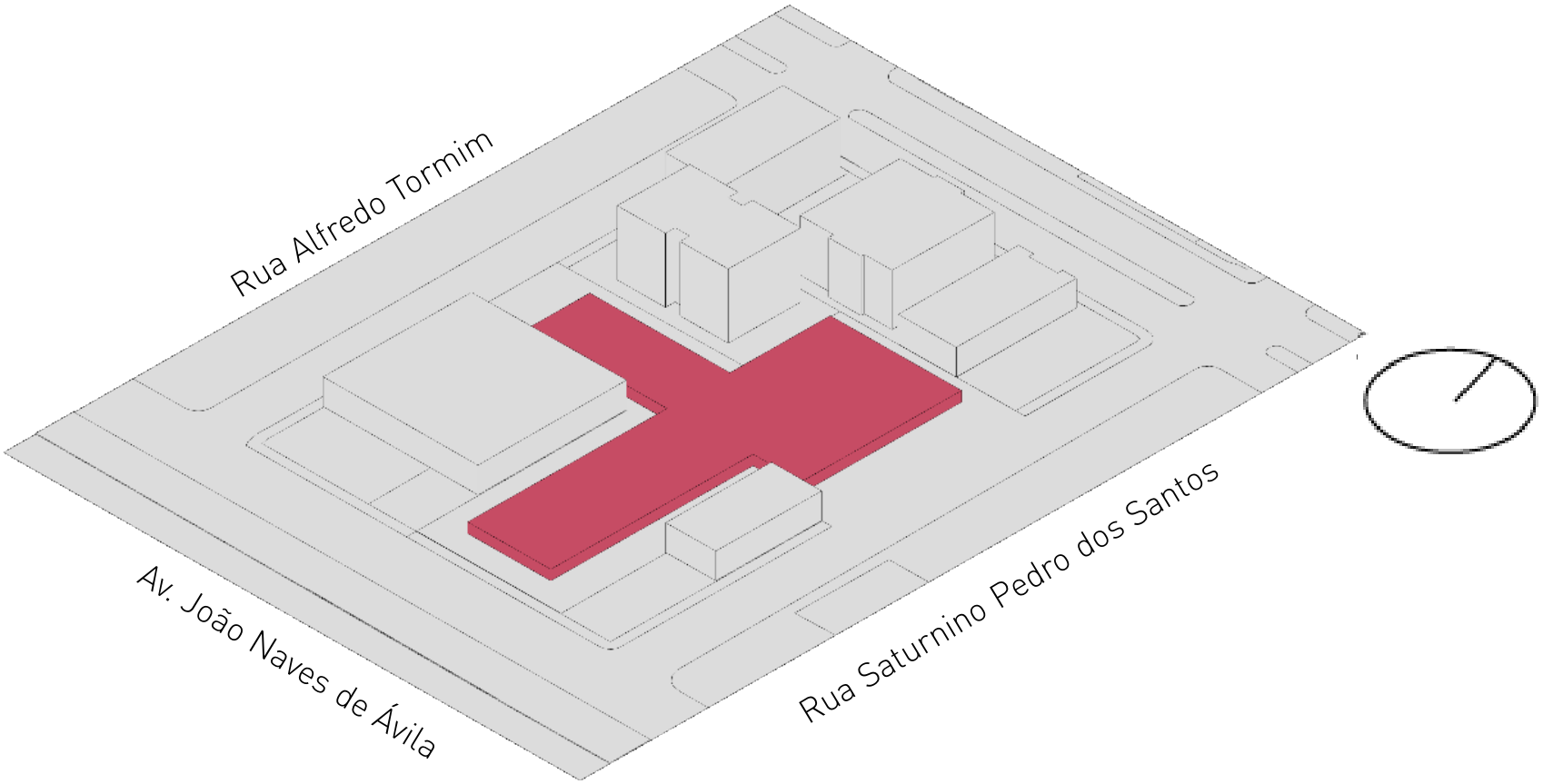






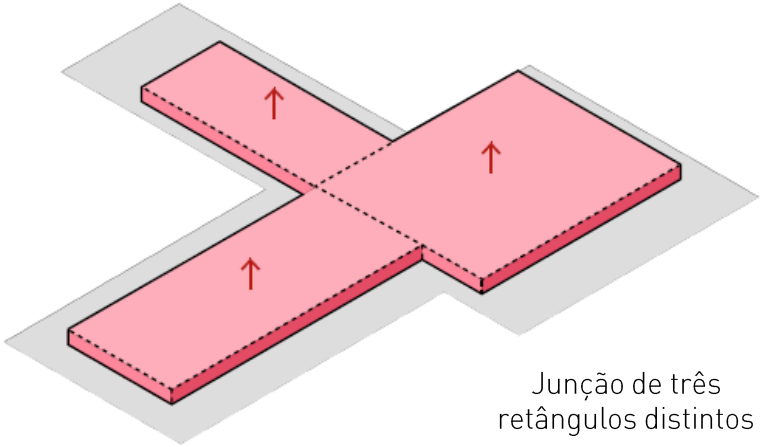


IMPLANTAÇÃO NO LOTE



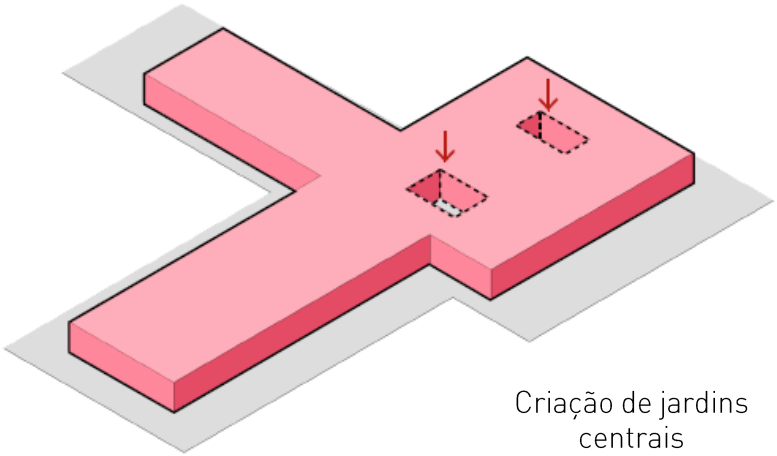
VOLUMETRIA

Forma pura



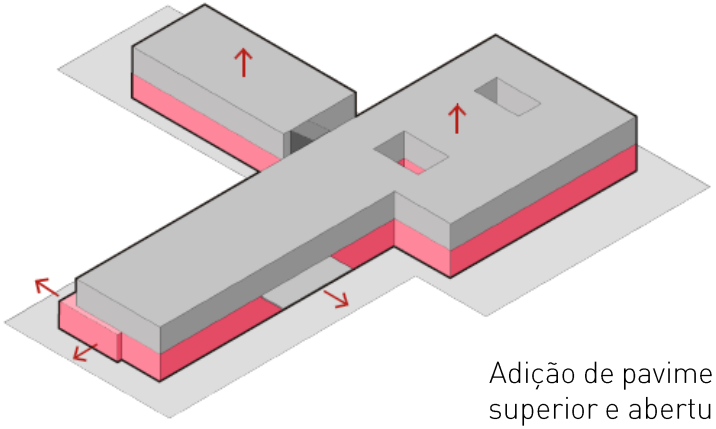
Junção de três retângulos distintos

Subtração da Forma



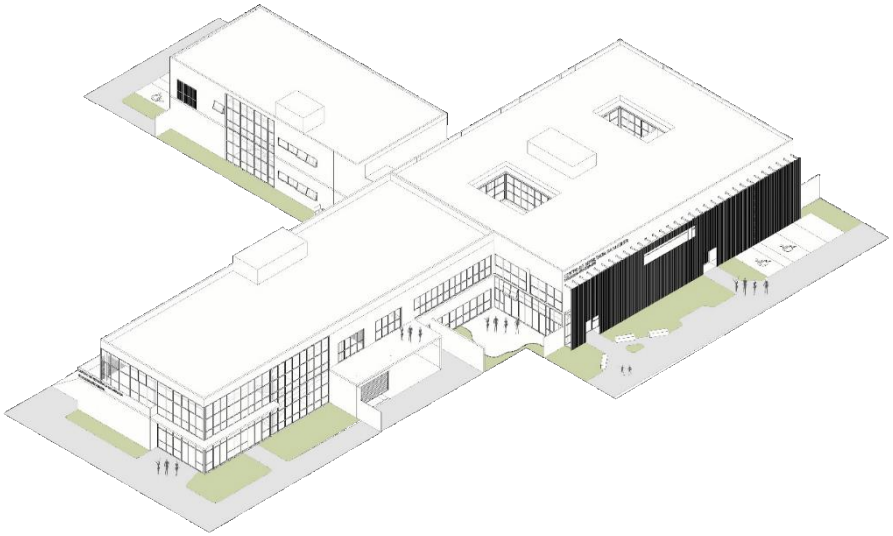
Criação de jardins centrais

Volumetria

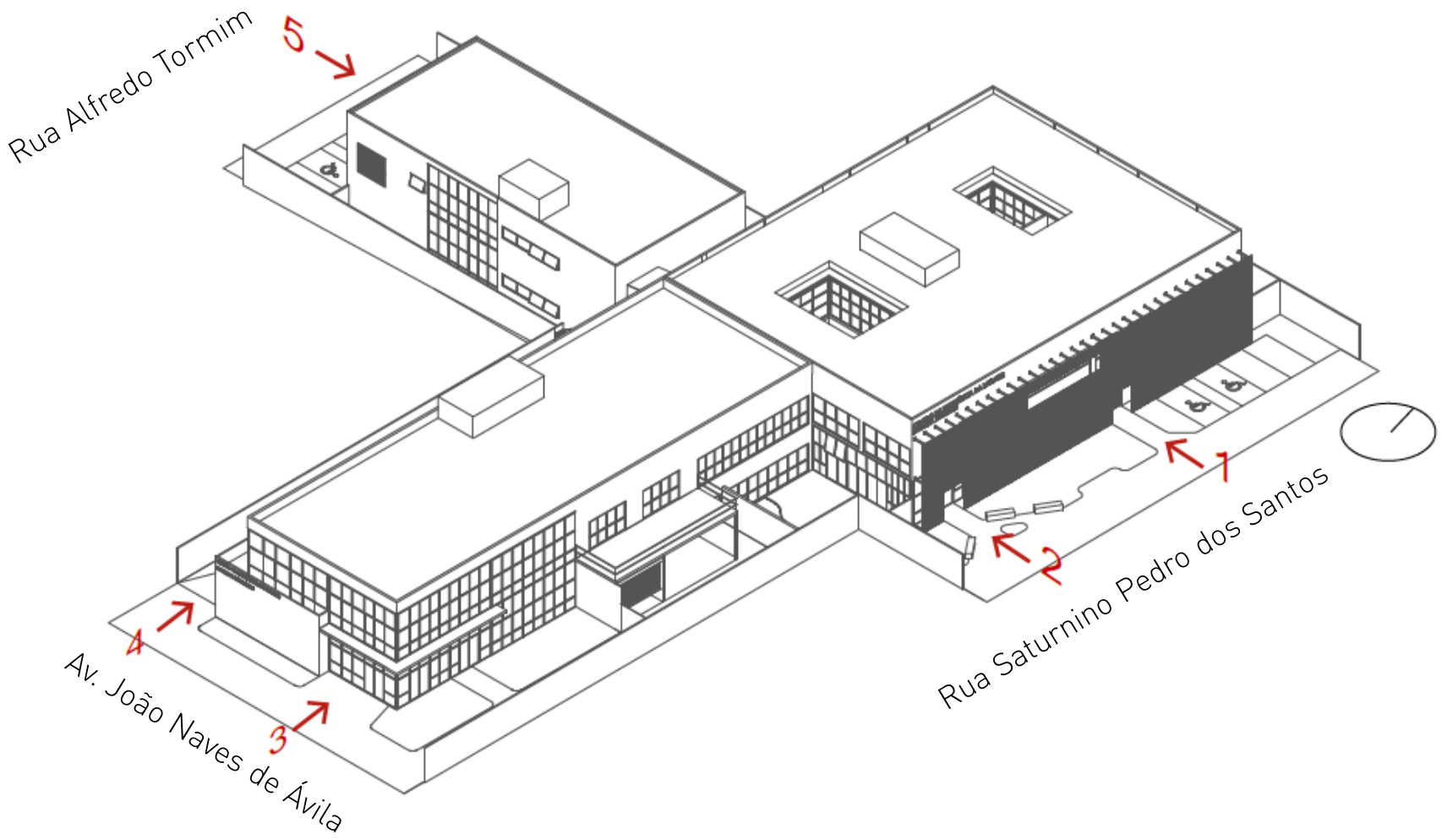


Adição de pavimento superior e aberturas laterais

Volumetria Final

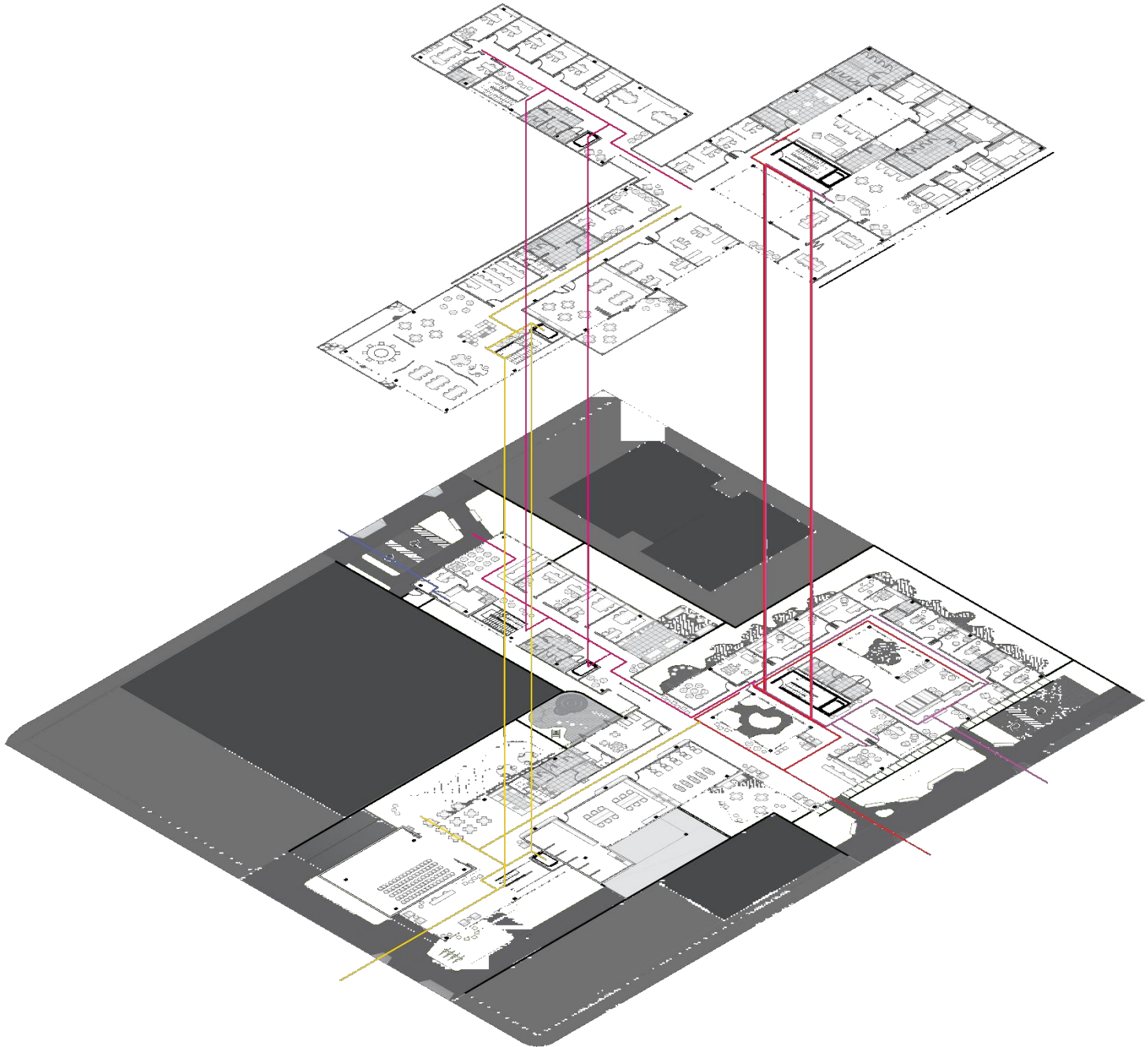


ACESSOS

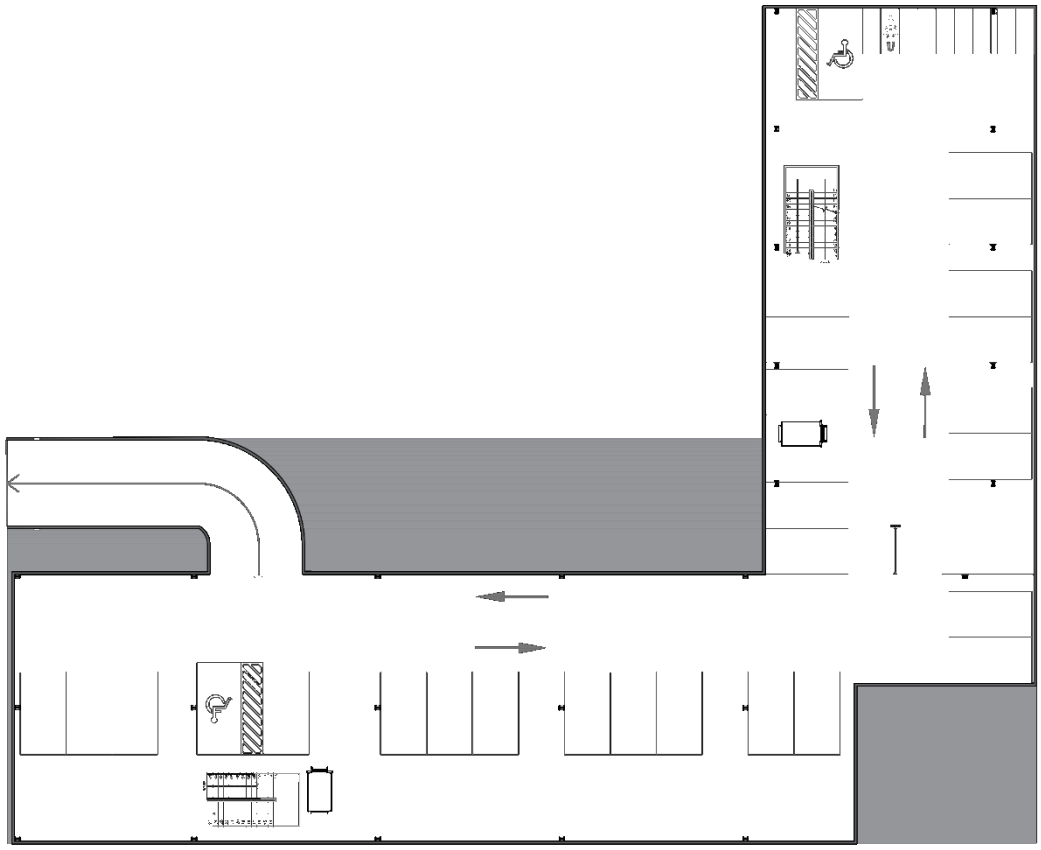


Legenda:
1. Acesso Acolher
2. Acesso Atendimento Continuado
3. Acesso Empoderamento
4. Acesso de veículos ao estacionamento
5. Acesso de veículos e pedestres Proteger

FLUXOS



SUBSOLO

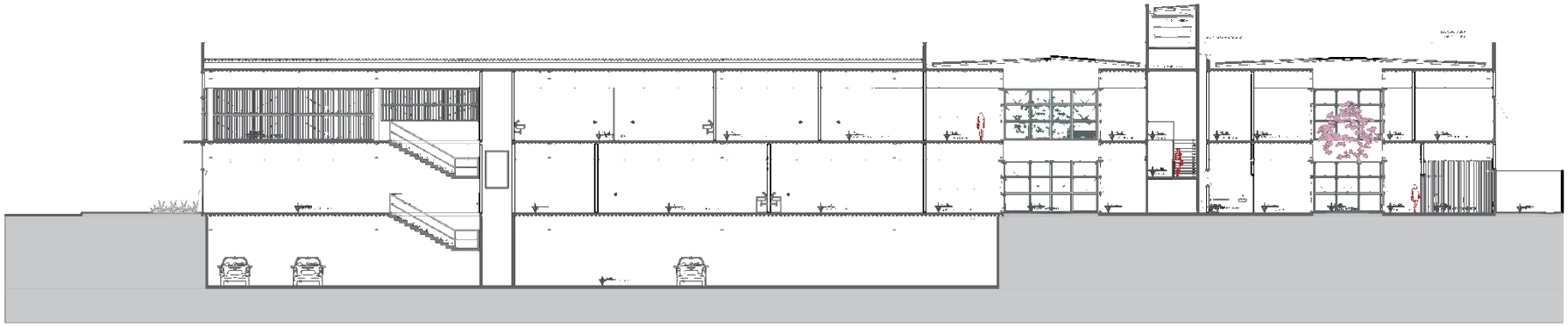


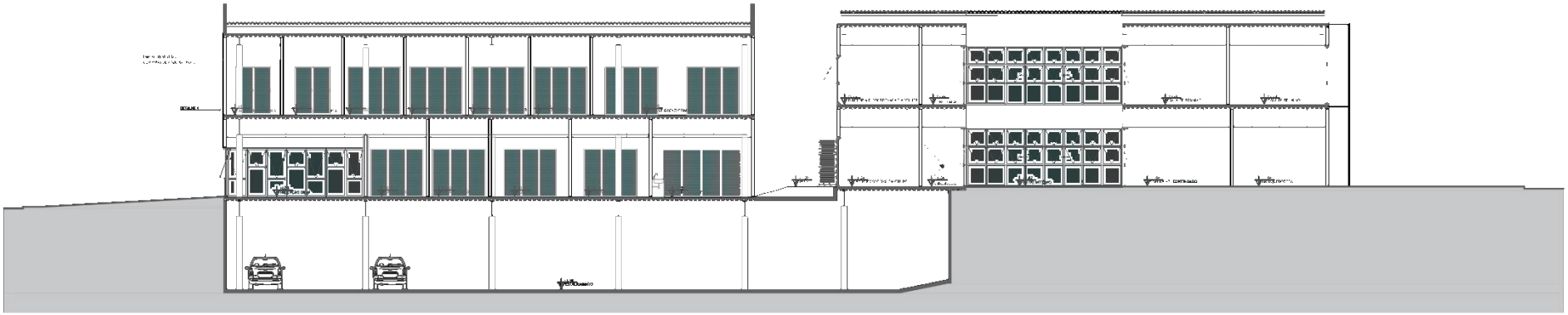
TÉRREO

PAVIMENTO SUPERIOR

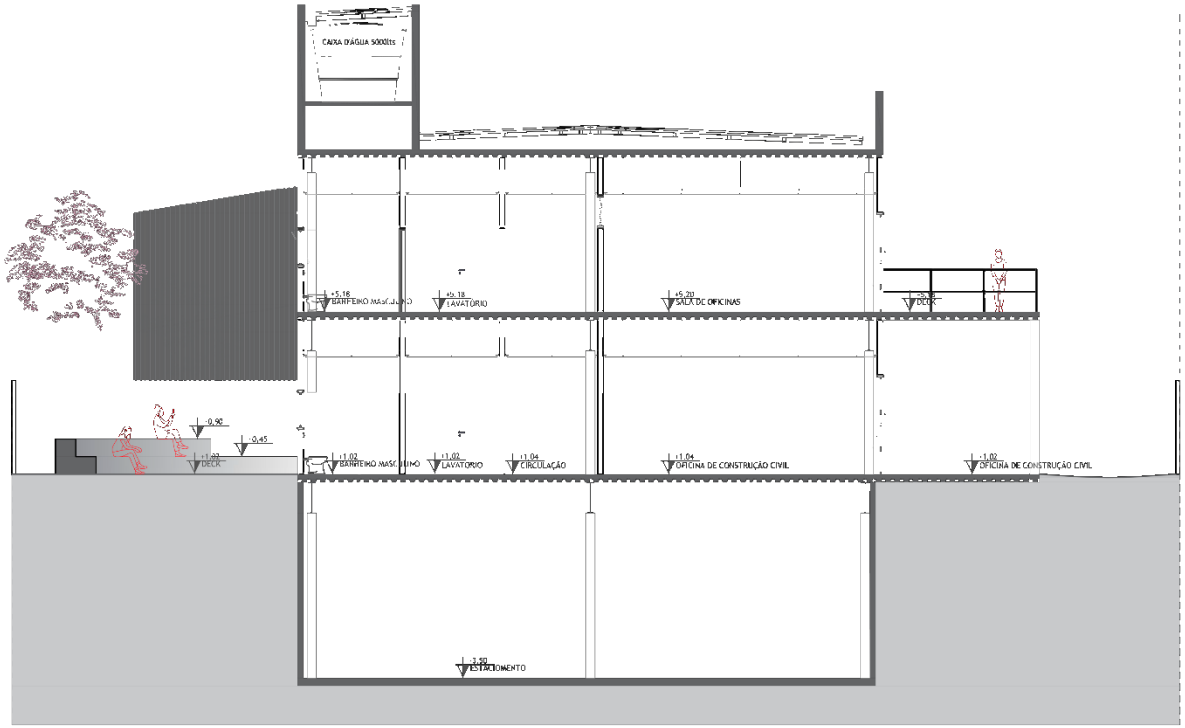
COBERTURA

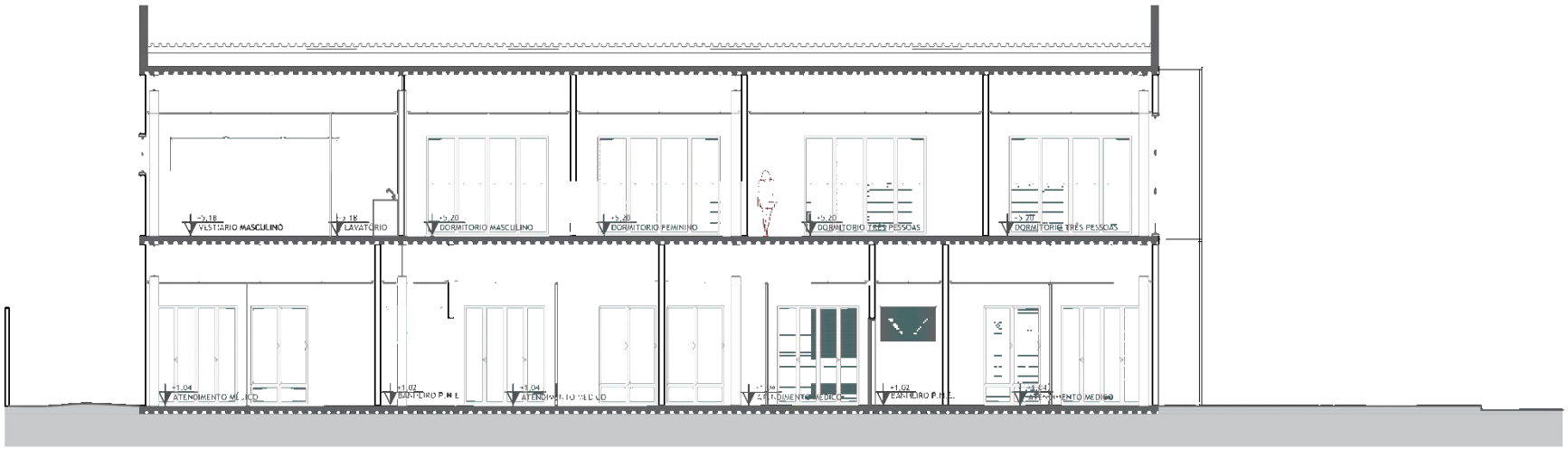
CORTES



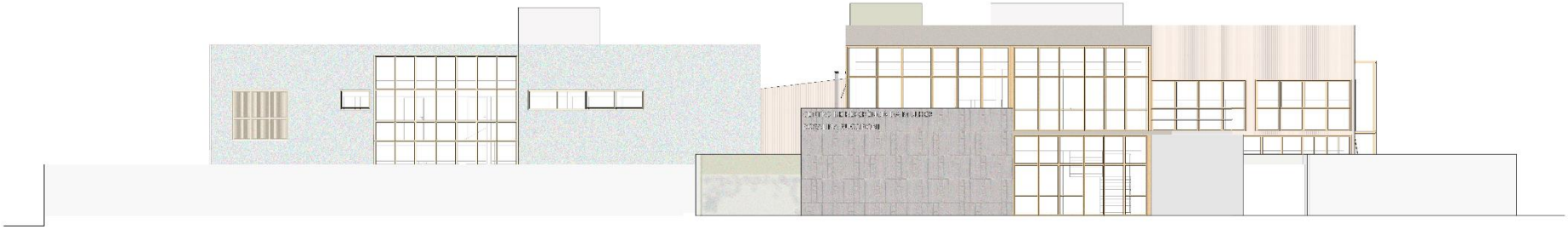


CORTES

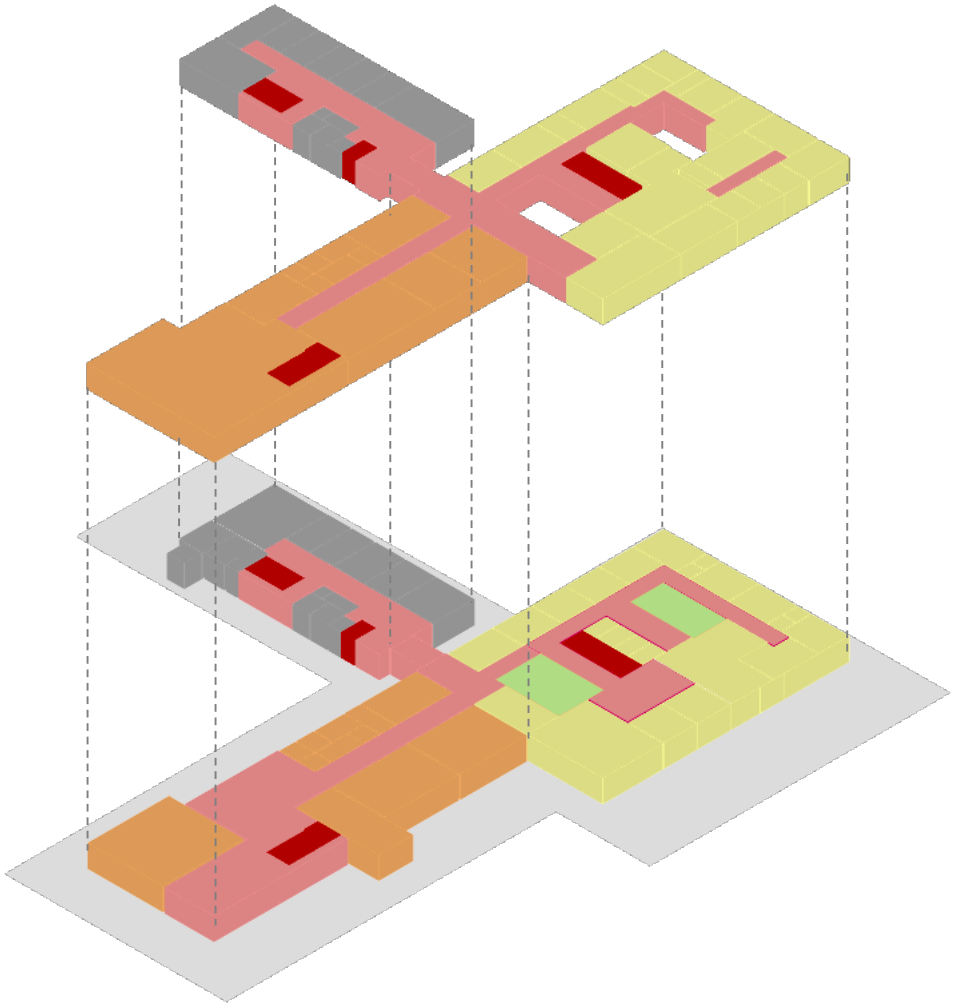

CAIXA D'ÁGUA 5000lts
+5.18
BANHEIRO MASCULINO
+5.18
LAVATÓRIO
+5.20
SALA DE OFICINAS
+5.18
DECK
0.90
0.45
+1.02
DECK
+1.02
BANHEIRO MASCULINO
+1.02
LAVATÓRIO
+1.04
CIRCULAÇÃO
+1.04
OFICINA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
+1.02
OFICINA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
-3.50
ESTACIONAMENTO


-2.18
VESTIÁRIO MASCULINO
-2.18
LAVATÓRIO
+5.20
DORMITÓRIO MASCULINO
+5.20
DORMITÓRIO FEMININO
+5.20
DORMITÓRIO TRÊS PESSOAS
+5.20
DORMITÓRIO TRÊS PESSOAS
+1.04
ATENDIMENTO MÉDICO
+1.02
BANHEIRO P.N.E.
+1.04
ATENDIMENTO MÉDICO
+1.04
ATENDIMENTO MÉDICO
+1.02
BANHEIRO P.N.E.
+1.04
ATENDIMENTO MÉDICO

FACHADAS



SETORIZAÇÃO GERAL



CIRCULAÇÃO HORIZONTAL

CIRCULAÇÃO VERTICAL

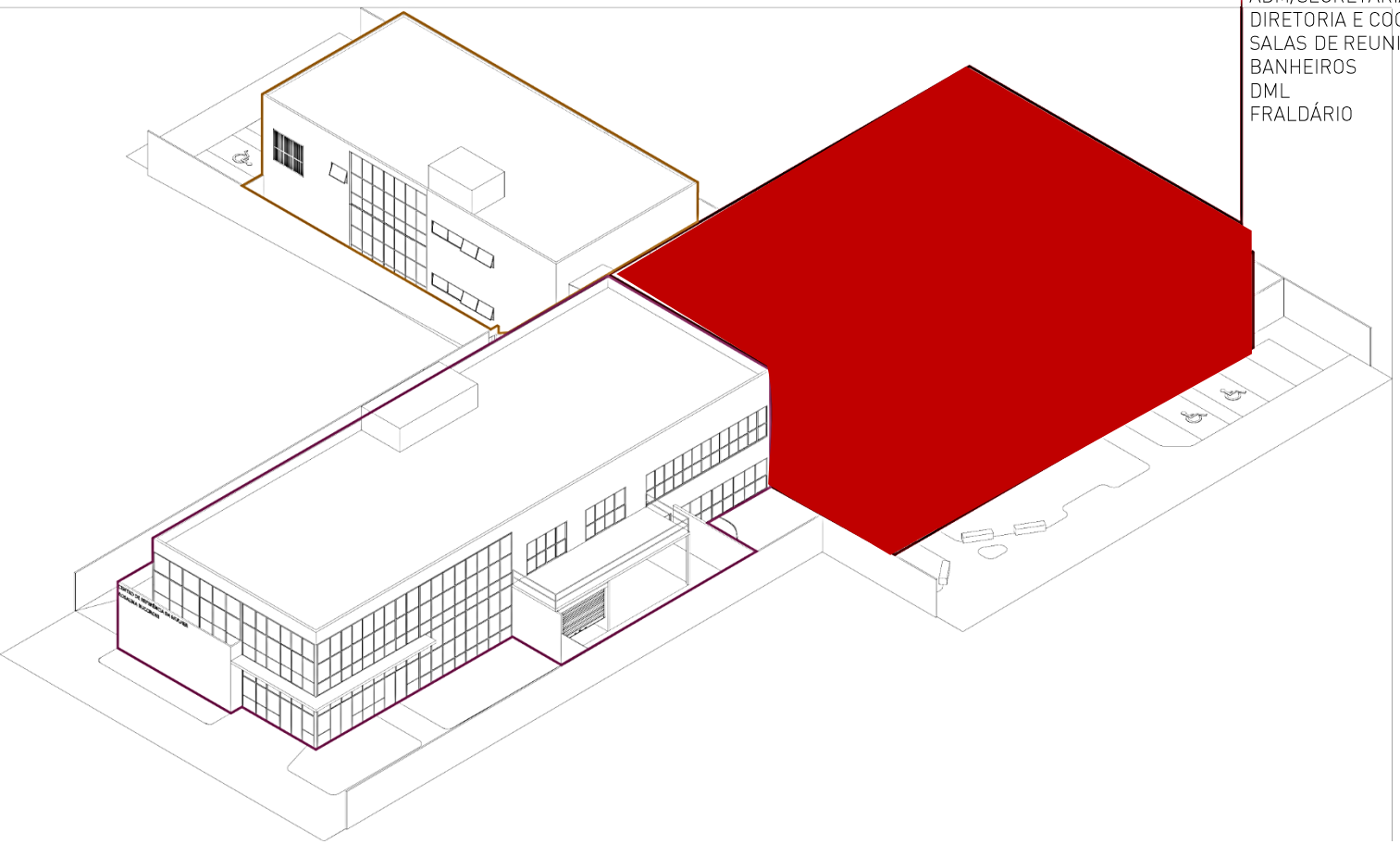
EMPODERAR

PROTEGER

ACOLHER

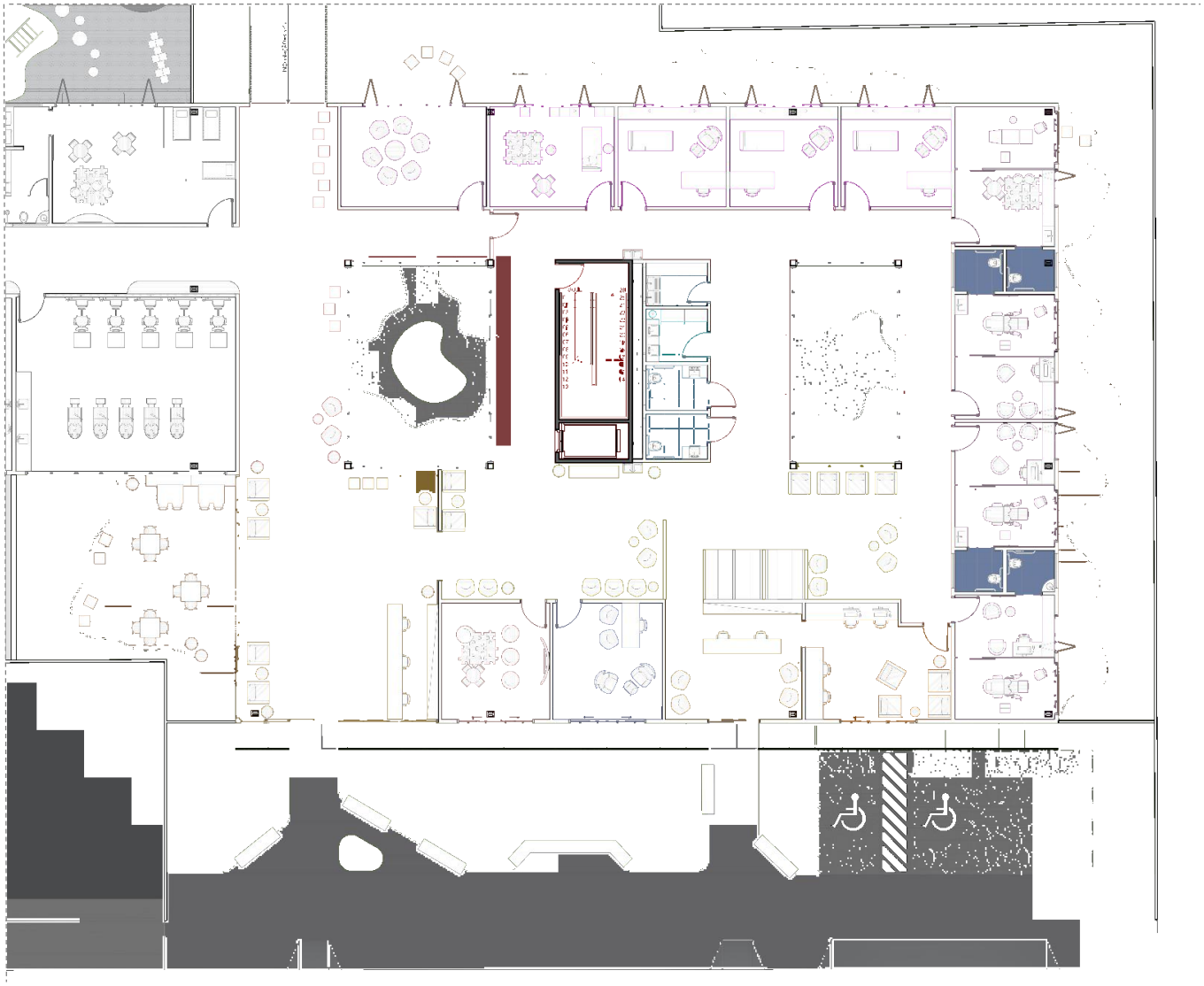
JARDIM INTERNO

BLOCO ACOLHER



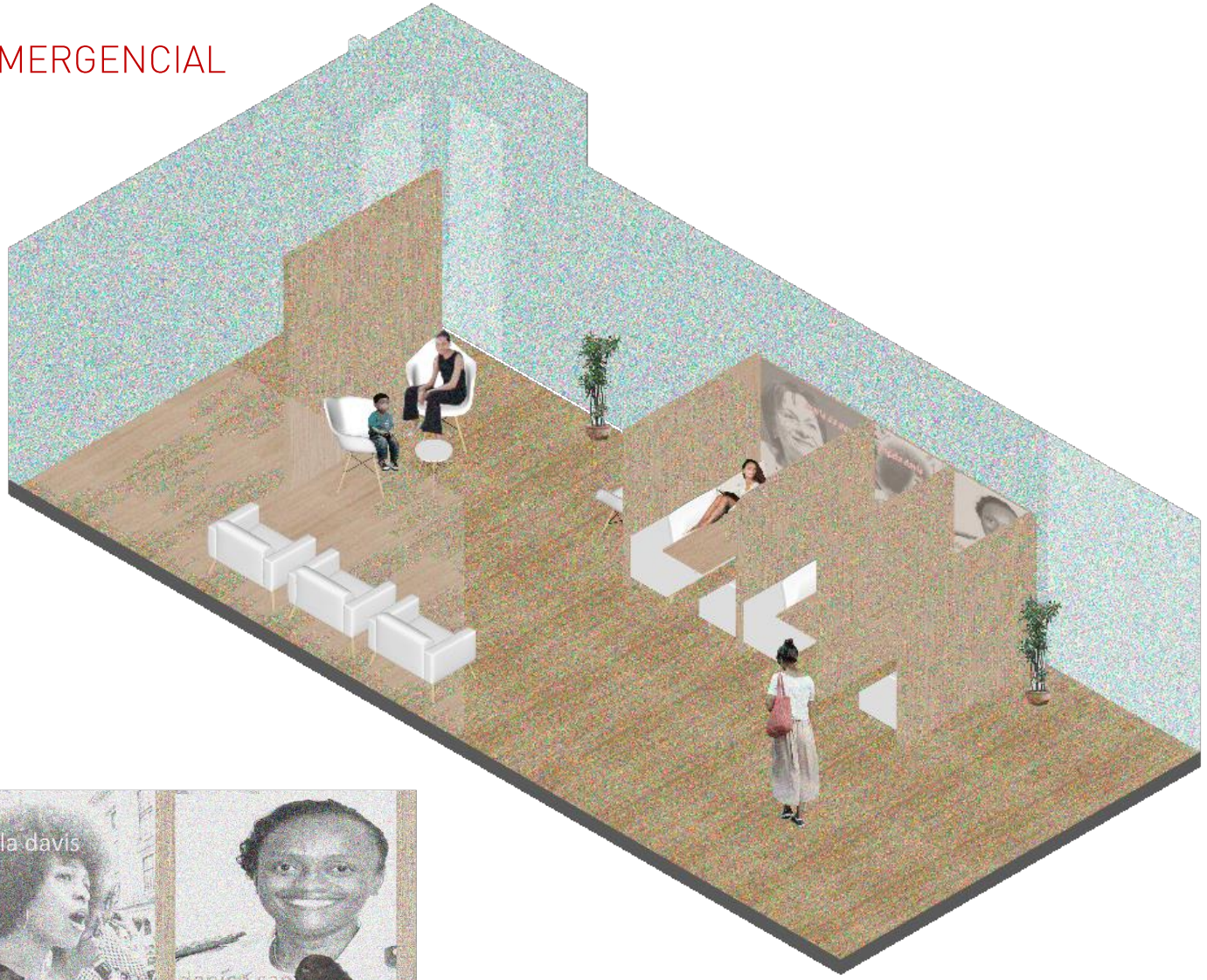
BLOCO ACOLHER
RECEPÇÃO ATENDIMENTO EMERGENCIAL
ESPERA ATENDIMENTO EMERGENCIAL
RECEPÇÃO E LOUNGE ATENDIMENTO CONTINUADO
ESPERA ATENDIMENTO CONTINUADO
TRIAGEM
ATENDIMENTO MULHER TRANS
BRINQUEDOTECA
APOIO MÉDICO
APOIO PSICOSSOCIAL
ATENDIMENTO EM GRUPO
ALOJAMENTO DE PASSAGEM VÍTIMAS
ALOJAMENTO E ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA FUNCIONÁRIOS
ADM/SECRETARIA ACOLHER
DIRETORIA E COORDENAÇÃO ACOLHER
SALAS DE REUNIÃO
BANHEIROS
DML
FRALDÁRIO

ACOLHER
TÉRREO

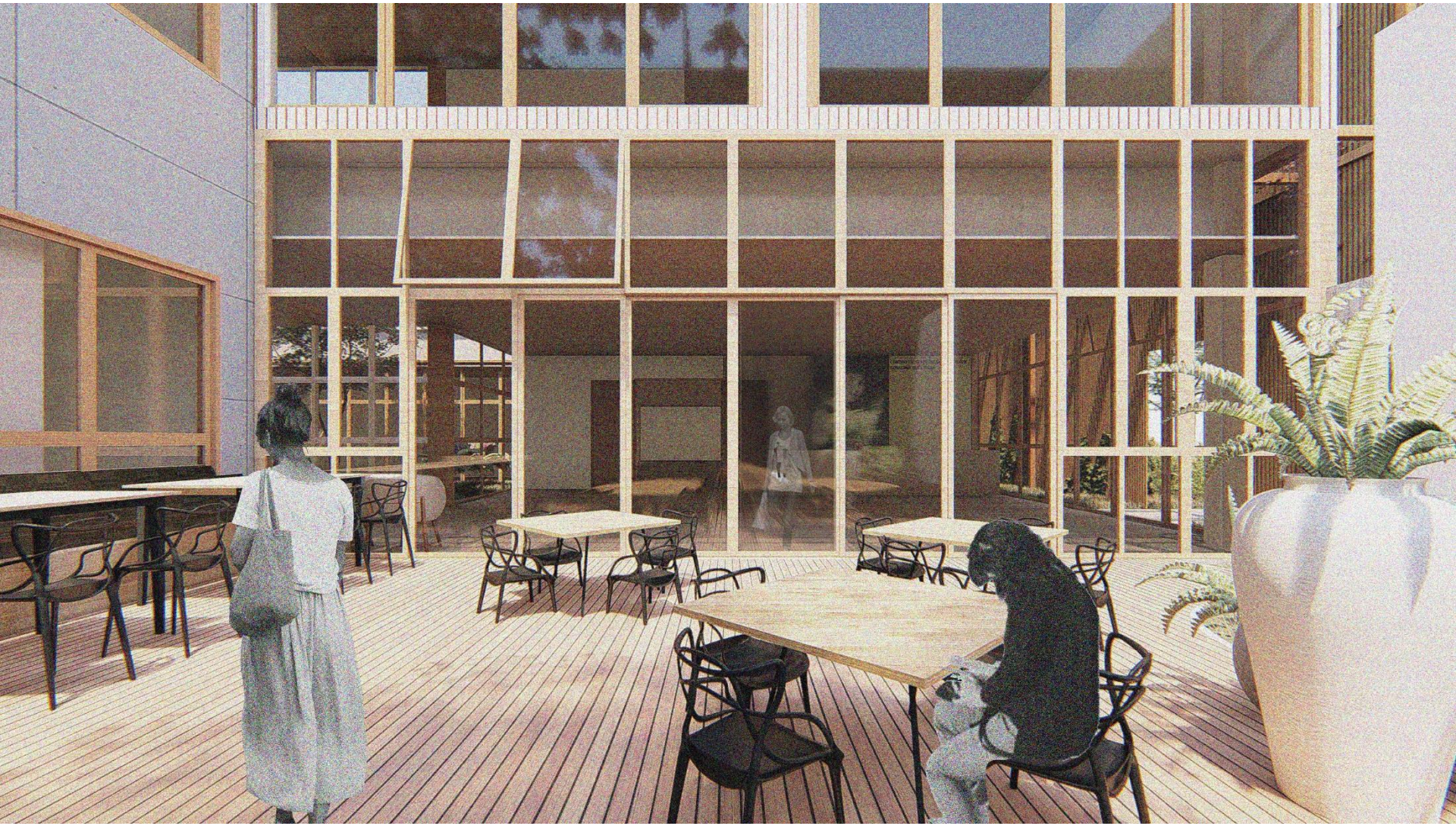


RECEPÇÃO
ESPERA
TRIAGEM
ATENDIMENTO MULHER TRANS
BRINQUEDOTECA
APOIO MÉDICO
APOIO PSICOSSOCIAL
FRAUDÁRIO
BANHEIROS
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL EM GRUPO
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
CIRCULAÇÃO VERTICAL
DML

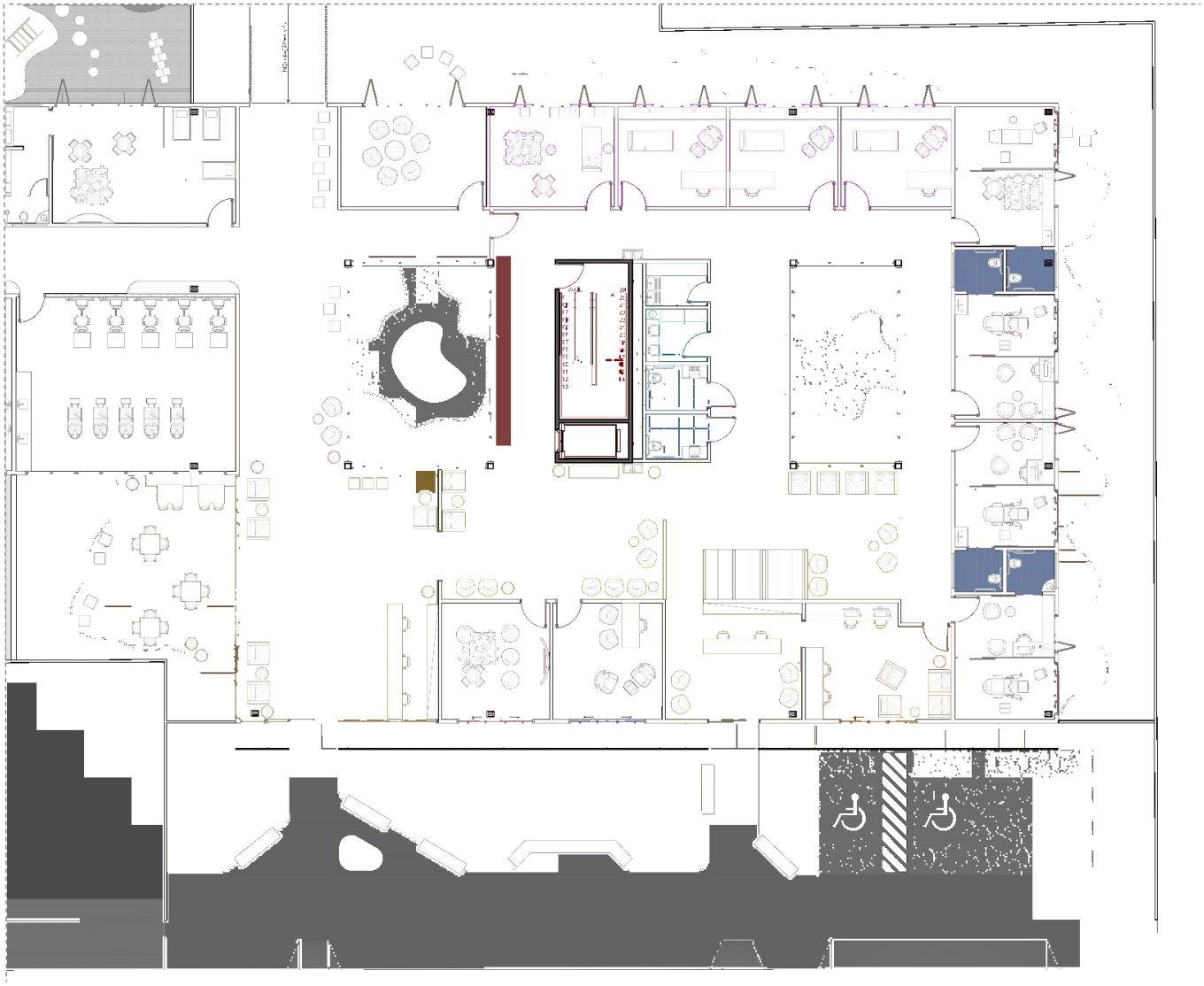
ESPERA ATENDIMENTO EMERGENCIAL



RECEPÇÃO ATENDIMENTO CONTINUADO



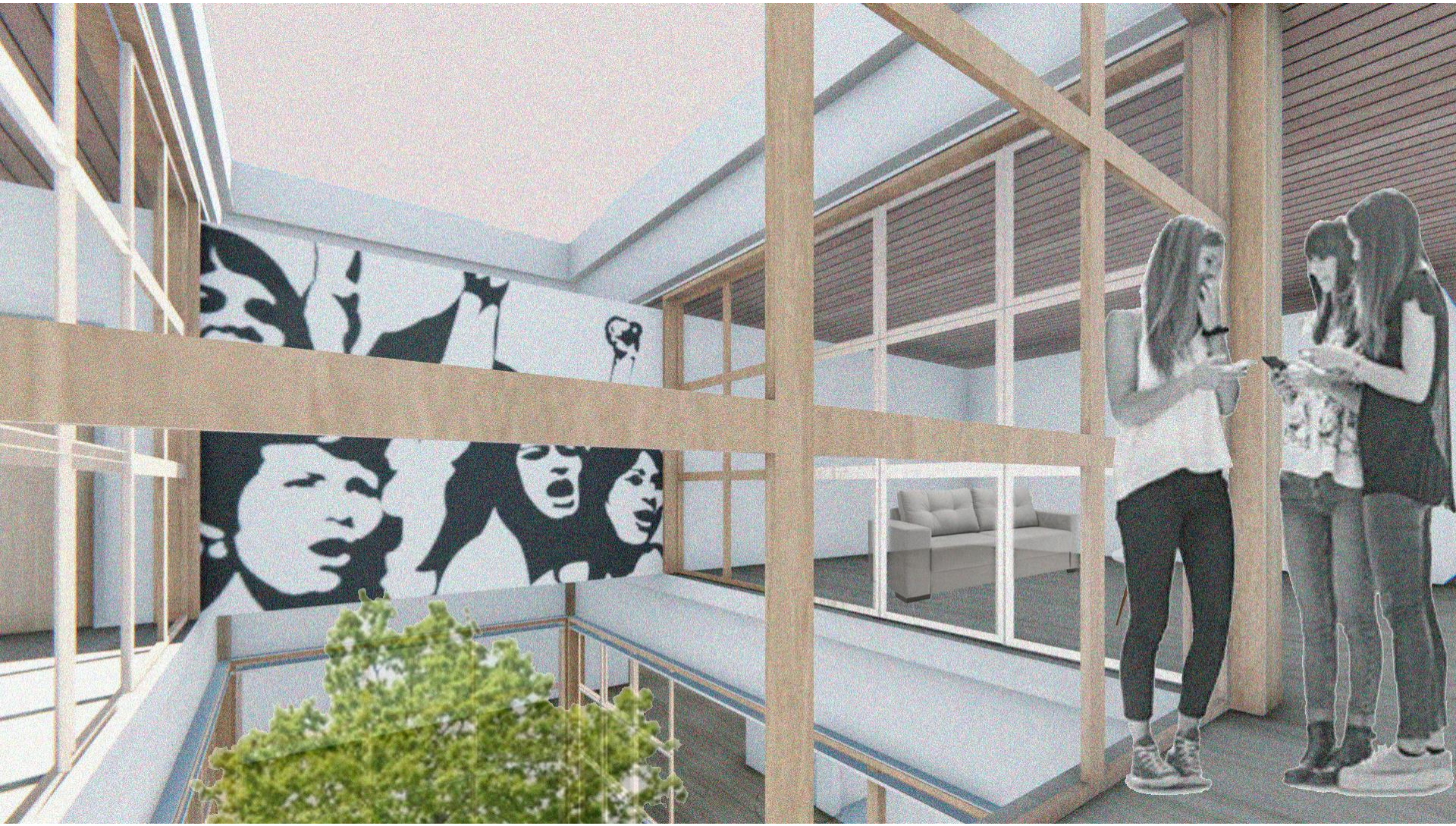
ACOLHER
TÉRREO



RECEPÇÃO
ESPERA
TRIAGEM
ATENDIMENTO MULHER TRANS
BRINQUEDOTECA
APOIO MÉDICO
APOIO PSICOSSOCIAL
FRAUDÁRIO
BANHEIROS
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL EM GRUPO
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
CIRCULAÇÃO VERTICAL
DML

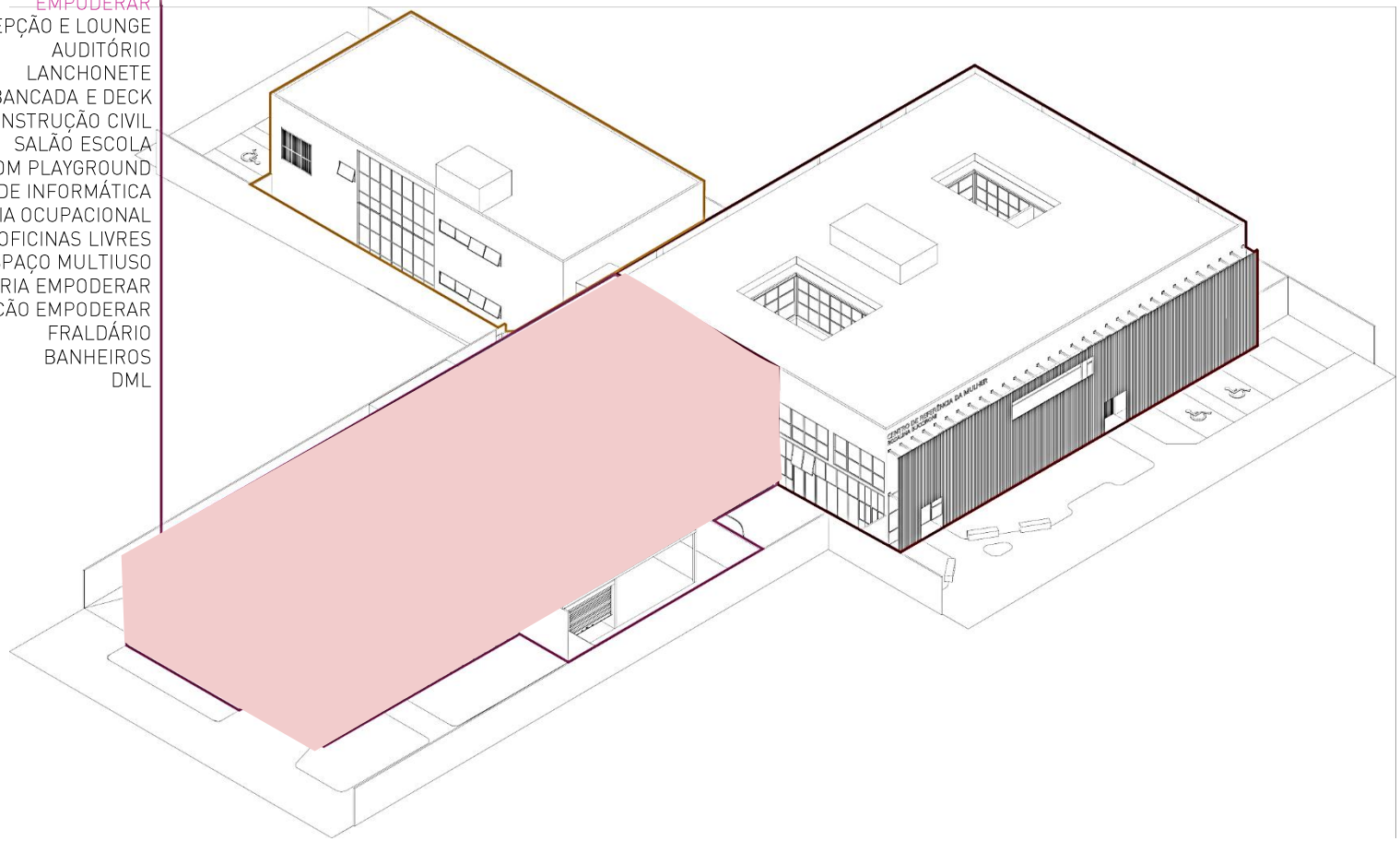
ACOLHER
PAVIMENTO SUPERIOR

ÁREAS COMUNS
DORMITÓRIOS
VESTIÁRIOS
COZINHA
DIRETORIA E COORDENAÇÃO
SECRETARIA E ADM
APOIO PSICOSSOCIAL
LAVANDERIA
SALAS DE REUNIÃO
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
CIRCULAÇÃO VERTICAL

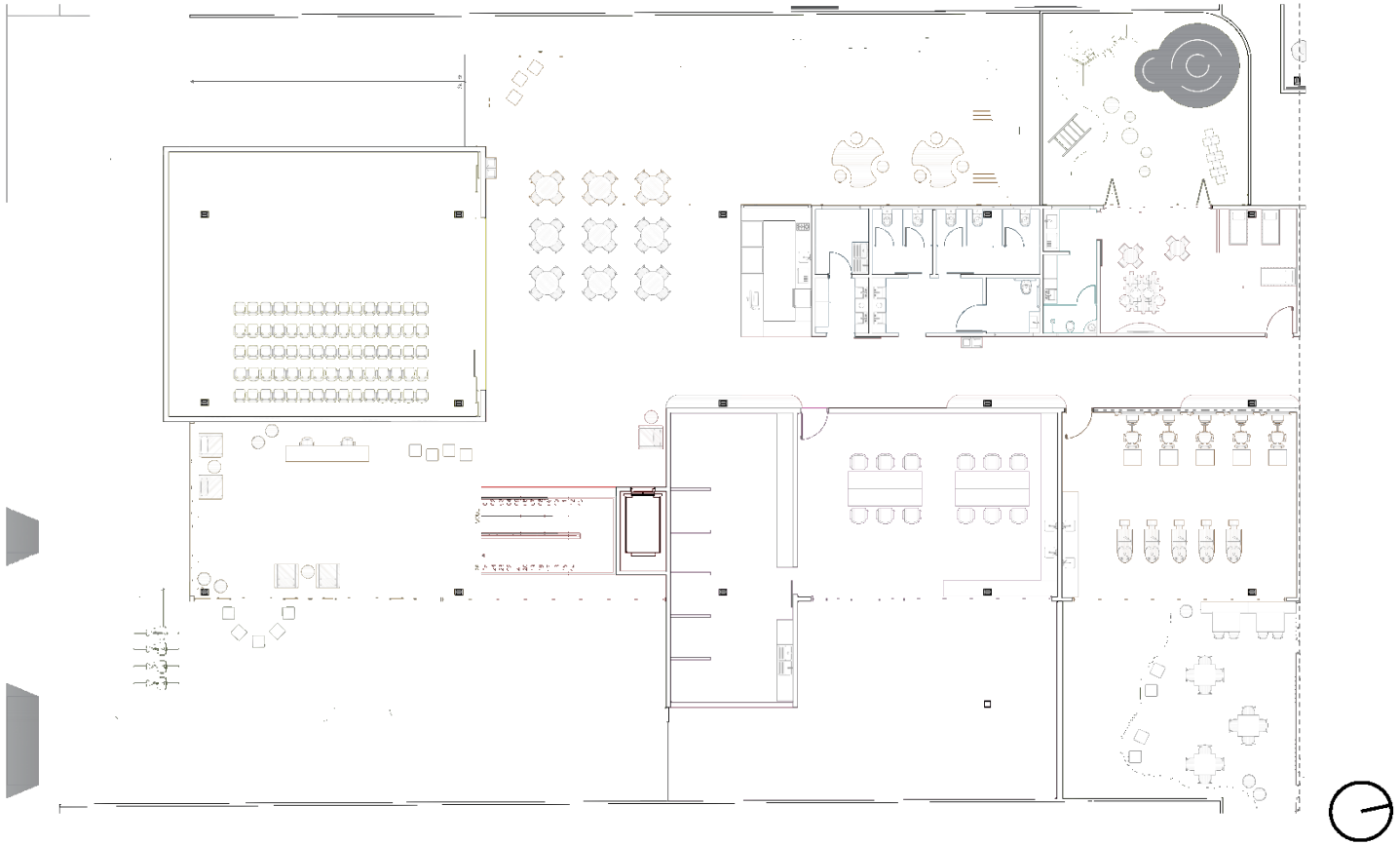


CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER
ROSALINA BUCCIRONI

EMPODERAR
RECEPÇÃO E LOUNGE
AUDITÓRIO
LANCHONETE
ARQUIBANCADA E DECK
OFICINA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
SALÃO ESCOLA
BRINQUEDOTECA COM PLAYGROUND
SALA DE INFORMÁTICA
SALA DE TERAPIA OCUPACIONAL
SALA DE OFICINAS LIVRES
ESPAÇO MULTIUSO
ADM/SECRETARIA EMPODERAR
DIRETORIA E COORDENAÇÃO EMPODERAR
FRALDÁRIO
BANHEIROS
DML



EMPODERAR
TÉRREO



AUDITÓRIO

RECEPÇÃO/ LOUNGE

LANCHONETE

DECK E ARQUIBANCADA

OFICINA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CANTEIRO DE OBRA

PLAYGROUND/SOLÁRIO

FRALDÁRIO/DML

BRINQUEDOTECA

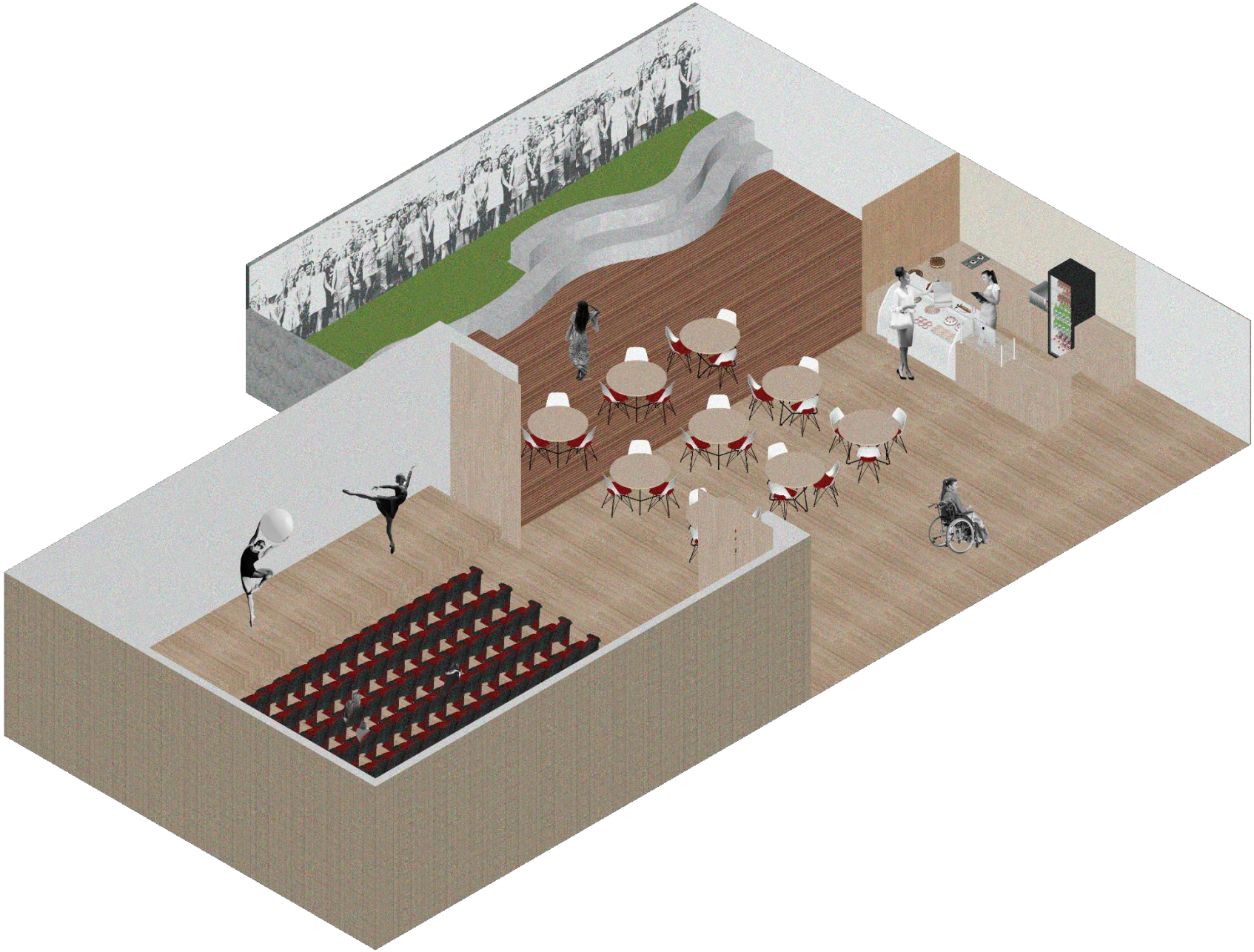
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL

CIRCULAÇÃO VERTICAL

BANHEIROS

FRALDÁRIO/LACTÁRIO

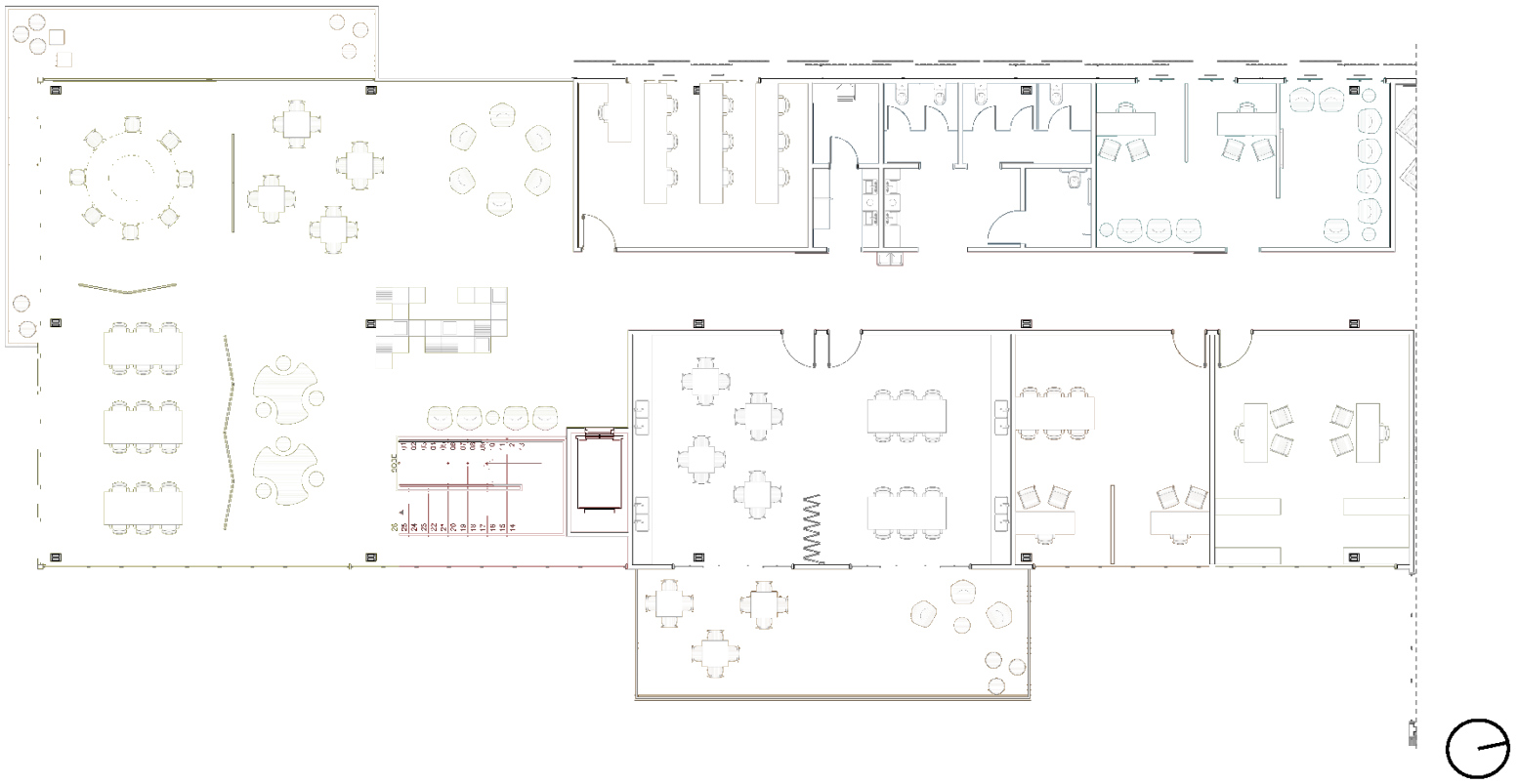
SÃLÃO ESCOLA



TRA
SURA
LA
TURA

TRA
SURA
LA
TURA

EMPODERAR
PAVIMENTO SUPERIOR



TERAPIA OCUPACIONAL

SALA DE INFORMÁTICA

OFICINAS

DECK

ESPAÇO MULTIUSO

DIRETORIA E COORDENAÇÃO

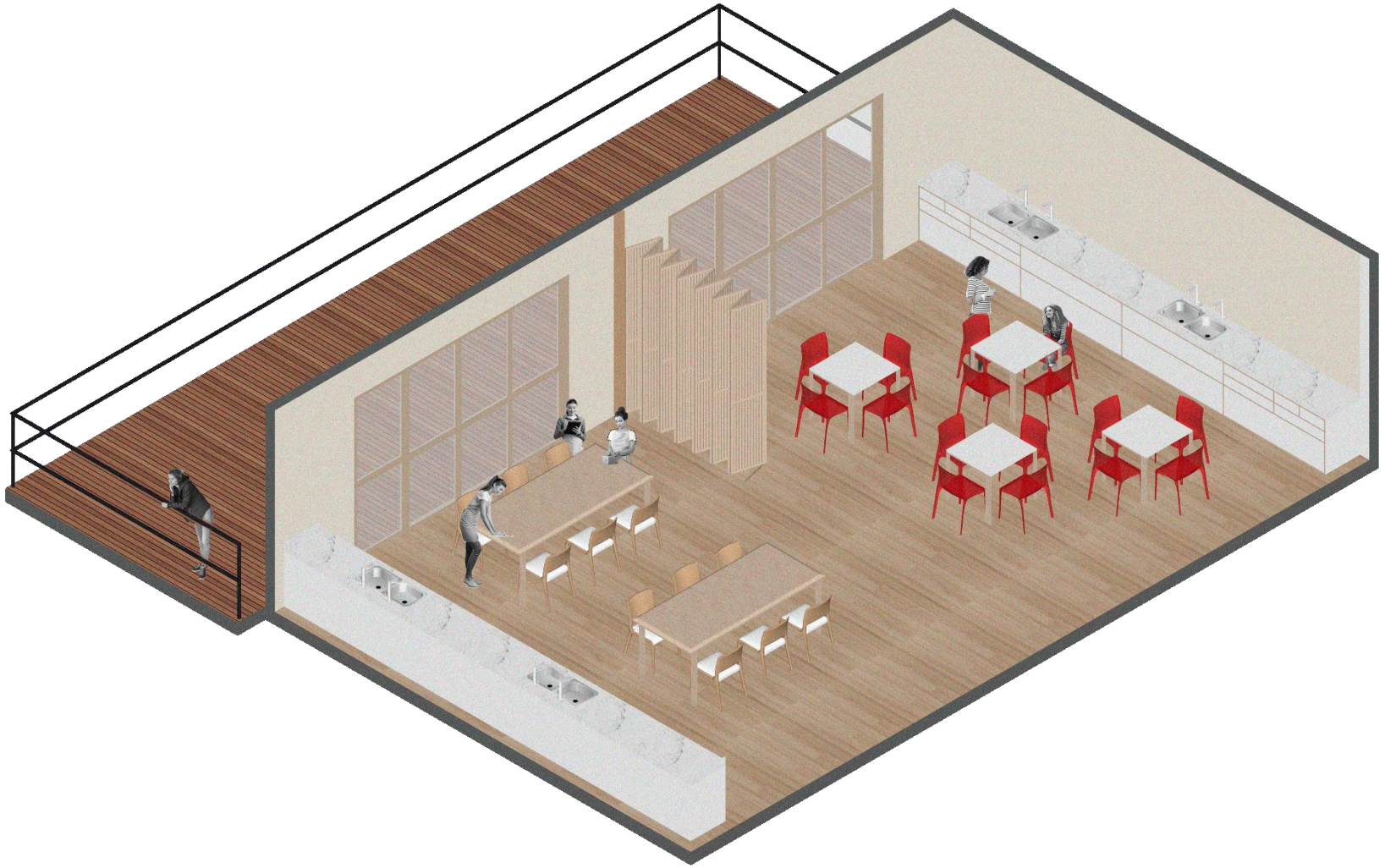
SECRETARIA E ADM

FRALDÁRIO/DML

CIRCULAÇÃO HORIZONTAL

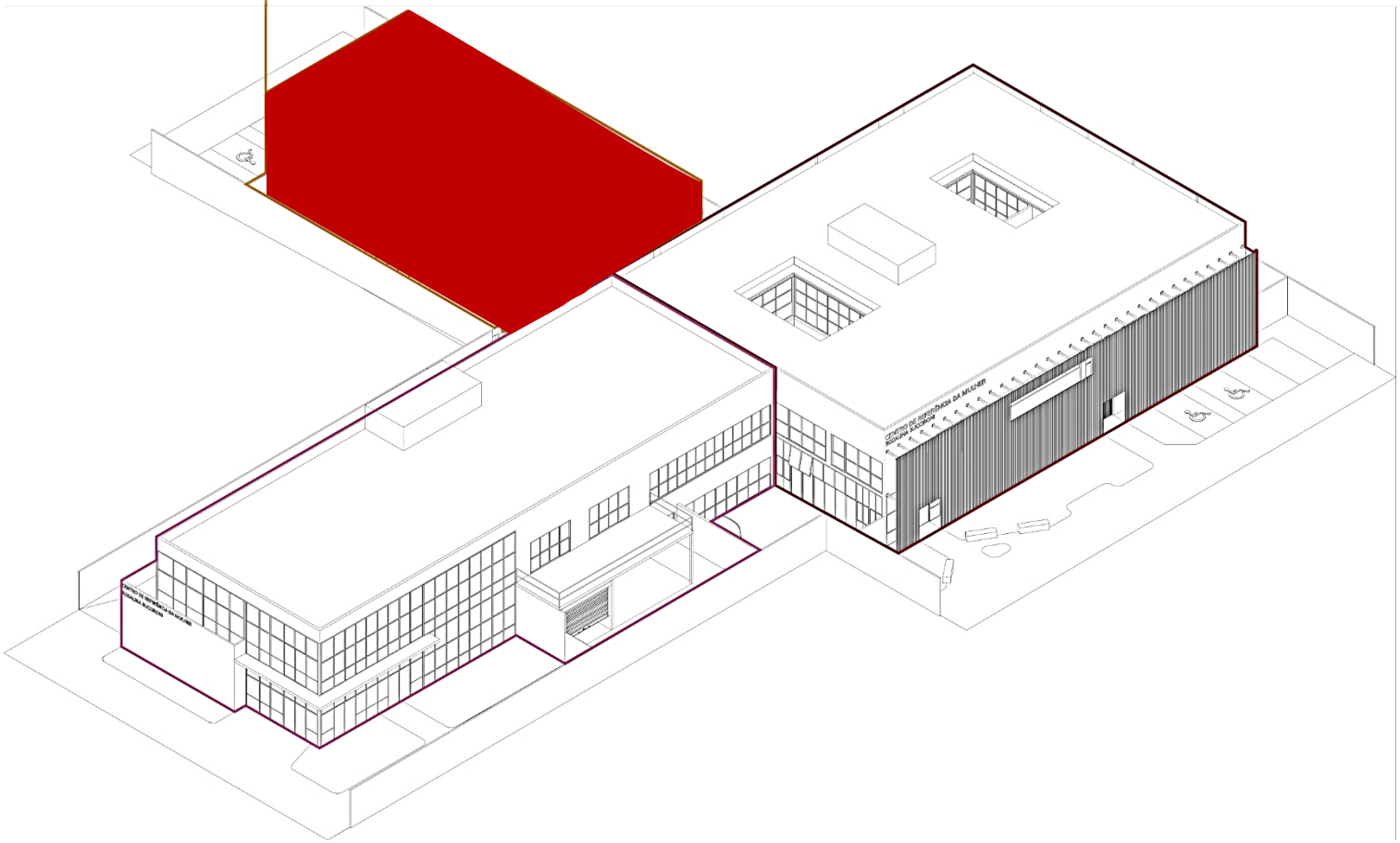
CIRCULAÇÃO VERTICAL

BANHEIROS



DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER
NÚCLEO DE APOIO JURÍDICO À MULHER

BLOCO PROTEGER
RECEPÇÃO E ESPERA
INTERROGAÇÃO AGRESSOR
CELA PROVISÓRIA COM LAVABO
SALA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS
SALA DELEGADA
CARTÓRIOS
COPA FUNCIONÁRIOS
ESPAÇO DE ESTAR
SALA DE AUDOÊNCIA
GABINETE DO JUIZ COM BANHEIRO
ACESSORIA JURÍDICA
DEFENSORIA DA MULHER
PROCURADORIA DA MULHER
ALMOXARIFADO E DEPÓSITO
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
BANHEIROS
DML



BLOCO PROTEGER

RECEPÇÃO/ESPERA

INTERROGAÇÃO AGRESSOR

CELA PROVISÓRIA

DECK

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

SALA DELEGADA

CARTÓRIOS

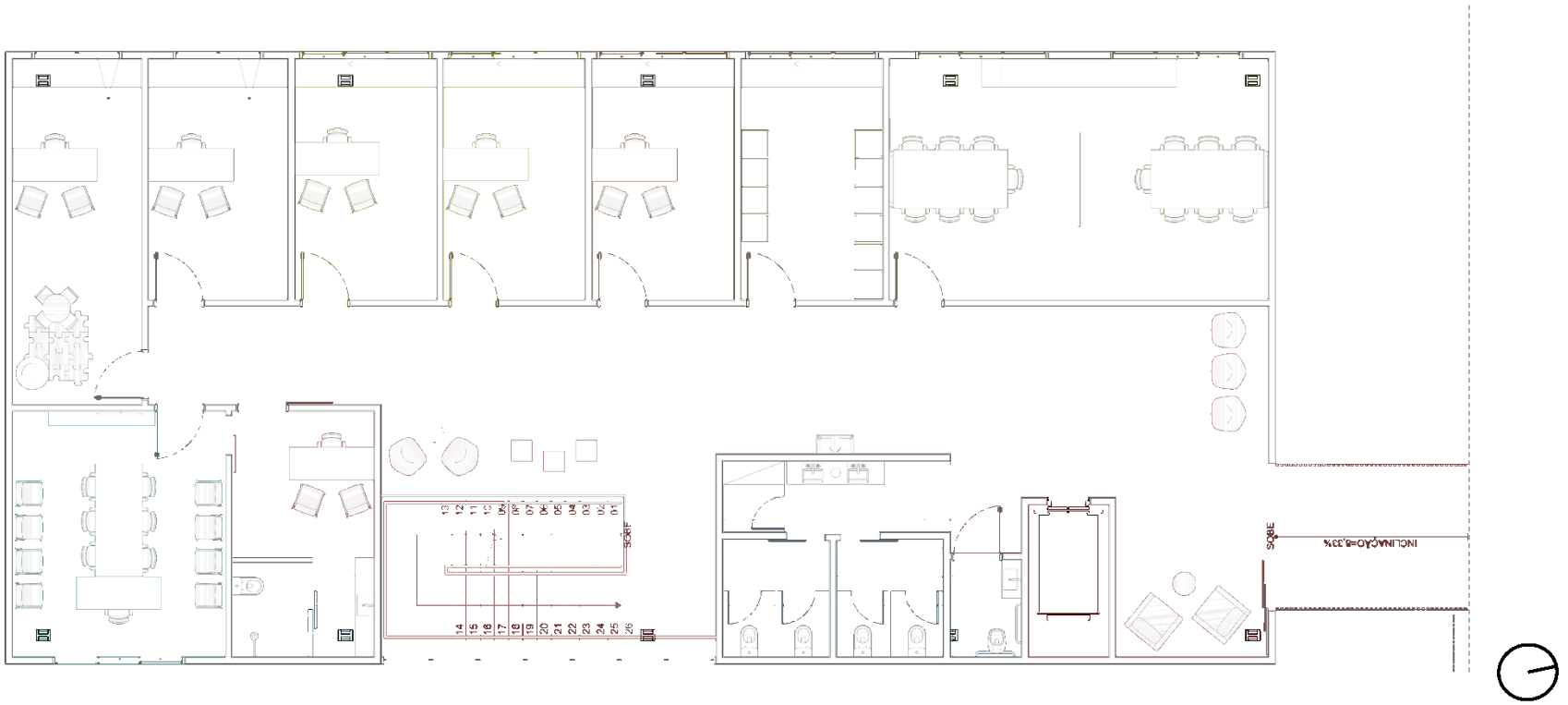
COPA FUNCIONÁRIOS

CIRCULAÇÃO HORIZONTAL

CIRCULAÇÃO VERTICAL

BANHEIROS

BLOCO PROTEGER



ACESSORIA JURÍDICA

SALA DE AUDIÊNCIA

SALA JUIZ

DEFENSORIA DA MULHER

PROCURADORIA DA MULHER

ALMOXARIFADO/DEPÓSITO

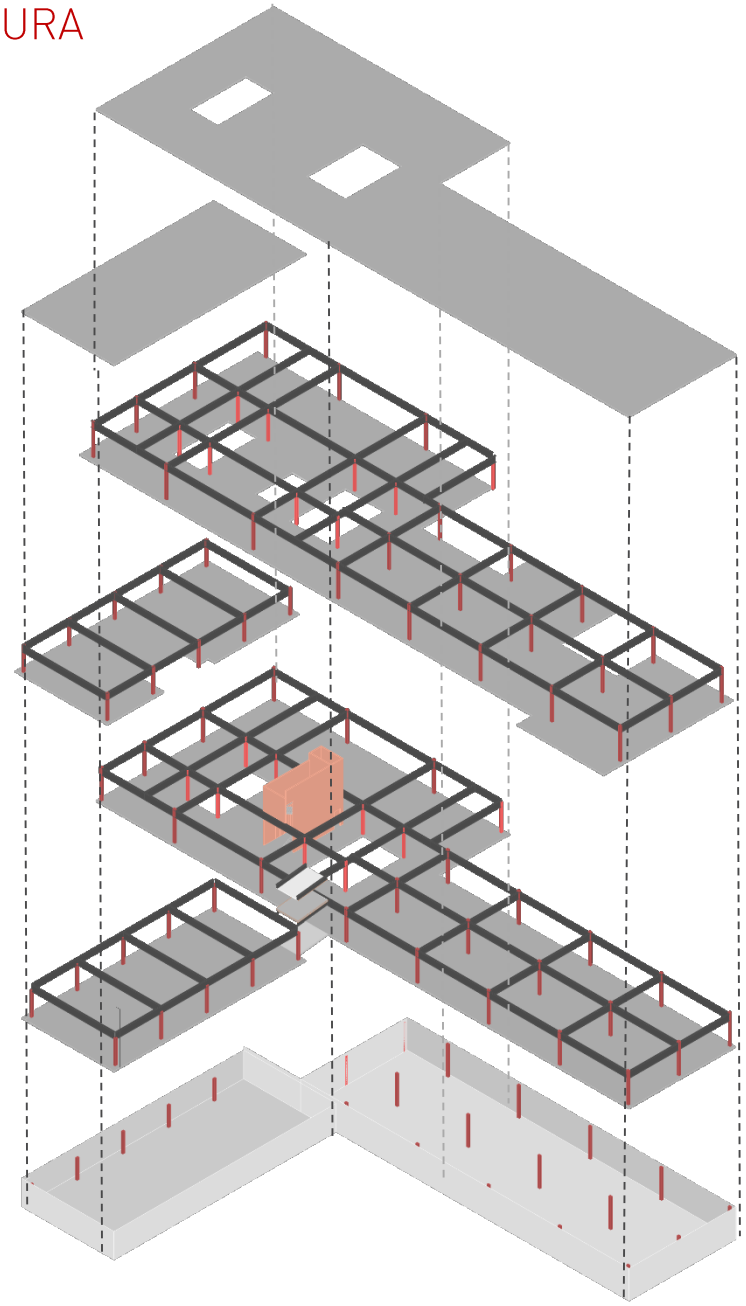
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

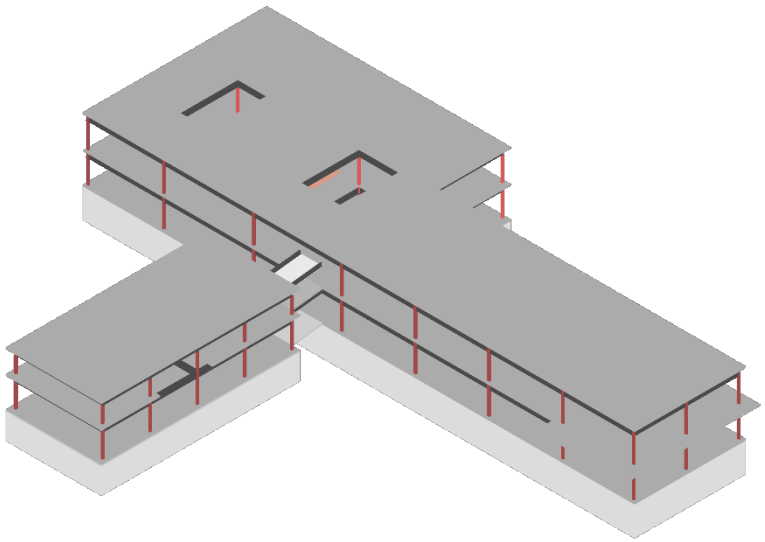
CIRCULAÇÃO HORIZONTAL

CIRCULAÇÃO VERTICAL

BANHEIROS

ESTRUTURA





OBRIGADA!

REFERÊNCIAS

MIRANDA, Bruna Woirnovski. **A Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência.** Publicado em 2017.

PEREIRA, Ana C. Bonfim; Souza, Jocenildo T.; Sousa, Joice C. **Abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá/AP.** Publicado em 2014.

BORGES, Isabella Esteves. **Absorção de Demandas de Combate e Prevenção à violência doméstica: Um estudo sobre a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher de Uberlândia.** Publicado em 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Publicado em 2012.

ONU MULHER. **Building Safe and Inclusive Cities for Women: A Practical Guide.** Publicado em 2011.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez; OLIVEIRA, Juliana Magalhães; REBELO, Rita Polli; MADEIRA, Raquel. **Cartilha Maria da Penha.** Publicado em 2015.

GOMES, Darcilene Claudio; CUNHA, Sarah T. Corrêa; FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Indicadores de Violência Doméstica: Dados do Registro de Ocorrências do Centro Integrado da Mulher – CIM e outras fontes.** Publicado em 2015.

SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA - PELA PAZ CONJUGAL, FAMILIAR E DE GÊNERO. **Dados de Atendimentos SOS Mulher e Família de Uberlândia.** Publicada em 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência.** Publicado em 2011.

PROGRAMA MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA - CASA DA MULHER BRASILEIRA. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento.** Publicado em 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Publicado em 2011.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de Mulher é na Cidade: Desenho Urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia.** Publicado em 2018.

GUERRA, Cláudia Costa. **Jogos de poder e "metamorfoses": representações de violências de gênero e poder, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017.** Publicado em 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Trabalho, Autonomia e Igualdade: Autonomia Econômica Transformando a Vida das Mulheres.** Publicado em 2015.

ONU MULHER. **Diretrizes Nacionais: Feminicídio.** Publicado em 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** Publicado em 2015.

SILVA, Ethel Bastos; PADOIN, Stela M. de Mello; VIANNA, Lucila A. Carneiro. **Mulher em situação de violência: limites da assistência.** Publicado em 2013.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais.** Publicado em 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Publicado em 2005.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento: à Violência contra as Mulheres.** Publicado em 2011.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência: Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.**

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria T. Ávila Dantas. **A Violência Contra a Mulher: Antecedentes Históricos.**

FALCÃO, Virgínia. **Política de Abrigamento: A Casa Abrigo na Bahia – Histórico e Análise de um difícil processo.** Publicado em 2008.

OAS, Mais Direitos para Mais Pessoas, OAS, Mais Direitos para **Nota Tecnica: Violencia Contra las Mujeres en America Latina.** Acesso em Agosto de 2018, disponível em http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/TechnicalNote-VAWinLAC-SP.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL, **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas**

Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, 2016. Acesso em Agosto de 2018, disponível em http://www.seguranca.mg.gov.br/images/Diagnostico_Mulheres/Diagnostico_mulher_completo.pdf.

ONUBR, **Violência contra a mulher é grave problema de saúde pública, alerta OPAS,** 2017. Acesso em Setembro de 2018 disponível em https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Perfil **dos Munícipios Brasileiros, 2013.** Acesso em Novembro de 2018 disponível **em ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf**

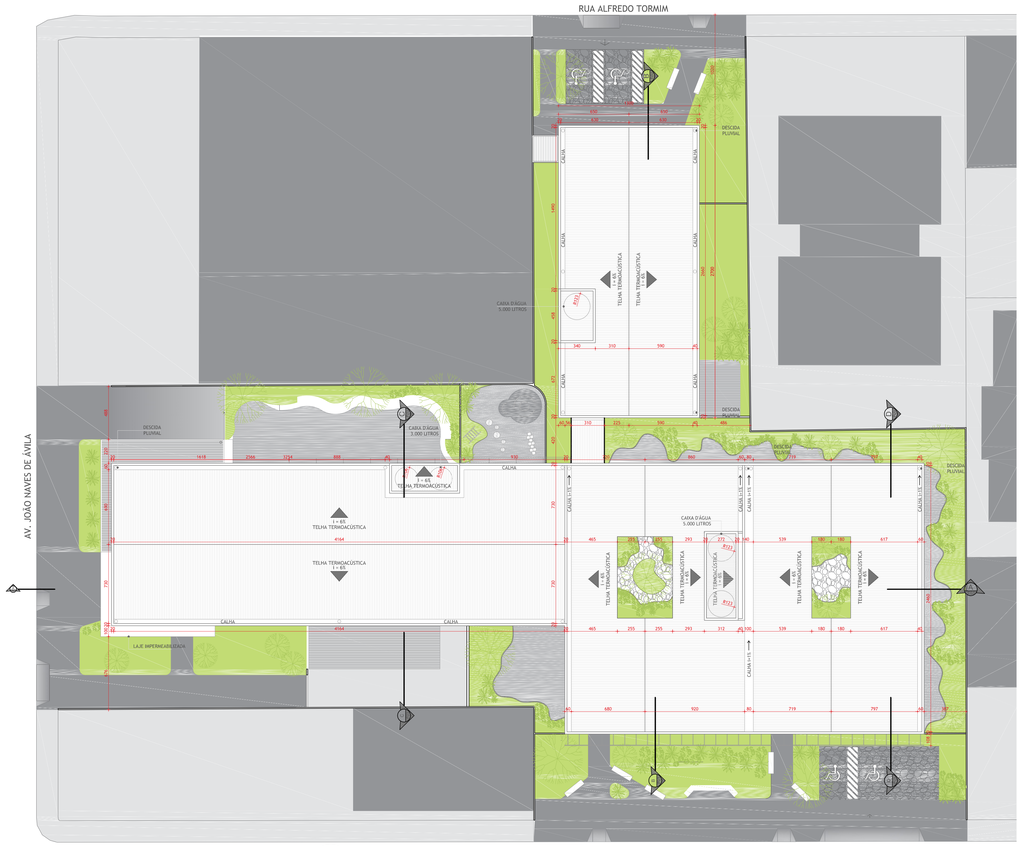
Chiswick Women's Aid Documentary, 1970. Acesso em Agosto de 2018, disponivel em https://www.youtube.com/watch?v=FBtb1oamB4k.

ALVES, Paula F. P. de Araújo. A rede de enfrentamento à violência contra a Mulher em Uberlândia. Publicado em 2015.

Silveira, Lenira Politano. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. Publicado em 2006.

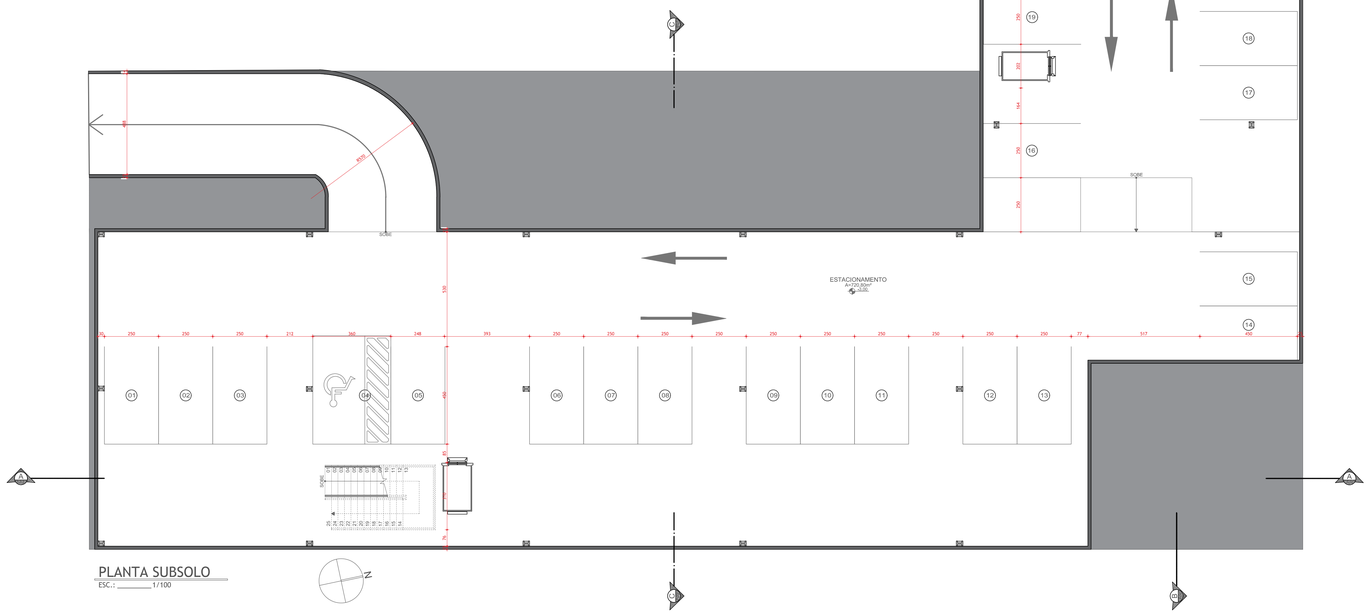
SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Publicado em 1997.

RIBEIRO, Laís Cristina. Violência contra a Mulher nas relações domésticas: Uma análise acerca da proteção conferida pela Lei Maria da Penha em face do Direito Comparado. Publicado em 2018.



PLANTA DE COBERTURA E IMPLANTAÇÃO

ESC.: _____1/200

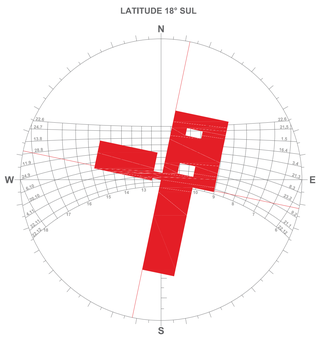


PLANTA SUBSOLO

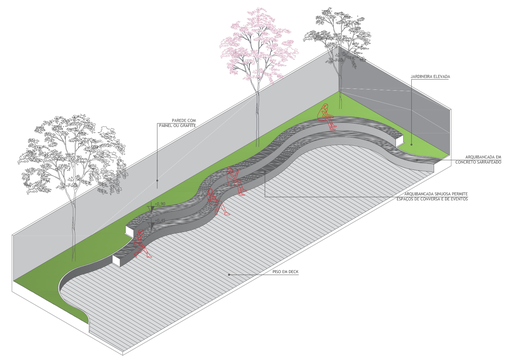
ESC.: _____1/100

PLANTA DE SITUAÇÃO

ESC.: _____1/1000



CARTA SOLAR



DETALHE 1 - ARQUIBANCADA

ESC.: _____1/100

LEGENDA ACABAMENTOS

PISO □ PAREDE △ TETO ○

P1	PISO VINÍLICO DURATEX LINHA LOFT DALLAS 0,4 x 17,7 x 121,2CM
P2	PISO DRENANTE PORTOBELLO ACROSS BEIGE 90X90CM
P3	PORCELANATO PORTOBELLO ALPINE WHITE 60X60CM
P4	DECK EM MADEIRA CUMARU
P5	ECOPEX EMBORRACHADO
P1.	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA
P2.	PORCELANATO PORTOBELLO NUDE 60X60
P3.	REVESTIMENTO NATURA ACÚSTICO HUNTER DOUGLAS
P4.	PAREDE DE CONCRETO TEXTURIZADO
T1	FORRO RIPADO COM MADEIRA FREJÓ
T2	FORRO EM GESSO
T3	FORRO ACÚSTICO TILE NATURA

QUADRO DE ÁREAS

TERRENO	3126,10m²
SUBSOLO	1200,75m²
TÉRREO	1806,13m²
SUPERIOR	1919,70m²
ÁREA TOTAL	4926,58m²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - 3 (9378,50m²)..1,58 (4926,58m²)	
TAXA DE OCUPAÇÃO 60% (1875,66m²)	1806,13m²
ÁREA PERMEÁVEL 20%(625,22m²)	690,36m²

ACOLHER CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN - UFU
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ALUNA: LOANY GONZAGA PEREIRA ORIENTADORA: PATRÍCIA PIMENTA RIBEIRO E GIOVANNA A. MERLI
CONTEÚDO:PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E COBERTURA, DO SUBSOLO, DE SITUAÇÃO , CARTA SOLAR E DET 1

PLANTA TÉRREO

ESC.: _____ 1/100

LEGENDA ACABAMENTOS

PISO □ PARED △ TETO ○

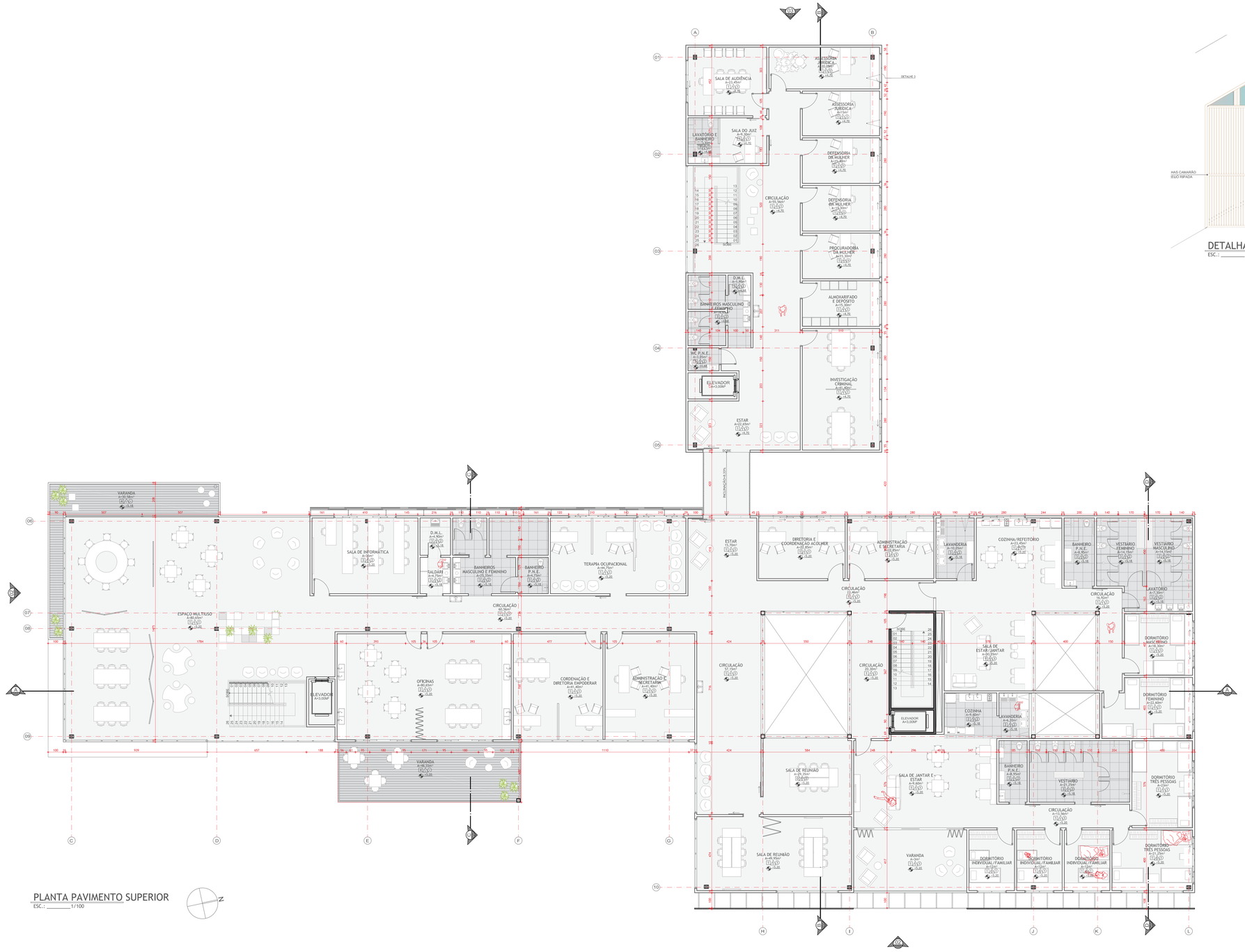
P1	PISO VINÍLICO DURATEX LINHA LOFT DALLAS 0,4 x 17,7 x 121,2CM
P2	PISO DRENANTE PORTOBELLO ACROSS BEIGE 90X90CM
P3	PORCELANATO PORTOBELLO ALPINE WHITE 60X60CM
P4	DECK EM MADEIRA CUMARU
P5	ECOPEX EMBORRACHADO
P1	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA
P2	PORCELANATO PORTOBELLO NUDE 60X60
P3	REVESTIMENTO NATURA ACÚSTICO HUNTER DOUGLAS
P4	PAREDE DE CONCRETO TEXTURIZADO
T1	FORRO RIPADO COM MADEIRA FREIJÓ
T2	FORRO EM GESSO
T3	FORRO ACÚSTICO TILE NATURA

QUADRO DE ÁREAS

TERRENO	3126,10m²
SUBSOLO	1200,75m²
TÉRREO	1806,13m²
SUPERIOR	1919,70m²
ÁREA TOTAL	4926,58m²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - 3 (9378,50m²)	1,58 (4926,58m²)
TAXA DE OCUPAÇÃO 60% (1875,66m²)	1806,13m²
ÁREA PERMEAVEL 20%(625,22m²)	690,36m²

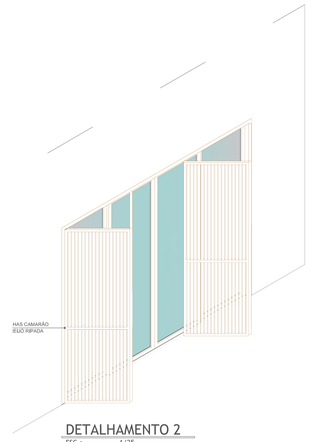
ACOLHER CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN - UFU
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ALUNA: LOANY GONZAGA PEREIRA ORIENTADORA: PATRÍCIA PIMENTA RIBEIRO E GIOVANNA A. MERLI
CONTEÚDO:
PLANTA TÉRREO



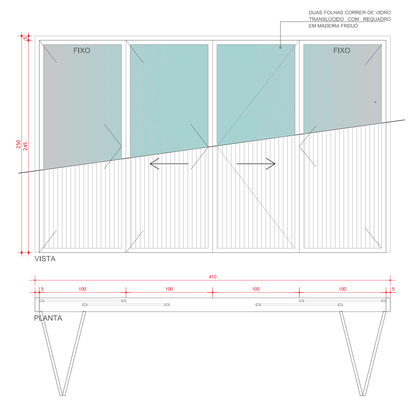
PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR

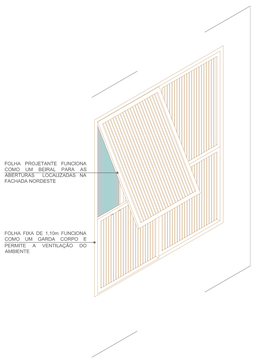
ESC.: _____1/100

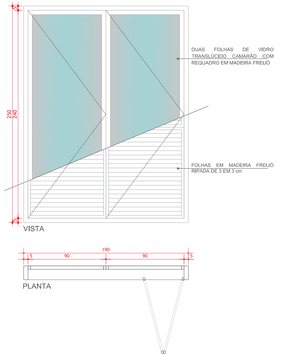


DETALHAMENTO 2

ESC.: _____1/25







DETALHAMENTO 3

ESC.: _____1/25

LEGENDA ACABAMENTOS

PISO □ PARED △ TETO ○

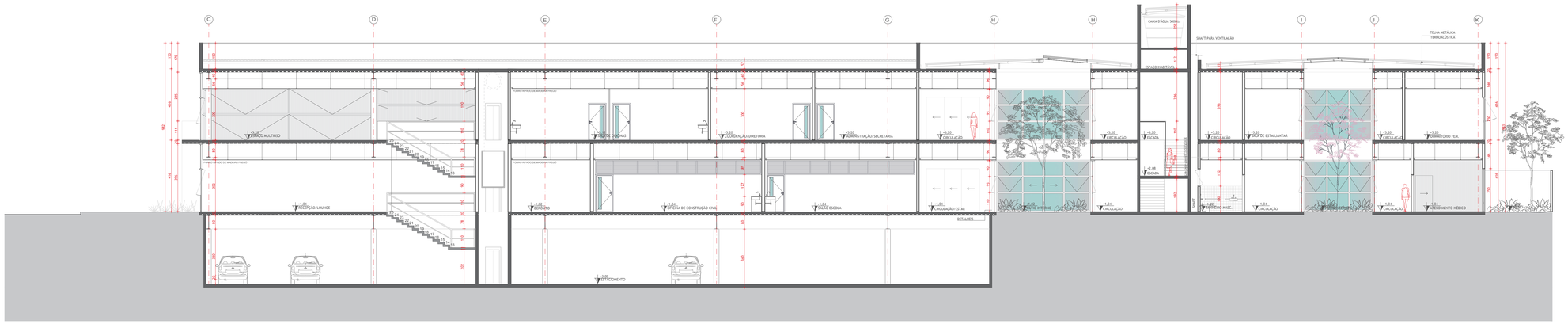
P1	PISO VINÍLICO DURATEX LINHA LOFT DALLAS 0,4 x 17,7 x 121,2CM
P2	PISO DRENANTE PORTOBELLO ACROSS BEIGE 90X90CM
P3	PORCELANATO PORTOBELLO ALPINE WHITE 60X60CM
P4	DECK EM MADEIRA CUMARU
P5	ECOPEX EMBORRACHADO
P1	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA
P2	PORCELANATO PORTOBELLO NUDE 60X60
P3	REVESTIMENTO NATURA ACÚSTICO HUNTER DOUGLAS
P4	PAREDE DE CONCRETO TEXTURIZADO
T1	FORRO RIPADO COM MADEIRA FREJÓ
T2	FORRO EM GESSO
T3	FORRO ACÚSTICO TILE NATURA

QUADRO DE ÁREAS

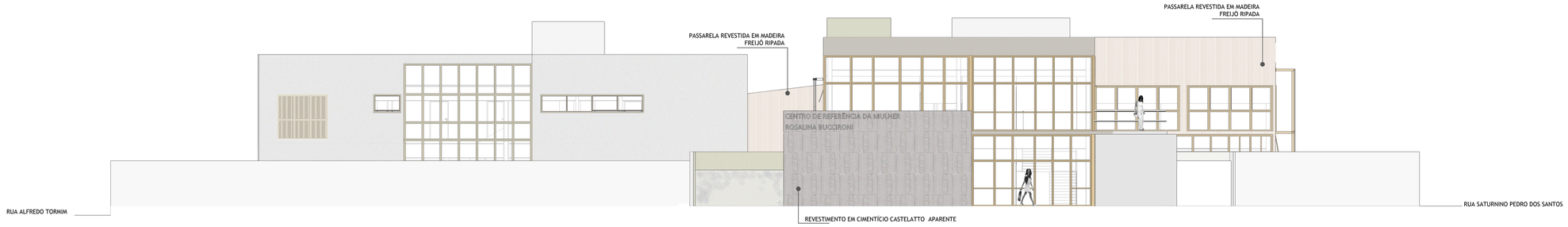
TERRENO	3126,10m²
SUBSOLO	1200,75m²
TERREO	1806,13m²
SUPERIOR	1919,70m²
ÁREA TOTAL	4926,58m²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - 3 (9378,50m²)	1,58 (4926,58m²)
TAXA DE OCUPAÇÃO 60% (1875,66m²)	1806,13m²
ÁREA PERMEÁVEL 20%(625,22m²)	690,36m²

ACOLHER CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

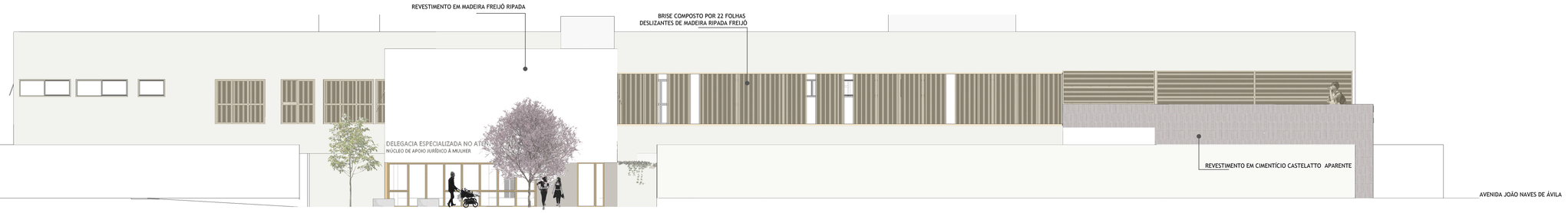
FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN - UFU
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ALUNA: LOANY GONZAGA PEREIRA ORIENTADORA: PATRÍCIA PIMENTA RIBEIRO E GIOVANNA A. MERLI
CONTEÚDO:
PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR, DET.2 E 3


C
D
E
F
G
H
H
I
J
K
CAIXA D'AGUA 5000lts
SHAFT PARA VENTILAÇÃO
ESPAÇO PARTICULARES
TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA
+5.20 ESCADA
+2.08 ESCADA
+0.00 RECEPÇÃO/LOUNGE
+0.00 ESPAÇO MULTIUSO
+0.00 ESPAÇO LÚDICO
+0.00 CIRCULAÇÃO
+0.00 CIRCULAÇÃO
+0.00 CIRCULAÇÃO
+0.00 CIRCULAÇÃO
+0.00 ATENDIMENTO PSICOLÓGICO
+0.00 ATENDIMENTO MÉDICO
+0.00 ESPAÇO INTERNO
+1.06 CIRCULAÇÃO
+1.06 CIRCULAÇÃO
+1.06 CIRCULAÇÃ

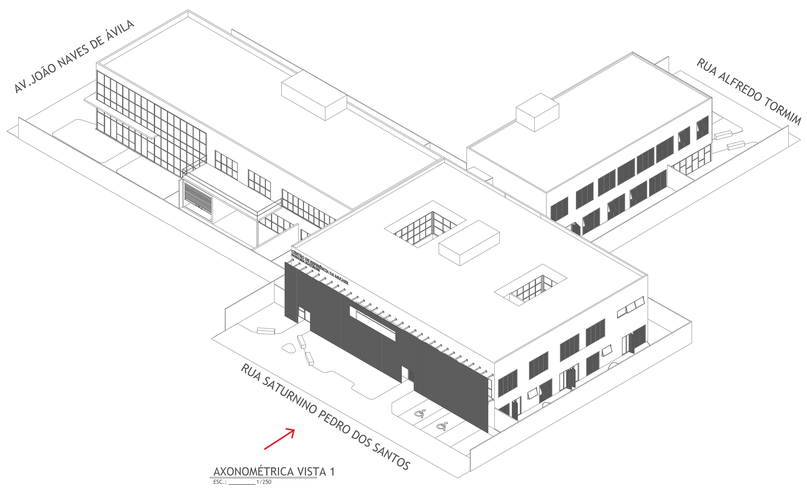
FACHADA 1
ESC.: _____1/100



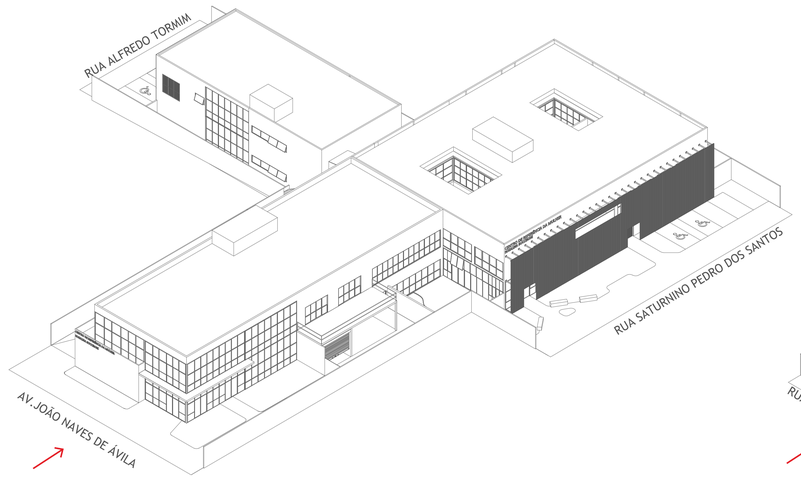
FACHADA 2
ESC.: _____1/100



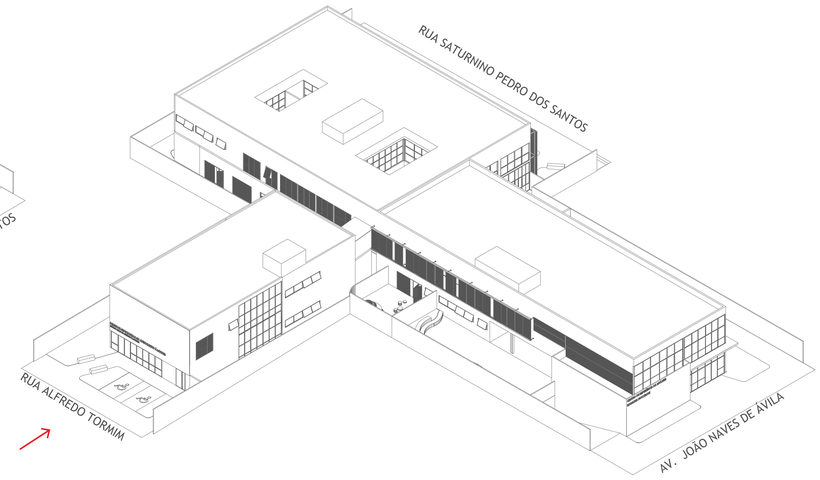
FACHADA 3
ESC.: _____1/100



AXONOMÉTRICA VISTA 1
ESC.: _____1/250



AXONOMÉTRICA VISTA 2
ESC.: _____1/250



AXONOMÉTRICA VISTA 3
ESC.: _____1/250

ACOLHER CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA

FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN - UFU
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ALUNA: LOANY GONZAGA PEREIRA - ORIENTADORAS: PATRÍCIA PIMENTA RIBEIRO E GIOVANNA A. MERLI
CONTEÚDO:
FACHADAS 1,2 E 3, E AXONOMÉTRICAS FACHADAS